

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUIZ HENRIQUE OZANAN

**A JOIA MAIS PRECIOSA DO BRASIL: joalheria em Minas Gerais –
1735-1815**

Belo Horizonte
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUIZ HENRIQUE OZANAN

**A JOIA MAIS PRECIOSA DO BRASIL: joalheria em Minas Gerais –
1735-1815**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do grau de doutor em História.
Linha de pesquisa: História Social da Cultural

Orientador: Prof. Dr. Eduardo França Paiva.

Belo Horizonte
2013

981.51

O99j

2013

Ozanan, Luiz Henrique

A joia mais preciosa do Brasil [manuscrito] : joalheria em Minas Gerais : 1735-1815 / Luiz Henrique Ozanan de Oliveira. - 2013.

256 f. : il.

Orientador: Eduardo França Paiva.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. História - Teses. 2. Joalherias - Teses. 3. Ourivesaria - Teses. 4. Minas Gerais - História - Teses. I. Paiva, Eduardo França. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

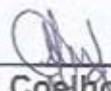


FOLHA DE APROVAÇÃO

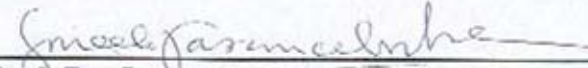
Tese defendida pelo aluno *Luiz Henrique Ozanan de Oliveira*, intitulada: "**A JOIA MAIS PRECIOSA DO BRASIL: joalheria em Minas Gerais – 1735-1815**" no dia 29 de novembro de 2013 e aprovada, pela banca examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. **Eduardo França Paiva** (UFMG)
Universidade Federal de Minas Gerais


Prof. Dr. **Jose Newton Coelho Meneses** (UFMG)
Universidade Federal de Minas Gerais

Marcelina das Graças de Almeida
Prof.^a Dr.^a **Marcelina das Graças de Almeida** (UEMG)
Universidade do Estado de Minas Gerais


Prof. Dr. **Gonçalo Mesquita da S. de V. e Sousa**
Universidade Católica de Portugal


Prof. Dr. **Luis Cláudio Pereira Symanski** (UFMG)
Universidade Federal de Minas Gerais

Dedicatória: À minha mãe Euza, ao meu pai, Dr. Ozires e
minha bela e amada esposa, Rosangela Bitá.

AGRADECIMENTOS

Ser grato, como bem me ensinou meu pai, é um dos sentimentos mais nobres que ainda persiste nos seres humanos, e minha lista de agradecimentos não é curta. Começamos pelos amigos da Escola de Design da UEMG. Agradeço a Giselle Safar, minha amiga, conselheira, companheira de viagem e super-heroína, cuja transformação se dava ao usar os “óculos de doutora”. Agradeço a professora Bernadete Teixeira, pelo apoio e compreensão, bem como toda a equipe de professores pesquisadores do Centro de Estudos em Design de Gemas e Joias, Adriano Mol, Ronaldo Freesz, Toninho Mattos, Henrique Lana, Laura Cota, Maira Paiva, Raquel Canaan, Pedro Nascimento, Michelle Nicodemos, Luiz Gustavo e Mara Guerra pela amizade e por ter sido anfitriã perfeita. Aos meus amigos a quem muitas vezes recorri para desabafar, Paulo Miranda, Marcelo Amianti, Rober Botelho, Carlos Miranda, Heleno Polisseni, Roberto Werneck, Eduardo Valadares, André Borges, Mário Santiago, Edson Carpintero, ao corpo docente do mestrado em Design, Jairo Drummond Câmara, Regina Álvares, Lia Krucken, Rose Bom Conselho, Sebastiana Lana, Rita Ribeiro além da minha companheira de clube, Marcelina Almeida e ao secretário da mais alta competência Rodrigo Stenner, além dos conselhos da Nila, e da compreensão da diretora da Escola de Design Jacqueline Ávila, pela minha ausência em viagens de pesquisa. Fechando a lista da Escola de Design, agradeço ao reitor Dijon de Moraes, sempre me incentivando na caminhada acadêmica, a Romeu Damaso, amigo que partiu recentemente, mas com boa visão de mundo. Enfim agradeço a todos da Escola de Design, funcionários e professores que, de uma forma ou de outra, participam da minha caminhada, além dos dezoito meses de bolsa da FAPEMIG.

Agradeço também a Carla Starling, como também não posso deixar de fora desta lista Sandra, Leo, Ângelo, Jurandir e Isabella, todos do Museu do Ouro em Sabará. Agradeço aos colegas de doutorado, Rangel Cerceau, Edésio Lara, Domingos Sávio e Adriano Paiva, que de uma forma ou de outra me ajudaram nessa caminhada, bem como Edilene, a secretária do PPGHIS e Maira Oliveira, que me ajudou nas primeiras leituras dos documentos analisados.

Resumo

O propósito desta tese é traçar uma análise sobre os usos das joias pelos moradores da Comarca do Rio das Velhas entre os anos de 1735 e 1815. Para a pesquisa foram lidos documentos cartorários que mostrassem a posse e o uso dos adornos corporais, bem como a escolha de materiais e o uso de técnicas. Tais documentos deixaram transparecer não só o gosto por determinados objetos, mas também alguns laços afetivos ocorridos naquela sociedade, como uma joia que foi destinada a um parente, a um amigo ou mesmo a um escravo. Também a religiosidade se fez presente na escolha dos objetos de uso cotidiano pela sociedade estudada. Ainda nessa tese, houve espaço para analisar algumas influências no fazer artístico, bem como o trânsito que envolveu a feitura, o comércio, a escolha e o uso das joias, presentes na sociedade mestiça da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII, uma sociedade de aparência.

Palavras-chave: Joalheria, Comarca do Rio das Velhas, Trânsitos culturais, Minas Gerais.

Sei que dei muito trabalho ao meu orientador Eduardo França Paiva, bem como ao professor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, então agradeço não só pelas orientações, mas principalmente, pela paciência.

Abstract

The purpose of this thesis is to outline an analysis of the uses of jewelry by the residents of the County of *Rio das Velhas*, Sabara current municipality of Minas Gerais, between the years 1735 and 1815. Search for notaries documents that demonstrate ownership and use of body adornment, and the choice of materials and the use of techniques have been read. These documents disclose not only left a taste for certain objects, but also some emotional ties occurring in that society, as a jewel that was intended for a relative, a friend or even a slave. Also religiosity was present in the choice of objects of daily use by members of a society have chosen to adorn and protect themselves at the same time. Also in this thesis, there was space to analyze some influences in art making as well as the transit envloveu the making , trade, choice and use of jewelry, gifts mestizo society in the ancient County of *Rio das Velhas* in the 18th century, a society of appearance.

keywords. Jewellery, judicial district of Rio das Velhas, Cultural trafic, Minas Gerais.

Lista de Ilustrações

FIGURA 1 - Anel em ouro com cercadura de crisólitas.....	30
FIGURA 2 - Pendente em forma de coração, em filigrana	34
FIGURA 3 - Conjunto de amuletos protetores contra mau-olhado.....	36
FIGURA 4 - Lâmina para o registro das marcas dos contrastes e ourives....	96
FIGURA 5 - Pendente com imagem de Santa Catarina.....	147
FIGURA 6 - Par de brincos utilizando a técnica de coco e ouro.....	148
FIGURA 7 - Seleção do coco	148
FIGURA 8 - Montagem de peça.	148
FIGURA 9 - Exemplo de ágata talhe em cabochão.....	166
FIGURA 10 - Jararaca-ilhoa	166
FIGURA 11 - Anel em prata com ágata incrustada.....	167
FIGURA 12 - Retrato de senhora com rosário, século XVI	168
FIGURA 13 - Detalhe do Retrato de senhora com rosário	168
FIGURA 14 - Botão. Século XVIII (1750)	171
FIGURA 15 - Par de brincos, dividido em 3 partes	175
FIGURA 16 - Imagem de Nossa Sra. da Conceição	175
FIGURA 17 - Anel em ouro, crisólita e topázio ao centro.....	180
FIGURA 18 - Anel oval em ouro	181

Lista de quadros

QUADRO 1 - Quantidade de peças com o respectivo valor da parda Esperança Pereira do Lago, listadas no inventário.	25
QUADRO 2 - População branca e parda de Minas Gerais (1776)	39
QUADRO 3 - Perfil dos inventariados de acordo com o sexo, estado matrimonial e condição social.	45
QUADRO 4 - Quantidade de oficiais mecânicos examinados e que trabalharam na Vila de Sabará no século XVIII e XIX	87
QUADRO 5 - Ourives que atuaram na Comarca do Rio das Velhas	108
QUADRO 6 - Peças de maior valor venal encontrados nos inventários.....	120
QUADRO 7 - Descrição das pedras na documentação	125
QUADRO 8 - Quantidade de coral, local onde foram aplicados e o nome do proprietário	131
QUADRO 9 - Gemas e suas indicações no século XVIII	153
QUADRO 10 - Relação das joias de devoção	156
QUADRO 11 - Joias religiosas e mágicas em posse das mulheres negras.	159
QUADRO 12 - Joias religiosas e mágicas em posse das mulheres brancas.....	160
QUADRO 13 - Relação de joias em ouro e as respectivas possuidoras em Sabará do século XVIII	162
QUADRO 14 - Quantidade de botões penhorados no inventário de Mathias do Crasto Porto	172
QUADRO 15 - Outras joias penhoradas que aparecem no inventário de Crasto Porto	172
QUADRO 16 - Carregamento de joias para o Brasil, enviadas por João Alves Vieira (1768).	188
QUADRO 17 - Quantidade de peças em prata nos inventários	190

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Posse de aljófares por sexo	132
Gráfico 2 - Porcentagem de peças em que os aljófares foram empregados.....	133
Gráfico 3 - Posse de botões de ouro e prata pelas mulheres brancas e mulheres não brancas	170
Gráfico 4 - Tipos de brincos encontrados nos inventários da Comarca do Rio das Velhas	178

Lista de Abreviaturas

A.A.I.O.R.N - Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte de Portugal.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino.

ANAIS BN - Anais da Biblioteca Nacional.

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

APM - Arquivo Público Mineiro.

CBG – Casa Borba Gato.

CC - Casa dos Contos.

CPO – Cartório de Primeiro Ofício.

CSO – Cartório de Segundo Ofício.

IANTT - Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus.

RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro.

RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

RIHGBMG - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

RIHGSP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

SC - Seção Colonial.

SCP - Seção Colonial e Provincial.

Introdução	14
CAPÍTULO 1	25
As joias e a documentação	25
CAPÍTULO 2	51
Ouro lavrado e prata lavrada: conceitos	51
2.1. Conceito de joia adotado para este texto	51
2.2. Outros conceitos	54
2.3. Historiografia da joalheria no Brasil	58
CAPÍTULO 3	72
A joia mais preciosa do Brasil: Minas como receptora de imigrantes	72
3.1- Os ocupantes	75
3.2 - Artífices em Sabará.	91
3.3 - Alguns ourives em Minas Gerais	99
CAPÍTULO 4	119
Avaliados pelos louvados: as joias na documentação	119
4.1 – Reconhecer os ornamentos.	119
4.2 – Materiais	129
4.3 - Usos das joias	146
4.4 - Joias devocionais.	161
CAPÍTULO 5	177
Tipologia das joias: adornos usados na Comarca do Rio das Velhas	177
Considerações finais.	201
REFERÊNCIAS	206
Acervos e fontes documentais	206
Documentos transcritos e impressos	207
Dicionários	208
Textos religiosos.	209
Livros, teses, dissertações artigos e capítulos de livros.	210
ANEXOS	226
Anexo 1 - Glossário do uso de joias na Comarca do Rio das Velhas do século XVIII	226
Anexo 2 – tipos de ornamentos corporais nos inventários e quantidade	243
Anexo 3 - Gemas encontradas nos documentos, onde foram cravadas e a posse no universo masculino e feminino.	244
Anexo 4 – Relação das joias em coral e possuidores	244
Anexo 5 – Joias das pretas, crioulas e pardas.	245
Anexo 6 – Pretas, pardas e crioulas que empenham joias.	247
Anexo 7 – quantidade e tipos de joias de posse de homens, de acordo com os inventários post-mortem – 1722 – 1815.	247
Anexo 8 - Produção do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Toneladas)	250
Anexo 9 - Relação das joias citadas nos inventários e testamentos	251
Anexo 10. Carta de Domingos da Silva Bueno, guarda-mor das Minas Gerais, para D. Pedro II, dando conta dos descaminhos que costumam ter os reais quintos. Pede uma lei que seja inviolavelmente executada pelos ministros, a fim de proibir as escravas ousado de ouro e seda.	256

Introdução

Alguns objetos estão ligados de forma direta ao homem, sendo portadores de significados que medeiam as relações humanas. Os ornamentos corporais pertencem a essa classe. Autores como Baudrillard defendem a hipótese: “os homens da opulência não se encontram rodeados, como sempre acontecera, por outros homens, mas mais por objetos”.¹ Dessa maneira, as joias, que sempre ocuparam um lugar na história da humanidade, passam a ser vistas não só como um adorno, mas também como um objeto carregado de símbolos e signos, com variadas funções e usos.

Já nos primórdios o ser humano sentia a necessidade de se adornar. Fosse com ossos, pedras, conchas ou mesmo madeira, o homem individualmente precisou destacar-se dos outros por meio de um atavio qualquer. Na história ocidental, algumas mulheres receberam, ao longo da história, o estigma de serem as apreciadoras de joias, diferente de outros povos, de outras épocas e lugares em que a ornamentação com joias era tão importante para os homens quanto para as mulheres. Mas, para o Brasil colonial, a grande maioria das peças que adornam o corpo humano foram e ainda são feitas para elas, como destacou Alcântara Machado: “sem joias não há dama que se considere suficientemente vestida”.² Apesar disso, os homens também investiram dinheiro e tempo em busca de um ornamento que os representasse e artefatos próprios para o uso masculino foram criados.

As joias são usadas para ataviar os usuários, ao menos essa era a primeira intenção. Outras funções foram agregadas ao elemento precioso de

¹ BAUDRILLARD Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Ed. 70, 2007. p.15.

² MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Editora da USP, 1980, p. 101. O uso de joias em mulheres também foi tratado por: SCARANO, Julita. Roupas de escravos e forros. Revista Resgate, nº 4. Campinas: CMU, 1992; LISSANTI, Luis. Negócios coloniais: uma correspondência do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, v.4. GRAHAN, Mary. Diário de uma viagem ao Brasil. Trad. São Paulo: Editora Nacional, 1956; PAIVA, Eduardo França. *Por meu trabalho, serviço e indústria: história de africanos, crioulos e mestiços na Colônia – Minas Gerais, 176-1789*. Tese (doutorado em História) Universidade de São Paulo. USP, 1999. Entre outros.

ornamento por excelência, ou seja, a joia passou a trazer simbologia, poder, riqueza ou até mesmo sentimento. O ato de adornar iniciou-se na África entre 100 mil e 50 mil anos, com os primeiros ornamentos, contas de colares (conchas, ossos e mesmo madeira), e são, ao lado das manifestações artísticas, os principais marcadores do desenvolvimento da cognição nos seres humanos modernos, já que indicam a emergência do processo de simbolização.

Como já mencionado, na história ocidental, as mulheres, mais que os homens, adornaram corpos em vários eventos, como festas, festins, casamentos e outras solenidades. Em se tratando do século XVIII, na antiga Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, as joias eram peças fundamentais não só para serem mostradas nesses encontros sociais, mas serviram como moeda de troca e possuíram outros significados que ao longo do texto serão explorados. Mas o uso não se restringia à sede da Comarca do Rio das Velhas.

Mesmo no cotidiano, as peças de joalheria foram flagradas pelos diversos viajantes e cronistas que, na Capitania de Minas Gerais, transitaram desde o século XVIII. Podem-se contar histórias a partir desses ornamentos. Histórias cheias de emoção, como os romances feitos e desfeitos; histórias repletas de aventura, como as buscas de tesouro por piratas ou a guarda de um anel com propriedades mágicas. Em alguns casos, as joias são também objetos de desejo pessoal e símbolo de conquista.

Durante o século XVIII, em Minas Gerais, as joias foram usadas em vários momentos e situações, como em festas populares e em outras ocasiões especiais.³ Além disso, havia uma parcela da população que se adornava para o trabalho cotidiano, haja vista a quantidade de peças de ouro lavrado relatada na documentação descrita como sendo “de seu uso”, ou “com seu uso” e mesmo “quebrada” ou “quebrado”.

³ Algumas festas anuais e oficiais promovidas pela Câmara da Vila de Sabará entre os anos de 1735 e 1815 foram: Santíssimo Sacramento aos Presos (abril) *Corpus Christi* (junho), *Vizitação de Nossa Senhora a Santa Izabel* (2 de julho), *Nossa Senhora da Conceição* (8 de dezembro), *Anjo Custódio* (16 de julho), *São Francisco de Borja* (padroeiro contra os terremotos). Ver: MIRANDA, Daniela. *Músicos de Sabará: a prática musical religiosa a serviço da Câmara (1749-1822)*. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002..

Este trabalho se desenvolve em torno do tema “joalheria do século XVIII”, dando os primeiros passos de um longo caminho a ser percorrido, principalmente em função da escassez de referências visuais e da dispersão de dados referentes ao ofício dos ourives,⁴ que se voltaram para a produção de ornamentos corporais⁵ femininos e masculinos. Optou-se, aqui, por delimitar o estudo do uso das joias pelos habitantes da Comarca do Rio das Velhas, entre os anos de 1735 e 1815.

Nessa Comarca, durante todo o século XVIII, conviveram homens e mulheres de todas as “qualidades”,⁶ ataviados ou não. Os que portavam joias queriam demonstrar algum tipo de poder ou exibir suas patentes, suas condições, ou mesmo demonstrar seus vínculos com os grandes centros produtores de joias – como Lisboa, Porto ou Coimbra, em se tratando do circuito português, além da Inglaterra, França, Itália ou mesmo países da Ásia e da África, de onde também vieram algumas das peças usadas pelos moradores da Comarca do Rio das Velhas. As joias, que quase sempre eram sinal de distinção, também receberam nas Minas Gerais outras funções; poderiam revelar a condição social, econômica e cultural do usuário, bem como servir, em momentos de crise econômica pessoal, como alívio financeiro, uma vez que o ato de empenhar joias era muito comum nas Minas Gerais do século XVIII.

⁴ No verbete do *Dicionário Rafael Bluteau*, encontramos: “Ourivez da prata – artífice que vende, & lavra peças de prata. *Faber argentarius*”. Logo abaixo, outro verbete: “Ourivez do ouro. Artífice que vende, & lavra peças d’ouro. Também vende pedras finas, & cheyros preciosos, com âmbar, almíscar. Tenho reparado que muytos não distinguem o plural de Ourivez do seu singular, porém os que se prezão de fallar correctamente, dizem *ourivezes* no plural” (BLUTEAU, 1712-1728).

⁵ Para esta tese, optamos por alternar os termos joia, adorno e ornamento, porém esses nomes referem-se ao mesmo artefato, cujos objetivos eram a ornamentação, o poder e a sedução, que serão melhor abordados no Capítulo 3, sobre joias na documentação.

⁶ Qualidade, casta, raça, nação, cor e condição formam as categorias necessárias à hierarquização social no mundo ibérico. Elas distinguem e classificam os atores sociais. Apesar de serem usadas na vasta documentação, já existia essa diferenciação entre os nativos do continente. Ver: PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII* (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho) Tese para Concurso de Professor Titular em História do Brasil apresentada à UFMG, 2012. Ver também: BOIXADÓS, Roxana; FARBERMAN, Judith. Clasificaciones mestizas. Una aproximación a la diversidad étnica y social en Los Llanos de la Rioja. Siglo XVIII. En J. Farberman y S. Ratto (coords.); *Historias mestizas en el Tucumán colonial y en las pampas (siglos XVII-XIX)*, págs. 79 – 114. Editorial Biblos, Buenos Aires, 2009.

Para outros tantos, serviu também como proteção contra o desconhecido, que poderia ser mau-olhado, alguma doença, ou por se considerarem sem sorte, seja nos negócios, seja no amor.⁷ Esses bens, classificados como ouro lavrado e prata lavrada, foram listados em alguns inventários *post-mortem* e também em testamentos.

Alguns atores sociais, porém, não deixaram registrada a posse de joias, apesar da fortuna acumulada ao longo da vida apontar para essa possibilidade, ou seja, possuíam outros bens materiais, como roupas, casas, ferramentas, escravos, mas não investiram no adorno corporal. Caso interessante foi o do ourives Manoel Macedo Guimarães, que declarou “uma tenda de ourives com todos os preparos”, mas nem em seu inventário, nem no traslado de testamento, foi relacionada qualquer peça de joalheria.⁸ A documentação cartorária do século XVIII está repleta de exemplos de roceiros que não possuíam qualquer ornamento. Também pode ser aferido na documentação que, além de alguns roceiros, outros tantos moradores de algumas vilas não possuíam esses objetos, não legaram aos seus herdeiros sequer um brinco em forma de botão, que foi a peça de menor valor aferida na leitura dos documentos, apesar de terem registrados testamentos nos quais constavam prata lavrada usada no cotidiano das casas, como garfos, facas, colheres, salvas entre outros, bens semoventes, terras e roupas. Em contrapartida, deparamos com pequenas fortunas deixadas aos herdeiros, representadas por ornamentos em ouro ou prata, com técnicas variadas e algumas peças cravejadas de diamantes e com gemas mais coloridas. No inventário de Antônio de Sá Barbosa, temos um exemplo de uma peça em ouro com 124 gramas de peso total. Sá Barbosa foi um coronel, casado, possuía casas e comércio espalhado pela Comarca do Rio das Velhas. Morreu no ano de 1734 e, em seu inventário constava, entre outras peças,

[...] um crucifixo com uma crus esmaltada com seu cordão de ouro que tem de peso noventa e seis oitavas e meia e oitenta reis de

⁷ VASCONCELOS, José Leite de. *Signum Salomonis, a figa, a barba em Portugal; estudos de etnografia comparativa*. Lisboa: publicações Dom Quixote, 1997. Ver também PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006, p. 224.

⁸ IBRAM-Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CSO-I (5) 57. Manoel Macedo Guimarães. 1739.

ouro avaliada cada oitava em mil e quatrocentos reis que importão em cento e trinta e cinco mil e duzentos e setenta e cinco reis.⁹

Em relação às gemas, na região das Minas Gerais, elas receberam um tratamento diferenciado. A corrida para essa região deu-se em função do ouro, mas as pedras preciosas também foram alvo de muitos que queriam alcançar fortuna com a comercialização ou mesmo para uso em seu ofício. Talvez a falta de lapidários na Comarca do Rio das Velhas tenha feito com que as pedras fossem mais negociadas com comerciantes portugueses, do que cravadas nos ornamentos listados na documentação. Dos 320 inventários lidos, as pedras foram listadas em 70 deles, sendo descritas das mais variadas formas, como falsas, cor de jacinto, verde, azul, vermelha. Outros inventários classificaram as pedras como sendo topázio, cristal, crisólita “robim ordinário”,¹⁰ mas a maioria dos documentos lista o diamante e sua forma conhecida por “olho de mosquito”. Recebe esse nome em função do seu tamanho diminuto. Apesar da variedade de pedras existentes no subsolo mineiro e da gama cromática,¹¹ a preferência foi pelo diamante, como será abordado mais adiante.

O comércio de pedras parece ter sido bastante lucrativo já que, como mencionado, havia falta de lapidários na Comarca. Enquanto isso, uma grande quantidade de ourives, lapidários e cravadores estava instalada nos centros maiores, no litoral, como Salvador e Recife, desde o século XVII, e Rio de Janeiro, no século XVIII, como aponta Sousa.¹² Esses oficiais vieram para o Brasil, segundo o pesquisador, acompanhando as peças fabricadas em Lisboa, Porto ou Coimbra, e muitos se instalaram no Brasil, “pela sua pujança intrínseca, permitida pelas riquezas naturais que abundavam no território”.¹³ Tal comércio era feito diretamente com os cristãos-novos,¹⁴ que

⁹ IBRAM-Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CSO-I (03) 36. Coronel Antonio de Sá Barbosa. 1734.

¹⁰ IBRAM-Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CSO-I (04) 47. Antonio Gonçalves Ferreira. 1758.

¹¹ SCHUMANN, Walter. *Gemas do mundo*. 9ª edição ampliada e atualizada. Barueri, SP; Disal Editora 2006.

¹² SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e. *A joalheria em Portugal: 1750 – 1825*. Porto, Portugal: Livraria Civilização Editora, 2006.

¹³ Idem, p. 38.

¹⁴ A conversão forçada de muçulmanos e judeus ao Cristianismo, no ano de 1497 em Portugal, ordenada por D. Manuel (1469 – 1521) deu início ao conceito de cristão-novo.

mantinham uma extensa rede de informantes e sempre estavam preocupados com a cotação do mineral, pois

A notícia da existência de diamantes no Brasil e sua confirmação imediata com o derrame de enormes e esplêndidas pedras no mercado europeu, lançou em pânico os centros da Inglaterra, Holanda e Bélgica onde estavam os comandos do negócio de pedras preciosas.¹⁵

A utilização em abundância do diamante na joalheria, principalmente a portuguesa, deu-se apenas após a década de 1720, em função da descoberta da pedra na região do Arraial do Tijuco. Com isso, o valor de mercado teve baixas acentuadas, explicando-se assim o pânico de alguns comerciantes de pedras. Em contrapartida, nota-se uma maior utilização dessa gema na ourivesaria em geral.¹⁶ Os comerciantes que atuavam no setor de gemas até o século XVIII voltaram suas atenções para os diamantes brasileiros. Não só o diamante, mas todas as pedras produzidas nas jazidas mineiras, como ametista, ágata, água-marinha, crisoberilo (algumas vezes chamado de minas novas), esmeralda, granada, topázio e turmalina, além dos cristais de rocha.

Os judeus sefarditas – termo que se refere aos descendentes de judeus originários de Portugal e da Espanha - já dominavam os negócios das “especiarias, tabaco, açúcar, vinhos, óleos, marfim e pau-brasil. Mais tarde, igualmente, os diamantes do Brasil”.¹⁷ Outras gemas fizeram parte do rol dos negócios dos cristãos-novos que vinham para a região das Minas Gerais com o pretexto de negociar certos artigos, como tecidos em lãs grosseiras, agulhas, alfinetes e tecidos de luxo como a seda, mas cujo real interesse era a “busca de joias e metais preciosos”, como alerta Salvador,¹⁸ que continua explicando tratar-se de falsos comerciantes que, na verdade, eram ourives interessados na produção do metal e das pedras preciosas. As pedras

¹⁵ LIMA JUNIOR, Augusto. *História dos diamantes nas Minas Gerais: século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945.

¹⁶ A quantidade de pedras tornou-se populares entre as mulheres, que ornamentavam até os cabelos, conforme relato de um viajante francês em Lisboa. Ver: SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro (1695-1755): relações com a Inglaterra*. São Paulo: Pioneira; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior 1992, p. 123. Ver também: LIMA JR. Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1945, p. 67.

¹⁷ SALVADOR, op. Cit, p. 55.

¹⁸ *Ibidem*, p. 51.

preciosas, para os judeus, têm, inclusive, uma conotação sagrada, vista desde muito cedo pelos que estudam a Torá:

28:17 - Colocarás nele engaste de pedras, com quatro ordens de pedras: a ordem de sárdio, topázio e carbúnculo será a primeira ordem;

28:18 - a segunda ordem será de esmeralda, safira e diamante;

28:19 - a terceira ordem será de jacinto, ágata e ametista;

28:20 - a quarta ordem será de berilo, ônix e jaspe; elas serão guarnecidas de ouro nos seus engastes.

28:21 - As pedras serão conforme os nomes dos filhos de Israel, doze, segundo os seus nomes; serão esculpidas como sinetes, cada uma com o seu nome, para as doze tribos.¹⁹

Considerando as joias como objetos passíveis de serem estudados em forma de sistemas, como descreveu Baudrillard, vamos recorrer aos ornamentos para entendermos a sociedade mineira do século XVIII, quando as pessoas daquele tempo e daquela região escolheram os tipos de joias que portariam e qual o uso adequado para cada uma delas. Sendo assim, veremos as joias nos sistemas funcional, subjetivo, disfuncional ou socioideológico.²⁰

O dia a dia na Comarca do Rio das Velhas, em particular, e na Colônia, em geral, incluindo todas as vilas e arraiais e lugarejos, foi marcado por uma circulação de modos, de imagens e de tradições proporcionada pelos atores sociais. Os europeus, assim como os africanos, já portavam joias, desde muito tempo, e os brasileiros também não ficaram somente na observação, participando ativamente do comércio e do uso de alguns ornamentos. Chamou a atenção nesta pesquisa a quantidade de pretas, crioulas e mestiças que possuíram joias e, em muitos casos, joias feitas com pedrarias engastadas ou com técnicas refinadas. Por estarem acostumados com o uso de ornamentos corporais, os africanos foram flagrados pelos portugueses quando estes chegaram ao continente africano, e descritos pela

¹⁹ *BÍBLIA*. Português. Bíblia sagrada. Tradução por Padre Francisco Zbick. Rio de Janeiro: Paunape, 1980. Livro do Êxodo 28, vers. 17-21.

²⁰ Baudrillard, em sua obra, escreve que os objetos são estudados a partir de sistemas com a seguinte divisão: funcional, subjetivo, disfuncional e socioideológico. O autor ainda trabalha com a hipótese de que o homem tem uma necessidade na busca de um *status* social a partir da propriedade de determinados bens. BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 5ª. São Paulo: Perspectiva, 2008.

pena de Duarte Barbosa.²¹ No livro *Do que viu e ouviu no Oriente*, o comentarista português registrou que o uso do atavio era bastante comum entre homens e mulheres africanos.

Os relatos de Duarte Barbosa ainda dão conta da diversidade de joias usadas em locais daquele continente. Ele descreve não só as localidades por onde passou ou sobre as quais teve notícia certa, mas também deixa relatos preciosos sobre a cultura material dos povos com os quais teve contato: “tendo viajado por muitos e vários países vizinhos à costa, e visto e ouvido várias cousas que julguei maravilhosas e estupendas, [...] resolvi escrevê-las”.²²

No relato, ele salienta que, na ilha de Quiloa, próxima a Moçambique, a maioria dos habitantes era composta de mouros, “alguns deles brancos, [outros] deles pretos”, que andavam bem “ataviados de muitos panos ricos de ouro e seda e de algodão e as mulheres também, e com muito ouro e prata em cadeias e manilhas que trazem nos pés e nos braços e muitas jóias em as orelhas”.²³ O viajante constata, em outros locais, a presença de joias, também entre os mouros, como em Zanzibar. Naquela localidade, ele nota que as joias eram mais usadas pelas mulheres, pois “Andam as mulheres destes mouros mui bem ataviadas, tem muitas jóias de suas pessoas, de muito bom ouro de Sofala e muita prata”.²⁴

Os africanos ajudaram na difusão do gosto de se adornar em terras brasileiras. Nesse intenso trânsito ocorrido no Novo Mundo, podemos perceber que quase toda essa gente, que viveu na região das Minas Gerais, adornou-se de alguma forma, fato que pode ser atestado pelos exemplos de peças encontradas nos documentos. Esses africanos, seguidos por uma grande geração de mestiços, usaram joias com várias finalidades, muitas como demonstração de distinção e poder, outras como forma de pecúlio, ou ainda como proteção.

²¹ Duarte Barbosa foi ajudante de feitor nas feitorias de Cochim e Cananor (ambas na Índia) em 1502, cargo esse que tinha sido ocupado pelo tio, Gonçalo Gil Barbosa. Foi tradutor das mesmas feitorias, primeiro escrivão de Cananor entre 1511 e 1513 e escrivão de Calecute entre 1513 e 1516. Publicou em 1518 um livro que relata o encontro dos portugueses com comerciantes africanos, *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Para a biografia do cronista, ver: BARRETO, 1980, p. 431-437.

²² BARBOSA, Duarte. Op.cit, 1989, p. 13.

²³ *Ibidem*, p. 23-24.

²⁴ *Ibidem*, p. 28.

Com relação à técnica, essas peças podiam ser toscas, de fabricação rústica, cuja finalidade era oferecer ao usuário uma série de defesas, sendo a mais comum delas a defesa contra o mau-olhado. Na penca de balangandãs encontramos várias dessas peças, sendo a figa a mais popular delas, tanto na Bahia quanto em Minas Gerais. Esse talismã corriqueiro tem sua origem longe no tempo, sendo as primeiras manifestações com essa peça ligadas “a divindades fálicas da Caldéia”, segundo Farelli.²⁵ A autora ainda afirma que as figas africanas eram feitas em todos os metais e em pedras, das mais variadas cores.²⁶

Lody, estudioso das tradições africanas na Bahia e das manifestações religiosas no Brasil, afirma que existem vários formatos de figa além do convencional, que é a mão fechada com o dedão entre os dedos indicador e médio. Segundo o autor:

aparecem figas conhecidas como: figa-isola – com o indicador e o mínimo esticados; figa-chave, figa-cruz, figa em cruz, entre outras modalidades que nascem da inventiva e da necessidade de expressar conteúdos mágico-simbólicos de uso pessoal, de um grupo ou ainda que refletisse um momento especial da sociedade.²⁷

Ainda com relação à sociedade baiana, além dos balangandãs, os homens e mulheres usavam anéis e pulseiras com intuito de afastar o mal, ou seja, joias de fabrico artesanal ligadas à superstição. Normalmente, as pulseiras eram de cobre, mas a prata e o ouro também foram usados na feitura desses objetos de valor mágico, protegendo os usuários de pragas e invejas. As pulseiras eram usadas também com grande valor devocional, pois revelavam que o usuário tinha apego a esse ou àquele orixá, assim como o uso de medalhas pelos católicos demonstrava a fé por esse ou aquele santo.

²⁵ FARELLI, Maria Helena. *Balangandãs e figas da Bahia: o poder mágico dos amuletos*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 1981.

²⁶ *Ibidem*, p. 15. A autora abre uma discussão em torno do nome da peça. Segundo ela, há diferença entre o *balangandã* e *barangandã*, sendo este referente a objetos de crença religiosa, usadas pelas baianas do Candomblé inserindo amuletos de seus orixás, enquanto o *balangandã* é composto por joias para enfeite, adorno, decoração. Quanto ao material utilizado na confecção dos berloques, todas as figas listadas nos inventários mineiros foram feitas em ouro. Ver também: VASCONCELOS, José Leite. *Signum Salomonis, a figa, a barba em Portugal*. Lisboa. Publicações Dom Quixote, 1996.

²⁷ LODY, Raul. *Dicionário de arte sacra e técnicas afro-brasileiras*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, p. 181.

Apresentadas as relações entre as joias e os atores que fizeram parte desta pesquisa, estando eles espalhados pelo território mineiro no século XVIII, como os católicos, os cristãos-novos, os islamizados, além de uma massa de pretos, crioulos e mestiços, queremos dizer que todos foram protagonistas e que, ao usarem joias, fizeram-no por alguma necessidade. Seja como resistência ao sistema escravista, como função estética, reserva de valor ou com intuito de demonstrar poder social, as joias diziam, e ainda dizem muito do seu usuário.

Não importa o tipo de joia, se elas foram usadas como forma de proteção, elas sempre serão classificadas como joias devocionais, votivas, evocativas ou propiciatórias.²⁸ Essa divisão em quatro grupos serve para as joias tidas como mágicas, como os balangandãs ou os seus berloques, e também para as peças religiosas, nesse caso inserindo-se as joias usadas pelos católicos “tementes a Deus”.²⁹

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos: no primeiro deles, “As joias e a documentação”, é apresentada a massa documental pesquisada, sendo a principal delas, os inventários *post-mortem* sob os cuidados da Casa Borba Gato, em Sabará. O segundo, denominado “Ouro lavrado e prata lavrada: conceitos” visa elencar e esclarecer os conceitos utilizados para esta pesquisa, bem como apontar as escolhas teóricas que nos permitiram não só analisar as fontes documentais, como também os objetos dentro de um contexto histórico e cultural. Houve espaço, nesse capítulo, para uma revisão bibliográfica sobre o tema “joalheria no Brasil”. O terceiro capítulo, “A joia mais preciosa do Brasil: Minas como receptora de imigrantes”, visou contextualizar Minas Gerais de forma geral e Sabará especificamente, descrevendo o cenário e tipos de personagens envolvidos.

O quarto capítulo recebeu como título: “Avaliados pelos louvados: as joias na documentação”,³⁰ onde são apresentados os materiais mais

²⁸ Essa classificação será mais bem explorada no Capítulo 4, “Avaliados pelos louvados: as joias na documentação”.

²⁹ “Temente a Deus” é expressão corriqueira, encontrada na maioria dos inventários e testamentos mineiros do século XVIII. Na frase, o sentido não é o de medo e sim o de respeito, de ser fiel.

³⁰ Louvados, de acordo com as Ordenações Filipinas, são pessoas entendidas nos objetos que forem avaliar. Geralmente em par, são nomeados pelo juiz e são remunerados para o serviço de avaliadores. Após a conclusão do inventário, os louvados receberão a remuneração devida.

utilizados na confecção dos ornamentos corporais, além de continuar a discussão iniciada no capítulo anterior com relação à transversalidade que as joias alcançam com base na análise delas a partir dos inventários e testamentos existentes no acervo da Casa Borba Gato, em Sabará. No quinto capítulo, foi feito um levantamento tipológico dos adornos corporais mais utilizados na Comarca do Rio das Velhas. Nele estão contidos ainda os usos dos ornamentos pela população setecentista daquela Comarca. Ainda no referido capítulo, será mostrado o conjunto de objetos em prata que fizeram parte dos bens deixados, não só dos adornos corporais, como os relógios, fivelas, figas e anéis, como também da prata utilizada na produção de objetos de uso doméstico, como garfos, facas, colheres, bacias, fruteiras, gomil, entre outros. Nesse universo da prata, pode-se perceber que o investimento era mais voltado para a ostentação do luxo doméstico, e, em alguns casos, o uso da prata contribuiu para um entendimento do amplo comércio com o Oriente praticado na região das Minas Gerais, função da presença de motivos que decoram as peças hoje expostas em museus.

Ao final do texto, como anexo, foi elaborado um glossário ilustrando as joias utilizadas por algumas pessoas da Comarca do Rio das Velhas. Inclui também algumas explicações sobre as técnicas mais utilizadas pelos ourives e lapidários durante o século XVIII.

CAPÍTULO 1

As joias e a documentação

O presente trabalho organiza-se, como já citado, pela leitura de trezentos e vinte inventários e de quinze testamentos produzidos pelos moradores da Comarca do Rio das Velhas entre os anos de 1735 e 1815. Esse conjunto documental possibilitou verificar as redes sociais, culturais e econômicas montadas, em vida, pelo testador e pelo inventariado.

Toda a documentação foi lida tomando como base uma perspectiva metodológica que permite perceber as continuidades de uso e de permanência de algumas funções, de maneira que se possam verificar os novos usos e suas adaptações, com relação à história da joalheria. Trata-se das comparações e conexões históricas, que nos permitiram aproximar, por exemplo, práticas culturais entre as regiões visitadas pelos portugueses.

A história comparada aplicada como metodologia para este trabalho foi pensada a partir dos estudos produzidos, entre outros autores, por Paiva,³¹ que propõe a verticalização de temáticas comuns às sociedades coloniais, realçando semelhanças e diferenças, no caso específico, as influências negras e mestiças na sociedade colonial. Este trabalho também evidencia a noção de universo cultural como sendo um espaço marcado por possibilidades e significados que se agregam em um conjunto de impermeabilidades e permanências, ou mudanças, tornando-se um,

[...] amplo conjunto de diferentes e diferenças, em movimento constante, misturando-se, mas também chocando-se, antagonizando-se, superpondo-se em ritmos que às vezes são lentos e outras vezes são velozes, de maneira harmoniosa e/ou conflituosa, dependendo de épocas e de religiões, dos protagonistas e de seus objetivos.³²

³¹ PAIVA, Eduardo França. Histórias comparadas, histórias conectadas: escravidão e mestiçagem no mundo ibérico. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume; PPGH-UFMG, 2008. p. 13-25. O autor deixou claro que baseou seus estudos em: GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres "connected histories". *Annales Histoire, Sciences Sociales*, Paris, n. 1, p. 85-117, jan./fév. 2001.

³² PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 32.

Nesse sentido, a joia deixa de ser um mero artefato com valor estético e mercantil, alcançando vida cultural, social e política, quando usada, por exemplo, para evocar os antepassados africanos, ou como forma de demonstrar a conquista da liberdade, ou mesmo como símbolo de riqueza nas festas anuais. Quando as pretas, crioulas e mestiças exibiam as joias, provavelmente estavam celebrando aproximações com o mundo dos livres, já que esse tipo de ornamento era o mais utilizado nas sociedades de Corte na Europa.

Aliás, muitas negras, crioulas e mestiças, tanto escravas, quanto libertas e nascidas livres, usaram mais esse tipo de ornamento, com técnicas requintadas e alto valor venal, que as mulheres brancas. Entre as joias mais usadas por elas, estão as com temática religiosa, como no caso da preta Páscoa Gomes dos Santos, Natural da Costa da Mina. Em seu testamento, ela declarou uma cruz de ouro com suas pedras de diamante, uns brincos de ouro com seus diamantes e um crucifixo de ouro.³³ Outra preta forra que possuía joia com temática religiosa foi Maria Parreiras, solteira, morreu 1773 e em seu inventário constava uma imagem de Nossa Senhora da Conceição em ouro.³⁴

Já a parda Esperança Pereira do Lago, casada que foi com Manoel Pereira da Rocha, possuía muitas joias com temáticas variadas. Moradora do “Arrayal Velho Freguesia de Curral Del Rey, termo da Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará”,³⁵ morreu em abril de 1793, e em seu inventário constavam os ornamentos corporais descritos no quadro a seguir.

³³ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-TEST 32 (48). Páscoa Gomes dos Santos. 1770.

³⁴ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (07) 68. Maria Parreira. 1773.

³⁵ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (69) 525. Esperança Pereira do Lago. 1793

QUADRO 1

Quantidade de peças com o respectivo valor da parda Esperança Pereira do Lago, listadas no inventário.

Quantidade	Peça em ouro lavrado	Valor
Uma	Imagem de (ilegível) com um trancelim de ouro -	23\$500
Um	Caixilho de ouro liso com seu trancelim também de ouro	25\$200
Uma	Corrente de braço de ouro com seu trancelim largo com sua verônica de Santo Anastácio e outra de Nossa Senhora da Conceição – 6 oitavas	9\$000
Uma	Corrente de ouro trancelim partido com sua Verônica De São Bento e outra de N. Sra. Conceição 3 oitavas	5\$525
Um	Corais de ouro grande lavrado - 8 oitavas	11\$637
Um	Coral grande de ouro lavrado – 5 oitavas	7\$000
Dois	Olhos de Santa Luzia de ouro com seu esmalte branco	2\$100
Dois pares	Brincos com seus aljofres	2\$362
Um par	Brincos com pedras de aljofres	1\$400
Um	Brinco quebrado com pedra vermelha	1\$050
Um par	Botões de ouro pequeno	\$875
Uma	Imagem do menino Jesus de ouro	\$875
Uma	Verônica de ouro com a imagem de Nossa Senhora da Conceição e sua custódia	1\$575
Um	Anel de ouro lizo	\$700
Umas	Contas de ouro maciço	6\$300
Quatro	Cordões de ouro fino	32\$900
Dois	Cordões de ouro fino	9\$800
Dois	Fios, digo Mis(ilegível) e três contas de ouro pequenos e dois pares de botões de ouro	3\$500
Quarenta e nove	Contas de ouro	2\$100
Um par	Fivelas de prata	2\$250
Uma	Boceta de prata	2\$000

Fonte: ¹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (69) 525. Esperança Pereira do Lago.

Os exemplos acima ilustram parte do universo cultural no qual as negras, crioulas e mestiças estavam inseridas, ou seja, ilustram as conexões e os movimentos que os encontros culturais entre povos de origens e “qualidades” (brancos, negros, índios, crioulos, mestiços, pardos, mulatos, cabras dentre outros.) promoveram e demonstram também adaptações e trocas culturais ocorridas cotidianamente.

Páscoa Gomes também é um exemplo de mobilidade econômica e social. Conseguiu sua alforria, ao mesmo tempo em que se tornou uma

agente envolvida no processo de mistura cultural, originando algo novo. A parda Esperança do Lago teve à sua volta, desde seu nascimento, as condições que permitiam essa mobilidade, uma vez que estava acostumada a ver os mestiços por todos os lados, seja no comércio, na mineração ou mesmo nas câmaras.

Não se pretende, neste trabalho, descrever as andanças de escravas que, ao saírem em público, desfilavam com as joias próprias (em alguns casos) ou com as pertencentes aos senhores (em muitos outros), devolvendo-as assim que retornavam aos afazeres cotidianos. Desejo, na verdade, propor uma reflexão em relação à quantidade e aos tipos de joias que mulheres não brancas de todas as “qualidades” e “condições” (livres, libertas, escravas) usavam, apontando a maneira com a qual algumas joias eram vistas e usadas por membros da sociedade local. Em alguns casos, a quantidade de joias que elas possuíam superava as pertencentes a mulheres livres. Essas mulheres não brancas chegaram a emprestar e a empenhar suas joias, como no caso da crioula Bárbara Gomes de Abreu e Lima, estudada por Paiva,³⁶ que declarou em testamento ter empenhado algumas de suas joias para mulheres livres, na Comarca do Rio das Velhas, no século XVIII.³⁷

Busca-se, neste trabalho, fazer um levantamento das posses das pretas, crioulas e mestiças, e também destacar as joias como objetos históricos presentes nas vidas de livres, libertos e escravos. Vincula-se isso à mobilidade econômica, cultural e, em alguns casos, social vivenciada por essas mulheres e tentei mostrar, pelo uso dos ornamentos, certa influência que elas exerceram sobre os usos de algumas joias por parte de homens e mulheres brancos. Para tanto, foi explorado ao máximo as descrições feitas em inventários e testamentos de pessoas que tinham joias e que as deixaram registradas.³⁸

³⁶ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. p. 145; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Op. cit, p. 220-221.

³⁷ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-TEST – Bárbara Gomes de Abreu e Lima. códice 2, f. 86v-91. 1735.

³⁸ Para os que têm capacidade de testar, ver Ordenações Filipinas, Livro 4, título LXXXI. Para os inventários, as determinações estão regidas também nas mesmas Ordenações, no Livro I, título LXXXVIII. Entre os “capacitados” estavam os livres e os libertos.

Escravos e forros contribuíram enormemente para o incremento populacional das Minas Gerais e, também, para a intensa mobilidade cultural aí existente. Os africanos trazidos para a Capitania tinham origens muito diversas. É o que aponta Paiva:

Afinal, os conhecimentos técnicos; os tipos de organização política e econômica; as formas de constituição social; as representações e as práticas culturais; o desenvolvimento dos contatos amistosos e conflituosos com outros povos; os sistemas religiosos e míticos, tudo era tão diferente entre as diversas regiões da África, que seria prudente referir-se a esse continente como Áfricas.³⁹

Além de africanos e de europeus, a população mineira setecentista também contou com índios e, com um numeroso grupo de pessoas nascidas na América portuguesa, formado por crioulos e mestiços de várias “qualidades”, principalmente. Lembremos que, na Capitania, formou-se um quadro social propício a uma efervescência cultural, à compra de alforria, à formação de pecúlio pelos escravos e até mesmo à ascensão econômica de muitos forros. É prudente lembrar que esse cenário se constituiu desde as primeiras décadas da ocupação dessa região, conforme relatos de André de Mello Castro, Conde de Galvêas (1688 – 1753) então governador da Capitania, que escreveu ao rei sobre os forros:

[...] ordinariamente são atrevidos, mas no mesmo tempo trabalham todos nas lavras do ouro, nas dos diamantes, nas roças e comumente faíscam para si de que se segue a Vossa Majestade a utilidade de seus quintos que seriam menos se eles não minerassem.⁴⁰

Muitas das pessoas que viveram nas Minas Gerais no século XVIII, inclusive os não brancos, possuíam bens e os legaram a descendentes e a outros escolhidos. Muitos morreram sem ter ditado os legados testamentais e, nesses casos, tiveram seus bens relacionados nos inventários *post mortem*. Os dois tipos de documentos são muito ricos em informações que explicitam variados aspectos daquela sociedade, desde os mentais, até os culturais, os materiais, os econômicos e os políticos.

³⁹ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia*. Op. cit. p. 73.

⁴⁰ Arquivo Público Mineiro/CMOP - Códice 35 - Registro de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos - 1735-1736, f. 118-118v.

O conjunto documental investigado constitui-se, principalmente, de inventários *post mortem* pertencentes ao acervo do Museu do Ouro em Sabará, divididos em Cartório do Primeiro Ofício (CPO) e Cartório do Segundo Ofício (CSO), ambos fazem parte dos arquivos da Casa Borba Gato. Outros documentos pertencentes ao Fundo Arquivístico da Câmara Municipal de Sabará (CMS), ao Arquivo Público Mineiro (APM), também alguns testamentos da Casa Setecentista de Mariana, e Códices do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), seção Minas Gerais foram analisados para esta pesquisa

Para este trabalho, interessaram apenas os documentos em que estavam listados os ornamentos corporais, masculinos ou femininos. Diante do volume documental existente nos arquivos da Casa Borba Gato, foi proposta inicialmente a análise de quarenta inventários por década, entre os anos de 1735 e 1815, totalizando trezentos e vinte documentos, para cobrir as oito décadas propostas. Sendo assim, a leitura dos inventários se deu de forma até alcançar a marca estipulada, não importando a sequência dos anos. Pensamos que assim teria uma leitura da sociedade por uma ótica transversal. Além disso, ao não escolher esse ou aquele documento, conseguimos abranger os diversos segmentos da população da antiga Vila de Sabará.

O número de inventários proposto para a análise foi conseguido por meio de regra matemática simples. Ao ler os documentos dos primeiros dez anos (1735-1745), encontrei registrados no Cartório de Primeiro Ofício (CPO) e no Cartório do Segundo Ofício (CSO) setenta e oito inventários, dos quais quarenta e três deles continham ornamentos corporais. Nos dez anos seguintes foram registrados sessenta e oito inventários e, entre eles, encontrei quarenta e dois nos quais havia menção a peças de ouro e prata. Concluí, diante disso, que quarenta inventários por década seriam uma amostra confiável para esta pesquisa.

Com a série proposta temos a possibilidade de vislumbrar a tipologia das peças mais utilizadas pelos atores sociais da antiga Vila de Sabará. Assim, as peças em “ouro lavrado” e “prata lavrada” foram analisadas e fizeram parte do quadro inserido no capítulo 3 deste trabalho.

A análise dos inventários possibilitou, também, promover comparações entre os possuidores de ornamentos, assim como o levantamento quantitativo das joias que livres e forros possuíam. Então, quadros com as porcentagens dessas joias e seus respectivos possuidores estão expostos no capítulo 4.

Além da documentação manuscrita, houve a preocupação de consultar, também, os acervos de joias e ornamentos em Minas Gerais e no exterior, buscando observar detalhes sobre as peças que adornaram corpos ou serviram como moeda de troca, encerradas, por vezes, em cofres de museus ou expostas em vitrines e, também, ornando imagens de santas, em altares de igrejas. A leitura desses documentos, incluindo os objetos, explicitou ainda mais as dimensões econômicas e culturais, de religiosidade e de magia que os perpassavam e que marcaram o cotidiano de seus usuários na antiga Vila de Sabará durante o século XVIII.

Dentro das categorias de “ouro lavrado” ou “prata lavrada”, estavam listados todos os ornamentos corporais⁴¹ dos inventariados, sendo ou não feitos com os respectivos metais. No caso de ouro lavrado, era comum listar peças como “bola de âmbar” ou “pendente de coral”, isto é, todo objeto que servira de adorno e que fora confeccionado em ouro entrava nesta categoria. Assim, foram listados não só os objetos de adornos corporais, como brincos, anéis, medalhas, feitiços, memórias, correntes, entre outros, mas também flagrados nos documentos os itens em prata utilizados para adornar a casa, como “salva” e “tamboladeira”, além de utensílios domésticos, como facas e garfos.

Após a leitura da documentação descrita, houve a necessidade de buscar referências visuais, uma vez que não havia uma descrição pormenorizada das peças. Sendo assim, visitamos museus brasileiros e europeus em busca dessa referência. Nosso ponto de partida foi o Museu do Ouro, em Sabará, onde, infelizmente, deparamo-nos com poucas peças *in loco*, devido a um roubo ocorrido em julho de 1985. Nosso contato foi, então, com as fotografias das peças roubadas, o que nos levou a outros

⁴¹ Não era hábito utilizar a expressão “joias” para designar o conjunto de peças de adorno corporal. “Ouro lavrado” e “prata lavrada” eram o usual.

questionamentos, como: quais seriam os materiais e formas utilizados para a confecção de vários ornamentos? Este tema será tratado no Capítulo 2.

FIGURA 1 - Anel em ouro com cercadura de crisólitas e topázio ao centro



Museu do Ouro/Sabará. Técnica: Ourivesaria, peso: 5,0g. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/desaparecidos/>>. Acesso em 18/5/2012

Alguns museus são locais privilegiados de memória, além de possuir outra modalidade que é “museu-narrativa”, ou seja, alguns museus possuem artefatos que são, ao mesmo tempo, associados ao passado, a um tempo linear e progressivo, e também possuem objetos que não se apóiam, exclusivamente, na memória, aparecendo como auxiliar à narrativa. Guardam um conjunto de elementos de valores culturais das gentes que viveram em determinadas sociedades. Difundem e expõem os testemunhos materiais do homem atribuindo-lhes legitimidade como fontes históricas.

A proposta foi pensar as peças identificadas também a partir das especificidades de cada acervo. O Museu Mineiro,⁴² por exemplo, abriga um conjunto de imagens sacras junto ao qual pude perceber a riqueza das peças

⁴² O Museu Mineiro localiza-se em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. O prédio era sede do antigo Senado Mineiro. Seu acervo de 2.600 peças reúne arte sacra mineira, pinturas, documentos entre vários outros objetos, dentre eles, os objetos de ourivesaria.

e os materiais envolvidos na produção dos ornamentos que, em algumas circunstâncias, foram doados às santas, como se registrava na documentação antiga. Esse conjunto de imagens refere-se à natureza devocional da religiosidade mineira que torna indissociável a ideia cristã da feitura artística.

Mesmo antes do manifesto do ouro, aventureiros e bandeirantes vieram para a região das Minas, ávidos de riqueza e, por que não dizer, de graça divina. Trouxeram oratórios portáteis com seus santos de devoção, demonstrando a fé nas imagens esculpidas e muitas vezes policromadas, verdadeiros tributos à crença católica. Esse sentimento devocional se propagou, posteriormente, nas vilas e arraiais mineiros, manifestando-se em forma não só de templos, mas também na ourivesaria que constitui a imaginária. Entre esses objetos estão os ornamentos corporais, feitos exclusivamente para as santas ou doados ao longo do tempo pelos fiéis, como se fossem ex-votos.

O Museu Mineiro foi escolhido para uma pesquisa sobre os objetos que testemunham o cotidiano referencial da fé nas Minas Gerais do século XVIII. A qualidade e a diversidade dos ornamentos que adornam as santas e os santos desse acervo, contam com exemplares de feitura eruditas e populares, também foi ponto decisivo para a análise realizada. São coroas, turíbulos, viáticos, âmbulas, cálices e resplendores feitos em prata e ouro, que atestam a qualidade dos ourives. Também podem ser encontrados os adornos corporais, como os rosários, cujas contas e crucifixos são em ouro ou prata, além de pulseiras e colares de contas. Algumas santas, que fazem parte do acervo do referido museu, possuem as orelhas furadas, o que significa ter havido a preocupação em adorná-las com brincos, que eram normalmente legados em testamentos.

Em alguns documentos, pode-se perceber a vontade de doar bens à igreja ou a certas imagens de devoção, como foi o caso de Joanna Gomes, preta forra, nascida em Angola, que morava, até abril de 1761, na Vila de São José, da Comarca do Rio das Mortes. Essa mulher foi estudada por Paiva, que viu na história de Joanna Gomes mais um dos caminhos trilhados por mulheres forras que buscaram algum prestígio social, espaços de autonomia e maneiras de atenuar a segregação por elas sofridas naquela sociedade

escravista.⁴³ A ex-escrava, além de exigir ser enterrada dentro da capela Nossa Senhora do Rosário dos Pretos daquela vila, nomeou a Irmandade como sua testamenteira e herdeira universal de seus bens, no qual incluía “um par de brincos pequenos de aljôfar”.⁴⁴ Joanna Gomes legou mais que isso. Deixou registradas formas de celebração de suas conquistas, adotadas pela população forra no geral e particularmente pelas mulheres libertas quando deixou claro que deveria ser enterrada, como já mencionado, dentro da c

apela, no lugar que lhe pertencia, ou seja, rainha da Irmandade.⁴⁵

Não foi encontrado, na mencionada Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, qualquer indício desse par de brincos. Podem ter sido vendidos, extraviados ou, como era costumeiro, desmanchados para virar uma nova peça, ou podem mesmo ter sido incorporados a algum acervo de museu.

Portanto, explorar os acervos museológicos para tentar entender a relação dos usuários com as joias foi o objetivo desta pesquisa. A partir desses testemunhos materiais, associou-se valores simbólicos e espirituais existentes nos ornamentos corporais, tratando-os não como itens sem potência e sem vida, mas tentando compreender como eles passaram de objetos de uso cotidiano a peças de memória.⁴⁶

Os metais e adornos corporais expostos atualmente nos museus transformaram-se, ao longo de séculos, em produtos com valores estéticos, culturais e monetários. Eles circularam sob variadas formas, com usos diferentes, inclusive servindo como medida de valor em situações de troca.

Muitos museus possuem acervo de joalheria e ourivesaria bastante significativo. Há objetos de ouro e prata, feitos em Portugal e doados pelo rei D. João V entre 1707 e 1750, como os exemplares em prata existentes no Museu Arquidiocesano, na cidade de Mariana, Minas Gerais. Mesmo sem

⁴³ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural*. Op. cit, p. 213.

⁴⁴ MR/INV – caixa 98. Inventário *post mortem* de Joanna Gomes – São José Del Rei, 1761.

⁴⁵ Paiva ainda acrescenta que Joanna Gomes deixou importante indício sobre a origem dos Congados e Festas do Rosário, com seus reis, rainhas e guardiãs. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural*. op. cit. p. 96.

⁴⁶ Jacques Le Goff aponta que a formalização das práticas de preservação e difusão da memória é cada vez mais comum nas sociedades contemporâneas, e o museu é um espaço destinado a isso. Ver: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003.

referência precisa da origem de determinados ornamentos corporais, o acervo desse museu proporcionou um alargamento visual da pesquisa, em função dos mais variados tipos de peças doadas por fiéis aos santos de devoção.⁴⁷ Muitos objetos sacros expostos no museu foram doações de portugueses residentes no Brasil. Outros vieram diretamente de Lisboa ou do Porto, em função da criação do Bispado de Mariana em 1745, como a banqueta pontifical (conjunto de castiçais e crucifixo), datada de 1746/1750, em prata portuguesa, doada por D. João V (cujo brasão de armas está cinzelado nas peças) à Igreja da Catedral de Mariana.⁴⁸

A comparação das peças descritas nos documentos pesquisados com as peças portuguesas e espanholas existentes ainda hoje em vários acervos foi possível com a pesquisa realizada em museus europeus. Em Portugal e na Espanha foram produzidas muitas das peças descritas nos inventários e testamentos investigados e outras tantas foram copiadas por ourives em Minas Gerais, reproduzindo na América o gosto europeu.

O comércio intenso e o dinâmico trânsito cultural entre os brasileiros e os ibéricos durante o século XVIII, como aponta Paiva,⁴⁹ proporcionaram, em certa medida, a globalização do mundo, o que pode ser percebido analisando o acervo em alguns museus europeus. O trânsito cultural foi nossa motivação e a comparação de ornamentos foi nosso objetivo nas visitas a acervos europeus.

Uma visita ao Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, trouxe-nos mais clareza sobre várias peças descritas nos inventários e testamentos mineiros. Como boa parte dos inventariados era de origem portuguesa, a possibilidade de terem trazido as joias de sua terra natal é muito grande. Joias como as descritas no inventário de Clara Josefa Lionarda, mulher branca, casada com

⁴⁷ Algumas joias podem ter sido incorporadas ao Museu por terem sido ofertadas na condição de “ex-voto”. A origem cristã do ex-voto data do século IV, a partir da absorção de antigas práticas pagãs conforme SOUZA, Laura de Mello e. Os ex-votos mineiros. In: SOUZA, Laura de Mello. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.207-209; Ver também: CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Introdução ao Barroco Mineiro*. Editora Crisálida. Belo Horizonte, 2006; BONFIM, Luís Américo Silva. *O Signo Votivo Católico no Nordeste Oriental do Brasil: Mapeamento e Atualidade*. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Salvador: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal da Bahia, 2007.

⁴⁸ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Inventário de Alfaias da Sé Catedral, 1753.

⁴⁹ PAIVA, Eduardo França. Trânsito de culturas e circulação de objetos no mundo português. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Brasil- Portugal. Sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 99.

Antonio Mourão Evangelista, moradora do distrito de Mateus Leme, Comarca do Rio das Velhas, são exemplares neste sentido. Ela possuía, entre várias peças, “dois laços de ouro com seus corações que tem de peso uma oitava, avaliado a mil e quinhentos réis cada oitava”.⁵⁰

Outro “coração”, dos muitos tipos de ornamentos de inspiração religiosa, voltado para o culto do Sagrado Coração de Jesus, estava em posse de Francisca de Souza Martins, descrito apenas como “um coração com uma pedra verde que tem de peso quatro oitavas e foi avaliado cada oitava a catorze tostões emporta ao todo cinco mil e seiscentos réis”.⁵¹

Mas outras mulheres, de “qualidade” diferente, também possuíram peças semelhantes, como a preta forra Catherina de Barros, casada e moradora de uma região considerada bem localizada. Morava na Rua do Largo da Igreja Grande, a conhecida Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na antiga Vila de Sabará. Endereço nobre dessa possuidora de bens nada modestos. Entre as peças listadas, encontra-se “um coração de filigrana” que, junto com mais trinta outras peças de ouro lavrado, foram avaliadas em 129\$600 (cento e vinte e nove mil e seiscentos réis).⁵²

⁵⁰ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (03) 35. Clara Josefa Lionarda. 1752.

⁵¹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 21. Francisca de Souza Martins. 1743.

⁵² IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPI-I (01) 05. Catherina de Barros. 1731.

FIGURA 2 - Exemplo de pendente em forma de coração, com técnica em filigrana



Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa - Foto: Carlos Monteiro, 1993.⁵³

Como mencionado, a proposta é fazer uma leitura percebendo as joias nos vários grupos sociais. As mulheres brancas e as não brancas, como as personagens citadas anteriormente, compactuavam, por vezes, do mesmo gosto e crenças semelhantes, possuindo, em vários casos, peças com a mesma temática. Outras peças encontradas nos inventários mineiros foram as figas, as verônicas e outras medalhas, feitos de santos, que estavam presentes tanto no repertório das mulheres brancas, quanto em posse das pretas, crioulas e mestiças, e poderiam ter sido utilizadas todas de uma vez em uma única peça, em pencas.

Essas pencas não eram muito comuns na região das Minas Gerais, apesar das suspeitas de Paiva⁵⁴ com relação ao testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima, que manifestou interesse em resgatar todos os

⁵³ Copyright: © IMC/MC. Peça atribuída a João Marques da Silva, Porto. Técnica utilizada: ouro em chapa recortada, burilada e filigranada.

⁵⁴ PAIVA, Eduardo França. *Escavidão e Universo Cultural*. Op. cit, p. 220-221.

pendentes empenhados nas mãos de algumas pessoas próximas à testadora. Esses “berloques”, como são chamados por Paiva, deveriam fazer parte de uma penca de balangandã, talvez desfigurada, como aparecia expresso no testamento de Bárbara Gomes, no qual eram indicados:

[...] um cordão com uma águia, um pente, uma estrela, uma argola solta, um coração tudo em ouro, também empenhado na mão de Jozé Fereira Brazam, [...], umas argolinhas de ouro pequenas uma bola de âmbar, uma volta de corais engranzados em ouro, um coral grande com uma figa pendurada tudo de ouro, quatro coljeres de prata pesando oito oitavas cada, quatro garfos de prata e uma faca com cabo de prata, duas memórias de embressadeiras (*sic*) dois pares de botões de anáguas abertos no buril tudo empenhado nas mãos de Manoel Magalhães que meus testamenteiros desempenharão.⁵⁵

A penca de balangandãs, se trazida completa à cintura, como era usual, servia de ornamento e, ao mesmo tempo, de proteção à portadora. Todos os berloques possuíam significados distintos, relacionados à saúde, à sexualidade, à fertilidade, além de ser um emblema de poder usado por algumas mulheres, talvez, principalmente, por pretas, pardas e crioulas. Claro que cada usuária pendurava na penca os objetos que diziam respeito aos medos, anseios e necessidades, como a demonstração de poder ou de ascensão social. Portanto, era uma peça com vários significados particulares, mas que evocavam autoridade, poder, devoção e proteção ao mesmo tempo. Essa penca de balangandãs, em particular, é um exemplo de peça da joalheira baiana que carrega em si não só as técnicas compartilhadas entre pretos, mestiços e brancos, mas também faz parte de um universo cultural muito mais amplo no Brasil, justamente em função da proximidade entre homens e mulheres de várias “qualidades” e “condições”, mas que já se fazia notar também na América espanhola.⁵⁶

Apesar de a negra Bárbara Gomes de Abreu e Lima possuir várias peças que poderiam constar facilmente em uma penca de balangandã, não podemos afirmar que a possuidora tinha a intenção de restaurar esse

⁵⁵ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-TEST – Códice 2, f. 86v-91. Testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima. 1735.

⁵⁶ Entre outros trabalhos sobre o universo cultural na América espanhola, ver: QUEIJA, Berta Ares & STELLA, Alessandro (org.). *Negros, mulatos zambaigos; derroteros africanos en los mundos ibéricos*. Sevilha: Escuela de Estudios Hispano-Americanos/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

ornamento, uma vez que não era comum na região das Minas Gerais, pessoa de qualquer “qualidade” ou “condição”, possuir este tipo de ornamento, ou seja, o balangandã.

FIGURA 3 - Conjunto de amuletos protetores contra mau-olhado em prata. Salvador, Bahia.



Coleção Fundação Museu Carlos Costa Pinto.

O trânsito de culturas, pessoas e objetos fica mais evidente não só pelos acervos nos museus, mas principalmente em função dos estudos produzidos sobre esse tema.⁵⁷ As adaptações também podem ser vistas nos acervos museais, como a utilização de uma técnica com finos fios de ouro ou prata para a decoração de uma peça ou de um detalhe dela, conhecida como filigrana, presente nas peças listadas nos inventários mineiros, como a “cruz de filigrana com suas voltas de cordão avaliado em dez mil oitocentos e

⁵⁷ Para trânsito e trocas culturais, ver os trabalhos de: PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, E. F. & ANASTASIA, C. M. J. (org.). *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. 2 ed. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/ PPGH-UFMG, 2003, p. 187-207. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001; PAIVA, Eduardo França. Mandioca, pimenta, aljôfares: trânsito cultural no império português. *Naturalia & mirabilia*. p. 107-122. In: STOLS, Eddy; THOMAS, Werner & VERBERCKMOES, Johan (Eds.). Op. cit. 2006. Ver também: IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: UFMG, 2009; GRUZINSKI, Serge. *Les quatre parties du monde: hitoire d'une mondialisation*. Paris: Éditins de La Martinière, 2004.

cincoenta réis”,⁵⁸ da crioula forra Ana da Silva, moradora do Arraial de Santa Luzia. Eram também assim os vários ornamentos do Capitão Matias de Crasto Porto, como os quatro pares de botões pequenos, as memórias ou a cruz, tudo em ouro filigranado, conforme descrição no inventário.⁵⁹

Como já mencionado, este estudo está centrado na posse e circulação de ornamentos corporais na Comarca do Rio das Velhas, particularmente na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, entre 1735 e 1815, não obstante alguns recuos e adiantamentos justificados pela recuperação de subsídios documentais capazes de estabelecer uma melhor compreensão acerca da permanência e da recorrência do tema a ser trabalhado. A primeira data escolhida corresponde ao início da atuação de ourives na região investigada. Um levantamento inicial dá conta dos exames de ofícios de Custódio Fernandes Vieira,⁶⁰ Francisco Luiz da Costa,⁶¹ Manoel da Costa Pontes⁶² e João Pereira da Silva,⁶³ todos listados no texto do cônego Raimundo Trindade.⁶⁴

O marco temporal limite deste trabalho é o ano especial de 1815. É um marco especial por ter sido um ano de mudanças no cenário político e econômico brasileiro. O Alvará de 11 de agosto de 1815, que revogava e abolia a Carta Régia de 30 de julho de 1766, franqueava aos ourives do ouro e da prata trabalharem nesses metais e negociarem suas obras como bem lhes conviesse. Foi também o ano em que o Brasil tornou-se Reino Unido a Portugal e Algarves, a partir de 16 de dezembro, o que, definitivamente, mudou o contexto de sua história e da respectiva história de seus moradores.

Retomando Sabará, lócus da presente pesquisa, a vila apresentou, desde sua fundação, uma pluralidade econômica, não só em função da produção de ouro, mas também em razão da quantidade de atores sociais que aí se instalaram em busca de fortuna e formação de patrimônio. Em toda a Comarca do Rio das Velhas, como já destacado anteriormente, chegaram

⁵⁸ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (03) 25. Ana da Silva. 1731.

⁵⁹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 19. Mathias de Crasto Porto. 1742.

⁶⁰ APM L nº 90. Exame de ofícios, folha 25v.

⁶¹ APM L nº 90. Exame de ofícios, folha 36.

⁶² APM L nº 90. Exame de ofícios, folha 28v.

⁶³ APM L nº 90. Exame de ofícios, folha 29v.

⁶⁴ TRINDADE, Raimundo, Cônego. Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 12, p. 109-149, 1955.

indivíduos dotados das mais diversas habilidades e habilitados em vários ofícios com o intuito de atender às necessidades dos residentes, contribuindo assim para a diversificação das atividades econômicas, como a extração mineral, as roças, a criação de animais, o comércio e o artesanato, entre outras, garantindo a mobilidade⁶⁵ da população e o trânsito de pessoas, de saberes e de objetos.

A Comarca do Rio das Velhas foi escolhida como cenário deste trabalho tanto por questões práticas quanto por questões históricas. Pela praticidade, aponta-se o fato de estar disponível e ser de fácil acesso nos arquivos do Museu do Ouro/Casa Borba Gato de Sabará-MG, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), um grande número de documentos notoriais. Além dos já citados inventários *post mortem* e testamentos de toda a Comarca, referentes ao período estudado, recorri aos libelos civis e mapas de povoamento que também subsidiaram este trabalho. Em relação às questões históricas, destaca-se esta como sendo uma das Comarcas mais importantes e a mais populosa da Capitania de Minas no século XVIII, por apresentar, desde o início do povoamento, uma heterogeneidade de atividades econômicas, fazendo de sua vila principal um importante centro da economia regional. Além disso, era grande produtora de ouro e uma das opções de caminho que ligava o Sul ao Norte da Colônia.

A referida Comarca foi a mais densamente povoada, de acordo com o registro dos habitantes da Capitania de Minas Gerais no ano de 1776. Foi aferida nessa Comarca a quantidade total de 99.576 habitantes entre homens e mulheres de diversas “qualidades” e “condições”.⁶⁶ Com tamanha

⁶⁵ A essas migrações internas, que aumentaram a população local, somam-se a chegada de europeus, africanos e asiáticos. Não só aventureiros, que deixavam a família em busca de conforto econômico, mas também funcionários para ocupar cargos na administração local, como os magistrados, membros do clero, militares e professores. Sobre o impacto dessas ondas migratórias, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Vida privada e o cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e de D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993. p. 135-156. Ver também: COSTA, Iraci Del Nero da. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. In: COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1982, p. 1-30. (Estudos Econômicos FIPE-PIONEIRA). Sobre a imigração portuguesa para a América portuguesa, nos séculos XVIII e XIX e os seus efeitos nas comunidades de origem, ver FLORENTINO, Manolo; MACHADO, C. S. Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX). *Portuguese Studies Review, Trent - Canadá*, v. 10, n. 1, p. 58-84, 2002.

⁶⁶ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico Maria Efigênia Lage de Resende; transcrição e

diversidade, essa Comarca demonstrou ser um campo fértil para as análises pretendidas na pesquisa.

QUADRO 2

População branca e parda de Minas Gerais (1776) ⁶⁷

Comarca	Branco	Pardo	Preto	Branca	Parda	Preta	Total
Vila Rica	7.847	7.981	33.961	4.832	8.810	15.187	78618
Rio das Mortes	16.277	7.615	26.199	13.649	8.179	10.862	82781
Rio das Velhas	8.648	17.011	34.707	5.746	17225	16.239	99576
Serro Frio	9.905	8.186	22.304	4.760	7.103	7.536	58794
Soma	42.677	40.793	117.171	28.987	40.331	49824	319783

Fonte: “Taboa dos habitantes da Capitania de Minas Gerais, 1776”, Veiga, José Pedro Xavier da. *Ephemérides Mineiras*, 1778. p. 194.

Portanto, como já mencionado, o *corpus* documental utilizado para este texto está nos inventários *post mortem* e testamentos localizados nos Arquivos da Casa Borba Gato de Sabará, além dos testamentos sob a guarda da Casa Setecentista de Mariana. Esses documentos fornecem informações de ordem social, como a “qualidade” e a “condição” do defunto, como também de ordem econômica, religiosa, política, administrativa e cultural. Assim, podem ser observadas as redes de sociabilidade por meio de indícios sobre a vida cotidiana e sobre a cultura material dos indivíduos envolvidos. Os documentos informam também sobre a religiosidade dos possuidores de ornamentos e os usos que faziam de objetos como figas, crucifixos ou peças com materiais tidos como mágicos, como se verá mais adiante.

Nesse momento, faz-se necessário destacar as vantagens de se utilizarem tais documentos como fontes. No caso dos testamentos, por

colação de textos Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Coleção Mineiriana. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

⁶⁷ Quadro trasladado parcialmente do velho livro histórico manuscrito e extraído da “Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais”, 1778. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides Mineiras*. Ouro Preto, Imprensa Oficial. V. III, p. 194.

exemplo, mesmo que alguns fossem produzidos à beira da morte, neles estão contidas quase todas vontades dos testadores. A redenção foi uma característica comum encontrada nesse tipo de documento, assim como o reconhecimento de filhos ou a recompensa a escravos por serviços prestados. Era comum entre os testadores que, se não estivessem próximos da morte, temessem-na por estarem enfermos ou por que fariam alguma viagem tida como perigosa ou aventureira.⁶⁸

Há também casos em que os testadores garantiram a participação de filhos ilegítimos no quinhão da herança, como encontrado no testamento de Francisco Duarte Vieira. Pode-se inferir, pela grande religiosidade vigente na época que, talvez para não fazer mal ao seu descanso eterno, Francisco Vieira deixou em testamento a herança para seus catorze filhos, sendo apenas dois naturais, declarando: “faço para que [na] minha morte não fiquem mais interessados uns que outros porque a todos instituo por herdeiros em igual parte”.⁶⁹

Da mesma maneira, podemos flagrar o reconhecimento de paternidade, como no testamento de Antonio Ribeiro de Souza, um português que, embora casado, aceitou o filho, fruto da união com sua própria escrava, de nome Thereza. Além de reconhecer o filho como herdeiro de seus bens e de alforriá-lo no nascimento,⁷⁰ informou também o destino da escrava. Podemos ver no testamento a preocupação em “aliviar” sua alma:

[...] sou casado nesta Vila com Eusébia Maria do Sacramento com quem faço vida marital até o presente de portas a dentro de cujo matrimonio tive os filhos seguintes a saber. Manoel, Joana e Maria, E no estado de solteiro tive um filho que ainda existe por nome Diogo que houve de uma minha escrava por nome Thereza, de nação mina, que hoje He forra e o dito Diogo o forrei logo depois do seu nascimento, o qual junto com os três filhos de matrimonio são meus herdeiros [...].⁷¹

⁶⁸ Os estudos sobre a vida cotidiana da família utilizando testamentos e inventários foram feitos de forma inédita por MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

⁶⁹ IBRAM-Museu do Ouro - Casa Borba Gato. CPO-Test. 17 (28). Francisco Duarte Vieira. 1766. p. 169-178.

⁷⁰ Os filhos nascidos das relações entre senhores e escravas continuavam escravos, meras coisas. Ainda eram vistos como patrimônio incorporado à riqueza pessoal ou da família. Sobre direitos e deveres na sociedade escravista, ver: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁷¹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-Test. 23 (19). Antonio Ribeiro de Souza, 1767.

Alguns testadores, mesmo aceitando a paternidade, faziam-no com ressalvas, como Domingos Borges Paradellas, que, apesar de reconhecer a filha como herdeira de seus bens, deixa claro que “não sabe se é ou não filha dele”.⁷² É a redenção uma das marcas registradas na feitura de alguns testamentos.

Muitos proprietários concederam a liberdade aos escravos, em reconhecimento ou temor a Deus. Foi o caso do Ouvidor da Comarca do Rio das Velhas, Jacinto Vieira da Costa, que, mesmo se declarando solteiro, possuía oito filhos, com três escravas e duas forras. Em seu testamento, nomeia todos os filhos como herdeiros e ainda “deixa todos esses filhos forros de uma vez para sempre pelo amor de Christo”.⁷³

Com relação ao futuro de suas escravas parceiras, muitos testadores deixavam claro o destino delas, como Antonio Vieira Porto assim o fez. Além de reconhecer o filho tido com sua escrava de nome Maria, ele não só libertou o menino, “sendo ele alforriado no ventre”, como também decidiu sobre a coartação⁷⁴ dela e dos outros filhos que ela tinha, como demonstrado em parte de seu testamento, “que estava sobre seu cativo do testador que a cortou a dita negra em quatro anos por cinquenta oitavas e seus filhos”. Antonio Porto deixou para a escrava coartada também a casa e os trastes desta, desde que ela pagasse toda a sua dívida para com o dono em dois anos, “caso contrário, que se venda tudo e todos”.

Condicionar a liberdade pela coartação também foi o caso de Antonio da Rocha Roriz que, em seu testamento, ditou as regras para sua escrava Rosa conseguir a liberdade. Segundo o testador, a escrava “deveria ficar os seis anos que restam de escravidão criando os filhos dela e do testador”.⁷⁵

Nos testamentos, encontramos algumas informações preciosas, como os nomes dos testadores, naturalidade, filiação, moradia, nome dos herdeiros ou filhos – caso possuíssem – e, o mais relevante para o presente trabalho, o

⁷²IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-Test. 9 (19).Domingos Borges Paradellas, 1752.

⁷³ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-Test. 2 (06).Jacinto Vieira da Costa. 1760, p. 77/83.

⁷⁴ A coartação foi um tipo de manumissão paga em parcelas.

⁷⁵ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-Test. (04) 09. Antonio da Rocha Roriz. 1741, p. 72-79.

levantamento dos bens. Além disso, era comum o testador indicar dados sobre sua convivência social e sua posição na sociedade, sendo possível perceber qual era sua rede de conhecidos em função dos testamentários nomeados.⁷⁶

Quanto à religiosidade, era igualmente comum apontar os santos de devoção, a irmandade a que pertenciam, assim como onde desejavam ter o corpo enterrado, aliados aos inúmeros pedidos pela salvação das almas, o que, de acordo com Gorgulho, “permite-nos vislumbrar o documento como uma prestação de contas, não só com a sociedade, mas principalmente com Deus”.⁷⁷

A outra fonte que serviu de apoio principal para este trabalho foram os inventários *post mortem*. Por meio dos juizados especializados, como o Juizado de Órfãos e a Provedoria dos Defuntos, Ausentes, Capela e Resíduos, executava-se o levantamento pormenorizado do patrimônio dos inventariados, com o propósito de garantir aos órfãos ou aos herdeiros ausentes a parte que lhes era devida do quinhão da herança. Esses documentos extrapolam a simplicidade do arrolamento e da descrição dos bens do defunto. A minúcia na descrição dos bens de raiz, como os imóveis, bens semoventes (animais e escravos), além dos objetos profissionais e de uso pessoal mostrava a necessidade de não haver equívocos sobre esses bens que seriam adjudicados aos herdeiros, sem prejuízo de nenhum deles.

Como são documentos judiciais têm, como objetivo, o arrolamento, a descrição, a avaliação e a partilha entre os herdeiros dos bens pertencentes aos inventariados, além de proteger os órfãos. Lidos com a devida atenção, pode-se perceber que essa fonte não possui somente essa a função, em alguns casos recebendo apensos, chamados de peças, como mandatos, petições, avaliações e outros tantos processos relativos ao prosseguimento da herança, se for o caso. Essa variedade de documentos anexados ao

⁷⁶ Um caso bem peculiar nas Minas Gerais do século XVII foi estudado por Paiva: o da negra forra Bárbara Gomes de Abreu e Lima, cujo testamento deixou claro a vasta rede de amizade que se espalhava por várias regiões de Minas Gerais, indicando doze homens de sua confiança como testamentários. Ver: PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

⁷⁷ GORGULHO, Talítha Maria Brandão. *Aos órfãos que ficaram: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas (1750 – 1800)*. Dissertação (Mestrado em Educação) UFMG, Belo Horizonte, 2011, p. 25.

inventário torna-o fonte documental privilegiada, recheada de informações paralelas sobre os convívios social, econômico, político e religioso. A realização desse processo era obrigatória somente no caso dos indivíduos que deixassem herdeiros menores, como determinado nas Ordenações Filipinas:

E tanto que falecer algum, que tenha filho ou filhos menores de vinte e cinco anos, o Juiz de Órfãos terá cuidado, do dia do seu falecimento a um mês, fazer inventário de todos os bens móveis e de raiz, que por morte do defunto ficarem. E dará juramento à pessoa, em cujo poder ficarem os ditos bens, que faça inventário de todos eles, bem e verdadeiramente declarando as confrontações dos bens de raiz, e o lugar, onde estão; e dos móveis porá tais sinais, para que em todo tempo se possam conhecer, e não haja sobre eles dúvida. E assim se porão no dito inventário as dívidas que se deverem a esses órfãos, ou em que eles a outrem forem devedores. E se algumas coisas alheias forem aí achadas, declare-se cujas são, e por que forma vieram a poder do defunto, e se tem os órfãos algum direito nelas, para saber o que lhes fica, ou pode ficar por falecimento do pai; e logo então se farão as partilhas das tais fazendas ordenadamente; e assim farão declarar no inventário todas as escrituras, que aos órfãos pertencam, declarando somente o de que cada uma escritura é.⁷⁸

Freitas, em sua dissertação de mestrado, estudou cuidadosamente os inventários *post mortem* da Comarca do Rio das Velhas, produzidos entre 1780 e 1806, e afirmou que existem “incontáveis riquezas advindas da leitura de seus registros”,⁷⁹ desde que se entenda a estrutura própria desse documento setecentista, já que por meio da leitura cuidadosa pode-se aferir mais do que a cultura material envolvida na feitura do inventário.

De sua estrutura, chamamos a atenção para duas partes. A abertura do inventário propriamente dito, com seu enunciado padrão, continha os registros da data, do local onde foi feito o documento, da nomeação dos

⁷⁸ Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recompiladas por mandado D’El Rey D. Philippe. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomático, 1870. Livro I, Título LXXXIII, *Dos Juizes de Órfãos*, p. 207-208.

⁷⁹ FREITAS, Maira de Oliveira. *Inventários post-mortem: retrato de uma sociedade. Estratégia patrimonial, propriedade senhorial, posses de escravos na Comarca do Rio das Velhas (1780/1806)*. Dissertação (Mestrado em História) Belo Horizonte, UFMG, 2006. Nos inventários encontram-se arrolados os bens móveis, semoventes e de raiz deixados pelo defunto, bem como as dívidas a pagar e os créditos a receber. É necessário um inventariante para realizar esse processo e tal pessoa era instituída pelo Juiz de Órfãos. A partir de listagem e avaliação dos bens pertencentes ao inventariado, bem como das dívidas e créditos porventura existentes, esses eram partilhados, e em se tratando de órfãos menores, um tutor era nomeado para cuidar da administração dos bens herdados e da vida desses herdeiros até que esses atingissem a maioridade.

então responsáveis pelo processo, os nomes do juiz e do escrivão. Se bem escritos, podem nos informar a condição social, a “qualidade” e as relações sociais estabelecidas, ao nomear os responsáveis pela condução do processo até o local onde foi feito tal documento, uma vez que este poderia ser feito na casa do defunto, ou na casa de morada do juiz.

A outra parte que compõe o processo e que destacamos é a descrição dos bens móveis, imóveis, semoventes e objetos de metal (ouro, prata, cobre, ferro). Estes nos interessam pelo fato de mostrarem os objetos de ouro e prata, apontando a importância fulcral que assumiram no viver cotidiano e concedendo aos seus detentores, como veremos mais adiante, prestígio e visibilidade social. Esta parte inicia-se com a descrição das moedas (ouro em pó, moedas ou barras de ouro ou prata) e, logo depois, dos adornos corporais em ouro.

O que mais nos chamou a atenção nesses documentos foram os objetos de ourivesaria.⁸⁰ Em seguida, a descrição dos pertences em prata, seja de adorno corporal, sejam os objetos de uso doméstico, como os talheres, bandejas, copos, adagas, entre outros. Outros bens relacionados eram as roupas de uso pessoal e da casa, móveis e utensílios domésticos, ferramentas destinadas ao trabalho, além de mantimentos, benfeitorias e instalações.

Em alguns inventários, pode-se flagrar o destino de algumas joias, assim como algumas disputas pelos bens deixados pelo defunto. Na partilha, o inventariante podia promover intervenção dos pertences, bastando para tal apresentar contestação sobre os bens a serem partilhados ou mesmo sobre a legitimidade dos herdeiros. Foi comum nos inventários mineiros do século XVIII a aceitação, por parte da viúva, dos filhos ilegítimos, como os do capitão mor João Ferreira dos Santos.⁸¹

Nos inventários da Comarca do Rio das Velhas, notou-se que, embora a diferença seja pequena, houve um predomínio de homens inventariados. Situação normal em função da predominância masculina no espaço

⁸⁰ Na documentação, os objetos de ourivesaria, fossem eles quais fossem, eram classificados como ouro lavrado. Nesse rol, eram listadas todas as peças feitas com esse ouro, independentemente do uso ou do tamanho. Em contrapartida, os objetos feitos com prata, seja de adorno corporal ou de uso doméstico, estavam listados como “prata lavrada”.

⁸¹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I. 05 (60). Capitão Mor João Ferreira dos Santos. 1739.

estudado. Entre esses homens, percebe-se que a maioria aderiu ao matrimônio e, além disso, os homens eram livres. Os forros, cujos inventários foram analisados, eram minoria na Comarca, não tendo sido localizado, inclusive, um único forro solteiro no rol de documentos, o que demonstra a preferência pelo matrimônio entre os homens dessa “condição”.

Com relação à presença feminina nos inventários, percebe-se que as mulheres livres eram casadas. Esse perfil de estado civil não foi o mesmo para as mulheres forras. A maioria não se casou e boa parte delas possuía filhos, reconhecidos pelos antigos donos ou mesmo sem conhecimento do pai da criança. Em se tratando de viúvas, todas as inventariadas eram livres.

Todos os homens solteiros eram livres, perfil muito diferente do encontrado para as mulheres solteiras possuidoras de ornamentos. As forras parecem não ter sido adeptas do casamento, preferindo uma vida autônoma, às vezes conseguida com muito esforço.

QUADRO 3

Perfil dos inventariados de acordo com o sexo, estado matrimonial e condição social. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, 1735-1815

HOMENS 55%								MULHERES 45%							
Casados		Solteiros		Viúvos		N/declarado		Casados		Solteiros		Viúvos		N/declarado	
62,5%		31,5%		3%		3%		73%		19%		4%		4%	
Livres	Forros	Livres	Forros	Livres	Forros	Livres	Forros	Livres	Forros	Livres	Forros	Livres	Forros	Livres	Forros
92%	5%	100%	0	100%	0	-	-	79%	21%	0	100%	100%	0	-	-

Fonte: IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato – Inventários dos Cartórios do Primeiro e Segundo Ofício, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, século XVIII. Os valores percentuais foram calculados a partir do total de 280 inventários pertencentes aos moradores da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Sabará.⁸²

A análise da documentação indica que, na sociedade mineira, durante o século XVIII, as forras, em grande medida, não se casaram, mas trabalharam para sustentar a família e, também, para acumular bens e capital que, parcialmente ao menos, acabaram sendo legados em testamento. Houve, aparentemente, relativa tranquilidade com relação à aceitação social da mulher solteira e mãe, mesmo porque era muito comum o concubinato

⁸² Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios da Casa Borba Gato em Sabará, 1722-1806.

naquela sociedade composta majoritariamente por homens. A menor quantidade de mulheres fomentou a generalização de tratos ilícitos entre a população, envolvendo homens e mulheres de todas as “qualidades” e “condições”.⁸³

Entre os bens acumulados pelos forros achavam-se gado, mobiliário e escravos. As mulheres forras também diversificaram seu patrimônio. Possuíam joias, terras, roupas e escravos, ou seja, assim como os homens, preocupavam-se não só com a constituição de um sólido patrimônio e da manutenção deste, mas também com a possibilidade de transferir aos herdeiros uma parcela de seus bens mais pessoais. Acredito que as mulheres estiveram mais preocupadas em legar aos herdeiros parte de sua cultura material. Então não foram simplesmente joias ou roupas que elas deixaram, foram objetos que condensavam experiências de vida. Elas legaram aos herdeiros a visão da joia como pecúlio, uma nova maneira de administração financeira, empenhando as joias em momentos difíceis ou usando-as como moeda de troca.⁸⁴

O caso mais ilustrativo dessa prática foi pesquisado por Paiva. Ele observou que era uma prática muito comum entre as negras, crioulas e pardas em Minas Gerais o uso de ornamentos corporais não só para o atavio, mas como recurso financeiro e, ao mesmo tempo, trânsito cultural.⁸⁵ De fato, a documentação registra alguns casos em que a possuidora de ornamentos utilizou-os não só para o atavio, mas para levantar fundos, como o caso da atuação da negra forra Bárbara Gomes de Abreu e Lima, que após garantir sua liberdade, ainda em Sergipe Del Rei, veio para Minas Gerais, instalando-se na Comarca do Rio das Velhas. Em 1735, ela registrou em cartório seus legados testamentais. Não apenas objetos de uso pessoal foram listados, mas também objetos referentes à sua cultura, já que entre os itens estavam

⁸³ Sobre os vários tipos de concubinato, ver: CERCEAU NETO, Rangel. *Um em casa do outro: concubinato, família e mestiçagem na comarca do Rio das Velhas (1720-1780)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

⁸⁴ Na documentação, percebemos que o comerciante português de nome Mathias do Crasto Porto usava muito desse expediente, ou seja emprestava dinheiro e recebia como garantia as joias, assim como também tomava empréstimos, usando joias como garantia. No seu inventário, todas as joias listadas são ou empenhadas ou penhoradas. Foram 34 itens negociados entre brincos, argolas, cordões, memórias e cordões (IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 19. Mathias de Crasto Porto).

⁸⁵ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. op. cit. p. 144.

objetos talvez tomados por ela como mágicos, possivelmente componentes de uma penca de balangandãs, peça muito comum entre as escravas e forras na Bahia, porém pouco usada nas Minas Gerais. Entre os objetos estavam:

[...] seis cordões pesando cento e uma oitavas, um se acha empenhado na mão de Thereza de Jezus, mulher de Antonio Alves por vinte oitavas e tres na mão de Jozé Ferreira Brazam donde se acham dois cordões emendados que fazem um, quarenta oitavas, um cordão com uma águia, um pente, uma estrela, uma argola solta, um coração, tudo em ouro, também empenhado na mão de Jozé Ferreira Brazam, um cordão de ouro, um feitio de menino jesus de ouro pesando cinco oitavas, umas argolinhas de ouro pesando quatro oitavas, uma senhora de feitio de Nossa Senhora da Conceição pesando tres oitavas e meia, uns brincos de aljófar e uns botões de ouro, umas argolinhas de ouro pequenas, uma bola de âmbar, uma volta de cotais engranzados em ouro, um coral grande com uma fica pendurada, tudo em ouro, quatro colheres de prata e uma faca com cabo de prata, duas memórias de embressadeiras, dois pares de botões de anáguas abertos no buril, tudo empenhado na mão de Manoel de Magalhaens por sete oitavas, o que meus testamenteiros desempenharão. Item tenho empenhado mais um cordão de ouro com peso que se achar na mão de Jozé Rodrigues de Souza por vinte oitavas que meus testamenteiros desempenharão.⁸⁶

Geralmente, empenhavam-se poucos objetos nas Minas Gerais. O maior comerciante da Comarca do Rio das Velhas, Mathias do Crasto Porto, possuía, como já mencionado, 34 itens de ouro lavrado. Porém, eram itens penhorados ou empenhados por 10 pessoas, sendo que 5 desses itens pertenciam ao Coronel Faustino Pereira da Silva, cuja soma chegava aos 60\$000 (sessenta mil réis). Outros 5 itens pertenciam a Josefa de Meneses e foram avaliados em 16\$200 (dezesesseis mil e duzentos réis) e mais 5 deles pertenciam a Manoel Gonçalves da Cruz, que em dinheiro somavam 7\$650 (sete mil, seiscentos e cinquenta réis).

⁸⁶ IBRAM – Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-Test. Códice 2, ff. 86v-91. Bárbara Gomes de Abreu e Lima – Sabará, 12 de julho de 1735.

CAPÍTULO 2

Ouro lavrado e prata lavrada: conceitos

2.1. Conceito de joia adotado para este texto

O termo joia, grafado também com a letra “y”, sofreu alterações de conceito ao longo dos tempos. Em 1728, o padre Rafael Bluteau⁸⁷ relacionou, em seu dicionário, a palavra com a grafia “joya” como sendo uma peça para ser posta no colo da mulher, feita de ouro ou prata, mas sempre com o uso de pedras preciosas cravadas no metal. Bluteau, ao fazer uma classificação das joias, abre uma pequena possibilidade para a ampliação do uso desse termo para todas as peças de ouro ou prata que as pessoas usavam no corpo ou nas vestimentas, como forma de obter para si alegria e ânimo.⁸⁸ Outro registro significativo dado para o termo está no dicionário de Antonio de Moraes Silva, em 1789,⁸⁹ o verbete “joya”: “peça de ouro, prata e pedraria de adornar”. Nesse caso, essa peça deve, necessariamente, ser composta por ouro ou prata e ter cravada nesse metal alguma pedra, sem que precisasse ser uma gema.

⁸⁷ BLUTEAU, Raphael, VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, aulico, anatomico, architectonico. Coimbra, 1712 – 1728.

⁸⁸ Bluteau escreve no verbete que existem “joyas de molher” e aponta os locais mais usados por elas: a cabeça, as orelhas, o pescoço, o peito e os dedos. As joias, ainda segundo Bluteau, também são usadas pelos homens, e entre as peças encontram-se cintilhos, presilhas, insígnias, hábitos, entre outros (BLUTEAU, Rafael. VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO. p. 195-196).

⁸⁹ Antonio Moraes Silva optou por não receber os créditos da feitura de um novo dicionário que, apesar de revolucionário, generosamente ficou sob a tutela do padre Bluteau. Assim, o dicionário tem a seguinte referência: BLUTEAU, Rafael, 1638-1734, *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Para um melhor esclarecimento sobre essa questão, ver: VERDELHO, Telmo dos Santos. O dicionário de Moraes Silva e o início da lexicografia moderna. In: *História da língua e história da gramática - actas do encontro*, Braga, Universidade do Minho/ILCH, 2003, p. 473-490.

No ano de 1832, Luiz Maria da Silva Pinto⁹⁰ escreveu em seu dicionário que “joya é qualquer peça preciosa que serve para adorno das mulheres”. Nesse caso, podem-se considerar como joias os brincos, os anéis, os cordões, as contas, mesmo quando esses ornamentos não possuam pedras cravadas. Importante destacar que, enquanto Bluteau mostrou a possibilidade de homens portarem ornamentos, Luiz Pinto deixou claro que esse uso é exclusivamente feminino. Já Antonio Moraes Silva mostra que é admissível novamente o uso de ornamentos pelos homens, mas explicita que as joias dividem-se em “joyas de mulher, del Rei, da Coroa”.⁹¹

Apesar do esclarecimento acima, usaremos o termo joia para designar todo e qualquer ornamento corporal, usado pelos homens e mulheres do século XVIII e parte do XIX, na Comarca do Rio das Velhas, assim como qualquer forma de atavio confeccionado em ouro, prata, pedras, ou materiais orgânicos como pérolas, âmbar e corais receberão, neste texto, o mesmo tratamento. Este estudo pretende refletir sobre o papel dos intervenientes no uso do ornamento precioso, mesmo porque não há como desligá-los do contexto histórico, social e econômico em que se situam. Pretendeu-se promover a compreensão de uma época em que, ao portarem joias, os usuários procuravam valorizar algumas ideias, como o “aparato”, a “distinção” e a “proteção”. Uma análise em relação ao tipo de material utilizado em alguns ornamentos, bem como a técnica dispensada para a confecção destes, será realizada aqui.

Outros termos que farão parte deste trabalho e que, por se misturarem, precisam ser bem entendidos são joalheria e ourivesaria, termos estes que serão separados. Ourivesaria é considerada a arte de trabalhar o ouro e demais metais preciosos, tais como a platina, o paládio e a prata. A joalheria é o setor da ourivesaria que trata da fabricação de objetos destinados exclusivamente ao uso dos adornos corporais. O responsável por

⁹⁰ PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832.

⁹¹ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza, recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 151.

essa atividade é o joalheiro, ou, como grafado no século XVIII, “joyeiro” ou “joyalheiro”.⁹²

Joalheria está relacionada com a criação do objeto que vai servir de ornamento corporal, implicando o uso dos metais, associados ou não ao emprego de pedras preciosas. Em alguns casos, essas pedras podem ser simulacros, imitando o brilho das verdadeiras. Já a ourivesaria será tratada, neste texto, como sendo algo que diz respeito ao valor artístico que é dado ao metal precioso – ouro ou prata, no caso mineiro –, não sendo importante aqui a categoria de objeto feito por essa arte, como armas, cálices, joias, alfaias religiosas ou objetos utilitários.

Dessa maneira, inicialmente, vamos tratar a joia como adorno, por ser esta a primeira característica dessa peça, posto que tende a ser um objeto detentor de significativo valor estético quando a ele se agregam pedras preciosas. Também consideramos joia objeto confeccionado com técnicas refinadas de ourivesaria e até mesmo aquele que possuía pedras que tentavam imitar as gemas. Há que se ressaltar que as joias nem sempre possuem esse valor estético, já que as mesmas podem possuir, para alguns usuários, valores outros como emocionais por exemplo. E por ser um adorno, pode suscitar algo como sendo desnecessário, como percebe-se no texto de Eliana Gola afirmando que as joias podem “representar a futilidade e a aparência meramente exterior de tudo o que é terreno”.⁹³

Apesar de se retratar em algumas partes do texto, os leitores de Gola podem ter a ilusão que a joia é um objeto meramente decorativo, associado somente à ostentação. Esqueceu a autora de comentar que a joia tem os mais variados usos, ao menos em Sabará do século XVIII, pode-se perceber que a joia fazia parte do cotidiano e que as mesmas eram utilizadas não só como adorno, mas também como pecúlio, proteção, religiosidade.

Neste texto, como já explicitado, utilizaremos o termo “joia” para todo o tipo de ornamento corporal que encontramos arrolados nos inventários pesquisados na Casa Borba Gato em Sabará. Empregaremos, também, o termo “ourives”, sem a preocupação de separar o oficial do artífice, o mestre

⁹² Ourives que faz joias ou que trata delas, segundo BLUTEAU, Raphael. Op. cit. p 196.

⁹³ A autora ainda cita que a joia pode estar associada a valores mágicos e espirituais que podem ser interpretados por vários povos e culturas, de maneiras diferentes. GOLA, Eliana. *A joia: história e design*. São Paulo: Editora SENAC, 2008. p. 16.

do aprendiz. Também não serão distinguidos os que trabalhavam com ouro ou com prata, mesmo que esta classificação conste da legislação em vigor no período (o ourives do ouro e o ourives da prata),⁹⁴ bem como o ofício de ensaiadores.⁹⁵

2.2. Outros conceitos

Não houve preocupação, neste texto, em analisar a forma como a clientela ligava-se aos ourives, se norteadada pela habilidade, pela confiança ou mesmo pelo apreço ao trabalho. Essa análise não fez parte do objetivo, mesmo porque não constam, no acervo documental pesquisado, dados precisos sobre essa relação. Por ser uma atividade considerada ilícita desde a expulsão de todos os ourives da região das Minas Gerais, em 1724,⁹⁶ acredita-se ter havido, por parte destes, uma precaução em não exporem, perante a Câmara, o seu ofício, apesar de muitos artífices serem examinados ao longo de 1735, como consta na pesquisa do Cônego Trindade.⁹⁷

Para melhor entender as estratégias de negociação e a dinâmica socioeconômica da região pesquisada, recorri ao conceito de trânsito cultural, que resumidamente trata das trocas e circulação das várias culturas que coexistiram no Brasil colonial.⁹⁸ As trocas materiais e mediações foram

⁹⁴ “Os Ensaiaadores de prata foi mandado criar, e se lhe deu Regimento 13 de julho 1689” e também “Os ensaiadores do ouro foram mandados criar, e se lhes deu Regimento em março de 1693”. Repertório geral ou índice alfabético das leis extravagantes do reino de Portugal, publicadas depois das ordenações, compreendendo também algumas anteriores, que se achão em observância: Ordenado por Manoel Fernandes Thomaz, desembargador actual da Relação e Casa do Porto. Coimbra: Na Real imprensa da Universidade, 1819. Tomo primeiro, A-J, p.389.

⁹⁵ Trata-se de um oficial que examina o teor de prata ou de ouro utilizado nas peças feitas com esses metais. Cf. Rafael Bluteau: Oficial na casa da moeda que examina os quilates do ouro e os dinheiros de prata. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v., disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. p.195. Acesso em 15/07/2011.

⁹⁶ APM. CMOP 006. Registro de um bando que o governador destas minas dom Lourenço de Almeida a respeito dos ourives. f. 47-48v.

⁹⁷ TRINDADE, Cônego Raimundo. Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 12, 1955.

⁹⁸ Sobre trânsito, ver: PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001; PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.) *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas*

agrupadas nesse conceito de modo a nos permitir vislumbrar a sociedade que se formava em Minas Gerais. Entradas e saídas de pessoas, mercadorias, experimentos, saberes e petrechos fizeram da Vila de Sabará, cuja posição geográfica facilitava a comunicação com o centro e o norte mineiro, um local para a verificação desse contato entre vários grupos sociais, seja com a demonstração da religiosidade, seja na promoção do descaminho do ouro ou mesmo na maneira de se adornarem, tanto no cotidiano, quanto em ocasiões especiais.

Sem o trânsito compreendido nas idas e vindas, nas trocas, nos encontros e apropriações, ou mesmo nas adaptações, o projeto colonizador português não se sustentaria. Foi necessário o contato entre as culturas envolvidas na formação da sociedade mineira, que se deu de forma autônoma em grande medida. Africanos, indígenas, europeus, crioulos e mestiços que aqui viveram foram, a partir da descoberta do ouro, adaptando-se, apropriando-se das diferentes culturas, promovendo trocas, compartilhando sentimentos, vivendo em sociedade, prosperando ou não, fazendo-o em função da vida em torno da diversificação econômica, da exploração das pedras preciosas e do referido metal. Nessa vivência cotidiana, formas de sociabilidade e trânsito de culturas permitiram, mesmo com a queda da produção do ouro, a permanência de sociedade e economia dinâmicas na Comarca do Rio das Velhas.

Esse trânsito, que trouxe e levou produtos, também proporcionou inúmeras experiências de ambientações na flora e na fauna. Os agentes envolvidos mediarão culturas por meio do tráfico de elementos da natureza e, em alguns casos do maravilhoso, ajudaram a montar verdadeiros laboratórios de adequação e de ajuste biológico e cultural, como nas criações dos jardins botânicos espalhados pelo Brasil ou com os produtos americanos em terras africanas, como alguns tipos de amendoins, pimentas, mandioca ou mesmo técnicas de plantio e cultivo. Em contrapartida, não podemos nos

de viver – séculos XVI a XIX. 2. ed. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/ PPGH-UFGM, 2003. Para os conceitos de mundialização e de globalização no período colonial, ver PAIVA, Eduardo França. Africanos na América portuguesa, trânsito entre mundos e práticas de anti-globalização, apresentado no *V Coloquio Passeurs Culturels – Las cuatro partes del mundo; passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX*. Realizado em Lima, Peru, em 2002 (no prelo).

esquecer das malaguetas africanas que, em caminho inverso, condimentavam alimentos na América portuguesa.⁹⁹

Agentes mediadores de cultura contribuíram para o sucesso desse trânsito, como religiosos, comerciantes, aventureiros e muitos outros que desempenharam papel importante na tarefa de dar suporte ao projeto de colonização, fomentando a troca de práticas, de conhecimentos técnicos, de instrumentos de trabalho, de tratados e de protótipos. Não só na América portuguesa houve intenso trânsito. Estrangeiros transitavam ou se fixavam em territórios a princípio considerados como pertencentes aos Impérios espanhol e português.¹⁰⁰

Voltando às joias, elas possuem outra característica que merece aqui ser destacada, já que a pesquisa abordou também essa particularidade. Esses adornos corporais são relativamente transversais nas diferentes sociedades, atravessando, em termos sociológicos, os diversos estamentos, desde o povo às elites. Os ornamentos foram confeccionados para satisfação pessoal e, na maioria das vezes, traduziam uma série de informações, como destaca Marcos Cobra:

Por séculos indivíduos e sociedade tem usado o vestuário e outros adornos como forma de comunicação não verbal para indicar ocupação, posição social, localidade, disponibilidade sexual ou afiliação a determinado grupo. O que nos vestimos e quando possibilita aos outros um atalho para uma leitura sutil, mesmo que superficial da nossa situação social.¹⁰¹

⁹⁹ Para o uso das pimentas no novo mundo desde o século XVI, ver: DISNEY, A. R. *A Decadência do Império da Pimenta*. Lisboa: Edições 70, 1981. RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América*. Lisboa: Difel, 1998; FERRÃO, J. E. Mendes. *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993; SCHIEBINGER, Londa. *Plants and Empire: colonial Bioprospecting in the Atlantic World*. Cambridge: Harvard University Press, 2004; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; BRACHT, F. Bem-vinda ardência: as pimentas americanas viraram um sucesso mundial ainda nos séculos XVI e XVII. *Revista de História* (Rio de Janeiro), v. 1, p. 70-74, 2011.

¹⁰⁰ Para as viagens do português Aleixo Garcia, prático nas expedições descobridoras, naufrago de uma das primeiras armadas que devassaram o rio da Prata em 1516, ver: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional / Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951. Manuscritos da Coleção de Angelis; v. 1. p. 66.

¹⁰¹ COBRA, Marcos. *Marketing e Moda*. São Paulo: Ed: Marcos cobra SENAC Ltda, 2008. p.10.

Sabemos que os grupos sociais definem-se pela economia, pela política, pela cultura e por sistemas simbólicos ou de representações. Esses grupos sociais só se conectam a partir de alguns fatos ou algumas ações, como nos pontos de contato por meio do trabalho, da religião ou da falta dela, da convivência em sociedade. Ou seja, poucos são os objetos ou fatos que fazem a vida de cada grupo social coincidir, encontrar-se. Nesta perspectiva, o ornamento corporal, visto em sua transversalidade, pode ligar um grupo social a outro. Assim, um portador de joias pode utilizar esse objeto, inicialmente concebido para um determinado grupo, sem que, com isso, esse ornato perca sua identidade, ou dotá-lo de novas identidades e significados, além de novos usos.

Os usuários de joias podem escolher qualquer peça e usá-la da melhor maneira para se mostrar ou para comunicar algo. Como os gostos alteram-se ao longo do tempo, os ornamentos, às vezes, não se sustentam pela forma ou pela técnica, sendo substituídos ou simplesmente guardados com a função de transmitir valores e memória para as gerações futuras. As joias passam, assim, a ser testemunhos históricos.

É importante verificar que na sociedade em geral e em Sabará, no século XVIII, em particular, o uso de joias, como adorno corporal, reserva de valor ou mesmo como ex-votos, ficou registrado na variada documentação produzida. Entretanto, as joias encontradas no espólio de indivíduos de diferentes origens nem sempre representaram uma identidade exclusiva, de cada grupo social, por exemplo. Não é o fato de determinada pessoa possuir um ornamento que fará dela um integrante de um grupo social qualquer, como os possuidores das várias figas listadas nos documentos. As figas, que ao longo da história possuíram várias atribuições e funções, como a proteção contra o mau-olhado, poderiam ser utilizadas por homens e mulheres, junto com as joias de cunho devocional cristã ou, simplesmente, como adorno ou forma de pecúlio, quando feitas em metal nobre.

As joias são, nessa perspectiva, objetos que adquirem diferentes significados e, por serem transversais, estão presentes nas senzalas, na casa-grande, no sertão, na cidade, com o negro, o branco ou com o pardo. Para cada grupo social que as utilizam, passam a ter usos e funções diferenciados, podendo ser adquiridas com objetivos econômicos, estéticos,

de magia ou religiosos, obedecendo a um gosto, a uma norma socialmente imposta, ou mesmo preservando uma tradição.

2.3. Historiografia da joalheria no Brasil

A história da joalheria brasileira é um tema pouco explorado. Alguns poucos autores produziram estudos sobre esse tema na América portuguesa, porém indiretamente. Muitos cronistas registraram algumas descrições de ornamentos corporais, de forma bastante tímida. Os primeiros estudos sobre as joias brasileiras iniciam-se com uma conferência feita, em 1940, por Francisco Marques dos Santos, quando apontou que:

[...] nas igrejas, até o segundo reinado, viessem elas de campos dos Goitacazes, da Cidade do Cunha, do Sabará ou de Olinda e teriam adereços de toda ordem para cada imagem. Com que garbo as senhoras devotas da Bahia, vestiam as imagens no dia das suas festas. Botavam-lhe vestido novo, colares de contas confeitadas, broches, laços, pulseiras, tudo com diamantes, crisólitas, rubis ou pedras coradas.¹⁰²

A museóloga Octávia Oliveira publicou nos *Anais do Museu de História Nacional do Rio de Janeiro*, pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1948, um texto analisando a produção de artigos de ourivesaria no Brasil desde o século XVII.¹⁰³ Nesse trabalho ela faz menção aos regimentos, alvarás e leis que regiam o ofício de ourives, bem como as proibições e severas penas impostas a quem burlasse as determinações. Produziu um texto que se tornou referencial para o estudo da joalheria e ourivesaria no Brasil.

¹⁰² Francisco Marques dos Santos era historiador, antiquário, importante colecionador, especialista em mobiliário, numismática e prataria brasileira. Ocupou o cargo de diretor do Museu Imperial de 1954 a 1967, tudo de acordo com Anna Mendonça, mencionando ainda que Marques dos Santos ainda teria cogitado sobre a joalheria na festa do Triunfo Eucarístico de 1733: “Que delírio de joalheria nos dá a festa do Triunfo Eucarístico realizada em Vila Rica em 1733”. in: MENDONÇA, Anna Amelia de Queiroz C. *Jóias do Brasil Antigo*. São Paulo: Arquimedes, 1968. p. 31.

¹⁰³ OLIVEIRA, Octávia Corrêa dos Santos. *Ourivesaria brasileira*. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, Vol. IX, 1948.

Especificamente para a cidade de Salvador, na Bahia, o historiador Waldemar Mattos, usando como balizas temporais 1725 e 1845, trabalhou com os avaliadores que eram os responsáveis por aferir e certificar o peso de qualquer peça de ouro ou de prata. Estudou também os responsáveis pela verificação do preço de qualquer pedra preciosa, que eram chamados de contrastes.¹⁰⁴ Esses oficiais avaliavam e também produziam joias que foram usadas pela elite¹⁰⁵ de Salvador e, muito provavelmente, por compradores de outras regiões, não só da Bahia como do Brasil. Percebemos que Mattos não trabalhou diretamente com a joalheria, mas contribuiu para o desenvolvimento de outras pesquisas sobre o tema, pois relaciona os mais importantes ourives que trabalharam na cidade, como também seus trabalhos, incentivando mais pesquisas.

No início da década de 1960, a pesquisadora Marieta Alves, em documentação encontrada em vários arquivos da Bahia, identificou ourives e algumas das principais peças da ourivesaria baiana a partir do século XVI. Em sua pesquisa, ela disserta sobre o ofício de ourives, com destaque para o trabalho de dois portugueses que exerceram a atividade em terras baianas. Chama a atenção para a legislação vigente na Bahia entre os séculos XVI e XVIII, em especial a que tratava da permissão e da proibição de exercer ofício de ourives. Um alvará publicado em 20 de outubro de 1621 “dizia que nenhum mulato, negro ou índio mesmo liberto podia exercer o ofício de ourives”.¹⁰⁶

Alves não abordou em seu livro, especificamente, os trabalhos de joalheria, entretanto, tratou dos mestres ourives e suas respectivas marcas, destacando as alfaias nas igrejas e relacionando algumas peças descritas no inventário das peças em ouro pertencentes à Igreja do Colégio da Companhia de Jesus.¹⁰⁷

¹⁰⁴ MATTOS, Waldemar. *Registro das marcas dos ensaiadores de ouro e prata da cidade do Salvador, 1725-1845*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1952.

¹⁰⁵ O conceito de elite que usamos nessa frase não se restringe ao rico ou à classe dominante politicamente, mas, de uma maneira mais ampla, refere-se a toda e qualquer classe que faz jus ao dito popular português: “Quem dinheiro tiver fará o que quiser”.

¹⁰⁶ ALVES, Marieta. *Mestres ourives de ouro e prata da Bahia*. Salvador: Museu do Estado da Bahia, 1962.

¹⁰⁷ Entre os itens, estão relacionados relicários, resplendores, fios de contas, correntes, corações de filigrana, anéis de variadas formas e tamanhos e duas bola de âmbar, além de várias coroas de prata. ALVES, Marieta. Op. cit. p.77-82.

Em 1968, foi publicado *Jóias do Brasil antigo*, de Anna Amélia de Mendonça.¹⁰⁸ Em seu ensaio, essa colecionadora abordava o tema da joalheria desde os artefatos indígenas até a década de 1960, a partir de sua coleção e de algumas joias expostas no Museu Imperial. Nesse trabalho, ela usava seu conhecimento histórico para apontar fatos relacionados com a trajetória da joalheria brasileira. As conexões com obras e autores portugueses são oportunas e esclarecedoras e a autora tinha a preocupação de embasar parte do seu ensaio na legislação sobre a práxis dos ourives.¹⁰⁹

Como o ensaio é um texto livre de convenções e formalidades, Mendonça não se preocupou em apontar as referências que embasaram sua pesquisa. No entanto, tratou do sincretismo religioso nas joias, focando as pencas de balangandãs como sendo expressão máxima dessa prática no Brasil, arriscando um trajeto para os berloques que compõem as pencas.

É muito possível que os primeiros objetos feitos em prata para adorno e fetiche das negras da Bahia, tenham sido executados por escravos provenientes do Sudão, onde é comum dedicarem-se os negros a trabalhar o ouro e a prata em pequenas forjas, escondidas em pequenos terreiros.¹¹⁰

Mendonça ainda teve fôlego para apontar uma tipologia e os usos mais constantes da joia, tudo segundo o seu ângulo subjetivo. O ensaio de Mendonça é importante para os estudiosos de joalheria colonial brasileira, pois serve de ponto de partida para críticas e verticalização dos estudos nessa área do conhecimento.

A ourivesaria na Bahia foi objeto de poucos estudos na década de 1970. Paulo Machado lançou, em 1972, o livro *Ourivesaria baiana*, abordando as pencas de balangandãs, na tentativa de “documentar a nomenclatura certa das joias usadas pelas negras baianas, sua origem, sua

¹⁰⁸ MENDONÇA, Anna Amélia de Queiroz C. *Jóias do Brasil Antigo*. 1ª edição. São Paulo: Arquimedes, 1968.

¹⁰⁹ A autora cita leis como a Regulamentação dos Contrastes em Lisboa, de 4 de agosto de 1688, ou a Carta Régia, de 28 de novembro de 1698, proibindo no Rio de Janeiro a fixação de mais de três ourives, bem como a Carta de 1763, lembrando a proibição da Carta anterior.

¹¹⁰ MENDONÇA, Ana Amélia. Op. cit., p. 51.

beleza”.¹¹¹ Esse colecionador não esclareceu sobre técnicas, mas, ao tratar de cada peça que compõe a penca de balangandãs, chamados de berloques, abordou quais os materiais mais utilizados na confecção deles, bem como suas funções no conjunto. É importante destaca que o livro apresenta consistência na análise de algumas peças, como técnicas e materiais que foram produzidos, além da descrição não só dos berloques e de seus significados, mas de outros adornos que o autor deixou transparecer que essa joias, na Bahia, eram de uso restrito das crioulas, como as pulseiras e colares de contas, entre outros. Os inventários e testamentos mineiros do século XVIII estão recheados de exemplos de posse desses objetos não só pelas senhoras brancas, mas também pelos homens brancos, como o capitão Manoel Lopes Machado, que possuía “hum fio de coral macho com 77 corais engrassados em ouro”.¹¹²

Em 1981, Maria Helena Farelli lançou o livro intitulado *Balangandãs e figas da Bahia*, dedicando parte dele para a diferenciação dos termos utilizados para esse ornamento e a explicação de seu uso na magia e nas festas populares. Sem muito rigor científico, contribuiu para a tipologia ao classificar esses ornamentos em devocionais, votivos, evocativos e propiciatórios.¹¹³

Encontramos muitas joias com essa classificação estudada por Farelli na documentação pesquisada. Foram dezenas de figas, muitas medalhas, breves e verônicas de santos de devoção. A documentação cartorária pesquisada se mostrou farta em relação a peças feitas em coral e aljôfar, como se verá mais adiante. Alguns anéis de retratos fizeram parte dos bens de alguns moradores da antiga Vila de Sabará, e, usando a metodologia proposta por Farelli, são classificadas como joias evocatórias.

No ano do centenário da abolição, muitos trabalhos sobre escravidão, cultura africana e a condição do negro foram produzidos e entre eles está a

¹¹¹ O autor aborda o sincretismo religioso por trás das penca de balangandãs, que mesclam o espírito religioso com os mistérios da África. MACHADO, Paulo Affonso de Carvalho. *Ourivesaria baiana*. Guanabara, Rio de Janeiro: editora própria, 1973.

¹¹² IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 22. Capitão Manoel Lopes Machado, 1743.

¹¹³ FARELLI, Maria Helena. *Balangandãs e figas da Bahia: o poder mágico dos amuletos*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 1981, p. 18-20.

reedição de *Costumes africanos no Brasil*,¹¹⁴ organizado por Raul Lody, que traz de volta a cultura material presente na Bahia desde o século XVII. O texto contribui para novos estudos sobre o uso de ornamentos pelos homens de cor, e, nas notas explicativas, organiza e corrige alguns equívocos cometidos pelo autor original, Manuel Querino. O antropólogo carioca realça a fusão entre a ourivesaria baiana e os costumes africanos no Brasil, iniciando a produção de trabalhos sobre as joias de devoção e proteção. Lody, que se preocupava com a comprovação documental que faltava na obra de Manoel Querino, escrita em 1938, completava-a, inserindo explicações e sublinhando que o livro tinha “por objetivo oferecer ao público interessado um trabalho de força e atualidade etnográfica sobre, em especial, a vida e a cultura dos afro-baianos”.¹¹⁵

Lody escreve desde 1987 sobre o candomblé. Em 1988, publicou um estudo sobre as joias-amuletos utilizadas pelos adeptos desse ritual.¹¹⁶ Esse autor procurou o vínculo entre as pencas de balangandãs e as irmandades católicas negras, pesquisando a irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, na Bahia. Uma discussão no livro de Lody conduziu uma parte desta pesquisa, que foi o uso de amuletos em coral, tão comum em Minas Gerais no século XVIII. No livro de Lody, ele observa que qualquer ornamento que será usado como amuleto deve “passar por uma impregnação de propriedades mágicas, de modo que o objeto possa realmente desempenhar seu papel de símbolo possuidor de valores mágicos”.¹¹⁷ Essa indagação é

¹¹⁴ QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª Ed. Revisada e ampliada. 1988. De forma alguma vamos desmerecer o trabalho de Querino, porque dá-nos importante testemunho, além de nos conduzir a um olhar diferenciado, mesmo que particular, da sociedade ainda com resquícios escravistas. Para saber mais, NUNES, Eliana. Manuel Raymundo Querino: o primeiro historiador da arte baiana. *Revista Ohun*, ano 3, n. 3, p. 237-261, set. 2007.

¹¹⁵ QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. pag. 12. No XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte em 2002, Maria Helena Ochi Flexor remete-se a Querino caracterizando-o mais como cronista do que como historiador, desde suas produções em 1909. Flexor lamentou, na ocasião, o fato de que autores posteriores, mesmo após terem se tornado públicos os erros e imprecisões presentes na obra de Querino, continuarem a utilização desta fonte: “Suas informações são repetidas por outros autores, sem o crivo da análise ou da crítica, sem a busca de comprovação documental”. FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Historiografia das artes plásticas no Brasil. Anais do XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto29.pdf>. Acessado em 02/10/2012.

¹¹⁶ LODY, Raul. *Pencas de balangandãs da Bahia; um estudo etnográfico das jóias-amuletos*. Rio de Janeiro: FUNARTE / Instituto Nacional do Folclore, 1988.

¹¹⁷ Idem, p. 22.

pertinente, mas creio que nas Minas Gerais, especialmente em Sabará do século XVIII, todos os portadores de objetos em coral o tinham como sendo objeto impregnado de magia. Não só a preta forra Catherina de Barros, que possuía dois “braceletes de coral engranzados em ouro”, um “bracelete de corais miúdos engastados em prata”,¹¹⁸ mas também Catherina Soares Pereira, mulher branca, que possuía “cinco braceletes de coral com seis correntes e figuinhas de ouro”,¹¹⁹ entre várias outras pessoas, em cujos inventários e testamentos ficaram esses registros. Creio que muitas pessoas em Minas Gerais acreditaram no poder do amuleto em coral, pois o material era associado a poderes mágicos e trazia agregados alguns usos antigos, já que em alguns locais do continente africano, como no Congo e em Benin, era associado a linhagens e a sacrifícios, como aborda a africanista Suzanne Blier.¹²⁰

E, mesmo que esse amuleto não fosse tão eficaz, como se notou, a crença não diminuiu ao longo do tempo. Grácia Rodrigues Bonfim, uma preta forra que morou na sede da Comarca do Rio das Velhas, usou de toda a sua proteção contra males. Não abrindo mão de suas crenças ancestrais, possuía grande quantidade de fios de corais pequenos e grandes, todos engranzados em prata. Além disso, possuía uma corrente de braço com uma boneca de São Bento e uma Nossa Senhora da Conceição. Essa preocupação, no entanto, não a livrou de ser, oficialmente, declarada demente em 1775.¹²¹

A longevidade do uso dos corais pode ser notada no inventário de Rita Coelho Carneira, mulher branca, casada com Pantalhão Moreira Maya, onde consta “dois braceletes de corais miúdos, avaliados em quatro mil e cinquenta réis”.¹²² Assim como a parda Esperança Pereira do Lago, que, ao morrer, em 1793, possuía entre as joias corais grandes engranzados em ouro.¹²³

¹¹⁸ IBRAM/Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CPO-I (01) 05. Catherina de Barros. 1731.

¹¹⁹ IBRAM/Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CPO-I (01) 08. Catherina Soares Pereira. 1733.

¹²⁰ BLIER, Suzanne Preston. *L'art royal africain*. Paris: Flammarion, 1998.

¹²¹ IBRAM/Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CPO-I (07) 71. Grácia Rodrigues Bonfim. 1775.

¹²² IBRAM/Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CPO-I (09) 93. Rita Coelho Carneira. 1796.

¹²³ IBRAM/Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CSO-I (69) 525. Esperança Pereira do Lago. 1793.

Ao portarem tais ornamentos, brancos e não brancos buscavam sorver das peças a boa sorte, talvez influenciados pelos costumes dos escravos e pelas práticas culturais comuns naquela sociedade. Então, como indagou Paiva, a encomenda de um ornamento em coral, feita ao ourives Gabriel da Encarnação de Almeida por Manoel de Lobo, poderia ser em função da crença de que tal ornamento seria um amuleto poderoso que traria sorte?¹²⁴ A essa questão, soma-se outra. Será que “os corais engranzados em ouro com seu trancelim” que Gabriel de Almeida vendeu ao cliente eram para uso próprio ou seriam um presente para algum afeto?¹²⁵ Em ambos os casos, o Dr. Manoel de Almeida acreditava no poder, independentemente do usuário.

Em 2001, Raul Lody escreveu o livro *Jóias de Axé*, sempre atrelando os fios de contas, pencas de balangandãs e outros adornos corporais a religiões afro-brasileiras.¹²⁶ O autor aborda, nesse trabalho, algumas técnicas de confecção de joias, como a filigrana, mas limitou-se a dizer que essa é uma nítida incorporação das técnicas moçárabes, quando na verdade essa técnica já era conhecida pelos fenícios.¹²⁷ O autor volta ao tema de jóias mágicas e, ao fazê-lo, tenta tornar claro que os objetos de culto e de uso mágico, apesar de não serem facilmente apreendidos por observadores leigos, como alguns cronistas,¹²⁸ existiram em grande quantidade na Bahia. Os exemplos dessas joias também estão presentes nos inventários mineiros do século XVIII, como o coral, que poderia ser usado à maneira dos africanos da Costa da Mina, ou seja, em contas, ou em ramos, à moda dos amuletos europeus no período da Renascença ou, simplesmente, como elemento decorativo, apenas elevando seu valor estético. Outros exemplos dessas joias em coral foram as figas ou, como já citados, os braceletes e os fios de contas.

¹²⁴ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia*: op. cit, p. 235.

¹²⁵ Idem, p. 235.

¹²⁶ LODY, Raul. *Jóias de Axé: Fios-de-contas e outros adornos do corpo - A joalheria afro-brasileira*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

¹²⁷ PEIXOTO, Rocha – As filigranas. In PEIXOTO, Rocha – *Obras*. [S.l.]: Câmara Municipal da Povoação de Varzim, 1967, vol. 1, pp. 262-312. Recentemente a obra foi reeditada: PEIXOTO, António Augusto da Rocha, 1866-1909; *As filigranas/ António Augusto da Rocha Peixoto*; introdução Gonçalo de Vasconcelos e Sousa; trad. Alexandra Andersen Leitão. Porto: Universidade Católica Editora; CIONP; CITAR, 2011.

¹²⁸ EWBank, Thomas. *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauero e da palmeira* – com apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. Tradução.

A historiadora Leila Mezan Algranti abordou a história da vida privada no Brasil em texto sobre o cotidiano familiar.¹²⁹ Algranti ocupou-se basicamente em relatar minuciosamente a moradia, os costumes, as formas de sociabilidade internas e externas aos domicílios e citar o uso de ornamentos corporais. Nada profundo, mas destaca as formas de adaptação dos valores e costumes do reino à realidade da colônia, refletindo assim na formação da sociedade brasileira. Apesar de não ser o foco central do seu texto, Algranti toca na possibilidade de os ourives, portugueses ou brasileiros, terem clientes específicos para as joias com apelo mágico. Em Sabará, por exemplo, as joias-amuletos que foram consumidas em larga escala muito provavelmente foram confeccionadas por conhecedores de crenças africanas e afro-brasileiras, pois os ourives tinham aprendizes escravos e forros oriundos do continente e/ou nascidos na América portuguesa.

Já Maria Lúcia Brancante apontou que não é só para a Bahia que existem fartos registros do ofício dos ourives. Em 1999, publicou o livro *Os ourives na história de São Paulo*.¹³⁰ Brancante disponibilizou dados de sua pesquisa em livro ricamente ilustrado, abordando desde as minas de prata em São Vicente e as pesquisas de 1617 e 1618, passando pela descoberta do ouro nas Minas Gerais e pelas casas de fundição, culminando com uma lista dos principais ourives de São Paulo entre os séculos XVI e XIX.

Em 2002, Eliana Gola apresentou sua dissertação na Universidade de São Paulo,¹³¹ que foi publicada em 2008, discorrendo, entre outros assuntos, sobre o significado da joia como adorno corporal ou amuleto, em uma trajetória que envolve países e culturas diferentes, desde o Egito antigo ao *design* de joias contemporâneas. Em 2005, foi defendida na Universidade Federal da Bahia uma dissertação que abordou, pela análise semiótica e histórica, o processo particular de produção de sentido das pencas de balangandãs dentro do contexto sociocultural da Salvador setecentista e oitocentista. Simone Trindade Vicente da Silva desenvolveu seu trabalho a partir de 27 pencas de balangandãs em prata, pertencentes à coleção do

¹²⁹ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.54 a 96.

¹³⁰ BRANCANTE, Maria Helena. *Os ourives na história de São Paulo*. São Paulo. Árvore da Terra, 1999.

¹³¹ GOLA, Eliana. *A Jóia: Uma Pesquisa Histórica*. Dissertação (Mestrado em arquitetura). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

Museu Carlos Costa Pinto. A autora desmembrou as pencas de balangandãs e analisa profundamente a composição dos objetos que as formam, revelando a existência de diversos elementos mágicos, como amuletos e talismãs, que remetem a várias tradições religiosas.

Silva embasou-se na semiótica peirciana para concluir que:

As pencas de balangandãs funcionaram como elementos de construção de identidade de um grupo social num determinado contexto, onde a demarcação de espaços sociais era feita e imposta na codificação visual. Não foram encontradas evidências do uso de pencas de balangandãs relacionadas aos cultos afro-brasileiros.¹³²

Simone Silva ainda afirmou que as pencas de balangandãs foram usadas por algumas mulheres negras e mulatas, escravas e libertas, principalmente baianas, em ocasiões festivas numa construção simbólica de sua autoimagem. Em Minas Gerais, não foi comum o uso de pencas de balangandãs, apesar de vários berloques que poderiam constar de uma penca serem listados em alguns inventários ou testamentos.

A museóloga e historiadora Solange Godoy escreveu, em 2006, o livro intitulado *Círculo de contas: jóias de crioulas baianas*.¹³³ Trata-se do resultado de suas pesquisas sobre a origem das jóias, por ela chamadas de “crioulas”, que chegaram até o recôncavo baiano.

Desde o início do livro, a autora deixa claro que “jóias de crioulas” são as jóias usadas pelas mulheres de pele escura e que utilizam o ouro como material, além da forma de correntões e pulseiras. Ela trata estas jóias como objetos simbólicos, que demonstram “riqueza, dote e até mesmo poder”,¹³⁴ ou seja, chama de joia todo objeto que, além de ornamentar e demonstrar algo sobre o usuário, é feito com material nobre – ouro principalmente –, com técnicas próprias de fundição, modelagem e filigrana, além de ter uma forma refinada, já que passa pelas etapas de polimento, cravação e tudo mais que possa agregar valor ao objeto.

¹³² SILVA, Simone Trindade Vicente. *Referencialidade e representação: um resgate do modo de construção de sentido nas peças de balangandãs a partir da coleção Museu Carlos Costa Pinto*. Dissertação (Mestrado em Belas Artes). UFBA, Salvador: 2005, p. 181.

¹³³ GODOY, Solange de Sampaio. *Círculo das contas: jóias de crioulas baianas*. Apresentação de Mercedes Rosa; versão para o inglês de H. Sabrina Gledhill. Salvador: Fundação Carlos Costa Pinto, 2006.

¹³⁴ Idem. p. 27.

A autora ainda promoveu análises comparativas entre os aspectos semelhantes da ourivesaria africana, brasileira e portuguesa. Para a primeira comparação, ela apresenta os ornamentos do grupo Akan da África Ocidental, próximo à Costa da Guiné, e as joias das crioulas baianas de Salvador. Para a segunda comparação, a autora aproximou as joias de contas baianas às joias populares do noroeste de Portugal.

Com base no acervo do Museu Carlos Costa Pinto, em Salvador, a autora destaca o intercâmbio e as influências mantidas entre Portugal e suas colônias, contando, entre outras, a história da região hoje conhecida como “Golfo da Guiné”. Foi a região que inicialmente forneceu aos portugueses não só escravos, mas também ouro e marfim. Entretanto, o tráfico negreiro foi o maior negócio português até o final do século XVIII.

Naquela região africana, a dinâmica mercantilista gerou uma rede de comércio que a autora explora muito bem, usando como elo a joalheria e seus adornos. Godoy destacou os Akans como sendo conhecedores da técnica de mineração de ouro de aluvião, além de hábeis comerciantes que receberam os portugueses no século XVI, sendo, de imediato, escravizados e comercializados por estes, que também tiveram como fornecedores de ouro os Fetu e os Mandinga. Além disso, a autora destaca que os viajantes europeus presenciavam, no final do século XVI, as mesclas sociais.

Solange Godoy fecha o círculo de contas com as joias usadas no noroeste de Portugal. Esta viagem das contas se iniciou na época dos etruscos. Depois, alterando o material – do ouro para o vidro – as contas começaram a ser produzidas no Egito. Essas contas de vidro passaram a ser produzidas em Veneza e comercializadas muito antes do século XV, com a África Ocidental. De lá, chegaram ao Brasil, tendo como mercado as crioulas baianas dos séculos XVII, XVIII e XIX, que as utilizavam seguindo tradições ancestrais, sem deixarem de lado a religiosidade e a simbologia das peças.

A gemóloga e proprietária de escola de joalheria Mariana Magtaz, após uma década de estudos do universo da joalheria, também produziu um livro, tendo como assunto principal, as joias.¹³⁵ A trajetória das peças está descrita no trabalho, desde o início da história da joalheria no Brasil, a partir

¹³⁵ MAGTAZ, Mariana. *Joalheria Brasileira: do descobrimento ao século XX*. São Paulo: Editora Mariana Magtaz, 2008.

da descoberta das Minas Gerais. Não se aprofundou em conceitos da história da cultura, nem sobre as técnicas mais utilizadas no Brasil, destinando poucas páginas para o ofício de ourives em terras mineiras.

Apesar de a autora não ter concluído o conceito de joia espetáculo, seu trabalho torna-se relevante ao contribuir para o estudo da joalheria, uma vez que seu livro contém subsídios para o estudo da atuação dos ourives no Brasil, principalmente quando lista a presença de artífices no Rio de Janeiro, em função da chegada da Família Real no século XIX. Magtaz concluiu que houve uma maior liberdade para o ofício graças ao “grande número de ourives e lapidários que acompanhou a vinda da corte portuguesa para o Brasil” e continua sua explicação ao destacar que, “por esse motivo, as medidas repressivas tomadas em relação aos ourives locais foram eliminadas abrindo caminho ao desenvolvimento da confecção e do comércio de joias no Brasil”.¹³⁶

Erlaine Januário é outra estudiosa da joalheria que examinou, nos inventários e testamentos de Vila Rica, a relação estabelecida entre o uso e a aquisição dos pequenos objetos feitos de ouro, prata e pedras preciosas e os seus possuidores, explorando o viés da cultura material.¹³⁷ Em seu texto, Januário afirmou que as joias também estavam entre os bens mais cobiçados por homens e mulheres de Vila Rica. A autora conseguiu apurar, em alguns casos, que os avaliadores costumavam descrever cuidadosa e caprichosamente as joias que receberam pedras de maior valor, como os diamantes, topázios e esmeraldas, ilustrando assim o apego dos habitantes de Vila Rica no século XVIII pelos adornos corporais.

Jóias de crioulas foi o livro que Laura Cunha e Thomas Milz lançaram em 2011,¹³⁸ no qual, assim como Solange Godoy,¹³⁹ deixaram claro, desde o início, que se ativeram às crioulas possuidoras de ornamentos, considerando como crioulas todas as mulheres de cor, nascidas ou não no Brasil. A artista plástica se juntou a um fotógrafo alemão para pesquisar, nos acervos de

¹³⁶ MAGTAZ, Mariana. Op. cit, p. 100.

¹³⁷ JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. Jóias como investimento e devoção. *II encontro Memorial: nossas letras na história da educação. 2009*. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h8_4.pdf. 2009. Acessado em 25/3/2012.

¹³⁸ CUNHA, Laura; MILZ Thomas. *Jóias de crioulas*. São Paulo: Editora Terceiro Nome. 2011.

¹³⁹ GODOY, Solange. *Círculo de contas*. Op. cit.

museus e em coleções particulares do Brasil, referências sobre joalheria e ourivesaria, certamente embasados pelos estudos da joalheria baiana. Apesar dos equívocos cometidos, como não considerar o trabalho de ourives brasileiros no século XVII, em Salvador, ou mesmo descuidar das citações corretas, o livro aborda o trabalho dos ourives e joalheiros desde o século XVII ao XIX, ainda que não tenha sido embasado em documentos cartoriais ou mesmo eclesiásticos. Eles também afirmam que as crioulas compraram sua própria liberdade e alforriaram parentes usando as joias como pagamento.

Como se pode perceber, o rol de estudiosos da joalheria colonial brasileira é muito pequeno. Além disso, apenas Alves, Brancante e Januário trabalharam com documentação cartorária, assim como de Ordens Régias, lista de votantes e outros documentos avulsos, como cartas.

Há outros pesquisadores que, indiretamente, trataram do ornamento corporal masculino e feminino em suas investigações, como Ana Beatriz Simon Factum, que aborda a joalheria baiana dos séculos XVIII e XIX como sendo a base do *design* de joias brasileiras contemporâneas. Para tanto, ela expõe que a relação complexa entre o senhor e o escravo foi também materializada nos símbolos, signos e no desenho das peças de ornamento. Além disso, propõe uma reflexão da participação negra no processo de formação da cultura material brasileira e considera as joias baianas como uma forma de resistência.¹⁴⁰ Já Irina Santos apontou para a diversidade de formas com que as joias foram concebidas, bem como para a variedade de representações: ora representam *status* social, econômico e cultural, ora amuleto, ora apenas um objeto de decoração.¹⁴¹

¹⁴⁰ FACTUM, Ana B. S. *Joalheria escrava baiana: construção histórica do design de jóias brasileiras*. Tese (Doutorado em arquitetura). São Paulo: FAU-USP, 2005.

¹⁴¹ SANTOS, Irina Aragão. Adornos pessoais: uma reflexão sobre as representações das relações sociais e o processo de design. In: *Anais do 6º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design*. São Paulo: FAAP, 2004. Ver também SANTOS, Irina A. Jóias de afeto: usos e significados na sociedade fluminense na segunda metade do século XIX. In: *III Encontro Nacional de Estudos do Consumo*. 2006, Rio de Janeiro. Tempos e espaços do consumo em uma perspectiva comparada, 2006.

Também contribui para o estudo da joalheria no Brasil, Paiva¹⁴² com vários trabalhos sobre os ornamentos corporais femininos, abordando inclusive o comércio internacional de materiais utilizados. Desde 1994, o historiador vem pesquisando sobre a mestiçagem, a condição dos forros e a situação da mulher forra no século XVIII, abordando em suas pesquisas os usos de ornamentos corporais como mediadores culturais, forma de pecúlio e amuletos.

Silvia H. Lara também contribuiu para os estudos na área com pesquisa sobre o repertório de trajes de senhoras e escravas no Brasil.¹⁴³ A autora destaca que havia toda uma tradição legislativa portuguesa e dispositivos legais que regiam o vestuário para o controle e a manutenção das distinções sociais.

Com o estudo sobre a mulher forra e sua inserção na sociedade mineira de Vila Rica, a partir da segunda metade do século XVIII, Claudia Mol¹⁴⁴ abordou, de forma indireta, o uso das joias pelas mulheres, com ênfase no uso dos amuletos, escapando em seu trabalho a transversalidade à qual a joia está sujeita. Resende mostra, em sua pesquisa, o estado da arte da joalheria em Belo Horizonte, aprofundando-se pouco na história da ourivesaria e limitando-se apenas ao relato de técnicas empregadas nos dias de hoje.¹⁴⁵

Dos pesquisadores que se preocuparam com o estudo da joalheria, mas apresentaram um estudo focado no campo do *design* e da semiótica,

¹⁴² PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. Ver também: PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716 – 1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. Ver também PAIVA Eduardo F. et ANASTASIA, Maria Junho (orgs). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume/PPGH/UFMG, 2002.

¹⁴³ LARA, Silvia Hunold. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades de Rio de Janeiro e Salvador (século XVIII). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Brasil - colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 177-191. Outros textos sobre a questão do vestuário feminino, ver: LARA, Silvia H. Sob o signo da cor: trajes femininos e relações raciais nas cidades do Salvador e do Rio de Janeiro, 1750-1815. *Colonial Latin American Review*, 6, n. 2, 1997, p. 205-224. Versão em português disponível em: <<http://www.unicamp.br/cecult/silvia1.rtf>>. Acesso em: 11/4/2012.

¹⁴⁴ MOL, Claudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750 – 1800)*. Dissertação (Mestrado em História) Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Faculdade de Ciências Humanas, Letras e História da UFMG).

¹⁴⁵ RESENDE, Sancha Lúvia. *Um olhar sobre o fazer ourives em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em ciências Sociais). São Paulo: PUCSP, 2010.

destacamos Teixeira.¹⁴⁶ Sua dissertação, resultado de ampla pesquisa, desvela o cenário da joalheria em Minas Gerais, sem abrir mão tanto de uma análise semiótica das peças, quanto de suas dimensões histórica, cultural e simbólica, cujo ponto alto são os quadros que demonstram a variedade e a vitalidade dos materiais utilizados por ourives desde a antiguidade ao século XX, além de atentar para as tendências da joalheria moderna, como o retorno às origens da joalheira mineira. Teixeira aborda os fatores culturais que determinam a criação e o uso das joias, levando em consideração a dimensão cultural, a dimensão simbólica, a forma e a função dos diversos objetos usados para o adorno corporal.

¹⁴⁶ TEIXEIRA, Maria Bernadete Santos. *Os objetos intermediários da concepção na construção coletiva da identidade do produto de joalheria*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Belo Horizonte: UFMG, 2002. A professora da Escola de *Design* também é coordenadora do Centro de Estudos em *Design* de Gemas e Jóias da Escola de *Design* da Universidade do Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO 3

A joia mais preciosa do Brasil: Minas como receptora de imigrantes.

A história do mundo ocidental, em alguns momentos, foi marcada pela busca por ouro e pedrarias. O homem fez uso desses materiais para os mais variados fins, seja para o adorno corporal, seja para qualquer forma de culto ou até mesmo para o escambo. O ouro proporcionou lendas como a do Eldorado¹⁴⁷, que correu de boca em boca durante várias gerações de sonhadores, aventureiros, viajantes e até mesmo os ligados à alquimia medieval.

Quando Cristóvão Colombo e sua esquadra chegaram à ilha que ele denominou de *Hispaniola*, viram, provavelmente com alegria, os ornamentos em ouro nos narizes e orelhas dos nativos. Essa riqueza arremessou toda a Espanha em uma época de glória e de conquistas territoriais, apoiadas ou não pela religião, assombrando o mundo com as riquezas contabilizadas por meio de pilhagens, escambo e mineração. Era a materialização do Eldorado, cuja lenda era a de um local além dos mares onde, no meio de florestas colossais, vivia um povo que dispunha das maiores riquezas do mundo.¹⁴⁸

Os portugueses, quando chegaram ao Brasil em 1500, poderiam ter pensado que Deus havia-lhes reservado a mesma sorte que os espanhóis. Viam nos selvagens uma esperança de que eles apontassem o Eldorado “brasileiro”, coisa que não aconteceu. Mesmo com as primeiras expedições aos sertões, em 1531, com Martim Afonso de Souza, os portugueses tiveram que se contentar com lucros aferidos com o comércio do pau-brasil e um pouco mais tarde com a produção do açúcar, já que nenhuma pepita fora encontrada.

¹⁴⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1969. p. 158.

¹⁴⁸ LIMA JÚNIOR, Augusto. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978. p. 17.

Os lusitanos não desistiram da busca pelo ouro. Mais cinco expedições, partido do norte da Colônia, foram feitas, somente no século XVI, na tentativa de encontrar o sonhado Eldorado. Depois da expedição de Martim de Sousa, o sertão brasileiro foi visitado por Francisco Bruza de Spinozza,¹⁴⁹ que em 1553 chegou ao Vale do Jequitinhonha e navegou pelo Rio São Francisco. Essa expedição, segundo Capistrano de Abreu, teria partido de Porto Seguro e, “como em país desconhecido, seguir um rio é meio de não se perder, provavelmente foram seguindo algum” .¹⁵⁰

Outra expedição ocorreu em 1568, sob o comando de Martim de Carvalho, e chegou a Itacambira, explorando o norte da futura Capitania das Minas Gerais em busca de esmeraldas, seguindo informações dos índios. Regressou a Porto Seguro sem nenhum resultado.¹⁵¹ Cinco anos mais tarde, Fernandes Tourinho, também partindo de Porto Seguro, achou pedras coradas na região que mais tarde seria denominada de Diamantina. Com esse achado, o então governador Luís de Brito e Almeida apressou-se em organizar outra expedição, desta vez a cargo de Antônio Dias Adorno, neto de Caramuru, que partiu do sertão baiano em 1574, apenas um ano após a expedição de Sebastião Fernandes Tourinho.

Antônio Dias chegou até o vale dos rios Mucuri e Araçuaí, mas nada alcançou além de cansaço, doença e morte de parte da equipe de expedição. Após longa jornada, a expedição se dissolveu, sem antes ser acolhida pelos irmãos João Coelho de Sousa, que tentaram, ao que tudo indica sem o apoio dos administradores, levar adiante a empreitada de Antonio Dias Adorno e Gabriel Soares de Souza,¹⁵² que após receber uma carta do irmão

¹⁴⁹ O nome do explorador foi grafado de outra maneira, como: “Já em 1553-1554 uma expedição dirigida por Francisco Bruza de Espiñosa subindo o rio Pardo, no sul da Bahia, penetrou pelo norte em território mineiro, explorando os rios Jequitinhonha e das Velhas e atingindo o São Francisco”. BRUNO, E. S. Introdução: Apontamentos sobre a região. In:RIEDEL, D. (org.). *O ouro e a montanha*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1959. (Coleção Histórias e Paisagens do Brasil), p.23.

¹⁵⁰ Segundo o autor, seguiram o curso do rio São Francisco. ABREU, João Capistrano de. *Os primeiros descobridores de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1901. p. 368.

¹⁵¹ ABREU, Capistrano. *Revista de História, de São Paulo*, ano IV, nº 15, de julho-setembro de 1953, págs. 89-95

¹⁵² Gabriel de Souza, após receber amostras de pedras e de metal enviadas pelo irmão, conseguiu uma audiência com rei Felipe II, onde conseguiu “favores e mercês, além de muita autoridade”. LIMA JUNIOR, Augusto. Op. cit. p. 19. Ver também sobre as expedições:

moribundo, iniciou, em 1591, uma expedição apoiada pelo sétimo governador do Brasil, o fidalgo D. Francisco de Souza. Apesar disso, encontrou a morte dois meses depois de sua partida.¹⁵³

Pelo Sul da Colônia, os paulistas iniciaram sua caminhada rumo ao sertão em 1560, quando Brás Cubas, a mando do Governador Geral Mem de Sá, adentrou o futuro território mineiro. De acordo com Salles, outro paulista que se aventurou no sertão, ainda no século XVI, foi Sebastião Marinho, que, em 1592, descobriu ouro ao norte de Vila Boa, hoje pertencente a Goiás, cortando o território do que mais tarde seria Minas Gerais de Sul a Norte.¹⁵⁴

Outros exploradores que se lançaram no sertão partindo de São Paulo foram Afonso Sardinha Filho, João Pereira da Souza Botafogo e, no final do quinhentos, Domingos Rodrigues, que teria alcançado, via São Francisco, a Bahia.¹⁵⁵

No século XVII, outras expedições adentraram o sertão, com objetivos parecidos: enriquecerem-se pelo metal e pedras ou aprisionar escravos. Os índios eram o alvo de algumas dessas bandeiras e, rapidamente, o território viu-se repleto de gente ávida pela aventura.

Das cinco bandeiras que partiram de São Paulo, o destaque foi a de Fernão Dias Paes Leme, incentivada pela transferência das pesquisas minerais da Bahia para São Paulo. Esse bandeirante se serviu dos mais experientes homens que “deixaram seu nome na História e na Geografia mineiras”.¹⁵⁶

O ano era 1674 e Fernão Dias, então com 66 anos, se pôs em marcha, na tentativa de achar a lendária Serra do Sabarabuçu. Sua bandeira alcançou a serra depois chamada do Espinhaço, na região da atual Itacambira. Como percorreu boa parte do sertão, é bem provável que, em sua

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979, p. 17-22.

¹⁵³ Enquanto esteve em Madri, Gabriel Soares de Souza escreveu o Tratado Descritivo do Brasil, em 1587. Essa obra constitui um dos primeiros relatos sobre o Brasil colonial, que contém dados geográficos, botânicos, etnográficos e linguísticos, sendo publicada postumamente por Francisco Adolpho de Varnhagen (1879), em Lisboa. SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. [me] Ministério da Educação. Obra em domínio público – Domínio Público. Biblioteca digital desenvolvida em software livre.

¹⁵⁴ Ver: SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.

¹⁵⁵ BARBOSA, op. cit. p. 21.

¹⁵⁶ LIMA JUNIOR, Augusto. op. cit. p. 21.

bandeira, muitos desgarrados tenham ficado pelo caminho, seja para garantir comida e descanso aos que viriam, seja por vontade própria de abandonar a empresa. Fernão Dias Paes Leme morreu em 1681, aos 73 anos, no sertão.¹⁵⁷

A concretização do sonho português e de muitos moradores da colônia, veio após a bandeira de Paes Leme. Essa empreitada foi responsável pela fundação de vários núcleos de povoamento. De acordo com Pandiá Calógeras, a bandeira de Fernão Dias teve como destaques ainda três integrantes. Matias Cardoso de Almeida se estabeleceu no norte da futura Capitania de Minas Gerais, tirando partido do intenso comércio que se estabeleceu entre as minas de ouro e a Bahia. Outro indicado por Calógeras foi Manuel da Borba Gato, cujo nome está ligado às primeiras descobertas de ouro na área que depois se tornou a Comarca do Rio das Velhas e à fundação de Sabará.¹⁵⁸

Garcia Rodrigues Paes foi o terceiro nome em importância da bandeira de Fernão Dias. Em 1703, ele se tornou o primeiro guarda-mor da região, e, segundo Buarque de Holanda, foi o responsável pela abertura do caminho entre as Minas Gerais e o Rio de Janeiro, vulgarmente chamado de Caminho Novo.¹⁵⁹

3.1- Os ocupantes

A região das Minas Gerais, desde o final do século XVII e durante o XVIII, foi importante receptora de migrantes, apesar das adversidades oriundas do clima, vegetação, da fome ou mesmo da falta de sorte nos achados auríferos. A vontade de enriquecimento em função do ouro e das pedras preciosas superou, de longe, “os caminhos tão ásperos, como são os das minas”, como dizia Antonil, que acrescentou:

¹⁵⁷ DERBY, Orville. O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v.4, p.319-350, p.341-343, 1899; cf. também DERBY, Orville. As bandeiras paulistas, de 1601 a 1604. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v.8, p.399-413, 1903.

¹⁵⁸ CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3 v., 1904/05.

¹⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Época Colonial. História geral da civilização brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo 1, vol. 1, 2000. p.295.

Cada ano, vem nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moças e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.¹⁶⁰

Com relação à decisão de migrar, Faria afirma que “a migração não era um movimento aleatório”.¹⁶¹ A descoberta de ouro foi a motivação que vários atores sociais precisavam para esse processo, porém muitos sequer chegaram a tocar a região, pois morreram durante a aventura. Uma estratégia provavelmente usada no processo de ocupação do território deve ter sido o fato de se estabelecerem próximos a pessoas conhecidas, recebendo assim informações prévias e certa segurança para abandonar o local de origem e migrar para um novo.¹⁶²

Migrar, logo com as primeiras notícias sobre os achados das minas de ouro era, antes de tudo, um ato de muita determinação, pois nada estava pronto, sendo que os primeiros núcleos populacionais eram constituídos por “povoados rústicos, estabelecidos de forma improvisada e provisória” como informa a historiadora Adriana Romeiro.¹⁶³ Mas não se pode esquecer que o português tinha uma grande capacidade de adaptação e aprendizagem em outras terras, o que lhe permitiu protagonizar importantes processos de circulação e apropriação de diferentes elementos culturais.¹⁶⁴

A população das Minas, inicialmente, como citado, incluía homens, na maioria solteiros, jovens e velhos, ricos e pobres, seculares, alguns poucos clérigos, além de pessoas das mais diversas condições, como os ourives, médicos, magistrados, professores, militares, homens da saúde, artistas, os endividados, aventureiros e vadios. A lista é longa, incluindo escravos e

¹⁶⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas de ouro*. São Paulo: Editora Obelisco Ltda., 1964. p. 263-264.

¹⁶¹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna, família e cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998. p. 111.

¹⁶² A tese de Sheila Faria é de que no século XVIII, a migração era feita de maneira segura, com indicação prévia do local, ou se na região houvesse pessoa de relacionamento anterior, o que fez com que houvesse um sucesso na diversificação dos negócios, em função dessas opções conscientes por determinada área. FARIA, op. cit. p.170.

¹⁶³ ROMEIRO, Adriana. A febre do ouro. *Revista Nossa História*. Ano 3, nº. 36, out. de 2006, p. 13-14.

¹⁶⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.

libertos, algumas mulheres pardas e negras, artífices das mais variadas funções, cristãos-novos, islamizados¹⁶⁵, ciganos e os desgarrados das várias expedições de interiorização promovidas ao longo do século XVI e XVII.

A região mineira foi ocupada rápida e desordenadamente, quando comparada ao nordeste agrário, por exemplo. Essa grande concentração populacional e diversa proporcionou, nessa região, grande circulação de mercadorias, pessoas e saberes.¹⁶⁶ Tais características permitiram a obtenção de um considerável número de agentes sociais que adquiriram bens, possibilitando uma boa base documental para as análises propostas, concernente ao uso das joias e suas diversas funções.

Esses indivíduos de todos os tipos, qualificações e qualidades,¹⁶⁷ como os vindos do outro lado do Atlântico, da América espanhola ou de outras regiões do Brasil, forçados ou não, além dos que viviam à margem da sociedade, entre “crime e trabalho, liberdade e cativo, norma e infração”,¹⁶⁸ contribuíram para a diversidade cultural que se montou em Minas Gerais. Claro que essa quantidade de pessoas e as diferenças inspiraram cuidados por parte da administração colonial portuguesa, pois para as minas de ouro dirigiram-se também criminosos, vagabundos e malfeitores que, de uma maneira ou de outra, poderiam contribuir para algum distúrbio.

Houve deslocamento de pessoas para a região da futura Minas Gerais desde o século XVI, seja de maneira oficial, como as primeiras expedições,

¹⁶⁵ Mescla do Islã com religiões tradicionais africanas. Ver sobre essa questão: PAIVA, Eduardo França. Allah e o Novo Mundo: escravos e forros islamizados no universo colonial americano. In: PAIVA, Eduardo França Paiva, Org.; IVO, Isnara Pereira, Org.; MARTINS, Ilton César, Org. *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010. (Coleção Olhares).

¹⁶⁶ Exclusivamente para o trânsito nessa região, ver os trabalhos de PAIVA, Eduardo França. *Fortuna poder e objetos mágicos: as forras, a América portuguesa e o trânsito cultural*. In: *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001; IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - século XVIII*. Belo Horizonte, UFMG. História, tese de doutorado, 2009.

¹⁶⁷ Eduardo França Paiva abordou longamente esse conceito, utilizado tanto na América portuguesa quanto na espanhola. Tem a ver com distinção social, sendo empregado para diferenciar os homens sem sangue infecto ou que não traziam defeito de nascimento, tendo “qualidades” que os distinguiam dos mouros, judeus, negros e mestiços. PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Tese de professor titular apresentado na UFMG. Belo Horizonte: 2012.

¹⁶⁸ SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 144.

entradas e bandeiras, seja feita por pioneiros anônimos que se embrenharam antes das expedições como se fossem batedores de campo, garantindo o pouso seguro, criando aldeamentos e abrindo caminhos com suas paragens e roças. Ainda sobre a ocupação do território não se pode desconsiderar a ação dos desgarrados, aqueles que não voltaram aos locais de origem quando do final da expedição. Os que ficaram, por vontade própria ou não, arriscando-se um pouco mais em busca do Eldorado, foram responsáveis pelo descanso dos viajantes e por proporcionarem alimentos e viveres para a manutenção do trânsito de pessoas das mais diversas origens e procedências.

Na decisão de migrar para a região das minas de ouro, além do fator proximidade de parente ou amizade, como mostram os estudos de Faria¹⁶⁹, o local para onde migrar deveria ser bastante atrativo. Nos séculos XVII e XVIII, o Brasil, especialmente a região das minas de ouro, era um chamariz poderoso, a ponto de pretos forros que habitavam o reino terem optado por migrar para Minas Gerais a permanecer em Portugal ou mesmo retornar à África. Faria completa que:

[...] o fato de pretos forros optarem por uma viagem ao Brasil é que nos permite questionar a situação de forros e seus descendentes numa colônia escravista. A decisão de migrar fazia parte de um contexto mais amplo, em que permeava a concepção de um Brasil aberto ao enriquecimento.¹⁷⁰

Conforme mostrou Ivo, não foi somente para a região das Minas Gerais que o forro migrou. João Gonçalves da Costa, crioulo nascido em Chaves, norte de Portugal, migrou para o Brasil juntamente com o Mestre de Campo João da Silva Guimarães, participou da abertura de novos caminhos entre o sertão mineiro e a Bahia.

João Gonçalves da Costa, português e preto forro, foi o mais importante pioneiro das imersões portuguesas nos sertões da Bahia, principalmente no Sertão da Ressaca. Nascido na Cidade de Chaves, em Trás-os-Montes, provavelmente por volta de 1720, envolveu-se no processo de conquista dos sertões. Era reconhecido pelas autoridades coloniais como um grande desbravador e conquistador de gentios, recebendo, em 1744, a patente de capitão-mor do terço de Henrique Dias para auxiliar o mestre-de-campo João da Silva Guimarães, encarregado do

¹⁶⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Op. cit, p.111.

¹⁷⁰ Idem, p. 113.

empreendimento.¹⁷¹

O espaço social mineiro foi ocupado por moradores temporários, que migravam de tempos em tempos, buscando melhores condições de sobrevivência. Essas pessoas auxiliaram no povoamento da região mineradora, entre elas as que Souza chamou de “desclassificados”.¹⁷² Como de um dia para outro surgiam povoados ao longo dos caminhos sinuosos que levavam às minas do ouro, essas pessoas ficaram responsáveis, em primeiro momento, pelo abastecimento da massa de viajantes. Renato Venâncio nos dá pista de quem compunha esse grupo:

A construção de estradas e abertura de caminhos [...] era, na maioria das vezes, uma incumbência dos homens livres e pobres, sendo os carijós forros considerados como tais. As fugas, coletivas ou individuais, ofereciam a possibilidade aos negros da terra de escapar às péssimas condições de vida da mineração [...]. Muitos índios fujões, ou abandonados à própria sorte, devem ter engrossado a massa de pobres e desclassificados sociais das vilas e arraiais mineiros. Junto aos demais homens livres e pobres, eles circulavam de lugar a lugar, vivendo nas fímbrias do sistema e extraindo seus recursos econômicos do contrabando, roubo e do garimpo clandestino. [...] Ano após ano, o carijó escravo vai dando lugar ao carijó livre; homem fora da lei ou imerso no universo da pobreza.¹⁷³

O índio foi necessário para o descobrimento das jazidas, já que várias expedições foram criadas em função de informações passadas por eles. Significa dizer que os índios serviram, aos propósitos da administração colonial durante os anos em que a procura pelo Eldorado aconteceu. Após as primeiras notícias, o papel dos índios começou a perder valor. Sem os conhecimentos necessários na mineração, eles não mais eram necessários, pelo menos na empresa mineradora. Como já fora mencionado, eles ainda trabalharam na abertura de estradas e provavelmente andaram pelas faisqueiras, mas foram descartados, trocados pela mão de obra escrava africana.

Os africanos foram peças primordiais para a consolidação da atividade mineradora, pois todo o trabalho nas lavras, desde os processos de extração

¹⁷¹ IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - século XVIII*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

¹⁷² SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do Ouro*: op. cit.

¹⁷³ VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.17, n.34, 1997, pp.165-181, p. 181.

até a fase final de apuração, baseava-se na mão-de-obra escrava. O escravo tornou-se tão indispensável à atividade que, de acordo com as determinações do Regimento de 1702, só poderiam ter acesso às datas minerais aqueles que tivessem elementos disponíveis para o trabalho nas lavras.¹⁷⁴ Os africanos então foram importantes, pois os trabalhadores indígenas eram insuficientes, já o sendo décadas antes, nas primeiras manifestações de ouro. Originou-se nas Minas, principalmente entre os mineradores, a crença de que era praticamente impossível se dar bem na mineração se entre o plantel de escravos não houvesse uma negra Mina como concubina.¹⁷⁵

Porém, não era só a mulher Mina a preferida dos mineradores. Na verdade, eles buscavam escravos pelo conhecimento técnico que os homens oriundos daquela região possuíam. Como a designação Mina ainda é imprecisa, considerou-se aqui que o termo está associado ao Castelo de São Jorge de Mina, erguido pelos portugueses em 1482, na costa africana, na região onde hoje se localiza Gana. Naquela ocasião, essa região ficou conhecida como Costa da Mina, de onde partiram muitos africanos para as minas de ouro no Brasil,¹⁷⁶ que auxiliaram na prosperidade da empresa mineradora.

Não é que a presença dos africanos, por si só, garantiria o sucesso da extração de ouro. Os paulistas já trabalhavam com técnicas de extração anos antes do manifesto do ouro nas Minas Gerais, então eles já sabiam como retirar da terra o metal tão procurado. Mas, a habilidade dos negros no trato com o ouro, fruto de larga experiência com o metal dourado, os qualificava, como no caso dos africanos da região da Costa da Mina, perfeitos para o trabalho, aliados também, como já mencionado, ao pretense poder mágico

¹⁷⁴ REGIMENTO original do superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil. In: Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. v. 1, doc. 18.

¹⁷⁵ Muitos autores já chamaram a atenção para essas crenças, entre eles BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: s/ed. 1972. p. 7-12; BOXER, Charles R. *A idade do ouro no Brasil: dores e crescimento de uma sociedade colonial*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 191-200.

¹⁷⁶ PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, p, 187-207

dos minas para acharem ouro.¹⁷⁷ Mineradores de ofício, como Luis Martins, que veio diretamente de Portugal a pedido de Brás Cubas, muito provavelmente ensinaram aos índios as técnicas de extração. Os primeiros achados de ouro ocorreram em 1550, em São Vicente, de acordo com a carta do Bispo D. Pero Fernandes Sardinha, de 12 de junho de 1552. Também extraíram ouro o sargento-mor Brás Cubas, fundador da cidade de Santos, que o descobriu em 1560 e Luis Martins, que apresentou três marcos e seis grãos, totalizando pouco mais de seiscentos e sessenta gramas de ouro, em 1562. Outra prova de que já se trabalhava técnicas de exploração do ouro foi a criação de Casas de Fundição em São Paulo, em 1601; Iguape, em 1637 e Paranaguá, em 1649. Se havia casas de fundição, o ouro já teria sido extraído.

No texto intitulado *Como se tira o ouro das minas que chamão de Pernagua* percebe-se que a técnica implementada naquele local, em 1662, pouco diferia das utilizadas em Minas Gerais. Então já havia testes antes do manifesto do ouro nos sertões.

Os que vão tirar este ouro pela experiência que já tem o fazem primeiro com um bordão ferrado que penetrando a superfície da terra sentindo pedregulho abaixo é sinal certo de ter a terra ouro em quantidade que promete lucro alem do gosto e dispêndio feito, e cavando este pedregulho e terra, enchem umas bandeijas de pau que chamam de bateas e na ribeira mais vizinha as mergulham, e a corrente das águas lavando o terrestre, assentam no vaso e fundo da bandeija os grãos de ouro liquido que a natureza e ventura lhes depara, e quantos são os ministros desta obra, tanto é o interesse, acertando a ser a paragem menos rendosa de ouro que alguma outra daquela costa sempre tiram [com] um índio, cada dia o valor de ouro dez vinténs e quando mais avantajada cinco ou seis tostões, e dez e doze conforme o acerto da experiência dos que buscam.¹⁷⁸

Outra razão para a empresa do ouro dar certo nas Minas Gerais, além da abundancia do metal, foi o fato de haver, desde o início, pessoas que produziam alimentos, diversificaram a economia, montavam locais de pouso

¹⁷⁷ Sobre a utilização de escravos da região da Costa da Mina e as superstições que envolvem a inserção dos escravos dessa região em Minas Gerais ver: PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (orgs.) *O Trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver*. Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2002, v. 1, p. 187-207.

¹⁷⁸ ANAIS Biblioteca Nacional, v. 57, Capítulo 1, p. 160-161.

entre outros. Eram também frutos de experiência adquirida na mineração em São Paulo e em áreas próximas.

Vão a tirar este ouro na maneira sobredita os moradores de São Paulo e mais vilas vizinhas que tem cabedal de escravaria para o poderem fazer, que aos pobres de 3 e 4 até 10 escravos. É impossível pela distância que se alongam de suas vivendas e despovoação daquelas terás a que vão tirar o ouro, pela fuga dos índios naturais daquela costa, não tem mantimento algum de que se sustentarem, e forçosamente hão de levar suas casas o gasto para a jornada, dias de assistência e dilação da vinda, e nunca pode levar tanto mantimento um índio nas costas, que sustentando-se ida e vinda se possa deter nas diligências de tirar ouro mais de doze ou quinze dias, causas porque são tão poucos os que vão e não muito o que se tira”.¹⁷⁹

Uma intensa rede comercial foi desenvolvida, com produtos de primeira necessidade e até artigos de luxo, quem sabe, fazendo com que algumas pessoas se transformassem em comerciantes. Então as roças e paragens que recebiam os aventureiros, tornaram-se em locais onde a produção e escoamento de produtos agrícolas, pastoris e até têxteis aconteciam.¹⁸⁰ Essas ações foram necessárias para minimizar ou mesmo extinguir de vez as ondas de fome que atacavam a região e aumentavam a intensidade à medida que o tempo passava.

Resolver o problema de abastecimento era prioritário já que muitos povoados encontravam-se isolados por grandes distâncias dos núcleos mais antigos. As ondas de fome proporcionaram, entre os anos de 1698-1699 e 1700-1702, o esvaziamento de algumas áreas que poderiam ser estratégicas para o controle de entrada e saída da região mineradora. Mas a maneira como foram gerenciados alguns pontos de venda elevou o preço de alguns produtos, como salienta Antonil:

Sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das minas, não se pode crer o que padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento. Porém, tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às

¹⁷⁹ *Idem*, v. 57, Capítulo 2, p. 161-162.

¹⁸⁰ Entre outros trabalhos, ver: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: FFLCH/USP 2002.

minas o melhor que chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo e de pomposo para se vestirem [...]. E, a este respeito, de todas as partes do Brasil se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo. E, não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó, o menos que se pedia e dava por qualquer cousa eram oitavas. Daqui se seguiu mandarem-se às minas Gerais as boiadas de Paranaguá, e às do Rio das Velhas, as boiadas dos campos da Bahia, e tudo o mais que os moradores imaginavam poderia apetecer-se de qualquer gênero de coisas naturais e industriais, adventícias e próprias.¹⁸¹

Não só Antonil apontou a alta dos alimentos. Quase cento e cinquenta anos mais tarde, em 1844, Bunbury continuaria apontando os preços elevados de vários produtos, atribuindo este fato à fartura do ouro, encontrado facilmente nas regiões mineradoras. Segundo ele:

Uma das principais razões pelas quais os artigos de luxo tão raramente são encontrados no interior, é, sem dúvida, a falta de boas estradas e o conseqüente risco, bem como a despesa do transporte. Vidros para janelas, sal, vinho, chá e muitas outras coisas são levadas do Rio de Janeiro para o interior em mulas, e naturalmente, o seu preço fica muito elevado até chegarem às minas. O sal, por exemplo, disseram-me, custa quase sete vezes em Cocais ou Sabará do que no Rio.¹⁸²

A região mineradora, desde fins do século XVII, era atraente, pois, em função dos achados auríferos, muita coisa estava por fazer. Muita mão-de-obra ainda era necessária para dar conta da demanda, que crescia a olhos vistos. Comerciantes de várias partes do Brasil vieram para Minas Gerais, pois sabiam que clientes não faltariam, ainda mais quando a moeda era o próprio ouro.

Então, além dos mineradores, que sentiram a necessidade de garantir a própria subsistência e a de seus trabalhadores, o que levou a criação de mais roças no final do século XVII, outros homens vieram para Minas Gerais em busca de ampliação de negócios, como a criação de gado e comércio que auxiliaram no povoamento de regiões adjacentes ao núcleo de mineração. Essa progressiva ocupação da região das minas do ouro pelos exploradores e, principalmente, pelos comerciantes, foi testemunhada e relatada por

¹⁸¹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 169-170.

¹⁸² BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora de São Paulo, 1981 (vol. 31), p. 106.

cronistas da época, como Bento Fernandes Furtado, que escreveu:

[...] Assim se foram aumentando as povoações, os lucros em crescido aumento, porque no lavar e abrir as terras é que se desentranham os seus haveres. Assim foi crescendo o negócio de escravos, gados, cavaladuras, fazendas e mais viveres de toda a sorte [...].¹⁸³

A quantidade de pessoas que entraram e saíram da região das minas de ouro no final do século XVII e início do século XVIII foi grande, já que o tipo de mineração empregada era para a retirada do ouro aluvional, que se acumulou nos leitos e margens dos cursos d'água em tal abundância que podia ser explorado sem grandes requintes técnicos, levando assim ao rápido esgotamento das jazidas. Nestes casos, os mineiros podiam optar entre buscar novas jazidas aluvionares, abandonando lavras e povoados, ou explorar o ouro de filão nas encostas dos morros e nas formações rochosas. Abandonar a jazida podia não ser a escolha mais acertada, mas foi a que mais ocorreu.¹⁸⁴

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, o maior contingente populacional chegou à região das minas no final do século XVII. Ele afirma:

No terceiro século do domínio português é que temos um afluxo maior de imigrantes para além da faixa litorânea, com o descobrimento do ouro das Gerais. E mesmo essa imigração faz-se largamente a despeito de ferozes obstruções artificialmente instituídas pelo governo; os estrangeiros, então, estavam decididamente excluídos delas, bem assim como os monges, considerados dos piores contraventores das determinações régias, os padres sem emprego, os negociantes, estalajadeiros, todos os indivíduos enfim, que pudessem não ir exclusivamente a serviço da insaciável avidez da metrópole. Em 1720 pretende-se mesmo fazer uso de um derradeiro recurso, o da proibição de passagens para o

¹⁸³ FURTADO, Bento Fernandes. 1750, Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. *Códice Costa Matoso*: coleção das notícias dos primeiros descobridores das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, vol.1, p. 185.

¹⁸⁴ O abandono das lavras ocorreu não só pela diminuição da produção, mas também pela falta de alimentos e de água. Para análise sobre o abandono das lavras pelo aumento dos viveres na alimentação, ver: CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. v. 1. p. 71. Ver também sobre a falta de água: RELAÇÃO das ordens sobre terras mineraes, que, por copia, foi enviada ao Conselho Geral da Província de Minas Geraes. Provisão das Águas, 24 de fevereiro de 1720. In: RAPM, ano I, out.- dez., 1896, p. 692-693.

Como já mencionado, durante a primeira fase de ocupação desordenada, deslocaram-se para as Minas moradores das vilas e dos sertões não só de São Paulo, mas também do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, da Bahia e de Pernambuco, além do grande número de portugueses e estrangeiros. A administração colonial tentou regular as migrações com o objetivo principal de evitar os descaminhos e a cobiça dos inimigos. Qualquer informação pormenorizada sobre as minas era vista como suspeita.¹⁸⁶

O movimento migratório colonial chegou a abalar a economia agrícola preexistente não só no Brasil com também em Portugal. Era a primeira vez em que pessoas de fora da colônia entravam diretamente para promover uma interiorização. Antes disso, os interessados no sertão partiam do litoral, após um período longo de adaptação e, provavelmente, à espera de coragem. Do final do século XVII em diante, aventureiros saíram do reino com o objetivo de irem direto para o interior do Brasil, assim como a massa de escravos que foi trazida dos portos africanos.

Apesar de ser necessário o povoamento de Minas Gerais, algumas medidas inibiam a rápida ocupação, principalmente em função do abandono de terras do Norte de Portugal. Tais medidas inibitórias, mesmo a de 1720,¹⁸⁷ de quase nada adiantaram. Lima Junior atentou para esse fato, ou seja, a ineficiência das leis. Ele afirma que:

Nesse ano [1720], tentou o Governo mais uma vez, e foi a última, refrear, de um modo decisivo, o fluxo da gente que lhe despovoava as campos e as cidades, desfalcando-lhe os elementos militares e a mão-de-obra nas faustosas construções de D. João V, que se via obrigado a importar operários estrangeiros, porque as seus próprios súditos fugiam em massa para a Brasil.¹⁸⁸

¹⁸⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 7a. Ed., José Olympio, Rio de Janeiro, 1973, il. Coleção Documentos Brasileiros, vol. 1, p. 68-69.

¹⁸⁶ A título de ilustração, observa-se o exemplo da obra de André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas* que, considerada perigosa pelas informações que continha – dentre outras, os caminhos para as Minas – foi confiscada, sendo quase toda destruída em cumprimento ao veto e seqüestro régio, logo após a sua publicação em 1711. CANABRAVA. In: ANTONIL. *Cultura e Opulência do Brasil*, Op. cit, p. 29.

¹⁸⁷ Lei de 20 de março de 1720 que regulava as transferências às minas de ouro por meio de um passaporte.

¹⁸⁸ LIMA JÚNIOR, Augusto de. Op. cit, p. 37.

Alguns autores acreditam que muitos portugueses que migraram para o Brasil, principalmente os do Norte do reino, e que vieram em busca do ouro, não voltaram, ou seja, a transposição do Atlântico ocorreu apenas uma vez.¹⁸⁹ Nesse quadro, grande parte dos emigrantes acabaram por constituir família no Brasil, muitas vezes, praticando o concubinato. Com relação a isso, três fatores empurravam os homens para essa situação tida como pecaminosa. O primeiro deles é que a maioria dos que saíram de Portugal com a intenção de enriquecer no Brasil era constituída de homens, uma vez que a saída de mulheres tinha que ser autorizada pelo rei, caso elas estivessem acompanhadas pelo marido; em segundo lugar, legislação portuguesa não permitia a união de um homem branco e de uma mulher de cor.¹⁹⁰ Por último, percebe-se que no Brasil, particularmente nas Minas Gerais, grande número de escravas pretas, crioulas, mulatas e pardas figurava como concubinas, e, na maioria dos casos, continuavam nessa condição mesmo após a liberdade, o que pode ser atestado pela leitura dos inventários da época.

Em função do intenso povoamento e pela necessidade de maior controle e organização da exploração do ouro e da arrecadação de impostos, em dezembro de 1720 foi criada a Capitania de Minas Gerais, tendo por primeiro governador D. Lourenço de Almeida.¹⁹¹ Foi também em 1720 que a Coroa Portuguesa proibiu a circulação de ouro em pó em todas as regiões de mineração, sob pena de confisco de bens ou degredo para as colônias portuguesas na África.¹⁹²

Desde o primeiro pouso oficial da expedição de Fernão Dias no Rio das

¹⁸⁹ Ver SCOTT, Ana Silvia Volpi. "Velhos Portugueses ou Novos Brasileiros? Reflexões sobre a família luso-brasileira setecentista", In *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, CEDOPE/ CNPq/ Editora UFPR, 2003; SCOTT, A. S. V. A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspectiva microanalítica. *Revista História Unisinos*, Vol.11 Nº. 1 – São Leopoldo-RS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, janeiro/abril de 2007; BRANDÃO, M. F., "O bom emigrante à casa torna", in PEREIRA, M. H., e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*. Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 163-183; BRETTEL, C. B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam - consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, D. Quixote, 1991.

¹⁹⁰ Sobre as relações inter raciais no Império Português, ver BOXER, Charles. R. *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*. Porto, Afrontamento, 1977.

¹⁹¹ VASCONCELOS, Diogo de. *Historia Antiga das Minas Gerais*, op.cit., p. 118.

¹⁹² O minério só poderia ser negociado depois de fundido, selado e quintado nas Casas de Fundição. Tal medida gerou problemas no dia-a-dia da população, já que o ouro em pó era usado como moeda corrente em quase todas as transações comerciais em toda a Capitania, sejam elas de pequeno ou de grande porte.

Velhas, que foi no arraial de Santo Antônio do Bom Retiro do rio das Velhas ou de Roça Grande (atual bairro de Roça Grande, Sabará), até sua elevação em Vila, Sabará demonstrou uma facilidade em atrair imigrantes. Do núcleo de pouso e sustentação agrícola, como roças, criação de porcos e aves, a ponto de travessia para o sertão, Sabará foi um dos primeiros povoados surgidos nessa região.

Logo depois surgiu, às margens do rio Sabará,¹⁹³ o povoado do arraial da Barra do Sabará, que se tornou em um dos mais populosos e importantes das Gerais já nos primeiros anos do século XVIII.¹⁹⁴ Seus limites nesse período eram dados pela confluência do rio Sabará com o rio das Velhas até o local onde ainda hoje se encontra a igreja de Nossa Senhora da Expectação do Parto (Igreja de Nossa Senhora do Ó). O arraial da Barra do Sabará ganhou foro de vila em 1711, passando a ser designada Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará.¹⁹⁵

Em 6 de abril de 1714, a Vila Real de Nossa Senhora do Sabará já sediava a recém-criada Comarca do Rio das Velhas, por ato do novo Governador Dom Braz Baltazar da Silveira, cuja abrangência territorial alcançava as margens do rio São Francisco, fazendo limites com Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás, além de incluir os arraiais de Pompéu, Lapa, Raposos, Roça Grande, Vila Nova da Rainha do Caeté, Paracatu e Pitangui, entre outros. Outras Comarcas foram delimitadas pelo mesmo ato régio: a Comarca do Rio das Mortes, Comarca de Vila Rica e a Comarca do Serro Frio.

Nesse contexto, o antigo arraial de Sabará cresceu em pouco tempo, graças a uma rede de comércio montada desde o início da mineração, o que permitiu o desenvolvimento de atividades voltadas para um mercado interno

¹⁹³ A raiz etimológica de Sabará se perde no tempo, mas anotamos a raiz apontada por Vasconcelos, que vincula o nome à rede hidrográfica: çubará-buçú significaria pai partido grande, sendo que o rio das Velhas da barra do Sabará para baixo seria o çubá (pai) e da barra para cima o çubará (pai partido). Gandavo, Pero de Magalhães. Apud SAMPAIO, Theodoro. O tupi na geografia nacional. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº. 54, 1928, p. 349;

¹⁹⁴ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, p. 291.

¹⁹⁵ Termo da ereção da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará do Rio das Velhas, 17-7-1711, Códice nº. 6, 1709-1754, p. 23, Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte – MG. No que diz respeito à administração eclesiástica, Sabará passou a nomear uma freguesia em 1707 e a Paróquia foi instituída por Alvará de 16 de novembro de 1724.

diversificado. Entre essas atividades, podemos destacar a criação de gado, as plantações e o comércio com outras vilas e arraiais de outras Comarcas.¹⁹⁶

Muitos mineradores souberam investir em métodos e técnicas mais consistentes de minerar, pois a natureza imprevisível da atividade de mineração, juntamente com o processo contínuo de ocupação do território das Minas, exigiram isso. O minerador português Antônio de Sá Barbosa é um bom exemplo. Natural do Rio de Janeiro, casado com Dona Izabel de Azeredo Coutinho, era morador de Roça Grande, termo da Vila de Sabará, onde possuía uma lavra. Antonio de Sá morreu em 1734 e a prova de que seus investimentos foram corretos podem ser aferida pela leitura de seu inventário. Com o rendimento de sua lavra de ouro, foi notado pela administração e chegou a servir como Juiz ordinário da Câmara local. Chegou a coronel de infantaria da ordenança do distrito de Vila Real até a Barra do Rio das Velhas. Creio que esses postos só puderam ser alcançados em função dos bons frutos conseguidos pelo trabalho inicial em sua lavra.

O referido minerador possuía, entre seus bens, “um crucifixo com uma cruz esmaltada com seu cordão de ouro que tem de peso noventa e seis oitavas e meia, avaliado em 135\$275” (cento e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco réis).¹⁹⁷

A lista de mineradores é bastante extensa, mas um deles chamou a atenção. Alexandre Oliveira Braga deixou trinta e três barras de ouro, devidamente registradas, avaliadas em 3:705\$305 (Três contos, setecentos e cinco mil, trezentos e cinco réis) além de trezentas e trinta e três oitavas de ouro em pó. Fora da Comarca do Rio das Velhas, outros mineradores fizeram fortunas com a exploração, mesmo quando era necessário um volume maior

¹⁹⁶ ZEMELLA, Mafalda P. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII. São Paulo, 2ª Ed., HUCITEC, 1990. CARRARA, Ângelo A. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807*. Editora UFJF, s/d. Ver também: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967. CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas de Capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1997 (História, Tese de doutorado). MENESES José Newton Coelho. *O continente rústico. Abastecimento nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

¹⁹⁷ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO (03)36 Antonio de Sá Barbosa. 1734. Em relação à peça, transformando em gramas de ouro, ela continha, quase trezentos e quarenta gramas de ouro. Foi a peça de maior valor encontrada nos inventários investigados.

de investimento, a ponto de se fazerem sociedade entre os mineradores. Um caso que ilustra essa situação foi percebido por Karina Mata. Quando da leitura do inventário do minerador João do Monte Medeiros ela constatou a sociedade na exploração aurífera como sócios, os seus próprios genros: Antonio Coelho Barbosa e André Correia Lima.¹⁹⁸

Os mineradores não foram os únicos a fazerem fortunas na região das minas, mesmo por que a mineração não era garantia de lucro fácil. A diversificação econômica permitiu aos investidores maiores retornos financeiros. Era muito comum ter negócios espalhados pela Capitania, e como as possibilidades eram grandes, muitos trabalharam e lograram êxito com roças, com o comércio, na prestação de serviços e, claro, na mineração.

Essa sociedade em constante transformação era composta não apenas por uma parcela de homens “brancos e probos”, os privilegiados como constam nos estudos de Vianna Passos.¹⁹⁹ Para a região foi direcionada boa parte do tráfico interno de escravos, além de se dirigirem a ela homens e mulheres forros ou nascidos livres, contribuindo assim, para a formação de uma malha urbana bastante intensa e uma economia dinâmica e diversificada. Esses atores sociais experimentaram grande mobilidade física e cultural. Entre os escravos, vários compraram a própria alforria e experimentaram ascensão econômica graças ao planejamento e perseverança em seus negócios.²⁰⁰ A compra de alforria pelos escravos de

¹⁹⁸ MATA, Karina Paranhos. *Riqueza e representação social nas Minas Gerais: um perfil dos homens mais ricos (1713-1750)*. Dissertação (mestrado em História) FAFICH, UFMG, 2007.

¹⁹⁹ Zoroastro Vianna Passos aborda a fundação da Ordem do Carmo em Sabará, Irmandade que abrigava os homens brancos e os mais ricos da região, chamando-a de Agremiação dos nobres de Sabará, criada pelos homens ricos, ou “que a economia tinha de mais representativo”. VIANNA PASSOS, Zoroastro. *Em torno da história de Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942. 1940, p.11.

²⁰⁰ Encontramos esses estudos sobre a ascensão social em: PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII - Estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001; LIBBY, Douglas Cole. A procura de alforrias e libertos na freguesia de São José dório das Mortes (1750-1850) in: BOTELHO, Tarcisio R. & LEEUWEN, Marco H. D. van (orgs). *Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais: Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Veredas & cenários, 2009. Exclusivamente para Minas Gerais ver os estudos de LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, nº17 pp.101-114, 1989. Para outras regiões da Colônia ver ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres por cima. O caso de Luzia Jeje. Escravidão, família e mobilidade social. Bahia, c. 1780 – c. 1830*. Tese (doutorado em História). Rio de Janeiro,

ganho e/ou pelos coartados era possibilitada pela prestação de serviços de todo o tipo, como na construção ou reparo de peças, ou limpeza de áreas, desde terrenos a fundo de casas, incluindo a capina ou mesmo a passagem de cal nas paredes de uma edificação por exemplo.

A posição que cada grupo social ocupava na sociedade hierarquizada era enunciada pelos sinais exteriores, como tipo de roupas, tecidos e adereços. Importa-nos, neste momento, a investigação de tais adornos corporais, na tentativa de remontar histórias de vida de seus usuários, fossem eles brancos ou não brancos, forros ou nascidos livres de ambos os sexos, uma vez que nosso objeto de estudo são as joias listadas nos inventários e testamentos do século XVIII em Sabará.

Como já citado, a diversidade e fluidez decorrentes da vinda dos homens que primeiramente penetraram o território das minas do ouro foram responsáveis pela complexidade na constituição das estruturas formadoras dessa sociedade, bem como na diversificação econômica aqui implementada. Ou seja, a articulação entre os mais variados setores econômicos em Minas Gerais foi uma necessidade e, ao mesmo tempo, uma consequência, a ponto de outros setores, que não a mineração, suportarem a queda de produção do minério.²⁰¹

Essa diversificação na economia, ainda na Capitania de São Paulo e Minas de Ouro (1709-1720), aconteceu em função de uma produção agrícola de caráter escravista, aliada ao vigoroso setor comercial que atendia as demandas do mercado. Esse setor mercantil estava relacionado com o comércio, setores fabris e artesanais e não só com atividade agropastoril nas

Universidade Federal Fluminense, 2010. CASTRO FARIA, Sheila de. *Sinhás pretas, damas mercadorias. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese (concurso de professor titular). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2004.

²⁰¹ O historiador Sérgio Buarque de Holanda destaca que, em meados do século XVIII, o negócio dos metais e das gemas não ocuparia senão um terço, ou bem menos, da população. Segundo o autor, o grosso dessa gente compõe-se de mercadores de tenda aberta, oficiais dos mais variados ofícios, cirurgiões-barbeiros, burocratas, clérigos, mestres-escola, tropeiro, soldados da milícia paga ou do corpo auxiliar, sem contar com os escravos, que ascenderiam a mais de cem mil. HOLANDA, metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização brasileira* (org.), 3^a ed., São Paulo: Difel, 1973, v.2, pp. 259/310.

unidades produtivas, que tinham como intuito o abastecimento da população mineira, conforme vários historiadores.²⁰²

3.2 - Artífices em Sabará.

Com a descoberta do ouro, e mais tarde das jazidas de pedras, aventureiros, mineradores, faiscadores e jornaleiros, todos que queriam prosperar com os achados, rumaram em direção às Minas Gerais. O processo de migração, aliado à concentração populacional promoveram o surgimento de uma vida urbana em moldes novos para os padrões até então vigentes na sociedade colonial brasileira. Reproduziram-se aqui também os segmentos populacionais: livres, forros e escravos, todos tendo como base do seu sustento a atividade exploratória.

Como já salientado, Minas Gerais recebeu uma grande quantidade de imigrantes ávidos por dinheiro. Conforme Celso Furtado:

O estado de prostração e pobreza em que se encontravam a Metrópole e a colônia explica a extraordinária rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro nos primeiros decênios do século XVIII. De Piratininga a população emigrou em massa, do nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão-de-obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil. [...] A economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia. Dadas suas características, a economia mineira brasileira oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas -- como ocorria com a prata no Peru e no México -- e sim o metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios.²⁰³

Inicialmente, o dinheiro que movimentava a nascente sociedade mineira vinha em grande medida dos mineradores e faiscadores que, apesar do pagamento do tributo ao rei, ficavam com boa parte da renda. Como

²⁰² Ver entre outros: GUIMARÃES, Carlos Magno. REIS, Liana M. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). *Revista do Departamento de História*. UFMG, Belo Horizonte: nº 2, p. 7-36, 1986; CHAVES, Claudia Maria. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. 1ª ed. São Paulo, Annablume, 1999; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, Hucitec, São Paulo, 1999; CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese (Doutorado em História) UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

²⁰³ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 10a. ed., Editora Nacional, São Paulo, 1970. p. 73-74.

precisavam investir nas minas e lavras para que a empresa mineradora prosperasse, fixaram residência, adquiriram escravos, equipamentos, cuidaram do abastecimento de comida e bebida e não descuidaram do lado social, como reunir-se com amigos, participar de festas e ir à missa, entre outras coisas.

A outra fonte de renda vinha do considerável número de portugueses que exerciam os postos na administração civil e militar e como membros do clero. Mesmo antes da segunda metade dos setecentos, vieram também alguns ourives, conforme as cartas de exames do Senado da Câmara. Alguns deles, assim como seus descendentes e aprendizes, estabeleceram relações com a cultura e o gosto pelo adorno. Trouxeram as joias que usavam na corte, mas muito provavelmente, criaram peças exclusivas para essa região, seja na forma ou na inovação de materiais. Tudo para atender a uma crescente clientela.

Quanto aos funcionários reais, como os vereadores, magistrados e outros agentes coloniais, como militares e funcionários de menor escalão, todos eles também precisavam fixar residência, o que significou ter que contratar os serviços dos pedreiros, carpinteiros, ferreiros, carapinas, marceneiros, pintores entre outros para a construção das moradias, dos templos, dos edifícios públicos, de chafarizes, das praças e dos mercados.

Os negócios prosperavam e todos os que passaram a residir na região das Minas Gerais estavam sujeitos aos preços impostos pelos comerciantes. Alguns negociantes fixos, entre eles os roceiros e criadores animais e aves, bem como os caixeiros, os mascates, os tropeiros e alguns atravessadores, além das negras de tabuleiro, ofereciam toda a sorte de gêneros, pelo preço que eles julgavam conveniente.

Mesmo esses comerciantes, fixados na terra ou não, também precisavam contratar serviços de artífices e oficiais, legalizados ou não, para a construção das casas, dos móveis, para feitura de roupas e sapatos, além das ferramentas que eram desenvolvidas nessa região e armas para proteção. A sociedade que se formava estava sujeita à compra de alimentos, bebidas, artigos de luxo e utilidades domésticas, enquanto os mineradores necessitavam de equipamentos para a mineração, escravos e outros acessórios utilizados em sua profissão, como solimão, mercúrio, balanças

entre outros.

A decadência de algumas minas de ouro forçou a saída de uma grande quantidade de ocupantes temporários, mas ainda nas primeiras décadas do século XVIII já havia uma importante agricultura de subsistência e um mercado de abastecimento interno articulado aos demais mercados regionais da época. Significa que esse fluxo migratório não afetou a economia da região de origem, mas participou ativamente na região de destino, pois levou na bagagem a larga experiência vivida.

Nas vilas, os Senados da Câmara²⁰⁴ encarregavam-se de regulamentar a vida municipal e o faziam também no tocante aos ofícios mecânicos.²⁰⁵ O candidato ao título de oficial mecânico deveria prestar um exame diante de dois juizes do respectivo ofício. Depois disso, requisitava à Câmara Municipal que lhe passasse uma Carta de Exame. A obrigatoriedade desse exame para a autorização do ofício estava registrada no capítulo III do Regimento dos Ofícios Mecânicos da cidade de Lisboa, que foi efetivado em 1572. Nesse capítulo, consta que “nenhum oficial mecânico ponha tenda nesta cidade sem primeiro ser examinado”.²⁰⁶

Na Vila de Sabará, durante o século XVIII e parte do XIX, foi relacionada à seguinte quantidade de oficiais mecânicos, que se qualificaram para trabalhar legalmente na Comarca do Rio das Velhas:

²⁰⁴ A complexidade da estrutura administrativa das câmaras foi estudada por vários historiadores, que destinaram várias páginas para explicar o funcionamento delas, bem como a atuação dos diversos personagens envolvidos, como os vereadores e juizes ordinários, os escrivães (encarregados de manuscruver e copiar os termos, cartas e mais papéis enviados e recebidos), os juizes dos ofícios (examinadores das fábricas e posturas referentes aos ofícios mecânicos, dos quais falaremos adiante) e seus escrivães, procuradores, almotacés (encarregados de inspecionar pesos e medidas e a taxaço de gêneros alimentícios), alcaides e meirinhos (espécies de oficiais de justiça setecentistas), tesoureiros, carcereiros etc. Entre os pesquisadores estão: VENANCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: ICHS/UFOP, 1998. p. 139-141. Cf. também as ACTAS da Câmara Municipal de Vila Rica (1711-1715). In: *Annaes da Biblioteca Nacional (1927)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936. p. 200-391; e também as ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica (1716-1721). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 25, v. 2, jul. 1937, p. 1-166, 1938. Para Salvador, ver: FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1974.

²⁰⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. São Paulo: *Revista de História*, vol. 55, nº 109, jan./mar. 1977. p. 25-79. Ver também VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

²⁰⁶ *LIVRO dos Regimentos dos officiaes mecânicos da cidade de Lixboa (1572)*. Publicado pelo Dr. Vergílio Correia. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

QUADRO 4
Quantidade de oficiais mecânicos examinados e que trabalharam na Vila de Sabará no século XVIII e XIX

Oficial ou artífice	Quantidade
Carpinteiro	111
Pedreiro	81
Ferreiro	47
Pintor	9
Ourives	8
Serralheiro	3
Carapina	3
Calceteiro (aquele que calça com pedras)	1
Oleiro (também grafado oleyro ou olleyro. Aquele que faz louça, obra de barro)	1
Entalhador (oficial que talha ou corta Madeira para representar alguma figura)	1

Fonte: MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974.

Os outros artífices que trabalharam na Capitania de Minas Gerais e prestaram exame nas Câmaras das Vilas existentes nos séculos XVIII e XIX, de acordo com o levantamento feito para o *Dicionário de artistas e artífices em Minas Gerais*,²⁰⁷ foram: relojoeiro, aquele que faz ou que cuida do relógio, também chamado relojeiro ou relojeyro; santeiro, aquele que faz santos; mestre de obras; marceneiro, oficial que lavra madeira com mais primor que o carpinteiro; torneiro, oficial que faz obras ao torno; espadeiro oficial que faz espadas; latoeiro, oficial que faz caldeiras, candeeiros, bacias, tachos de latão ou cobre; armeiro, oficial que faz armas; sineiro, oficial que faz sinos; engenheiro, que faz qualquer gênero de máquina; e o abridor de cunhos.²⁰⁸

Há de se destacar também que vários artífices e oficiais já vinham com as devidas licenças de outros locais para praticarem seu ofício em terras mineiras. É o caso de barbeiros e sangradores, além de ourives, lapidários e cravadores que vieram diretamente dos centros portugueses produtores de

²⁰⁷ MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974

²⁰⁸ *Peça de aço, onde está aberta a figura ou figuras que se hão de imprimir nas peças de metal, sejam moedas ou medalhas.* SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza. Op. cit.*

joalheria, como Porto, Lisboa e Aveiro.²⁰⁹

Para a consolidação dessa sociedade foi essencial o trabalho dos primeiros faiscadores. Eles exploravam os depósitos de aluvião, que se esgotavam com rapidez. Localizados nos rios, necessitavam de pouco equipamento e dependiam, na maioria das vezes, apenas da maior ou menor quantidade de escravos para o seu sucesso. Esse trabalho consistia, basicamente, em apanhar do solo ou do leito dos rios o ouro que às vezes brilhava em função da luminosidade.

Nessa primeira fase da exploração, os faiscadores viviam de maneira nômade. Concentravam-se quase que exclusivamente na atividade de mineração e logo sentiram na pele, ou no estômago, a necessidade de fazer convergirem uma rede de abastecimento e a empresa de mineração. Desta maneira, surgem os acampamentos ao longo dos rios, onde a mineração prosperava, sendo esses acampamentos abastecidos pelas tropas que vinham da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

Escasseado o ouro de aluvião, os mineradores seguiam com outras estratégias, como a de explorar nos leitos dos rios, criando novas técnicas de represar as águas, utilizando-se de tabuleiros, bateias, carumbés e outros equipamentos.²¹⁰ Apesar da complexidade exigida nessa nova fase, ainda não foi esse fato que conseguiu fixar os homens na terra. Continuavam

²⁰⁹ Sobre a migração de ofícios ligados à ourivesaria, ver: SOUSA, Gonçalo Vaconcelos e. *A joalheria no Porto nos finais do século XVIII: aspectos socioartísticos*. Dissertação (Mestrado em História da Arte). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto: 1996. Sobre o ofício mecânico no Brasil, ver: RIOS, Wilson de Oliveira. *A Lei e o Estilo. A inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial.1690-1790*. Tese (Doutorado em História) Niterói: UFF, 2000; MARTINS, Monica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital: mestres, aprendizes e corporações de ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007; MENESES, José Newton Coelho. *Artes fabris e ofícios banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no fianl do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa (1750-1808)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da UFF, Niterói: 2003; Meneses, Jose Newton Coelho. *Mestres do reino, mecânicos do além-mar. A organização do trabalho mecânico em Lisboa e nas Minas Gerais portuguesas dos setecentos*. In: PAIVA, Eduardo França. (org.) *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.

²¹⁰ Descrição dessa atividade pode ser encontrada em: FURTADO, Bento Fernandes. *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*. In: *CCM*, 1999. v. 1, doc. 02, p.180. Ver também: REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre Faisqueiras, Catas e Galerias: Explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2007

acampados próximos ao campo de trabalho e o abandonavam tão logo escasseavam as catas.

Durante essa atividade, os garimpeiros, que ficavam à mercê da sorte e dedicavam-se à exploração do ouro de lavagem, logo subiram pelas encostas dos morros à procura dos aluviões de meia encosta, conhecidos como grupiaras.²¹¹ Essa era uma forma mais dispendiosa, por ser um tipo de exploração feita nas encostas de morros, necessitando assim de maior tempo de preparo dos serviços, mão de obra escrava farta e especializada.

Outra técnica empregada para retirar o ouro da terra consistia no método de catas, que eram escavações redondas ou retangulares que se aprofundavam de acordo com a espessura das camadas que se sobrepunham ao cascalho aurífero.²¹² O aprimoramento das técnicas proporcionou não só o sucesso da empreitada, como também trouxe uma maior quantidade de pessoas que trabalhavam nas minas de ouro e engrossavam a sociedade que se formava com uma variedade cada vez maior de atores. O desenvolvimento da mineração colonial dependeu, em grande parte, da atuação de agentes específicos – europeus, africanos, crioulos, indígenas e mestiços – capazes de transmitir e difundir informações entre mundos distintos, transplantando suas fronteiras físicas e culturais e disponibilizando as técnicas e a cultura material, ambas necessárias àquela atividade.²¹³

Com relação ao desenvolvimento da empresa mineradora, Flávia Reis, aproximando a circularidade de pessoas e saberes, escreveu:

A atividade minerária desenvolvida na América durante os séculos XVI-XVIII permitiu a comunicação entre as diferentes partes do mundo não só por meio do comércio voltado para o dinâmico mercado proporcionado pela exploração de ricas jazidas, mas também do trânsito de pessoas práticas, de conhecimentos, de

²¹¹ Também grafada nos documentos como guapeára, gupiara ou guapiara. Os garimpeiros de Goiás conhecem pelo nome de “batatal”, conforme: SEQUEIRA. *Memoria q’ Je. Mel. de Seqr^a. Presb^o Secular Professor Real da Filosofia Racal e Moral da V^a do Cuyabá [...].* apud HOLANDA. *Monções*. Rio de Janeiro: Livraria-editora da Casa do Estudante do Brasil, 1945. Coleção Estudos Brasileiros da CEB. p. 220-240: Ver também: REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre Faisqueiras, Catas e Galerias: Explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)*. Op. cit., p. 98.

²¹² Para uma descrição sobre essa técnica ver: MAFFEI, Lucy de Abreu; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. O ouro na capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 1966. t. XX. p. 60-61; 64-65.

²¹³ REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre Faisqueiras, Catas e Galerias*: Op. cit., p. 24

técnicas especializadas e produtos que essa atividade requeria.²¹⁴

Esse trânsito de pessoas, saberes e técnicas enriqueceu ainda mais o cenário setecentista mineiro, sendo a mineração a atividade que conectou mundos, não só o ibérico, mas o africano, o asiático e o brasileiro, proporcionando, de certa maneira, um trânsito até certo ponto incontrollável de pessoas oriundas de vários locais, com vários motivos, mas com um objetivo: lucrar com os achados minerais.²¹⁵

Os aventureiros que vieram para a região das minas do ouro encontraram o local fecundo para o amálgama social e desempenharam, em Minas Gerais, as várias tarefas que já realizavam nas diversas regiões de origem, processo que Serge Gruzinski, pensando-o de maneira mais ampliada, chamou de mundialização ibérica.²¹⁶

A sociedade na Comarca do Rio das Velhas foi formada, assim como outras comarcas, pela fusão de culturas europeias, africanas, indígenas e mestiças. A mestiçagem física foi acompanhada pela mestiçagem cultural, ou seja, Sabará formou-se de maneira multicultural, já que diversos elementos culturais se juntaram dentro de um mesmo espaço, forjando assim as características daquela sociedade. Nesse sentido, também os objetos de valor econômico fizeram parte da circulação e do intercâmbio entre crenças, imaginários, conhecimentos, técnicas e costumes originários das culturas já citadas.

Essa sociedade, que se fortaleceu na mestiçagem,²¹⁷ necessitou de

²¹⁴ *Idem*, p. 25.

²¹⁵ Muitos pesquisadores forneceram análises para uma maior reflexão sobre a sociedade mineira, apresentando dados documentais que recheiam as pesquisas sobre a mineração colonial, entre eles podemos listar: PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; ANASTASIA, Carla M. Junho. *Vassallos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998; MATTOSO, José (org.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993; FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, entre outros que serão mencionados ao longo desse texto.

²¹⁶ GRUZINSKI, Serge. *Les Quatre Parties du Monde; histoire d'une mondialisation*. Paris: Éditions de La Martinière, 2004. p. 35-76.

²¹⁷ Gilberto Freyre afirmou que a mestiçagem fortalece em vez de enfraquecer, contrariando o imaginário do século XIX que considerava a mistura das raças e de culturas como uma

alguma forma ataviar-se, porque “a simbologia do poder consistia em aspecto central para a autoridade, pois como sabemos, a aparência nas Minas representava a grandeza”.²¹⁸ Então, os imigrantes fixaram residência, consumiram produtos e serviços oferecidos e tornaram-se usuários.²¹⁹ Não só usavam adornos para ataviarem-se, usavam-nos como moeda de troca ou como pecúlio. Muitos recorreram ao empréstimo, penhorando as joias, que nem sempre eram resgatadas.

Os imigrantes em geral costumavam usar, no lugar de origem, algum tipo de ornamento. Esse costume seguiu com seus descendentes e continuou entre alguns habitantes nas Minas Gerais. Os que mais utilizavam desse expediente de se adornar eram os moradores dos centros urbanos. Muitos documentos, no entanto, apontam que alguns moradores, mesmo com uma situação financeira estável, sem muitas dívidas e com terrenos e escravos, preferiram não investir no ornamento corporal. Pode-se perceber, pela leitura dos documentos, que a maioria dos moradores em áreas rurais não investiu nos ornamentos corporais. A outra prática naquela sociedade era o penhor de joias, o que poderia explicar, em parte, a falta de ornamentos em muitos inventários.²²⁰

Enfim, os usuários de joias, nas Minas Gerais, tinham perfil heterogêneo, o que fez com que fosse encontrada uma vasta gama de ornamentos com usos igualmente variados.

forma destruidora da cultura superior europeia. FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro/Brasília: INL/ MEC, 1980. Para o conceito de mestiçagem nessa pesquisa, ver: GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Nessa obra, a mestiçagem é usada para designar as misturas que ocorreram em solo americano no século XVI entre seres humanos, imaginários e formas de vida, vindos de quatro continentes. Especificamente para a mestiçagem na América Portuguesa, ver: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla M. Junho Anastasia (orgs.). *O Trabalho Mestiço: Maneiras de Pensar e Formas de Viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

²¹⁸ SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1977. p. 179.

²¹⁹ Entendemos o conceito de usuário como aquele que usufrui de alguma coisa, não necessariamente da forma como foi criada. A subversão do uso é uma prerrogativa do possuidor, nesse caso, do usuário. Sendo assim, várias peças de ouro e prata, com já citado, serviram não só como adorno corporal, como veremos mais adiante.

²²⁰ A prática do penhor era muito utilizada em Sabará no século estudado. Porém, não foi possível apurar na documentação qualquer recibo de penhor de joias antes da morte dos envolvidos. Somente nos inventários, testamentos ou libelos podemos atestar tal fato, lembrando que de maneira unilateral.

3.3 - Alguns ourives em Minas Gerais

O ofício de ourives em Minas Gerais recebeu orientações da legislação portuguesa, como consta no regimento para ensaiador do ofício dos ourives.²²¹ O ritual para se tornar oficial era o mesmo em todas as partes do reino, ou seja, era necessário prestar exames perante a Câmara. Os oficiais avaliadores passavam certidão para o candidato, caso houvesse sucesso na prova a que era submetido. Como em todas as atividades, os ourives pautavam-se por regras preestabelecidas e o descumprimento delas sujeitava o infrator ao pagamento de multas, confisco dos bens e até prisão. Quando o descumprimento ocorria em solo lusitano, o degredo também era uma punição aplicada.

Sobre o Compromisso dos ourives, deve ser esclarecido que este não foi cumprido na sua forma original em Minas Gerais. A norma imposta pelo referido compromisso precisou adaptar-se à realidade mineira. A sociedade estava sendo moldada, os magistrados, militares e altos funcionários administrativos ainda precisavam, na medida do possível, entender o cotidiano e a “nova” sociedade, que estavam em formação. Boa parte da estrutura administrativa imposta até então teve que ser modificada. Como Russel Wood apontou, o governo português tinha uma proposta para colonização centralizada do Brasil, subvertida pela dimensão geográfica e pela diversidade cultural, quase negando uma rigidez administrativa, gerando flexibilidade na interpretação das ordens e decretos reais.²²²

Sendo assim, em partes do Brasil houve maior flexibilização não só das leis, mas também dos comandos. Os colonos se faziam ouvir e influenciavam nas decisões locais e, muito provavelmente, interferiam nas medidas tomadas em Lisboa, estando essa situação muito clara no trecho da carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro:

[...] o tenente general Manuel Borges depois de uma tão severa

²²¹ O Regimento para o Ensayador do Officio dos ourives do ouro & dos ourives do dito officio, cada hum na parte que lhe tocar, na forma que no exordio deste Regimento vay declarado. Senado da Câmara, 4 de agosto de 1688.

²²² RUSSEL-WOOD, A.J. R. Governantes e agentes, in: Francisco Bethencourt Kirti Chaudhri. (orgs.), História da expansão portuguesa. *O Brasil na balança do Império (1697-1808)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 192, Vol. 3.

demonstração para se ligar com o ouvidor contra o seu governador, e como tenho observado, que em todos os governos deste estado semelhantes oficiais têm feito várias alterações com os seus governadores, o que sucede sempre por se quererem utilizar com os negócios que lhe passam pela mão enfeitando uns, vituperando outros para granjearem melhores espórtulas, e tanto que não acham sítio nos governadores logo urdem mil máquinas principiando sempre pela de o fazerem malquisto como povo [...].²²³

O Regimento dos ensaiadores do ouro, em vigor, foi aprovado pelo Senado da Câmara de Lisboa em 10 de março de 1693, apesar de ser cogitada essa regulamentação desde o reinado de D. Pedro II (1683 – 1706).²²⁴ Apesar dos cinco anos que separam o início da regulamentação das peças de ourivesaria e a aprovação do regimento, foi o tempo suficiente, no entendimento dos senadores, para que esse assunto fosse melhor discutido, “necessitando assim de consultas a pessoas experientes e sabedoras do ofício de ourives do ouro”.²²⁵

Assim, puderam os elaboradores do regimento verificar as dificuldades e importância do ofício de ourives, como também concluíram que a aferição das peças deveria ser feita de uma forma mais minuciosa, devendo o ourives assinar a peça por meio de uma marca, para evitar fraudes. Essa marca era registrada no Senado da Câmara, geralmente em uma chapa de cobre (fig.4), e o ensaiador, após verificar o teor do ouro ou da prata utilizada pelo ourives, poderia identificar de quem fora o trabalho e o comprador não seria ludibriado, pagando o preço justo. De acordo com o Sousa, “essa obrigação do registro deu origem a uma das mais importantes fontes para a história da joalheria em Portugal”.²²⁶ Os ourives então puderam saber quais eram as peças que poderiam ser marcadas e quais estavam isentas dessa marcação, como as joias filigranadas ou que possuíssem elementos impeditivos, como

²²³ Carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro, Juiz Vahia Monteiro, ao secretário de Estado, comunicando-lhe as grandes disputas ocorridas em São Paulo entre o governador da dita Capitania e o ouvidor geral, auxiliado este pelo tenente general Manuel Borges (Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1728). Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1929, v 50, p. 100-102.

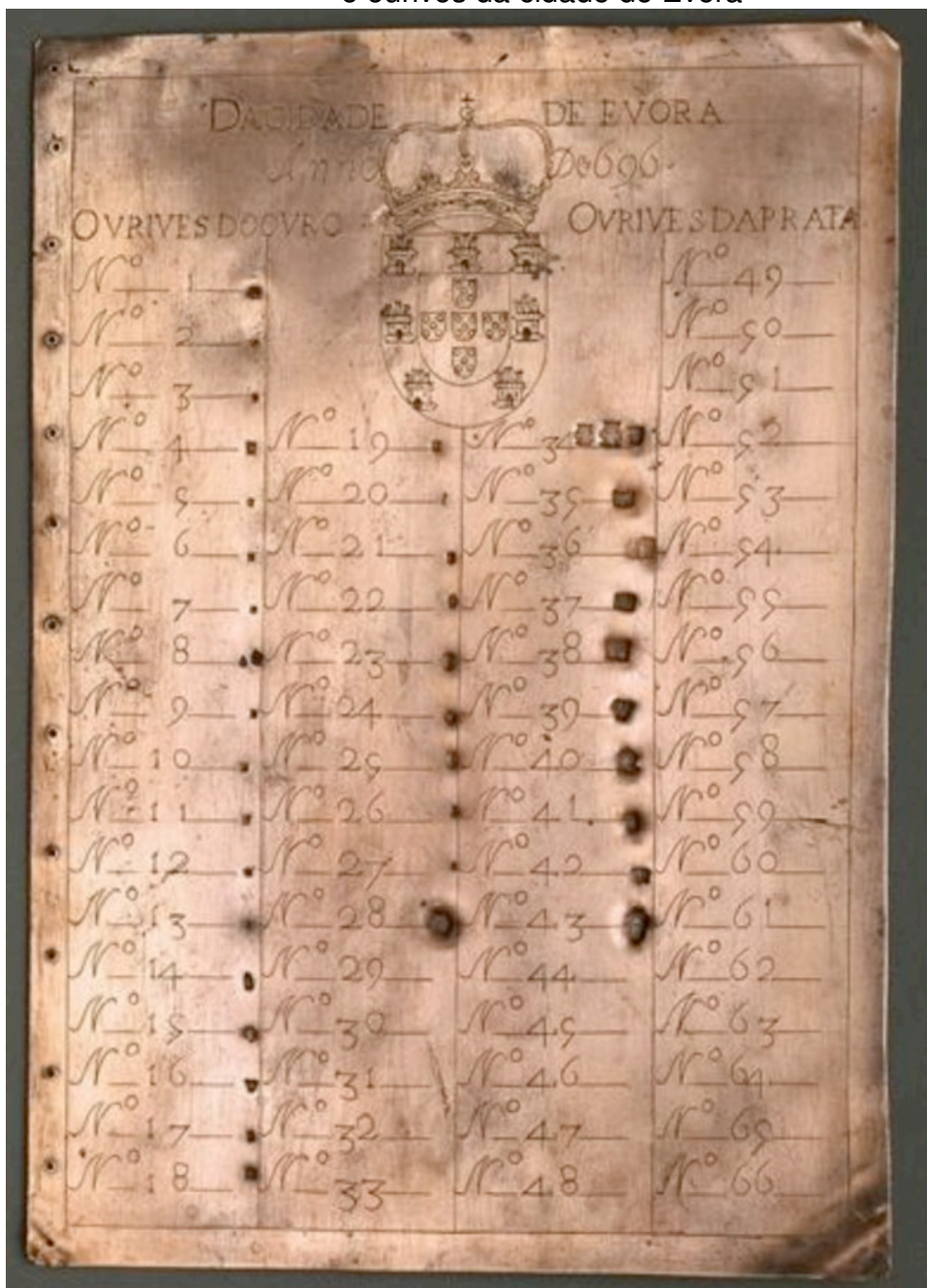
²²⁴ Por decisão régia, foi estabelecido em 4 de agosto de 1688 o peso do ouro e da prata para os trabalhos, de acordo com o Regimento dos Ensaiaadores do ofício de ourives. Nesse momento, foram criados os ofícios de ensaiador ourives do ouro e ensaiador ourives da prata, que deveriam ser pessoas de toda a verdade e confiança.

²²⁵ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A joalheria no Porto ao tempo dos Almada*. CITAR, Porto: 2008. p.20.

²²⁶ *Idem*, p. 20.

as joias esmaltadas, as pedrarias, os aljôfres²²⁷ e algumas peças miúdas, como brincos, cintilhos, hábitos entre outros.

Fig. 4 - Anverso da lâmina padrão para o registro das marcas dos contrastes e ourives da cidade de Évora



. – Cobre - Século XVII-XVIII [1696-1791]
 Fotografia: José Pessoa, 1993 - Copyright: © IMC / MC

²²⁷ Na documentação consultada, foi encontrada somente esse material grafado “Aljofre”.

Em Portugal, a legislação preocupava-se com os descaminhos, apesar de parecer que os legisladores estavam amparando tanto o ourives quanto os compradores. Para se ter uma ideia, as joias produzidas deveriam ser todas levadas ao ensaiador, que passaria uma certidão que o ourives deveria dar ao comprador da peça, o que atestava a legalidade. Claro que, por trás desse ritual, verifica-se se os impostos haviam sido recolhidos. Tudo isso era previsto no Regimento e, caso a peça não estivesse de acordo com a lei, tanto o ourives quanto o ensaiador, em se provando a culpa, seriam interpelados judicialmente.

Depois dos ourives concluírem as joias, eles deveriam entalhar nelas as suas marcas, criadas para esse fim e registradas no Senado da Câmara, pequenas e discretas a ponto de não interferirem no visual da peça. Algumas joias eram mais fáceis de marcar, outras nem tanto.²²⁸ O Regimento que vigorou até a primeira metade do século XVIII previa, entre tantos aspectos relacionados ao ofício de ourives, as dúvidas quanto os quilates que o ouro das peças deveria possuir, quais as marcas que cada peça deveria ter e até o número de aprendizes que cada ourives poderia possuir.

Houve maior rigor da lei e controle absoluto sobre o ouro, o que não ficou restrito apenas ao Regimento do século XVII. Mesmo com a legislação à qual os ourives e ensaiadores estavam sujeitos, foi criada em 27 de julho de 1792 a figura do contraste²²⁹, oficial encarregado de avaliar as peças de ouro e prata. No mesmo ato de criação do oficial, ficaram estipulados os valores aos quais cada contraste teria direito pelo serviço de avaliação prestado.²³⁰

O ofício de ourives era acompanhado de perto pelas autoridades pois, assim como os lapidários, ensaiadores e contrastes, todos trabalhavam com

²²⁸ Algumas peças poderiam ser marcadas no corpo, pois tinham espaço, como as laças ou laços, mas no caso de cordões de ouro com malha de pequena dimensão, foi estipulado que se colocasse uma chapa pendente com a marca do ourives.

²²⁹ Avaliador que passa a certidão do peso de qualquer peça de ouro ou de prata, bem como avalia o preço de qualquer pedra preciosa.

²³⁰ Nas peças até 24\$000, os contrastes teriam direito a \$120. Caso alcançassem entre 24\$000 a 80\$000, levariam \$240. Os valores vão subindo até o limite de 8:000\$000, quando os oficiais “poderão requerer ao Senado arbitramento, que lhe fará segundo julgar conveniente e o merecer o trabalho de contraste”. Fls, 255-256v. Esse Regimento foi aprovado por ordem régia de 10 de setembro de 1792. Ver a análise desse Regimento e das mudanças ocorridas em: SOUZA, Gonçalo Vasconcelos. A joalheria no Porto ao tempo dos Amlada.op. cit, p, 29.

materiais de fácil descaminho. Algumas modificações no Regimento foram propostas ao longo do século XVIII e XIX.²³¹

Na segunda metade do século XVIII, o Regimento foi ajustado, motivado pela necessidade de evolução do ofício de ourives. Esse ajuste ficou conhecido como o Compromisso dos Ourives do Ouro, aprovado em 25 de outubro de 1751, pelos ourives reunidos na Igreja de São Nicolau.²³² Apenas 26 anos depois, “por se acharem os estatutos antigos com impropriedade para o tempo presente, e muitos faltos das providencias necessárias para se evitarem os prejuízos do mesmo officio, e da utilidade publica”²³³, foram aprovados novos estatutos, com 33 capítulos.

Esses estatutos tratavam das linhas fundamentais do exercício do ofício, mesmo que este não fosse seguido de perto pelos ourives mineiros por uma série de fatores, como por exemplo a intensa fiscalização que sofriam nas Minas, como já destacado anteriormente. Porém, era o mais recente documento em que se baseavam todos os ourives, ao menos os de Portugal. Os estatutos tratavam da eleição dos juízes que ocorreria no primeiro sábado depois do dia da transladação de Santo Elói,²³⁴ como também tratavam da ocupação e da vacância do cargo de mestres, tudo isso nos três primeiros capítulos.

A partir do capítulo IV dos citados estatutos, instituem-se algumas penas para os ocupantes de cargos, na confraria que se recusassem a prestar as obrigações inerentes ao cargo nomeado, cabendo uma pena de 4\$000 rs (quatro mil réis), e, inclusive, seu afastamento da confraria e, logo

²³¹ Não só esses ofícios como também os fundidores, tesoureiros, escrivães de entrada de ouro, os ajudantes de ensaiador e os contrastes eram alvos de investigação constante. Em Minas Gerais, os funcionários das casas de fundição também eram fiscalizados de perto. Mesmo assim, vários relatos de corrupção foram registrados. Para essa rede de corrupção ver: RUSSEL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI, Kirt. (Dir.) *História da expansão portuguesa. Temas e debates: O Brasil na balança do Império (1697-1808)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 192, Vol. 3 1998. v. 3.

²³² A igreja de São Nicolau foi reedificada em 1675, na rua dos Ourives, onde ficava a confraria de Santo Eloi, em Porto, Portugal.

²³³ Escrito no prólogo do documento. A.A.I.O.R.N., Estatutos dos ourives, 2ª parte, f. 1v e 2. Sobre os aspectos do funcionamento do ofício de ourives de ouro ver: SOUZA, Gonçalo Vasconcelos e. A joalheria no Porto. Op. cit, p. 29-35.

²³⁴ Santo Elói, o santo mártir que viveu entre os séculos VI e VII, é invocado pela confraria dos ourives do ouro como sendo o patrono desses oficiais. Essa confraria, que se encontrava ultrapassada no final do século XVII, precisou ter seus compromissos renovados em 6 de julho de 1691, em função das descobertas do metal em Minas Gerais.

que possível, se procederia novas eleições para o cargo vago. Isso era necessário, uma vez que os participantes da confraria prestavam um juramento no Senado da Câmara.

Outros capítulos merecem ser aqui apresentados, como o capítulo VI, que se refere aos atos de correição, em que os juízes deveriam sair em correição às lojas, fiscalizando o trabalho dos oficiais. Se achassem alguma irregularidade, como o uso de pedras falsas, deveria o ourives pagar uma multa de 6\$000rs (seis mil réis), dinheiro esse que seria destinado ao pagamento das despesas da cidade e do ofício. Nota-se que é um conjunto de estatutos que visavam a ordem mas, principalmente, era a forma que a Câmara encontrou para arrecadar dinheiro para si.

As obrigações do escrivão que, além de apoderar-se de todos os livros do ofício, tinha que assistir a todas as reuniões, acompanhar os juízes em suas diligências de correição e ajustar, no fim do ano, as contas da confraria, estão como responsabilidades descritas no capítulo VII. Já as obrigações do procurador, que também acompanhava o escrivão e os juízes, estão descritas no capítulo VIII. O tesoureiro da confraria tinha suas obrigações descritas no capítulo X e entre elas se encontra a necessidade de ser o tesoureiro um dos irmãos artífices mais rico da cidade. Este era responsável por todo o dinheiro da confraria, além de escriturar o dinheiro emprestado e prestar contas a todos sempre que solicitado.

O Compromisso dos ourives era bastante completo, como já salientado, além de ainda ter um caminho bem estabelecido. De acordo com o capítulo XIV, depois de oito anos de aprendizado e dois anos como oficial, a pessoa poderia requerer o exame. Para tal, os juízes mandavam fazer as peças e, após isso, eram verificados os quilates, grãos e os dinheiros.²³⁵ Depois de pagar as taxas exigidas, os aprovados no exame poderiam abrir suas lojas. Uma parte muito importante, para quem estuda o ofício dos ourives, é a exigência da criação e registro no livro da confraria de uma marca que identificasse o trabalho do ourives. A marca é impessoal e

²³⁵ Termo usado pelos ourives da prata, basicamente o título da prata, assim como os quilates do ouro. Segundo o dicionário Bluteau, “Em cada dinheiro se cotão 24 grãos grandes e de pequenos 384. Em hum marco de prata, hum dinheiro responde por peso de cinco oitavas e 24 grãos, e uma onça corresponde hum dinheiro por 48 grãos”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*, op. cit, p. 26, e verbete no Suplemento, p. 29.

intransferível, cabendo multa de 6\$000rs (seis mil réis) a quem emprestasse sua marca a outro que não a possuísse. Essa é uma novidade em relação ao Regimento de 1693, que não trazia cláusula sobre essa prática.

Sobre o ofício, falta esclarecer que nenhum ourives poderia ter mais de dois aprendizes. A multa era de 30\$000rs (trinta mil réis), estipulada no capítulo XVIII. Os aprendizes tinham também suas regras, devendo pagar esmolas a Santo Eloi e serem registrados nos livros de registros de posse dos juízes. A tradição se fez presente no referido capítulo relativa ao tempo de aprendizado do filho do ourives, posto que poderia ser inferior aos dois anos estipulados para os não filhos.

Com relação aos ourives estrangeiros que atuassem em terras lusitanas, o capítulo XXVIII deixava claro que não poderiam começar a trabalhar sem que apresentassem um fiador. Os ourives portugueses que não prestassem exame na cidade onde quisessem atuar, deveriam simplesmente apresentar uma certidão dos juízes da localidade onde atuariam.

Os estatutos também determinavam quais as peças os ourives poderiam produzir, sendo que os ourives do ouro poderiam fazer qualquer tipo de joias com esmalte ou sem ele. Além disso poderiam fazer:

colares, gargantilhas, arrecadas, espadinhas, alfinetes de cabeça, agulhas, botões, hábitos, anéis e memórias com pedras ou sem elas, esgravatadores e palitos para dentes, guarnições de espadas, espadins, ferragens de boldriés, fivelas de sapato com pedraria e esmalte, ou sem eles, todos os objectos que fossem em filigrana e igualmente sobrepostos de prata que fossem esmaltados, sendo nas peças sobreditas, as quais poderiam vender nas tendas ou nas feiras.²³⁶

Somente o fato de os ourives serem comprometidos com as determinações dos estatutos não garantiria a proximidade entre as joalheiras de Portugal e do Brasil. Como já citado, a carência de mão de obra especializada em uma terra de promessas e o descobrimento de vastos recursos naturais ocasionaram uma migração não apenas no universo ligado à joalheria, como também a outros ofícios. Essa migração dos ourives pode

²³⁶ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e: *A joalheria no Porto ao tempo dos Almada*. Op. cit., p. 35.

explicar essa proximidade de tipologias de joias entre Minas Gerais e os centros produtores de joias em Portugal.

Esse ofício de ourives foi necessário a uma sociedade que se fazia também pela aparência, como as Minas. Tal ofício sofria com altos e baixos não só em relação à economia, mas também no que tange à legislação. Ourives e administradores viviam em uma situação de temor mútuo, uma vez que os administradores viam que algumas peças poderiam ter sido feitas com ouro não quintado, ou seja, de procedência duvidosa, pela falta de fiscalização dos contrastes e dos ensaiadores. Também os ourives sofriam com o rigor da legislação, que de tempos em tempos limitava e até proibia a ação desses artífices do ouro.

O medo do contrabando ou descaminho, como surge na documentação, além de refletir uma realidade que toma forma ao longo do século XVIII, obrigou os administradores a terem a postura de integração, ou seja, ao mesmo tempo em que o sistema de exploração do ouro era fomentado, o controle metropolitano era mais rigoroso. Na pressão contra os descaminhos, o rigor da coroa aumentou a ponto de algumas proibições se sucederem, como as de abrir novas picadas ou caminhos estreitos, ou não poder fundar novos engenhos, leis contra portar ouro em pó ou ouro amoedado ou de exercer cargo de ourives, além dos impostos múltiplos, que receberam críticas dos moradores, comerciantes, aventureiros e outros membros da sociedade da época, como mostram estudos, análises e juízos de valor de alguns historiadores.²³⁷ Soma-se a isso a proibição de religiosos, ponto polêmico renovado periodicamente pelos conselheiros ultramarinos, como na provisão:

[...] não deixeis passar as ditas terras, e que se lá forem os façam voltar, por ser assim mui conveniente ao serviço de Deus, e de grande bem para os mesmos religiosos, porque com o ouro, que vão buscar, fomentam entre si muitas discórdias e parcialidades, e por este meio também outrossim se não descaminhará o ouro dos meus reais quintos, pois eles não só trazem o seu que, tiram das esmolas, mas também o alheio, e de partes, e assim ficará

²³⁷ ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1988, p. 188. Outros autores que manifestaram o juízo contrário às normas impostas, como em: FURTADO, Júnia F. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantina de 1771 e a vida do Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

remediado o grave escândalo, qual é o de andarem frades capuchos tão engolfados nesta ambição de se fazerem ricos, como qualquer secular.²³⁸

Essa provisão teve razão de ser feita, uma vez que alguns relatos chegaram ao conhecimento do rei e dos conselheiros ultramarinos sobre o descaminho do ouro feito das mais variadas maneiras. Alguns desses relatos apontam para a quantidade de objetos de ouro usados pelas mulheres na colônia. Domingos da Silva Bueno foi um dos que se queixou da enorme quantidade de ouro e seda que as mulheres da Capitania de São Paulo exibiam. O Guarda-mor das Minas Gerais escreveu uma carta, datada de 20 de agosto de 1704, para D. Pedro II, que governou Portugal até 9 de dezembro de 1706, dando conta dos descaminhos que costumavam ter os quintos reais e alertando para o mal que os religiosos que iam para a Capitania das Minas causavam:

[...] muyto concideravel perda por serem muytos os que assistem nestas minas com o subterfugio de adquirir para a comunidade, ou emparar suas obrigações pobres e trazem licença dos seus prelados por poucos tempos mas ganhão annos. Estes negocião comprando e vendendo os mais modestos por terseira via, outros escandalozamente e continuarão levar arrobas de ouro e não consta quintarem mais de huas poucas oitavas [...].²³⁹

O relato do Guarda-mor ainda aponta que a perda de dinheiro para o rei acontecia nas próprias casas de fundição, por serem “os officiais homens muyto pobres” e, por isso, sujeitos à corrupção. Na mesma carta, ele pede “hua Ley, que inviolavelmente executem os Ministros, para que as escravas não ponhão em sy, ouro, nem seda”. Esses abusos, descritos no final da carta, referem-se aos moradores da Capitania de São Paulo, onde circulavam “as escravas, as índias, servas e mulheres dammas com a mais da gente bayxa e he com tanta superfluidade e fausto que excedem as suas senhoras e fazem emulação”.²⁴⁰ Daí a necessidade dessa lei, pois além da quantidade

²³⁸ Provisão régia mandando observar infalivelmente as ordens anteriores que proibiam passassem às minas, quaisquer religiosos, nem para tirar esmolas, a fim de se evitar, além do grave escândalo, o descaminho do ouro dos quintos (Lisboa, 2/5/1725) Documentos interessantes. Vol. 50, p. 31-32. Além dessa provisão, houve a Carta Régia de 27/12/1693 proibindo a ida de clérigos às minas e a assistência de ourives na região. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, 1913. Vol. 18, p. 278.

²³⁹ Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 1, documento 7, código 247.

²⁴⁰ Idem.

de ornamento corporal desfilado naquele tempo, essas mulheres, a quem o Guarda-mor chamou de “gente baixa”, faziam com que houvesse uma espécie de competição entre as pessoas que ocupavam posições de destaque na sociedade, que pensavam somente em “galear”, ou seja, trajar e romper galas, como já faziam os “bastardos mamalucos”.²⁴¹

Essa manifestação pública deixa claro que houve um incômodo em aceitar a mobilidade social das pretas, crioulas e mestiças. Não só as escravas, mas todas as forras deveriam ser incluída em uma lei, que, aparentemente, não foi eficaz.

Os poucos ourives que atuaram em Minas Gerais foram listados, inicialmente, pelo cônego Raimundo Trindade. De acordo com a lista, existiram em território mineiro, nos séculos XVIII e XIX,²⁴² cento e cinco ourives. A maior concentração deles ocorreu na Comarca de Ouro Preto, com setenta e nove ourives, devidamente examinados entre 1722 e 1810. Na Comarca do Rio das Velhas existiam, de acordo com a lista do Cônego Trindade, doze ourives. Já na Comarca do Serro Frio, Trindade listou doze ourives, e na Comarca do Rio das Mortes, apenas dois ourives foram arrolados.²⁴³ Apesar de o número parecer alto, existiam, somente em Salvador, na passagem do século XVII para o XVIII, “mais de cinquenta ourives, entre os especializados em ouro e prata.”²⁴⁴

Do total geral de ourives em Minas Gerais, apenas oito eram naturais de Portugal, ou seja, menos de 8%. O restante dos nomes dos ourives listados pelo cônego Trindade sugere que houve um desenvolvimento desse ofício em terras mineiras, mesmo sendo proibida essa atividade.²⁴⁵

Antes da proibição da atuação dos ourives nas Minas Gerais foram feitas várias tentativas para se coibir o descaminho do ouro, realizado por

²⁴¹ *Ibidem*.

²⁴² Para este levantamento, o autor chegou até o ano de 1820. Mesmo assim, foi listado apenas um ourives em Paracatu. No ano de 1870, somente a Vila de Sabará contava com 23 ourives declarados na Ata de formação da junta de qualificação de votantes da Paróquia de Sabará. Casa Borba Gato, anexo do Museu do Ouro. Sabará – Minas Gerais.

²⁴³ TRINDADE, Cônego Raimundo. Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 12. 1955.

²⁴⁴ GODOY, Solange de Sampaio. *Círculo das contas: jóias de crioulas baianas*. Apresentação de Mercedes Rosa; versão para o inglês de H. Sabrina Gledhill. Salvador: Fundação Carlos Costa Pinto, 2006, p.28.

²⁴⁵ A proibição do ofício de ourives na região das Minas Gerais ocorreu em 1751, para evitar o descaminho do ouro.

contrabando ou pela feitura de peças sem a cobrança do devido imposto a ser pago. Assim, os bandos ²⁴⁶ que tentavam proibir a circulação do ouro em pó não tiveram sucesso imediato e o intento de se impedir também a fabricação de moedas falsas e os descaminhos do ouro culminou, em 1724, ²⁴⁷ na determinação de se expulsar todos os ourives da região. Foi outra iniciativa de pouco ou nenhum efeito, pois várias concessões foram verificadas e diversos ourives trabalhavam de forma autorizada em Sabará após essa data, conforme mostrou o estudo do Cônego Trindade.

Os ourives portugueses que atuaram nas Minas Gerais, apesar de terem sido examinados na região de origem, deveriam, por força do Regimento, ser examinados novamente na Capitania. Entre eles, encontra-se Pantaleão da Costa Dantas, natural de São Miguel de Fontoura, arcebispado de Braga, filho de José da Costa Dantas e de Maria Vicente de Sousa, nomeado pela Câmara de Vila Rica, em 20 de abril de 1742. No texto do Cônego Trindade aparece a informação de que esse ourives era "casado em Vila Rica em 1728 com Mariana de Jesus Lana, filha de João de Lana".²⁴⁸

Pantaleão da Costa Dantas teve, mais tarde, a patente de sargento-mor, como consta em diversos assentamentos de batismo e casamentos de filhos seus. O ourives aparece no Censo Geral dos Ofícios, realizado entre 1746 e 1747, na Comarca de Villa Rica.²⁴⁹ De 1752 para 1753, recebeu uma oitava pelo conserto de um objeto de prata da Matriz de Nossa Senhora da Conceição.²⁵⁰

José Félix Lisboa exerceu o ofício de ourives em Sabará. No livro de termos e registros da freguesia de Nossa Senhora do Pilar, em 1738, pode-

²⁴⁶ Quando se declara publicamente um decreto, uma lei.

²⁴⁷ Houve vários pedidos de fiscalização das casas de fundição, sob a alegação de que havia muitos oficiais trabalhando nelas, além de pedidos para a expulsão dos ourives. Como estes não eram bem vistos aos olhos reais, procedeu-se o despejo desses oficiais, restando apenas em Minas Gerais quatro, um sendo para abridor e os demais para fundidores na Casa da Moeda, porque assim se fazia necessário. Sobre a expulsão dos ourives, ver: Transcrição da segunda parte do códice 23. Seção Colonial: Registro de Alvarás, Cartas, Ordens Régias e Cartas do Governador ao Rei no período de 1721-1723. In: Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Folhas 91-188v. Ed. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, MG. Vol. 31, ano 1980. p.192, 193

²⁴⁸ TRINADADE, Cônego Raimundo. *Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX*. p. 133-134.

²⁴⁹ APM. Códice número 90, D.F., Avulsos, do Arquivo Público Mineiro, folha número 40.

²⁵⁰ APM. Livro de Rec. E Desp. da Irmandade, folha 64v.

se ler que era “solteiro, ourives, natural da cidade de Lisboa, morador nesta Villa”.²⁵¹

Entre 1746 e 1747, o ourives Manuel Cardoso Passos foi morador em Ouro Preto e figurava no Censo Geral dos Ofícios realizado nesses anos, na Comarca de Vila Rica.²⁵² Em 2 de agosto de 1749, seu nome constava no registro de uma carta de exame de ourives passada na cidade de Braga.²⁵³

Francisco de Matos Pereira atuou, em 1722, na freguesia de Guarapiranga, pertencente ao Termo de Mariana. Era, segundo documentos da época, “natural de Lisboa, de presente morador nestas minas freguesia de Guarapiranga, homem casado em Portugal, que vive de seu ofício de ourives do ouro, de idade de trinta anos, pouco mais”²⁵⁴.

O quinto ourives português (açoriano) listado pelo Cônego Trindade foi João Pereira da Silva que, entre 1735 e 1740, prestou exame do ofício em Sabará. Esse mesmo ourives residia em Rio Acima. O Cônego Trindade deu uma descrição mais completa sobre João Pereira da Silva: “solteiro, ourives, natural da Ilha de Faial, Bispado de Angra, morador nesta freguesia”.²⁵⁵

Ainda listando os ourives portugueses em Minas Gerais, encontramos Manuel do Couto Sousa. Consta que ele prestou exame de ofício de ourives de prata.²⁵⁶ Seu nome apareceu novamente em Congonhas do Campo, como “solteiro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, cidade do Porto, que vive do seu ofício de ourives, de idade de setenta anos”.²⁵⁷

Antônio Gonçalves Veloso foi o sétimo ourives da lista que trabalhou em terras mineiras, exercendo seu ofício em Santo Antônio de São José. Em 1738, apareceu em um documento como sendo “solteiro, ourives, natural

²⁵¹ APM. Livro de registros de termos de visitas da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Pitangui – folha 55 do Arquivo da Cúria de Mariana.

²⁵² APM. Códice número 90, DF., Avulsos do Arquivo Público Mineiro.

²⁵³ APM. Códice número 4, Câmara Municipal de Villa Rica, folhas 2 e 3.

²⁵⁴ Livro de registros de termos de visitas da Comarca de Ribeirão do Carmo, folhas 171, do Arquivo da Cúria de Mariana.

²⁵⁵ APM. Livro de registros de termos de visitas da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Pitangui e outras freguezias, folha 88v, do Arquivo da Cúria de Mariana.

²⁵⁶ APM. Carta registrada no livro 90, Exames de ofícios, folha 25v, do Arquivo Público Mineiro.

²⁵⁷ APM. Livro de Devassas, do Arquivo Público Mineiro, folha 87.

da freguezia de São Payo de Parada, arcebispado de Braga, morador nesta vila”.²⁵⁸

Custódio Fernandes Vieira, também ourives português, requereu carta de exame do ofício de ourives na Câmara de Sabará e trabalhou nesta vila entre 1733 e 1734.²⁵⁹ Na documentação levantada pelo Cônego Trindade, ele também exerceu seu ofício no Arraial de Bom Retiro da Roça Grande, em 1748: “natural de Fonte Arcada, Povia de Lanhoso, Arcebispado de Braga, de presente morador neste Arraial, que vive do seu ofício de ourives, de idade de quarenta e seis anos”.²⁶⁰

Todos os ourives que aparecem na lista do Cônego Trindade prestaram exames nas Câmaras Municipais, o que era uma exigência das Ordenações Filipinas, do Regimento dos Ensaiares do ouro, aprovado pelo Senado da Câmara de Lisboa, em 10 de março de 1693, o que seria confirmado, mais tarde, no Compromisso dos Ourives do ouro de 25 de outubro de 1751.

Aqueles ourives que atuaram em Sabará, mesmo com o fechamento do cerco no que diz respeito à legislação, não registraram aí seus testamentos. Tampouco foram inventariados. Provavelmente saíram da Comarca, em função das proibições para o exercício de seu ofício.²⁶¹ Ao mesmo tempo, não se pode afirmar que os ourives deixaram a cidade para se esconder nos sertões. Se fosse assim, vários trabalhos em prata ou ouro deixariam de ser feitos, várias encomendas deixariam de ser entregues.

O fato é que a proibição só terminou no século XIX, por meio de um Alvará de 11 de agosto de 1815, que revogou a carta régia de 30 de julho de 1766, que proibia o exercício dos ourives nas colônias portuguesas. Enquanto isso, os ourives não deixaram de trabalhar, mesmo que na clandestinidade. Os objetos foram comercializados, os consertos em peças de ouro e prata foram feitos, as joias foram utilizadas, seja como adorno, pecúlio ou como demarcação da condição econômica.

²⁵⁸ APM. Livro de registro de cartas, provisões e patentes régias, folha 73v, do Arquivo Público Mineiro.

²⁵⁹ TRINDADE, Cônego Raimundo. *Ourives em Minas Gerais*, op. cit, p. 140.

²⁶⁰ APM. Livro de devassas do Arquivo da Cúria de Mariana, folha 55 v.

²⁶¹ APM. CMOP 006. Registro de um bando que o governador destas minas dom Lourenço de Almeida a respeito dos ourives. f. 47-48v.

QUADRO 5

Ourives que atuaram nos arraiais e vilas da Comarca do Rio das Velhas

Ourives	Local	Ano
Cosme Nogueira da Costa	Raposos	1738
Francisco Luis da Costa	Sabará	1735/40
José Nogueira da Costa	Raposos	1738
José Félix Lisboa	Sabará	1738
Manuel da Costa Pontes	Sabará	1735/40
Amaro Medeiros Santiago	Bom Retiro da Roça Grande	1748
João Pereira da Silva	Sabará	1735/40
Jorge Ferreira da Silva	Sabará	1744
Francisco de Souza	Curral del are	1734
Manuel do Couto Sousa	Sabará	1735
Custódio Fernandes Vieira	Bom Retiro da Roça Grande	1748
Manuel Pina e Vasconcelos	Paracatu	1800

Fonte: TRINDADE, Raimundo, Cônego. Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Revista do Patrimnio Artístico e Histórico Nacional. Rio de Janeiro, n 12 p. 109-149, 1955.

Um suposto ourives viveu em Sabará e não consta nos registros do Cônego Trindade. Ignácio Furtado é citado na documentação cartorária da Casa Borba Gato. No inventário, feito cinco anos após sua morte, foi listada uma “tenda de ourives”, o que indica ter sido um artífice do ouro e/ou da prata, já que consta que a “tenda” estava “preparada com bastante uso”.²⁶² Uma tenda, segundo os dicionários da época,²⁶³ podia ser tanto uma casa de vender, quanto uma bancada com os apetrechos e, se estava usada, indica, ser de uma pessoa que exercia o ofício correspondente. Procuramos seu testamento, mas no corpo do inventário apenas consta:

Inventário dos bens que ficarão por falecimento de Ignácio Furtado morador que foy no Bom Jardim Rio de São Francisco deste distrito de Papagayo. Faleceo sem testamento em fevereiro de 1733 annos.²⁶⁴

²⁶² IBRAM- Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (05) 59. Ignácio Furtado. 28/02/1738.

²⁶³ Bluteau escreve que tenda é o local onde se vende, sendo diferente de loja em que se tem balcão dentro. Tenda é aberta por fora, geralmente de pano como as das mulheres que vendem coisas de comer. Moraes Silva em seu dicionário escreve que tenda  uma casa de vender. Depois escreve as variações do termo como barraca de campanha, por exemplo.

²⁶⁴ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (05)59. Ignácio Furtado. 28/2/1738.

Como anotado, Ignácio Furtado morreu sem testamento em 1733, mas deixou muitas dívidas a pagar, conforme pode ser comprovado no testamento de Amaral Gomes Cardoso, no qual se afirma que o ourives lhe devia “duas dobras que fazem 20\$600”,²⁶⁵ quase o dobro do valor da tenda de ourives declarada pelo devedor. Sua história se perde no tempo e a falta de documentação contribui para isso. O curioso é que sua viúva, Antônia Cardozo do Amparo, não foi encontrada para prestar declarações sobre a situação do defunto. Passado o prazo para se abrir o inventário, ela foi procurada pelo responsável das “cazas de aposentadoria”, o capitão-mor Alexandre de Sousa. Esse juiz primário recebeu, então, a notícia de que a viúva já havia contraído outro matrimônio sem deixar pistas do seu paradeiro, levando seu filho Narciso e, provavelmente, seus dois escravos, Gonçalo Mina, de 40 anos, e Eugênia Crioula, de 12 anos.

Três anos após a morte de Ignácio Furtado, o novo marido de Antônia Cardozo do Amparo tornou-se o inventariante, declarando apenas três itens de bens móveis, uma “dívida que devem ao cazal” por venda de gado, no valor de 700\$000 e as dívidas que Ignácio Furtado havia contraído.

Ignácio Furtado deixou para trás mais dívidas a pagar, como por exemplo, as que contraía com Agda de Sousa, Veríssimo Pereira e Carlos Ribeiro, num valor total que ultrapassava 73\$000. Como não existem registros na documentação dos cartórios de primeiro e segundo ofícios guardados na Casa Borba Gato, é bem provável que a viúva tenha se mudado da Comarca ou, quem sabe, da Capitania. Nada conseguimos apurar com relação aos petrechos utilizados pelo suposto ourives Ignácio Furtado pois, como salientado, só foi listado “uma tenda de ourives”.

Um testamento registrado em 1717 indica a presença do ofício de ourives na Comarca do Rio das Velhas bem antes dos ourives listados pelo Cônego Trindade. Trata-se de Manoel Pereira Crasto, mestre de campo. No documento consta uma dívida que deveria ser abatida do crédito de um ourives, o Sr. José Correia da Fonseca, de “200 oitavas de ouro como consta de crédito das obras que me foi feito em ouro há tempo que está em minha

²⁶⁵ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. Livro de Registro de Testamento – LT (CPO) 12(21). Testamento de Amaral (Amaro) Gomes Cardoso, folhas 126-130v.

caza dando conta do ouro [...]”.²⁶⁶ Além dessa menção, não se sabe mais nada a respeito de José Correia da Fonseca, pois nada ficou registrado nos inventários e testamentos disponíveis na Casa Borba Gato. Sendo assim, torna-se prematuro afirmar ser um ourives qualificado pela Câmara.

Na leitura do testamento de Luis Rodrigues Cazado, foi encontrado o nome de outro ourives, cujo processo legal de exame não se conseguiu apurar nos arquivos pesquisados.²⁶⁷ Aparece relacionado às dívidas a receber: “declaro que Joaquim orives me deve tres oitavas de ouro”. Não há mais explicações sobre essa dívida, apesar de poder se tratar de uma encomenda pedida que ainda não havia sido entregue.²⁶⁸

Uma situação em que trabalhavam lado a lado, senhor e escravo do mesmo ofício, foi flagrada no inventário de Manoel Macedo Guimarães. Natural da Vila de Guimarães, arcebispado de Braga, trabalhou na Comarca do Rio das Velhas, onde possuía residência fixa no sitio do Mocambo, distrito de Papagayo. Exercia o ofício de ourives, deixando claro no traslado do testamento de que possuía “ehua tenda de ourives do uzo do meu officio”.²⁶⁹ Declarou também ter dez filhos, apesar de ser solteiro. Entre os bens que o defunto deixou, estavam os escravos Domingos Angola, com idade de aproximadamente trinta e quatro anos, e sua mulher, Mariana crioula, de vinte e quatro anos.

Domingos Angola era oficial de ourives. Manoel Guimarães, no testamento, deixou ambos “coartados com fuga e tempo de tres anos para que possão trabalhar e granjear para sy [e] para o tal pagamento cujo tempo he digno de minha vontade própria pelo bom serviço que deles tenho tido e

²⁶⁶ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. LT (CPO) 05 11 – 1717 104v. – 113. ficha 123 (redigido em Sabará) Testamento de Manoel Pereira Crasto. Página 109v.

²⁶⁷ Uma das hipóteses para essa falta de documentação seria a de que ou esse ourives não havia sido examinado na Comarca do Rio das Velhas, ou toda a documentação relativa ao exame fora extraviada.

²⁶⁸ Essa quantidade de ouro de 3 oitavas era suficiente para fabricar um anel, ou três pares de botões. Além disso, transformando em moeda corrente, poderia aferir até 4\$200 (quatro mil e duzentos réis), o suficiente para comprar alguns itens listados por Antonil, como um queijo do Alentejo, ou uma porção de marmelada, uma vara de tabaco, uma ceroula em linho, ou mesmo optar pela compra de um canivete ou uma tesoura. Ver a lista em: ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Itatiaia, 1982.

²⁶⁹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (5) 57. Manoel Macedo Guimarães. 1739. Esse documento apresenta o “treslado de testamento”, escrito cerca de um ano antes de sua morte.

pelo amor de Deos”,²⁷⁰ devendo o casal pagar 300\$000 (trezentos mil réis) para receber das mãos do escrivão do cartório de Papagayo, João Bezerra, a carta de alforria. Não foi localizado o formal de partilha para saber o destino da tenda de ourives, que fora avaliada pelos louvados em 80\$000 (oitenta mil réis). Suspeito que a referida tenda fora destinada ao casal de escravos coartados, já que se pode verificar no inventário que todos os outros bens desse ourives foram devidamente vendidos em praça pública, de acordo com os autos de arrematação apensados no processo.²⁷¹

Manoel Guimarães era outro ourives que, apesar de declarar o seu ofício, não possuía ouro lavrado,²⁷² apenas uns poucos objetos de prata, mas muitas armas, como duas espingardas, um bacamarte, duas adagas, um par de pistolas, uma espada de vestir com seu punho e três armas. Manoel Guimarães parece não ter dado muito certo como ourives, pois além de não possuir nenhum objeto de ouro lavrado, apenas uma caldeirinha de prata com seu uso, declarou que teve sociedade com João de Almeida Pereira, além de uma parte de uma fazenda, também no distrito de Papagayo. Outro indício de que os negócios não estavam muito bem pode ser notado na diferença entre o monte-mor e suas dívidas. Seu monte-mor era de 2:187\$555 (dois contos, cento e oitenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e cinco réis) para uma dívida de 2:087\$439 (dois contos, oitenta e sete mil e quatrocentos e trinta e nove réis). No final, apurou-se apenas 99\$118 (noventa e nove mil, cento e dezoito réis).

É importante lembrar que, de acordo com o levantamento do Cônego Raimundo Trindade, o local que, no século XVIII, possuía um número expressivo de ourives era a Comarca de Ouro Preto, com sessenta e nove

²⁷⁰ Fuga aqui deve ser entendida como sendo um espaço necessário para que os escravos possam trabalhar, sem a pressão dos testamenteiros. Pode ser que Manoel Guimarães estivesse intercedendo a favor do seu oficial de ourives para que esse possa deslocar livremente pela Comarca, em busca de trabalho para honrar a parcela da coartação. Raphael Bluteau descreve fuga como sendo “ certo espaço, que se deixa para hum engenho obrar mais livremente”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*, p.223.

²⁷¹ Todos os escravos foram negociados em praça pública, com a exceção do oficial de ourives e sua mulher, além do “hum crioulo sego e doente que pela sua incapacidade não avaliou”. IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I(5) 57. Manoel Macedo Guimarães. 1739. Trelado de testamento, p. 57.

²⁷² Ver o inventário de Ignácio Furtado, que viveu no mesmo distrito de Manoel Guimarães, e morreu em 1733, tendo seu inventário feito somente em 28/02/1738. IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (5) 53. Ignácio Furtado, 1738.

ourives no total e desses, trinta e um atuaram em Vila Rica e em Mariana trabalharam vinte e cinco ourives. Os treze ourives restantes estavam espalhados pela Comarca.

Dos vinte ourives que atuaram na Comarca do Rio das Velhas, sete prestaram exames de ourives na Câmara da Vila de Sabará.²⁷³ Os outros treze ourives, aparecem em outros documentos como o Censo Geral dos Ofícios de 1746/1747, e nos Livros de Receitas das diversas Igrejas, entre outros documentos. Essa lista tende a ser aumentada, já que o referido Cônego não esgotou todos os arquivos mineiros, sendo assim, muitos outros deixaram de ser listados, como Ignácio Furtado,²⁷⁴ Manoel Macedo Guimarães e seu escravo Domingos Angola,²⁷⁵ todos eram ourives, em Sabará, atuando ainda na primeira metade do século XVIII. Aliás, esses ourives devem ter promovido trocas culturais interessantes, já que Furtado era brasileiro, Manoel Guimarães era natural de Braga e o escravo coartado era proveniente de Angola.

Esses ourives, além das trocas culturais, podem, quem sabe, ter tido conversas sobre técnicas, materiais, clientes e gostos, já que, mesmo sem loja constituída na antiga Sabará, eles atuavam na mesma região e na mesma época. Eles moravam no Distrito de Papagayo, Manoel Guimarães no sítio do Mocambo e Ignácio Furtado era morador no sítio do Bom Jardim, localidade considerada sertão da Comarca, junto com São Romão e Brejo do Salgado.

Não foram muito numerosos os ourives que atuaram em Minas Gerais, como já dito anteriormente. Foram menos ainda os que atuaram em Sabará. A proibição do ofício, entretanto, pode ter sido um fator que mascarou os números relativos à atividade. Houve proibições, nem tão eficazes, desde a Carta Régia de 30 de julho de 1736 até o Alvará de 11 de agosto de 1815. Embora houvesse interesse por parte dos ourives em trabalhar, a coroa portuguesa não via com bons olhos essa atividade, pois poderia associar-se

²⁷³ TRINDADE, Cônego Raimundo. Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 12 p. 109-149, 1955.

²⁷⁴ IBRAM-Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CPO-I(05)53 Ignácio Furtado 1738.

²⁷⁵ IBRAM-Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CPO-I (5)57 Manoel Macedo Guimarães 1739.

a ela o tão temido descaminho do ouro.²⁷⁶

Apesar da prática da ourivesaria ter sido muito tradicional e valorizada, outro fator importante que deve ser levado em conta para a pequena quantidade de ourives em Sabará pode ser os riscos à saúde trazidos pela atividade que, além de comprometer a realização desta, poderiam reduzir sua qualidade de vida do ourives e provocar queda de sua produtividade, afetando de uma só vez a sua saúde e sua situação econômica. Claro que esses riscos eram comuns a outras Comarcas. A habilidade de movimentos firmes e precisos das mãos, ou a necessidade de aproximar os olhos da peça a ser trabalhada, causando de uma só vez uma flexão cervical e uma tensão visual era comum entre os oficiais. Uma forma de minimizar o impacto desses riscos, era manter na oficina de ourives, profissionais que se dividiam em tarefas menores e para tanto, era necessário investimento em tempo para o treinamento, bem como maior espaço no interior das referidas oficinas.

Uma terceira possibilidade para a tímida atuação de ourives em Sabará pode ter sido a falta de rentabilidade dessa atividade, diante da fácil importação de peças portuguesas. Pela documentação analisada, não se pode afirmar se a Vila de Sabará foi um centro produtor de joias, apesar da grande circulação de objetos de ourivesaria entre seus habitantes. A entrada das peças portuguesas pode explicar a semelhança tipológica entre elas e as encontradas na documentação e que estavam em uso na Comarca do Rio das Velhas.

Segundo as pesquisas de Sousa, o envio de peças para terras brasileiras parece ter sido de natureza variada e farta. Na documentação pesquisada por esse autor,²⁷⁷ há notícia sobre os ourives que despacharam peças para o Brasil, tais como João Alves Vieira, que registrou a carga em 1771, com destino ao Rio de Janeiro e Minas Gerais. O conjunto foi “consignado a José Caetano Ferreyra São Payo”, que a entregaria no Rio de

²⁷⁶ SCARATO, Luciane Crisitina. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, 2009. Sobre os descaminhos do diamante, o que pode ter sido associado ao do ouro, ver: FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho dos diamantes; relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771)*. Belo Horizonte: FUMARC/Letra & Voz, 2009.

²⁷⁷ Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte (A.A.I.O.R.N.), Condenações que mandaram fazer os ourives do ouro, L^o 24, fl. 107, 107v.

Janeiro, a Tomé da Costa Cardoso, e nas Minas Gerais, ao Alferes Manoel Lourenço de Barros.²⁷⁸

As peças que foram importadas, provavelmente serviram de modelo para a feitura de joias na Vila de Sabará. Mesmo sem a efetiva comprovação da atuação dos ourives na Comarca do Rio das Velhas, as joias descritas nos inventários e testamentos indicam um gosto e uma circularidade cultural que passamos agora a abordar.

²⁷⁸ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A ourivesaria nas relações entre o Porto e o Brasil no século XVIII*. Lisboa: Círculo Dr. José de Figueiredo, 2005. p. 46.

CAPÍTULO 4

Avaliados pelos louvados: as joias na documentação.

4.1 – Reconhecer os ornamentos.

Na documentação cartorária, os ornamentos corporais são listados como ouro lavrado ou prata lavrada. Cravejados ou não, os objetos de ouro foram comercializados, doados, emprestados, empenhados e muitos deles se perderam no tempo e no espaço. Na Comarca do Rio das Velhas percebeu-se, desde a formação da sociedade, que as joias poderiam ter outros usos, que não o atavio. Sendo assim, algumas peças foram dadas em garantia para empréstimos.

O termo “joia” aparece nos relatos de Duarte Barbosa, quando descreve a ilha de Quiloa, próxima a Moçambique. No relato, ele salienta que naquela região, a maioria dos habitantes era composta de mouros, sendo alguns “deles brancos, [outros] deles pretos”, que andavam bem “*ataviados de muitos panos ricos de ouro e seda e de algodão e as mulheres também, e com muito ouro e prata em cadeias e manilhas que trazem nos pés e nos braços e muitas jóias em as orelhas*”.²⁷⁹ O viajante constata, em outros locais, a presença de joias, também entre os mouros, como em Zanzibar. Nessa localidade, ele nota que as joias eram mais usadas pelas mulheres, pois “*andam as mulheres destes mouros mui bem ataviadas, tem muitas joias de suas pessoas, de muito bom ouro de Sofala e muita prata [...]*”.²⁸⁰

Apesar de “joia” já ser largamente empregado em Portugal, inclusive com um verbete no dicionário escrito por Rafael Bluteau,²⁸¹ não era de uso muito comum nas Minas Gerais do século XVIII. Como já destacado, o termo em questão refere-se a um tipo particular de ornamento corporal. Na

²⁷⁹ BARBOSA, Duarte 1518. *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. p. 23-4.

²⁸⁰ Idem. p.28.

²⁸¹ BLUTEAU, Rafael (1712-1721), *Vocabulário Portuguez, e Latino, 8 vols, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus /Lisboa*, Joseph Antonio da Silva. Suplemento ao Vocabulário Portuguez, e Latino, Parte I e Parte II, Lisboa Occidental, Antonio Joseph Antonio da Sylva. p.24.

documentação cartorária, há uma indicação de que os louvados respeitaram o conceito, não chamando de joia, qualquer peça de ouro ou prata.

Porém, em alguns relatos podemos perceber que não houve um cuidado em separar as tipologias, ou seja, os ornamentos corporais foram chamados de joias, mesmo em se tratando de brincos, cordões, pulseiras entre outras peças. Percebe-se isso em relatos antigos, como o do jesuíta Antonil.

Na terceira parte do célebre “Cultura e opulência no Brasil: por suas drogas e minas”, João Antônio Andreoni, conhecido por André João Antonil, expõe o cotidiano das Minas Gerais.²⁸² Depois de descrever os caminhos que levavam ao ouro mineiro, Antonil dedica atenção às técnicas empregadas para retirar e lavrar o metal precioso. São relatos fulcrais para entender a dinâmica e o trânsito cultural e mesclas de técnicas ocorridas nas Minas Gerais do século XVIII. Interessa-nos, porém, para este estudo da joalheria, o que ele escreve sobre a cobiça que despertava o metal precioso, sobretudo no capítulo XVII, intitulado “Dos danos que tem causado ao Brasil a cobiça depois do descobrimento do ouro nas minas”.

Além de demonstrar preocupação em relação aos descaminhos do metal, Antonil alerta o rei sobre a riqueza que o ouro traz ao reino. Demonstra, também, preocupação com relação à febre do ouro, tratando-o, às vezes, por vil metal, útil ao comércio, digno para o uso em decorações religiosas, porém, apontando para o mal que podia fazer à sociedade:

Que maravilha, pois, que sendo o ouro tão fermoso e tão precioso metal, tão útil para o comércio humano, e tão digno de se empregar nos vasos e ornamentos dos templos para o culto divino, seja pela insaciável cobiça dos homens contínuo instrumento e causa de muitos danos?²⁸³

Esse relato sobre o cotidiano das Minas Gerais faz menção aos adornos corporais, embora de forma bastante tímida, mas bem esclarecedora. Percebe-se que os adornos estavam em posse das negras e mestiças, mais do que nas senhoras que poderiam ser as possuidoras de escravos, como podemos observar no trecho que segue.

²⁸² ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas* 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

²⁸³ Idem, p. 93.

E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para os reinos estranhos e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadas e outros brincos, dos quais se vêem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras. Nem há pessoa prudente que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas minas tanto ouro para castigar com ele ao Brasil, assim com está castigando no mesmo tempo tão abundante de guerras, aos europeus com o ferro.²⁸⁴

Ainda no relato, Antonil refere-se às pragmáticas, às leis suntuárias, a “um conjunto de regras cujo objetivo era restringir o luxo, a suntuosidade e a ostentação que caracterizavam a sociedade estamental portuguesa”.²⁸⁵ Em um dos 14 itens contidos na pragmática de 1677, estava a determinação de que:

[...] nenhuma pessoa possa usar, nos adornos que novo fizer, de seda, rendas, fitas ou bordados que tenham ouro ou prata fina e que nenhuma pessoa poderá vestir de pano que não seja fabricado neste Reino; como também se não poderá usar de renda, cintos e chapéus que não sejam feitos nele.²⁸⁶

Por questões econômicas, outras pessoas importantes para o reino português, já haviam se manifestado contrárias ao gasto em demasia, ou seja, à ostentação em vestidos e adornos corporais. Essas proibições, que não eram exclusividade do mundo colonial português, foram reformuladas, diante da recessão que se esboçava no reino, causada pelo declínio da produção de ouro brasileiro e pela queda na cotação do quilate dos diamantes. Assim, foi decretada para a América portuguesa a Pragmática de 24 de maio de 1749,²⁸⁷ que, em menos de dez anos, tornou-se polêmica devido a uma imprecisão, que excluía pessoas de baixa condição, sem, porém, pronunciar-se expressamente no caso dos pardos. Segundo Daniel Precioso

²⁸⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*: p. 93.

²⁸⁵ ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais – período Colonial*. Belo Horizonte. Autêntica, 2003, p.188.

²⁸⁶ Idem, p.188.

²⁸⁷ Na “Pragmática de 24 de maio de 1749, em que se regula a moderação dos adornos, e se proíbe o luxo, e excesso dos trajes, carruagens, móveis, e lutos, o uso das espadas a pessoas de baixa condição, e outros diversos abusos [...]”. Vide Appendix das leys extravagantes, decretos e avisos, que se tem publicado do anno de 1747 até o anno de 1760 [...], Lisboa, Mosteiro de São Vicente de Fora, 1760, p. 19-24.

[...] em 1758, os irmãos do Patriarca São José de Vila Rica enviaram uma petição ao rei solicitando o direito de usar espadim à cinta. O porte de armas, além de garantir a superioridade de defesa e ataque, consistia também num símbolo de distinção.²⁸⁸

As explicações foram muitas, desde preocupação com o cumprimento das Leis Suntuárias, até as que achavam que o uso de ouro em ornamentos corporais fazia com que esse metal não fosse adequadamente quintado, causando prejuízo ao Erário Régio. Era esse o conteúdo da carta que o guarda-mor Domingos da Silva Bueno escreveu em 20 de agosto de 1704 a D. Pedro II de Portugal, dando conta dos descaminhos que costumavam ter os quintos reais, como o uso de ouro e seda pelos escravos.²⁸⁹

A preocupação com os descaminhos do ouro era visível em outras frentes, inclusive em relação aos ofícios mecânicos que já se encontravam devidamente instalados nas cidades e vilas da colônia, como no caso dos ferreiros e, depois, o dos ourives, desde as descobertas de prata, em 1597, por Affonso Sardinha.²⁹⁰ No caso dos pretos, crioulos e mestiços, era comum o uso de ornamentos corporais, mesmo que uma parcela da sociedade não visse como “natural” o uso que eles faziam do ouro, da prata e das pedrarias. Poderiam julgar que o uso de ornamentos, além de estar ligado ao descaminho do ouro, beirava ao exagero.

Mesmo com o valor monetário sendo o principal foco dos inventários, as joias podem nos dar pistas da dinâmica social e econômica vivida pelos residentes na região onde os documentos foram produzidos, ou seja, em Sabará. Nesses documentos, encontramos uma grande quantidade de

²⁸⁸ PRECIOSO, Daniel. Grupos étnicos e sociabilidade confrarial: aspectos da luta social dos pardos na vila rica setecentista. Anais do II encontro nacional do GT História das religiões e das religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH Maringá (PR)* v. 1, n. 3, 2009. ISSN 1983-2859. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/grupos_etnicos_e_sociabilidade_confrarial.pdf> Acessado em 20/02/2012.

²⁸⁹ Para essas informações, ver o AHU, Documentação avulsa de Minas Gerais. CX. 1, documento 7, código 247.

²⁹⁰ Ainda no século XVI, Affonso Sardinha descobriu veios de prata na serra de Biraçoia. Um ano após o descobrimento do metal chegou a São Vicente, em 1598, D. Francisco de Souza e, com ele, os mineiros Jacques de Oalte e Giraldo Betin, provavelmente com funções de iniciar a produção da prata e prospecção de novos veios. BRANCANTE, Maria Helena. *Os ourives na história de São Paulo*. São Paulo. Árvore da Terra, 1999. p. 55. Ver também BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n. 2, Dec. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Aug. 2011. Acessado em 17 de julho de 2011.

ornamentos corporais que foram legados aos herdeiros, indicando grande fluxo econômico naquela sociedade marcada pela forte circulação de pessoas de variada origem.

Dois exemplos, a título de comparação. A vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, já era frequentada pelos comerciantes do reino, com seus produtos de fora da Colônia, passou a ser sede do vice-reino do Brasil e a capital da colônia em 1763. Apenas dois anos após a transferência, as notícias sobre a nova Capital eram animadoras. O governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza, fez um relato empolgante ao Conde de Oeiras, futuro Marques de Pombal, sobre a primeira impressão sobre Rio de Janeiro. Afirmou ele que

[...] pelas notícias e informações de pessoas práticas que incessantemente tenho ouvido desde que desembarquei, e por tudo o que tenho observado, considero hoje o Rio de Janeiro a chave deste Brasil pela sua situação, pela sua capacidade, pela vizinhança que tem com os domínios de Espanha e pela dependência que desta cidade têm as Minas com o interior do país, ficando por este modo sendo uma das pedras fundamentais em que se afirma a nossa Monarquia e em que [se] segura uma parte muito principal de suas forças e das suas riquezas.²⁹¹

Com tantos predicados, essa cidade foi local perfeito para que as pessoas pudessem se mostrar portando joias, amuletos e outros ornamentos corporais. Transformou-se, rapidamente, em um grande centro produtor de ourivesaria.²⁹²

Em São Paulo, mesmo sendo um núcleo de povoamento considerado pobre e apagado durante os séculos XVI e XVII, podia-se notar a presença constante das joias e pratarias que é confirmada pela leitura dos documentos. Como Maria Helena Brancante afirma, “por mais modestas que sejam, há quase sempre ao menos uma colher e uma tamboladeira de prata, uma corrente ou um par de arrecadas de ouro”.²⁹³ É o que reforça Alcântara

²⁹¹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Rio de Janeiro, Documentos Avulsos, Cx. 80, doc. 22. Carta de D. Luiz Antonio de Souza ao Conde de Oeiras. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1765.

²⁹² Para saber os ourives do Rio de Janeiro, ver: FRANCESCHI, Humberto M. *O ofício da prata no Brasil: Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Stúdio HMF, 1988, p. 299-325. Ver também os estudos de SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A Joalheria em Portugal: 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora. 1999. p. 38 – 49.

²⁹³ BRANCANTE, Maria Helena. *Os ourives na história de São Paulo*. Op. cit, p. 84.

Machado, pioneiro nos estudos que envolvem testamentos, aponta para um lado oposto. Apesar de afirmar que “sem joias não há dama que se considere vestida”²⁹⁴ mostra uma vila em que não houve fortunas coloniais até a metade do século XVII, afirmando que “é nas vizinhanças do século XVIII que a riqueza se manifesta”.²⁹⁵ Machado não afirma a presença dos ornamentos corporais ou peças de ourivesaria em São Paulo. O autor demonstra perplexidade pelo pequeno valor que as peças atingem, como também lhe causa estranheza o fato de haver um desequilíbrio nos valores dos inventários, como exemplo cita uma casa de moradia avaliada em 70\$000 (setenta mil réis) enquanto as cortinas da cama de leito foram avaliadas em 32\$000 (trinta e dois mil réis).²⁹⁶

Os moradores dos núcleos mineradores, as vilas e os arraiais da Capitania de Minas Gerais também não ficaram alheios ao uso de ornamentos corporais. Como já mencionado, os adornos corporais foram listados nos inventários *post-mortem*, na categoria de “ouro lavrado”, o que muitas vezes significa que era o ouro que não estava sujeito à pesagem, titulação e marcação, sendo isento da arrecadação dos 20% - o quinto do ouro. Eram broches, anéis, cordões de ouro, brincos, laços, memórias, breves, braceletes, enfim, ornamentos e objetos utilizados na vida cotidiana e foram listados de uma maneira a nos dar uma noção bem próxima da realidade, como:

Um par de brincos de aljofres com uma lasquinha de diamante cada hum que tem de peso suas oitavas de ouro que foi visto e avaliado pelos ditos avaliadores a mil e quatrocentos réis a oitava são dois mil e oitocentos réis – 2\$800.²⁹⁷

Nos inventários existem categorias específicas em que os bens eram inseridos; no caso dos escravos e dos animais, por exemplo, eram listados em “bens semoventes”. As joias, por serem frutos de ofício mecânico, portanto trabalhadas por mãos humanas, eram listadas na categoria de “ouro lavrado” ou “prata lavrada”. De todos os inventários lidos na Casa Borba

²⁹⁴ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. op. cit. p.101.

²⁹⁵ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. op. cit. P.43.

²⁹⁶ *Ibidem*. P.45-7.

²⁹⁷ IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO (05)52 (26). Fernando Pereira Guimarães – 1761.

Gato, apenas em dois documentos apareceram o termo “joya”. O primeiro no inventário de Dona Jacinta Helena Barbosa, que faleceu em 12 de julho de 1728. No documento analisado, aparece na parte destinada às peças de ouro, a seguinte descrição: “uma joya de ouro de filigrana com suas pedras falsas de peso de 25 oitavas”.²⁹⁸ A segunda manifestação desse termo ocorreu no inventário da preta forra Catherina de Barros, descrita como “hua joya de (ilegível) com estojo de carmesin”.²⁹⁹

No inventário de Dona Jacinta Barbosa, os louvados avaliaram todas as peças de ouro lavrado e prata lavrada em trezentas e noventa e três oitavas de ouro, o que equivalia a 471\$600 (quatrocentos e setenta e um mil e seiscentos réis), considerando cada oitava de ouro a 1\$200 (um mil e duzentos réis), que era o valor praticado na época. O inventariante foi seu próprio marido, o Capitão Manoel Pinto Cerqueira, e ambos viviam no Arraial de Raposos, Termo da Vila de Sabará. Nota-se que ela investiu bem em joalheira, mas não foi a única pessoa a fazer isso, já que essa prática foi muito comum.³⁰⁰

Com relação a preta forra Catherina de Barros, ela era casada com o crioulo forro Domingos da Silva e ao morrer deixou dois filhos, Ignácio crioulinho e Graça de Barros. Sua residência era na rua do Largo da Igreja, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Ela também investiu muito em adornos corporais, além do vestuário. No inventário foram listadas duas saias de seda preta. Catherina possuía várias peças de ouro lavrado e entre elas um coração de filigrana, brincos esmaltados, uma unha de onça encastada em ouro, entre outras.

Muitas peças com valor venal elevado ou com uma quantidade maior de material agregado foram listadas nos inventários setecentistas da Vila de Sabará. Vários cordões que aparecem nos documentos analisados, como os de Manoel Pinheiro Serqueira, que pesavam cento e nove oitavas e que,

²⁹⁸ IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO (01)03. D. Jacinta Helena Barbosa. 1728. Consta em seu inventário que ela faleceu sem testamento, dificultando assim uma análise mais profunda, já que não sabemos de onde ela veio, e o destino das peças. Outro fator impeditivo é o fato de o documento apresentar muitas partes ilegíveis. Lembrando também que joya, era um tipo específico de ornamento, usado como broche, na altura do colo feminino.

²⁹⁹ IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO (01)05. Catherina de Barros. 1731.

³⁰⁰ Outros usos para as joias serão discutidos oportunamente, mas joias como reserva de valor foi tão ou mais importante que simplesmente usa-la como função estética.

transformados em dinheiro representariam a quantia, na época, de 130\$800 (cento e trinta mil e oitocentos réis), também não passavam de ouro lavrado. Manoel Serqueira era casado e morava no Rio das Velhas de Baixo, Termo da Vila de Sabará. Possuía também uma série de ornamentos femininos, como um pente de ouro, laço de ouro de filigrana, broche de filigrana, brincos de alfinetes. Pode ser que esses objetos fossem utilizados também como investimento.³⁰¹

Porém, a peça com o maior valor venal pertenceu ao Coronel Antonio de Sá Barbosa, minerador, casado com D. Izabel de Azeredo Coutinho, morador em Roça Grande, Termo da Vila de Sabará. A peça em questão era um

crucifixo com uma cruz esmaltada com seu cordão de ouro que tem de pezo noventa e seis oitavas e meia e oitenta réis de ouro, avaliada cada oitava em mil e quatrocentos réis que emporta cento e trinta e cinco mil duzentos e setenta e cinco réis - 135\$275.³⁰²

O segundo maior valor encontrado entre os inventários lidos pertenceu a Manoel Dias Borges, falecido em 1734. Ele era casado com Maria Pereira da Silva e tinha domicílio no “sitio ao pé da Serra da Paraopeba ou de Contaje”. Na categoria de ouro lavrado foi listado um conjunto constituído por um “cordão de ouro com crucifixo,³⁰³ com valor de 122\$500 (cento e vinte e dois mil e quinhentos réis).

Quadro 6
Peças de maior valor venal encontrados nos inventários.

Inventariado	Peça	Valor em réis
Antonio de Sá Barbosa	crucifixo com uma cruz esmaltada com seu cordão de ouro	135\$275
Manoel Dias Borges	cordão de ouro com crucifixo	122\$500
Jacinta Barbosa	Cordão Grosso de ouro	74\$400
Maria Correa Neves	Crucifixo de ouro	63\$000
Antonio da Rocha	Cordão de ouro com uma cruz	59\$800
Dona Jacinta Helena Barbosa	Cordão de ouro fino	42\$000
Alferes Domingos Dias	Argola de ouro	41\$600
Coronel Antonio de Sá Barbosa	Par de fivela de ouro de sapato	33\$600
Dona Jacinta Helena Barbosa	Joya de ouro com filigranas e pedras falsas	32\$500
Antônio de Sá Barbosa	Crucifixo de ouro com seu cordão	32\$200

Fonte: Inventários *post-mortem* – IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. 1735-1815.

³⁰¹ IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (02) 22. Manoel Pinheiro Serqueira. 1730.

³⁰² IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (03)36 Coronel Antonio de Sá. 1734.

³⁰³ IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO -I(01)09. Manoel Dias Borges. 1734.

Algumas questões surgem quando da leitura dos inventários: para aquela sociedade, os objetos possuíam apenas o valor venal? Como eram classificados e definidos? Seriam somente classificados como “ouro lavrado” em oposição ao “ouro em pó”, ou “ouro quintado” ou mesmo “ouro em barra”?

Para os louvados, certamente as peças listadas eram pesadas e eles aplicavam o valor das oitavas, que variava entre 1\$200 (um mil e duzentos réis) a 1\$400 (um mil e quatrocentos réis). Eles tinham o cuidado de informar o valor de referência. Por outro lado, é bem possível que soubessem do valor intrínseco das peças, mas não tinham como valorar os objetos de outra forma que não fosse a determinada pelos códigos vigentes.³⁰⁴

Já a sociedade mineira podia ter outra visão das joias, que não somente o valor venal. Em muitos inventários, muitas medalhas, cruzes e crucifixos foram listados, juntamente com figas e outros amuletos, demonstrando assim certa devoção. Claro que não podemos excluir o fato de que muitas dessas peças foram feitas com metais nobres e gemas cravejadas. Uma coisa não exclui a outra e a joia pode ter sido vista de ambas maneiras, ou seja, devocional, ao mesmo tempo que eram usadas como demonstração de riqueza, com possibilidade de serem penhoradas, caso necessário.

É bem possível que estejamos projetando sobre o passado uma definição mais ligada ao olhar contemporâneo que ao das mulheres ou dos homens que portavam esses objetos. Afinal, é um tipo de fonte histórica com uma aura marcadamente simbólica, como, por exemplo, as que possuíam a crioula Bárbara Gomes de Abreu, cujo perfil, levantado por Paiva, era de “exemplo inequívoco de autonomia, mobilidade e poder femininos (...)”.³⁰⁵

As joias eram classificadas somente como ouro lavrado, ou prata lavrada, o que pode direcionar nosso olhar de maneira correta, já que “joia”

³⁰⁴ O trabalho dos louvados, geralmente em duplas que faziam a avaliação, era apenas listar os objetos, aplicando a eles o valor venal, baseado na pesagem peça ou na verificação dos quilates, seja no ouro, prata ou mesmo nas pedras. Ver o artigo 32 do primeiro livro das Ordenações Filipinas.

³⁰⁵ Paiva demonstrou que o uso das joias como fonte histórica é pouco explorada e nos faz entender que tal fonte é repleta de simbolismos como seus usos, seu caráter polissêmico. Valores a elas atribuídos são ritmos, lugares e ritos. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural*. Op. cit, p. 222.

era uma peça de adorno corporal definida. Mas esse direcionamento pode causar certa confusão de conceitos, pois se acostumou, desde o século XVI, com Duarte Barbosa,³⁰⁶ a definir todo ornamento corporal como joia.

As joias, como já citadas, são transversais, o que significa que podemos encontrar esses ornamentos em quase todas as camadas sociais e, como tais, serão aqui analisadas. A joia também pode ser encontrada no espólio de vários grupos sociais, sem, no entanto, representar perda de identidade. Como exemplo, podemos citar os ornamentos mágicos que adornavam as cinturas das negras, mulatas e crioulas de Salvador, entre os séculos XVII e XIX. As figas, que para um determinado grupo social tinha como função a proteção contra o mal olhado, poderiam ser encontradas nos espólios dos homens e mulheres junto com a joalheria devocional cristã, mantendo ou não sua função protetora, podendo ser simplesmente uma peça com valor venal.

As joias são, nessa perspectiva, objetos que adquirem distintos significados, e estavam presentes em senzalas, nas casas grandes, no sertão, na urbe, com negros, brancos, crioulos e mestiços, ou seja, eram muitas as pessoas que possuíam um ou vários objetos de valor. Elas, então, passam a ter uso e funções diferenciados para cada possuidor. Portavam-se joias pelo valor intrínseco dos metais e das pedrarias, mas, também, pela estética, pelas propriedades mágicas e religiosas, obedecendo a gostos, a normas socialmente impostas ou mesmo para preservar uma tradição.

O fato de não haver registros de joalheiros trabalhando na Comarca do Rio das Velhas, pode dever-se a uma eventual definição social de joia existente na região. Talvez, joia tenha sido entendida como todo o trabalho mais refinado, com uso de ouro, prata ou mesmo pedrarias, que servia para ataviar e que era feito por ourives ou outro oficial mecânico com habilidade para tal, como latoeiros, por exemplo.

³⁰⁶ Refere-se aos relatos que Duarte Barbosa produziu em sua viagem pela África. BARBOSA, Duarte. *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. Não só Barbosa, mas também Antonil conceituou joia como sendo todo o adorno corporal, seja ele brinco, arreada, anel, ou mesmo peças em coral.

4.2 – Materiais

Vários foram os materiais escolhidos para a fabricação de joias e cada um deles poderia representar um significado diferente. Em Minas Gerais, por exemplo, a abundância de determinadas gemas coradas encontradas na região não se reverteu em costume de se usar adornos corporais feitos com elas. Duas possibilidades de explicação dessa situação podem ser arroladas. A primeira é que, embora possuísse um valor econômico elevado, o gosto pelo ornamento com pedras não vingou na região das Minas. Outra possibilidade é que não havia artífices especializados o suficiente para lapidar ou cravar as pedras. Fabricar uma joia requeria habilidade desenvolvida nas oficinas durante anos e consistia basicamente na técnica registrada abaixo:

A joia era desenhada sobre uma chapa de ouro que, por meio de serra se abria em todo o seu contorno com o auxílio de lima, fazendo-lhe embutidos à mão com toques de ligeira cinzelagem habilmente conduzida.³⁰⁷

Várias peças criadas com essa habilidade recebiam gemas, pois as pedras finas eram acessórios obrigatórios na joalheria, mas não eram o elemento principal, apesar de tornar a joia, aos olhos dos usuários e dos admiradores, mais interessante. No relato de Rosas Junior, uma informação sobre a cravação pareceu-me importante, pois esclarece bem o ofício e o resultado que cada oficial queria alcançar.

Separadamente eram feitas as peças que haviam de se sobrepor à joia, enriquecendo-as com diamantes, esmeraldas ou topázios cravados; era o próprio cravador dos diamantes que com seu buril dava cortes, imprimindo-lhes, finalmente, maior relevo.³⁰⁸

As pedras cravejadas na peça tinham um caráter estético. Apenas servia para embelezar a joia e em muitos casos, várias pedras, de várias cores foram agregadas ao ouro ou à prata. Serviam às exigências faustosas do século XVIII, quando ourives, trabalhando em conjunto com lapidários,

³⁰⁷ ROSAS JUNIOR, José. *Joias portuguesas: as laças de ouro*. Imprensa Moderna, Porto. 1942, p. 12

³⁰⁸ ROSAS JUNIOR, José. Op. cit, p. 12

fabricavam joias cobertas da mais variada gama cromática que as pedras proporcionavam. Criaram, como já mencionado, novos talhes, extraído da pedra um brilho e uma elegância de linhas ainda não presenciada pela sociedade setecentista. As peças criadas pelos artífices nos grandes centros produtores de Portugal, como Lisboa, Porto, Braga, Guimarães e Gondomar, podiam ser as mesmas usadas pelos frequentadores de bailes, reuniões e recepções.

A título de comparação, Sousa,³⁰⁹ que produziu estudos sobre as relações comerciais de joias entre Portugal e Brasil no século XVIII, divulgou uma relação de joias que foram embarcadas do Porto para o Brasil em um carregamento feito pelo ourives João Alves Vieira, em 1768. Nesse carregamento continha, além de outras peças, vinte e um laços de ouro cravejados de diamantes, quatro pares de brinco de diamantes, cinco adereços de laço e brincos, todos de diamantes em prata. Além disso, continha trinta e oito anéis de ouro com pedras “encarnadas”, dentre elas, diamante, topázio, rubis e pedras, roxas, verdes e vermelhas.

Esses carregamentos chegaram ao porto do Rio de Janeiro e boa parte das joias alcançou, provavelmente, as terras mineiras. Os carregamentos eram destinados a procuradores, em função de um termo datado de 15 de outubro de 1783, permitindo a qualquer ourives da cidade do Porto remeter peças de ouro ou pedrarias para o Brasil.³¹⁰

Em Minas Gerais, os ornamentos corporais com pedras e técnicas mais refinadas, como a filigrana, podem ter sido usados em festas, festins, feiras, romarias. Os inventários estão recheados de exemplos de joias que foram usadas, como já mencionado anteriormente. Aí, esses objetos eram encontrados sem tanta opulência, demonstrando mais uma vez que o uso de joias não estava restrito a poucos.

No caso mineiro, entre as peças cravejadas com pedras finas ou falsas, encontraram-se na documentação pesquisada cruzeiros, brincos, alguns colares e uma grande variedade de pingentes. As pedras também estavam

³⁰⁹ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A ourivesaria nas relações entre o Porto e o Brasil no século XVIII*. op. cit, p.50.

³¹⁰ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A ourivesaria nas relações entre o Porto e o Brasil no século XVIII*, p.45.

presentes nas ordens militares, como nos hábitos da ordem de cristo ou em peças de uso exclusivo da Igreja, como os anéis de bispos e cardeais, além dos objetos de uso cotidiano, como taças e paramentos. Em todos esses casos estavam presentes as pedras falsas, pedras de cores, pedras de bico, entre outras, novamente salientando que, em Minas Gerais, a quantidade de joias em que as pedras estão incrustadas é numericamente inferior somente às peças de ouro ou prata.

As pedras encontradas nas diversas joias arroladas em inventários e testamentos setecentistas demonstram pouca variedade, mas mesmo assim pode-se contar alguns tipos como diamante, topázio e granada. Outras pedras que não constam nos documentos mas estão presentes nos museus são as conhecidas como minas novas, que muito provavelmente eram ou quartzo hialino (vulgarmente denominado cristal de rocha), podendo também ser topázio incolor (também denominado pingo d'água, no Brasil), goshenite (berilo incolor) ou água-marinha muito clara (o tom azul deste berilo é quase imperceptível). O crisoberilo também era uma pedra muito utilizada, apesar de não constar nos inventários, juntamente com a crisólita e a ágata.

Essas pedras podem ter sido conhecidas por outros nomes ou nomeadas pelas cores que elas possuem. Sendo assim, é muito comum ver na documentação uma pedra verde (que poderia ser o berilo, crisoberilo ou crisólita); pedra azul (água-marinha, turmalina, azurita ou safira); vermelha (granada, rubi, ou jaspe) entre outras.

QUADRO 7

Descrição das pedras na documentação, quantidade e as peças em que foram cravadas

Cor da pedra	Quantidade	Onde estão cravadas
Vermelha	6	Anéis e Brincos
Azul	8	Salva, brinco, anel e “pedras azuis encarnadas”.
Verde	4	Brinco e coração.
Falsas	16	Laços, broches, anéis, brincos, memórias, joia
Topázio	5	Anéis, brincos e laços
Cristal	6	Brincos
Diamante	28	Sem dúvida a pedra mais escolhida pela sociedade. Cravadas nas mais variadas peças, principalmente nos

		brincos, broches, laças entre outras.
Robim Ordinário	2	Sanei
Granada	1	“um molho de granadas”
Crisólita	7	Em anéis, brincos, cruces e laços.
“suas pedras”	10	Brincos, anéis e broches. Geralmente cravadas em prata.

Fonte: Inventários *post-mortem* – IBRAM- Museu do Ouro/Casa Borba Gato

Além das mais variadas gemas coradas, encontramos na documentação as nomenclaturas regionais, como “barriga de aranha”, “olhos de mosquito” e “olho de víbora”. Outra maneira de indicar o uso de pedras em ornamentos era o de se referir a elas apenas com termos como “com suas pedras encarnadas”, como se para determinada peça semente um tipo de pedra poderia ser usada. Também foi aferido na documentação o termo “com suas pedras”, normalmente tratando de brincos de prata.

Em se tratando de pedras, as joias podiam ser oferecidas, compradas ou doadas respeitando uma vertente de sentimento. Poderiam ter sido oferecidas em momentos especiais, sendo assim elas comportariam uma profunda carga afetiva. Percebe-se essa rotina pela leitura dos documentos setecentistas produzidos na Comarca do Rio das Velhas. Os exemplos estão nos inventários, quando a partilha das joias nota-se que determinadas peças vão para entes queridos ou cuidadosamente escolhidos, como senhores que deixam joias para suas escravas, mulheres que destinam joias para adornar santas nos altares ou mesmo os pais que deixam a seus filhos, legítimos ou não, parte do quinhão em joias. Encontram-se, também, nos inventários, várias peças como caixilhos e anéis de retrato que, pela tipologia, são peças que servem para inserir imagens ou pertences de entes queridos.

Outras joias e outros materiais fizeram os habitantes da Comarca lembrarem-se de algo ou de alguém, como as gemas orgânicas. Um grande número dessas gemas fez parte do gosto setecentista mineiro. Corais, pérolas e, mais raramente, o âmbar adornaram corpos ou eram objetos de decoração em algumas casas, conforme a documentação manuseada. Os objetos que possuíam tais gemas eram vistos como objetos possuidores de propriedades mágicas ou transmitiam a condição sócio-cultural do usuário, não só pela dificuldade de trabalhar tais materiais, mas pelo fato de serem importados e tidos como exóticos.

O uso do coral na ourivesaria não indica, imediatamente, se tratar de uma preservação cultural. Vai depender do contexto histórico e social em que houve a circulação desse material. Dependerá também de quem está usando essa gema orgânica.³¹¹ Muito utilizado pelos africanos, o coral, em muitos casos tinha qualidades de um amuleto. Quando vermelho e traz associações com sangue, sugerindo laços de família (linhagem), laços políticos (fidelidade ao rei), e do derramamento de sangue de sacrifício em cerimônias anuais dedicadas aos antepassados. Com poderes profiláticos e simbologia de longevidade, o coral foi utilizado em várias peças da ourivesaria e joalheria, sendo comum em Minas Gerais o uso em braceletes e nos fios para pendurar no pescoço.

O coral, “sangue petrificado de la Gorgona”,³¹² como foi conhecido durante milênios, era considerado material com propriedades mágicas. Além do valor estético e econômico que o coral podia alcançar, era impregnado de carga mágica e profilática. Foi largamente utilizado na produção de amuletos e na joalheria universal e por ser uma gema, estava presente em brincos, colares e pulseiras, em forma de ramas ou engranzados em ouro e prata.

Bluteau deixa claro que existem várias cores dessa gema orgânica, mas que:

[...] o melhor e o mais estimado por todos he o vermelho, quando tem côr viva, he bem compacto, liso, solido; bem ramificado, facil de quebrar e com poucas covas. Dizem que trazido por homem he mais vermelho do que trazido por fêmea.³¹³

Vários homens e mulheres usaram joias com esse material e não apenas os mais ricos, como o Capitão-mor Manuel Lopes Machado,³¹⁴ homem casado e dono de um patrimônio avaliado em 16:942\$051(dezesseis contos, novecentos e quarenta e dois mil e cinqüenta e um réis). O capitão morreu em janeiro de 1743 no “arraial de João de Souza Neto”, termo da Vila de Sabará. Os bens que compunham seu inventário ostentavam o que a

³¹¹ Como já citado, de acordo com Peirce, cada interpretante possui uma carga cultural e com ela é que se pode interpretar o uso de determinado material na joia. Ver: PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

³¹² ARBETETA, Letizia. *La joyería española: de Felipe II a Afonso XIII*. Catálogo. Edición, Nerea S.A.. Ministério de Educación y Cultura. Madrid: 1998, p. 91.

³¹³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. op. cit. p, 542

³¹⁴ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02)22. Manoel Lopes Machado. 1743.

riqueza acumulada nas Minas podia proporcionar. Entre os móveis e objetos da morada de casas que possuía no arraial, constavam uma mesa, cadeiras e tamboretas de pau branco, um leito de jacarandá, um espelho inglês e um sinete de marfim. Ornavam o interior da residência panos de mesa da Índia, tapetes bordados, lençóis de linho, redes de algodão branco e tapetinhos de matizado turquesa.

A indumentária mencionada no inventário do capitão Manuel Machado era variada: camisas em bretanha e cambraia fina com renda da França, meias de seda, casacas de seda, plumas, saias grandes com ramos azuis, saia de seda com barra em baeta e anáguas brancas de bretanha. Ainda estavam relacionados junto às roupas oitenta pedaços de linho, quatro côvados de seda, dois maços de linha de seda branca e um par de botas de bezerro. As jóias arroladas demonstravam a condição monetária do capitão. Existiam cordões e botões em ouro, um par de brincos cravados de diamantes azuis e verdes, dois pares de fivelas de ouro, um fio de corais machos com 77 contas e detalhes em ouro, uma cruz de diamantes com 77 lascas de diamantes rosa e um colar com aljôfares e pérolas grandes e pequenas.

Outros usuários de coral não possuíam a fortuna do capitão, porém investiram no material. Grácia Rodrigues Bonfim, por exemplo deixou três itens em prata e todos possuíam coral. Foram assim discriminados os itens em prata lavrada:

Dois fios de corais miudinhos engaranzados em prata avaliados a 1\$800. Hum fio de corais grandes engaranzados em prata avaliados a \$600. Hum fio de corais de prata avaliados a \$300.³¹⁵

Grácia Bonfim era uma negra forra e solteira, que teve seus bens listados e avaliados pelos louvados. Da extensa quantidade de corais arrolados na documentação, ela possuía os corais de menor valor encontrado, o que demonstra que não era necessária uma grande quantidade de dinheiro para possuir tal material. Para Grácia Rodrigues Bonfim a relevância em possuir ornamentos em coral pode passar pela tradição que os associavam ao poder de proteção e não ao valor venal da peça.

³¹⁵ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (07) 71. Grácia Rodrigues Bonfim, 1775.

Situação diferente viveu outra forra em Sabará, que possuía uma grande quantidade de corais, com valores superiores aos do capitão e da forra Grácia. Trata-se da já citada Catherina de Barros, a forra que deixou a maior quantidade de corais em um só inventário³¹⁶ e que pode ter investido em joias pelo sentimento, pela tradição e pela ostentação de riqueza e poder. Aliás, ela não apenas possuía grande quantidade de corais, mas várias outras joias, tais como botões de ouro a argolas, esgravatador, brincos e uma série de joias atreladas ao culto católico, como as Verônicas de São Bento, Feitio de imagem de Nossa Senhora da Conceição, feitio de Espírito Santo e uma Cruz com sua volta com cordão.

O coral já tinha seu uso difundido desde o século XIII, podendo ser flagrado em várias pinturas de artistas renascentistas italianos, por exemplo. Já era artigo comercializado entre o Oriente e o Ocidente, por ser uma mercadoria cara e bastante apreciada para feitura de objetos decorativos e amuletos, podendo fazer parte de acervos nos vários gabinetes europeus de curiosidades.³¹⁷ Segundo Paiva, no século XV, o uso dos corais foi muito difundido no continente africano e tinha os comerciantes portugueses como os grandes fornecedores desse material.³¹⁸

A difusão do coral em terras africanas era, em parte, obra dos franceses e italianos, já que

En el siglo XV, existía en Francia una empresa que monopolizaba la extracción del coral, privilegio que mantuvo hasta 1791, pero ya entonces los pescadores italianos y en sus manos sigue este negocio, sobre todo en el Mediterráneo, pues incluso los pescadores españoles, árabes y griegos, los venden a las casas mayoristas de Genova, Liorna y Torre del Greco.³¹⁹

Boa parte do coral comercializado passava pelas mãos dos portugueses e esses comerciantes e navegadores podiam ser vistos em toda

³¹⁶ IBRAM- Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (01) 05. Catherina de Barros. 1731.

³¹⁷ Assim como o marfim, âmbar e búzios, o coral foi alvo de colecionadores que, vez ou outra, contratavam pintores que destacavam o uso em forma natural nos vários quadros renascentistas. Ver: DELAROZIÈRE, Marie-Françoise. *Perles d'Afrique*. Aix-en-Provence: Edisud, 1994; BLIER, Suzane Preston. *L'art royal african*. Paris: Flammarion, 1998.

³¹⁸ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural*: op. cit, p. 224.

³¹⁹ CASABÓ, Juan. *Joyería*. Buenos Aires: Alabastros, 2010, p. 115

a grande área do Golfo de Guiné, ainda na primeira metade do século XV,³²⁰ trocando o ouro aí existente por outras mercadorias, dentre eles contas de vidro, âmbar, pérolas e grande quantidade de coral, o que pode justificar a entrada do coral e a difusão pelo gosto desse material entre os diversos escravos que vieram para o Brasil.

Como material utilizado na confecção de joias-amuletos, o coral era apreciado no reino do Benin e também nos reinos Ashanti ou Costa da Mina, no Daomé e Yorubá, que foram regiões que mais abasteceram as minas de ouro, principalmente os escravos oriundos da região aurífera da Costa da Mina, em função da experiência em atividades mineratórias e as outras atividades ligadas a ela, como a ourivesaria, explicando mais uma vez a difusão do coral em terras mineiras. O coral mais utilizado para a joalheria era, segundo Bluteau, o coral vermelho. Ele escreve que “o melhor e mais estimado de todos he o vermelho, quando tem a cor viva e he bem compacto, liso e sólido [...]”.³²¹ Penso que essa cor de coral recebeu, nas Minas Gerais, a designação de “coral macho”, ou seja, de cor viva, sólida, nesse caso, o vermelho.

E as peças em coral não foram poucas. Mesmo não dispondo de números absolutos, pode-se afirmar que os corais eram bastante comuns nas Minas setecentistas, o que se pode constatar com as frequentes referências ao material nos inventários e testamentos de período. Os tipos mais comuns foram os “corais pequenos engranzados em ouro”, as “voltas de coral”, os “braceletes de corais” e “fios de corais”. Algumas descrições são curiosas, como as listadas no testamento de Catherina Pereira Barboza. A liberta declarou ter “dois fios de corais da Costa da Mina”.³²² Segundo Paiva, esse “parece ter sido um tipo especial de coral que era trazido daquela região africana”.³²³ Paiva ainda relaciona outro testamento com o mesmo tipo de coral, também com uma moradora da Comarca do Rio das Velhas. Oito anos

³²⁰ O comentarista Duarte Barbosa aborda os negócios dos comerciantes portugueses, trocando o ouro e os produtos africanos pela gema orgânica, popularizando o uso do coral nas regiões da África Central. Para o interesse dos portugueses pelo coral, ver: BARBOSA, Duarte. *Livro do que viu e ouviu no Oriente*. as páginas 159 e 168.

³²¹ BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. Op. cit. p. 542.

³²² IBRAM/Museu do Ouro – Casa Borba Gato. CPO-TEST – Catherina Pereira Barboza. Códice 2, f. 103v – 107. – Sabará, 12 fev. 1733.

³²³ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural*. Op. cit. p, 233.

depois de Catherina Barboza, Izabel Pinheira, outra testadora liberta, declarou que sua antiga escrava devia-lhe quinze oitavas de ouro procedidas de um cabeção e uns corais da Costa da Mina. Um valor considerável, haja vista a media de valor das peças com essa material ser de 12\$000 (doze mil réis) ou oito oitavas e meia de ouro.

Apesar da maioria das peças em coral estar nas mãos de pretas, crioulas e pardas, muitas mulheres brancas também investiram na aquisição de ornamentos com coral, conforme o quadro abaixo.

QUADRO 8

Quantidade de coral, local onde foram aplicados e o nome do proprietário

Quantidade	Peça	Usuário	Observação
Quatro	Braceletes (um de coral macho e tres corais miúdos)	Catherina de Barros	Preta forra
Dois	Fios	Catherina de Barros	Preta forra
Um	Fio com 77 corais	Cap. Lopes Machado	Coral macho
Um	Fio	Clara Josefa	Casada, Branca
Uns	Corais engraçados em ouro	Maria Mansa	Parda, solteira
Dois	Fios de corais em prata	Grácia Rodrigues	Forra, solteira e demente
Um	Fio de coral em ouro	Grácia Rodrigues	Forra.
Cinco	Braceletes de coral	Catherina Soares Pereira	Branca, casada.
Dois	Fios de corais em ouro	Tomas de Moura	Padre.
Cinco	Braceletes de corais miúdos	Rita Coelho Carneira	Casada, branca.
Dois	Bracelete de coral grande	Esperença Pereira do Lago	Casada , parda
Uma volta	Corais engranzados	Bárbara Gomes d Abreu e Lima	Crioula forra
Um	Coral grande com uma figa	Bárbara Gomes d Abreu e Lima	Crioula forra
Uns	Corais	Bárbara Gomes d Abreu e Lima	Crioula forra

Fonte: IBRAM – Museu do ouro/Casa Borba Gato. Inventários *post-mortem*. 1735-1815.

Apenas em um inventário masculino percebeu-se a presença de objetos em coral. Trata-se do inventário do Capitão Lopes Machado, que

possuía “hum fio de corais macho com setenta e sete corais engrassados em ouro”.³²⁴

Um testamento em Lisboa, redigido em 17 de outubro de 1780, por D. Helena Luísa de Noronha e Lima, filha de André Lopes de Oliveira, Provedor do Tabaco, e de D. Mariana de Noronha e Lima, dá-nos pistas do uso de corais apenas como objeto de decoração religiosa. Nesse testamento, D. Helena Luísa destina à Nossa Senhora da Penha de França uns corais melhores com uma verônica de esmalte pendente para com eles ornamentar esta imagem.³²⁵

A posse dos corais, para alguns habitantes, nada tinha a ver com a sua ancestralidade. Poderia se tratar, como mencionado acima, de objetos como matrizes estéticas somente, ou, como um investimento que se fazia na época, como pecúlio.

Há de se perceber, também que, as mulheres casadas foram as que mais possuíram objetos em coral. Somando todas as joias em coral aferidas durante a leitura e análise dos inventários, percebemos que 72% dessas peças estavam em posse das mulheres casadas. Com as solteiras encontravam-se 22% das peças e outros 6% estavam com mulheres que não declararam o estado civil.

Já os aljofares aparecem em maior quantidade que o coral, mas mesmo assim faz um volume. Várias ocorrências para essa gema orgânica, quase todas nos brincos, apenas uma “meada de aljofres miúdos” no inventário de Clara Josefa Lionarda, falecida em 1752.³²⁶ Uma grande quantidade dessa gema encontrava-se em poder do abastado Capitão Manoel Lopes Machado, falecido em Sabará, em 1743, que possuía, entre outras tantas peças, “uns cadeados de ouro grande com 33 aljofres”. Também foi listado entre seus bens “uns cadeados esmaltados de preto e ouro e 34 aljofres”.³²⁷

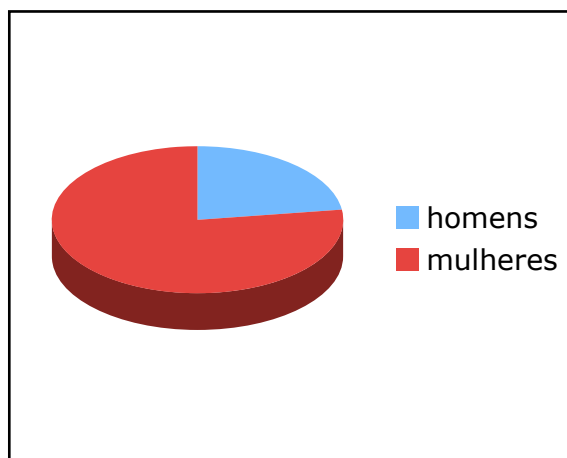
³²⁴ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 22. Capitão Manoel Lopes Machado, 1743.

³²⁵ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. Legados humanos e devocionais: artes decorativas nos testamentos lisboetas da segunda metade dos Setecentos. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da investigação em Artes Decorativas II*. Porto: UCE-Porto; CITAR, 2011, p. 14.

³²⁶ IBRAM, Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (03)35. Clara Josefa Lionarda. 1752

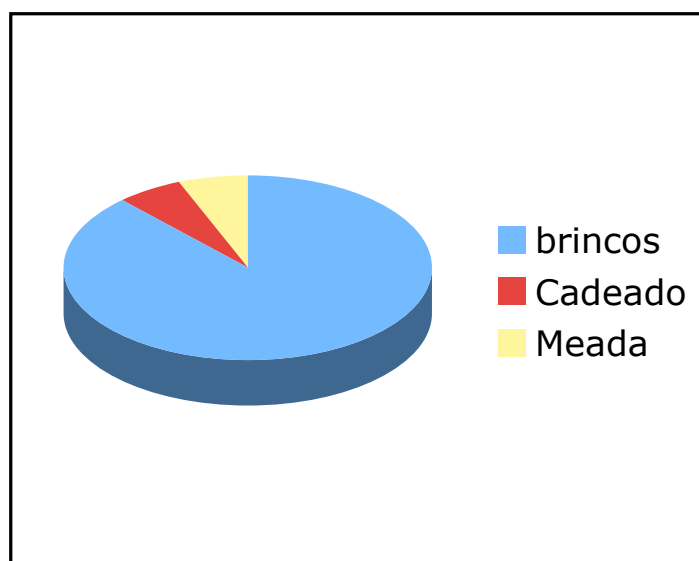
³²⁷ IBRAM, Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02)22. Capitão Manoel Lopes Machado, 1743.

Gráfico 1
Posse de aljófares por sexo



Fontes: IBRAM – Museu do ouro/Casa Borba Gato. Inventários 1735-1815 CPO e CSO.

Gráfico 2
Porcentagem de peças em que os aljófares foram empregados.



Fonte: IBRAM – Museu do ouro/Casa Borba Gato. Inventários *post-mortem*. 1735-1815.

Paiva, em um de seus estudos sobre o universo cultural na colônia, já problematizava a grande quantidade de pérolas, aljófares e até mesmo o uso abundante do coral e “algum âmbar, além de tantas contas enfiadas em ouro e prata” utilizadas na ornamentação das mestiças livres e mulheres libertas

em Minas Gerais.³²⁸ As pesquisas do investigador apontaram para uma rede internacional criada desde os primórdios da navegação portuguesa na África e na Ásia. As gemas orgânicas, em questão, chegavam aos centros produtores de joalheria em Portugal, que por sua vez abasteciam algumas vilas e arraiais do Brasil, já com o material cravado em ouro ou prata.

Em Minas Gerais, a circularidade cultural foi intensa, atingindo a todos os grupos sociais. A troca de experiências e gostos foi marca dessa sociedade, na qual foi comum, também, a formação de pecúlio pelos escravos, a compra da alforria e a ascensão social e econômica de forros e foras. A população das Minas acostumou-se, desde cedo, com a transversalidade que encontramos nas joias, ou seja, usava-se esses ornamentos como marca de tradição cultural e do gosto.³²⁹

O gosto pelas joias na antiga Vila de Sabará ficou registrado nos inventários e testamentos produzidos nos séculos XVIII e XIX. Homens e mulheres redigiram ou mandaram redigir seus testamentos, deixando claro a origem dos seus bens, como a preta Quitéria Alves da Fonseca, que, além de tudo, declarou que seus bens tinham sido adquiridos “por meu trabalho, serviço e indústria”.³³⁰ Essa frase de emprego relativamente comum podia indicar, também, a competência de algumas dessas mulheres para adquirir essas peças e incorporá-las a seu patrimônio. Ela deixava claro, também, a origem das posses, resultadas de muito trabalho, como no caso de Leonor Maria da Cunha, preta, que registrou seu testamento em 1781, no qual se pode ler: “Item declaro que os bens que possuo não foram herdados mas sim adquiridos, a instâncias de meu trabalho e industria”.³³¹

³²⁸ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 217. Nessa pesquisa, percebemos que a maioria desses materiais estava descritos nos inventários de mulheres libertas e das mestiças livres. Mas boa parte dessas gemas adornavam corpos brancos, mais uma vez inseridas no conceito de transversalidade.

³²⁹ Apesar de haver a palavra “moda” nos dicionários da época, com Raphael Bluteau, optou-se pelo termo “gosto” por se tratar de uma sociedade que foi se fazendo ao longo de quase dois séculos, e mesmo assim, a maneira de vestir e de adornar na região das minas do ouro não foi transportada para outras Capitânicas. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. op. cit, 526.

³³⁰ IBRAM – Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO/TEST, cód. 50, folhas 111-116v. Quitéria Alves da Fonseca – 1774.

³³¹ Arquivo do Pilar. Testamento. Cód. 329; Auto 6928; ano 1781. Folha 3. Leonor Maria da Cunha – 1781.

Porém, outras formas de declarar as origens dos bens existiam. Novamente na Vila de Sabará, outra preta declarou em testamento que “os bens que possuo são adquiridos por meio lícito”.³³² Ela informou também que era casada, mas que não recebia notícias do marido há muito tempo, por isso deixava claro que não teve dote quando se casou, sendo os bens provenientes do seu próprio trabalho. Assim, o marido não tinha direito a nada.

Demonstrar o poder pelo uso de ornamentos ou tentar se inserir no mundo dos brancos, como por exemplo comprando escravos, eram maneiras que as ex-escravas ou as nascidas livres implementaram.³³³ Pretas, crioulas e mestiças utilizavam joias no cotidiano não só como atavio, mas davam importância a esses objetos como forma de manutenção do status e da diferenciação da sua categoria social. Por isso na antiga Vila de Sabará não existia a chamada joia de crioula, ou a joia da branca, dada a variação tipológica das peças arroladas nos inventários ou declaradas nos testamentos. Como já mencionado, é certo que a importância não está somente em possuir as joias, e sim se fazer notar, como nos relatos de Antonil³³⁴ ou na correspondência do guarda-mor Domingos da Silva Bueno, na qual demonstrou seu incômodo diante da quantidade de ouro que as mestiças exibiam em São Paulo³³⁵ ou diante do desrespeito às leis contrárias a isso.³³⁶

Não foi somente na América portuguesa que pretos, crioulos e mestiços se adornaram. Vários relatos e legislações na América espanhola também dão conta dessa situação. Chaves nos dá uma ideia do uso de ornamentos por moças morenas:

Las fiestas de Corpus engalanaban los barrios de Guayaquil, lãs cofradías se esmeraban en arregalar lãs comparsas y lãs Iglesias, lãs señoritas de pieles blancas como mármol engalanadas con lãs

³³² IBRAM – Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO. TEST. 1(1)Maria de Jesus, 1720.

³³³ Paiva, analisando os testamentos e inventários produzidos nas Comarcas do Rio das Velhas e do Rio das Mortes, atentou para o fato de os ex-escravos possuírem escravos, como forma de investimento acumulado e instrumento rentável. Ele listou, ainda, uma série de exemplos que comprovam sua pesquisa. Ver: PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural*: op. cit., p. 66.

³³⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*: p. 93. Sobre o uso de cordões, arrecadas e outros brincos, carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras.

³³⁵ Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 1, documento 7, código 247.

³³⁶ Pragmática de 24 de maio de 1749.

modas de Paris y con toneladas de joyas se sentaban en los balcones flanqueados por hombres elegantes y perfumados. En las calles, las mozas de color canela y carnes desbordantes bailaban en ropas ligeras, tocadas de flores y adornos de oro y plata: [...] ³³⁷

Ou seja, pretas, crioulas e mestiças podiam não ter as “toneladas” de joias das mulheres brancas, mas se adornavam e eram notadas pelos homens elegantes que acompanhavam as damas nos balcões. Apesar dessa ocorrência, havia legislação restritiva. A Recopilación de Leyes de Indias, ³³⁸ de 1571, tinha parte dedicada às pretas, pardas, crioulas, como a lei XXVIII, cujo *Caput* previa “Que las negras y mulatas horras, no traigan oro, seda mantos ni perlas”. ³³⁹

Porém, ao mesmo tempo, parecia haver “brechas” na lei:

Ninguna negra libre ó esclava, ni mulata, traiga ouro, perlas ni seda; pero si la negra ó mulata libre fuere casada con español, pueda traer unos zarcillos de oro con perlas, y una gargantilla, y en la saya un ribete de terciopelo, y no puedan traer ni traigan mantos de burato, ni de otra tela, salvo mantellinas que lleguen poço mas abajo de la cintura, pena de que se les quiten y pierdan las joyas de oro, vestidos de seda y manto que trajeren. ³⁴⁰

Na sociedade mineira setecentista, foram vários os tipos de joias usadas. Muitos foram os modelos e os materiais escolhidos para a feitura das peças ou determinaram a compra delas. Nuno Vassalo e Silva ³⁴¹ destaca que, com a chegada de Vasco da Gama à Índia, houve uma grande influência daquela região na feitura das peças de joalheria portuguesa. Lisboa e Porto desbancaram Veneza na produção de joias, valendo-se das técnicas, motivos e pedras orientais.

A rota marítima do Oriente aberta por Vasco da Gama trouxe consequências marcantes na ourivesaria e joalheria européias, pelos materiais gemológicos de primeira escolha que começaram então a ficar disponíveis e mais acessíveis, como também pela procura do luxo associada às novas fortunas decorrentes das

³³⁷ CHAVES, María Eugenia. *La estrategia de libertad de una esclava del siglo XVIII; las identidades de amo y esclavo en un Puerto colonial*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1999, p. 31.

³³⁸ KONETZKE, Richard. *El mestizaje y su importancia en el desarrollo de la población hispanoamericana* d44, 215-237, 1946, p. 18-19.

³³⁹ SALMORAL, Manuel Lucena. *Regulacion de la esclavitud negra en las colonias de America española (1503 – 1886): documentos para sue studio*. Madri: Universidad de Alcala de Henares, 2005, p. 101.

³⁴⁰ SALMORAL, Manuel Lucena. *Regulacion de la esclavitud negra en las colonias de America española (1503 – 1886): documentos para sue studio*. Madri: Universidad de Alcala de Henares, 2005, p. 101.

³⁴¹ SILVA, Nuno Vassalo e. A joalheria feminina em Portugal na época dos descobrimentos. *Oceanos, mulheres no mar salgado*. Lisboa: número 21, 1995. p. 103.

inúmeras oportunidades comerciais abertas pelos portugueses a toda a Europa.³⁴²

Entre as técnicas podem ser listadas a aplicação de esmaltes, obtendo-se, assim, uma peça com mais cores.³⁴³ A disseminação do gosto pelas peças esmaltadas, como as argolinhas com seus esmaltes,³⁴⁴ cadeados esmaltados de preto,³⁴⁵ ou hábitos de cristo com seu esmalte, podem ser atestada pela presença constante nos inventários e testamentos setecentistas da Comarca do Rio das Velhas. Em peças sacras também foi empregada esta técnica, como em uma imagem de Nossa Senhora da Conceição identificada na documentação.³⁴⁶

Uma nova revolução na joalheria portuguesa ocorreu com a entrada das gemas coradas provenientes de Minas Gerais, a partir do início do século XVIII. Mesmo com a consolidação do gosto pelo esmalte nas peças há pelo menos duzentos anos, a vasta gama cromática foi promovida pelas turmalinas, ametistas, topázios e quartzos, entre outras.

O uso dessas gemas foi chamada de “festa da cor na joalheria”, por Sousa, estudioso português da joalheria dos séculos XVIII e XIX, ligando-se à ideia de “alegria que as peças transmitem, numa conjugação cromática e dinamismo formal, continuamente interligadas ao traje”.³⁴⁷ Essa expressão refere-se também ao momento em que as gemas mineiras invadiram as lojas e bancas dos ourives portugueses em Lisboa, Porto e Braga, desafiando-os a criarem peças diferenciadas, com novos talhes, o que nos exigiu um conhecimento dos acervos dos principais museus portugueses, como veremos adiante.

³⁴² CARVALHO, Rui Galopim – Algumas gemas de setecentos e suas proveniências. In *Oceanos Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. Nº 43 (Julho-Setembro2000), p. 37.

³⁴³ Esmaltar de acordo com o dicionário do Padre Rafael Bluteau consiste em “por com fogo esmalte sobre ouro, prata, cobre ou outra matéria. Já o esmalte é uma espécie de vidro, cuja base ou ingrediente fundamental é o estanho e chumbo quase calcinado em fogo de reverberação.

³⁴⁴ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (07)71. Grácia Rodrigues Bonfim, 1775.

³⁴⁵ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02)22. Capitão Manoel Lopes Machado, 1743.

³⁴⁶ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (07)71. Grácia Rodrigues Bonfim, 1775.

³⁴⁷ SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e. *A joalheria em Portugal: 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1999. p. 12.

Algumas vilas e arraiais mineiros também testemunharam a entrada das pedras na joalheria, como o mostruário de uma loja em Vila , no início do século XIX, que além de várias peças em ouro e prata continha:³⁴⁸

- Onze flores de ornar cabelos com suas pedras de cores – 2\$474 réis.
- Uma flor com duas ametistas, um topázio e olhos de mosquito em prata \$900.
- Tres anéis, digo, dois anéis de pedras ametistas assentadas em ouro com folhas vermelhas e pedras roxas – 1\$200 réis.
- Um par de brincos de ouro lavrado pequenos com suas pedras de ametista roxa com folhas encarnadas – 1\$200 réis
- Dois pares de brincos em prata com pedra roxa pequenos – 1\$200 réis.
- Um par de brincos em prata com pedras brancas e folhas encarnadas pequenos - \$600 réis
- Dois botões para camisa de pedras de topázio mais pequenos com folhas um com vermelha, outra amarela assentados em ouro \$750 réis.

Muitas joias foram usadas na colônia e ao que tudo indica era uma necessidade entre os moradores das vilas e arraiais de se ataviar, mesmo com ornamentos que utilizavam materiais de baixa qualidade, como uma liga de cobre e zinco imitando o ouro, grafado na documentação de “especebeque”,³⁴⁹ ou “pixisbeque”.³⁵⁰ Essa liga foi inventada pelo relojoeiro inglês chamado Christopher Pinchbeck (1670-1732) e foi usada inicialmente na joalheria e relojoaria “produzidas não só para as classes com menos poder de compra, mas também para as elites”.³⁵¹

Poder-se-ia pensar que o uso de pedras falsas ou mesmo desse material que imita o ouro seria para o adorno de pessoas que não tinham condições de adquirir joias, mas não foi o caso na Vila de Sabará, onde houve profusão de pedras falsas ou cristais. Adornar parece ter sido uma

³⁴⁸ Arquivo do Pilar. Inventário. 1º ofício, Códice 37, Auto 453, ano 1808. Devemos lembrar que a maioria das pedras encontradas na região das minas foi usada para adornar as peças criadas em Portugal.

³⁴⁹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (08)89 Tenente Custódio José de Almeida, 1793. Estão listados onze pares de brincos especebeque, avaliados em 2\$600 (dois mil e seiscentos réis).

³⁵⁰ O nome atual da peça é pechisbeque, significa uma liga de cobre e zinco, da cor do ouro, que pode enganosamente ser tomada por esse precioso metal. Também é camada de objeto de ouro falso, ou coisa de pouco valor. MOTA, Rosa Maria dos Santos. *Glossário do uso do ouro em Portugal*. Porto: Universidade Católica Editora; CIONP; CITAR, 2011. p.148.

³⁵¹ Idem, p.148.

necessidade tanto feminina quanto masculina e, sendo assim, possuir e demonstrar ornamentos no século XVIII nas Minas Gerais era muito comum.

Homens e mulheres utilizavam do artifício do atavio para expor seus estatutos sociais. Não significa que os portadores de ornamentos em pedras falsas eram os de menor condição social. Foram flagrados alguns senhores, cujo monte mor não era nada modesto, que possuíam ornamentos com esses materiais de baixo valor venal. Dentre as peças listadas no inventário de Custódio José de Almeida, um dos comerciantes mais ricos da Comarca do Rio das Velhas, possuidor de lojas em Sabará e Santa Luzia, encontravam-se “seis anéis de pedra falsa encastadas em latão avaliado tudo a 3\$000” (três mil réis), e “onze pares de brincos especebeque”. O tenente Custódio José de Almeida foi um próspero comerciante de tecidos. Morador na Quinta do Sumidouro, freguesia de Santa Luzia, era solteiro e deixou um Monte-mor de 8.136\$978 (oito contos, cento e trinta e seis mil, novecentos e setenta e oito réis).³⁵²

Uma coisa era usar joias emprestadas ou falsas, outra era possuir joias penhoradas, e nesse quesito, a documentação é bastante farta. O empenho de joias foi muito utilizado nas Minas Gerais, com já citado, porém é necessário destacar que os possuidores raramente utilizavam esses ornamentos em público, por dois motivos. Primeiro, eram depositários fiéis, então enquanto a dívida não fosse quitada, mesmo em posse do penhor, eles não eram efetivamente os donos, já que havia uma promessa de resgate. Em segundo lugar, a maioria das peças penhoradas encontrava-se em posse dos homens ricos e eram ornamentos femininos por excelência, como as arrecadas e outros tipos de brincos além de argolas e laças. Um ou outro par de botões ou mesmo cordões de ouro eram penhorados, mas a joalheria feminina era a que mais foi registrada nos inventário e testamentos.

³⁵² IBRAM,-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (08)89. Custódio José de Almeida. Muito diferente da conclusão que chegou Mol, que atribui os metais imitativos de ouro aos sem condições de aquisição de joias. MÓL, Claudia Cristina. *Mulheres foras*: op. cit., p. 129-130.

4.3 - Usos das joias

Muitas vezes, o homem projeta nos objetos de adorno as codificações sociais do seu contexto, refletindo vaidades e atitudes com as quais enfrenta os desafios de sua existência. Sob outra perspectiva, porém, o homem nem sempre utiliza adornos corporais para se destacar como indivíduo, reforçando uma posição social ou um modo de vida. Já foi citado, por exemplo, que alguns utilizaram as joias como objetos de penhor. Assim, elas serviam de alívio financeiro e seu valor econômico era o que mais se fazia presente nesses momentos de dificuldade, já que “a entrega das peças a penhoristas, hoje ou no passado, atestam as prerrogativas da jóia enquanto perspectiva de liquidez, apta a satisfazer as necessidades económicas do proprietário”.³⁵³

Nem precisava ser uma joia que o proprietário usava regularmente. Podia ser alguma peça que possuísse um determinado valor venal, da qual o proprietário pudesse dispor em momentos de necessidade econômica. As joias, nesse contexto, eram um conforto para seus proprietários, além de servirem como adorno corporal, amuleto ou peça religiosa. Elas serviram como pecúlio que propiciava sentimento de riqueza e alimentava a vaidade.

Nos inventários setecentistas há pistas sobre os diversos usos de joias não só como adorno, mas também como investimento ou mesmo como um negócio. Recorremos, novamente, ao inventário de Mathias de Crasto Porto,³⁵⁴ que foi um rico negociante na Vila de Sabará, solteiro, falecido em 1742. Tudo indica que, além de atuar no comércio, ele concedia empréstimos a alguns moradores da vila que passavam por problemas financeiros ou precisavam de capital para investimentos.

Várias pessoas recorriam a essa prática, pedindo auxílio, penhorando algo de valor, fosse objeto próprio ou da família, como o caso de Simão Machado, que penhorou um cordão de ouro grosso, uma memória de braçadeira de filigrana e treze pares de botões de vários tamanhos. O capitão Crasto Porto não foi o único a emprestar dinheiro. A prática corriqueira foi estudada por Raphael Santos, que mostrou que boa parte das transações

³⁵³ SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e. *A joalheria feminina e o seu significado social e económico*. Op. cit, p.18.

³⁵⁴ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 19. Mathias de Crasto Porto. 1742.

assentadas em escrituras públicas – cerca de 47,1% – foram realizadas a prazo, ou seja, se tratavam de operações de crédito.³⁵⁵

Retornando ao inventário de Crasto Porto, temos como exemplo umas “argolas de ouro com canotilho e sua pinha”, normalmente usadas pelas mulheres e que foram empenhadas por José Ribeiro da Costa.³⁵⁶ Todas as joias listadas no inventário do capitão Crato Porto eram penhoradas.

Outras joias de uso exclusivo de mulheres foram arroladas em outro inventário. Desta vez em posse de outro do capitão, também português, de nome Manoel Lopes Machado. Em sua posse encontravam-se, “dois pares de brinco esmaltado de azul e verde todos de ouro”.³⁵⁷ Lopes Machado ainda possuía dois cordões de ouro pertencentes à Crioula Maria, “que por ela consta empenhada ao casal”.³⁵⁸

Pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais recebiam joias como penhores nas Minas Gerais, como era o caso do Tenente Custódio José de Almeida.³⁵⁹ Assassinado em 8 de julho de 1793, ele morreu solteiro e deixou um patrimônio invejável para a época. O monte-mor foi de 8.136\$978 (oito contos, cento e trinta e seis mil, novecentos e setenta e oito réis), superando, e muito, a maioria dos inventários existentes no arquivo da Casa Borba Gato.

O tenente comerciante deixou uma quantidade razoável de peças de ouro e prata, entre elas, laços de ouro, vários pares de brincos de ouro, fivela de pescocinho e anéis dos mais variados tipos. Consta também, no inventário, peças que foram empenhadas por algumas pessoas que poderiam ter passado por necessidades na época ou que buscavam dinheiro para uma empreitada qualquer. Em seu inventário, estão listados os bens em ouro lavrado e penhorado, entre eles “um par de botão de ouro que se acham empenhado por Antônio Teixeira de Lomba” e também “um laço de ouro liso

³⁵⁵ SANTOS, Raphael Freitas. *Devo que pagarei: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas - 1713-1773*. Dissertação (Mestrado em História) PPGHIS-UFMG, 2005.

³⁵⁶ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I. (02) 19. Mathias do Crasto Porto - 1742.

³⁵⁷ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I. (02) 22. Manoel Lopes Machado - 1743.

³⁵⁸ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I. (02) 22. Manoel Lopes Machado – 1743.

³⁵⁹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (08)89. Tenente Custódio José de Almeida - 1793.

que se acha empenhado por Roza Gonçalves”, entre outros objetos de adorno corporal.³⁶⁰

Assim como várias pessoas dos mais variados estratos da sociedade recebiam penhores, o mesmo acontecia com quem penhorava. Podemos perceber essa prática entre as mais variadas “qualidades”, como, por exemplo, o coronel Faustino Pereira da Silva, que empenhou ao capitão Mathias de Crasto Porto uma Senhora da Conceição, um par de botões, um São Brás, uma memória e oito pares de cordões grossos, totalizando 60\$000 (sessenta mil réis). Não temos notícias desses ornamentos, já que não foram localizados o testamento e o inventário do coronel.

Encontramos listados nos documentos cartoriais, brincos, argolas, laços ou laças, além de joias em ouro e prata que recorriam ao uso do esmalte e de pedrarias, entre as quais se destacavam os diamantes. Outros materiais faziam parte das peças que eram utilizadas por diversos segmentos da população mineira. Além das mais variadas pedras, foram encontrados nos inventários mineiros âmbar, coral, pérola e aljôfares.³⁶¹

As joias também foram usadas como moeda para doações e esmolas, algumas até desagradando alguns órgãos da Igreja, pois se utilizou desse artifício para pagamento de práticas proibidas pelo Tribunal do Santo Ofício, que apesar de nunca ter uma sede no Brasil, agiu aqui por meio de diversas estratégias, como as Visitações.³⁶² Aldair Rodrigues³⁶³ abordou algumas práticas heterodoxas dos familiares do Santo Ofício em Minas Gerais, destacando que determinados comportamentos e atitudes não eram muito

³⁶⁰ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (08)89. Tenente Custódio José de Almeida. - 1793

³⁶¹ É um questionamento que está presente no texto do professor Eduardo França Paiva. Ele inicia seu texto com a seguinte pergunta: “Por que tanto coral e pérolas e algum âmbar, além de tantas contas enfiadas em ouro e prata a ornar as mulheres libertas e as mestiças livres das Gerais setecentistas”? O caminho que percorre para responder tal indagação vai de Minas Gerais à África e Ásia, seguindo as rotas comerciais portuguesas do século XV. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 207-39.

³⁶² Outras estratégias utilizadas pelo Tribunal no Brasil foram a colaboração dos Bispos e das Ordens regulares, com a Companhia de Jesus, além da Justiça Eclesiástica e uma rede de agentes composta por Comissários e Familiares. Para esse tema ver, entre outros: NOVINSKY, Anita. *Cristãos novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, 1992. 2a ed.; SIQUEIRA, Sonia Aparecida de; O Santo Ofício e o Mundo Atlântico. Ação inquisitorial na Madeira. In VAINFAS, Ronaldo et al: *A Inquisição em xeque*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

³⁶³ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e inquisição em Minas Colonial: os familiares do Santo Ofício (1711 – 1808)*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo. 2007.

bem vistos pelos oficiais. Geralmente, os casos expunham práticas de feitiçaria, quase sempre envolvendo negros.

Mônica Maria de Jesus, natural da Ilha Terceira, e seu genro, Henrique Brandão, familiar do Santo Ofício, por exemplo, tinham certa proximidade com Antônio Angola, que por sua vez era escravo de Luiz Barbosa Lagares. Mônica de Jesus costumava acreditar em superstições a ponto de também promover benzeduras para curar algumas enfermidades. O escravo era muito bem tratado por Mônica, não só por benzer, inclusive curando o cunhado de sua proprietária, mas também por, segundo testemunhos da época, lhe dar fortuna e riqueza por conta das suas benzeduras e adivinhações.³⁶⁴ Em uma ocasião, o negro Antônio Angola saiu pelas ruas dizendo ser feiticeiro e que tiraria os feitiços de quem pagasse uma esmola para o calundu. As testemunhas disseram que “muitas pessoas deram esmola ao negro embusteiro: de galinhas a ouro e até a mulher de Manuel Lopes dos Santos, irmã da dita Mônica, por não ter ouro na ocasião tirou os brincos das orelhas e deu ao dito negro”.³⁶⁵

Essa ação demonstra que era muito comum os proprietários de terras minerais ou comerciantes recorrer aos negros feiticeiros para abrir os caminhos ou preservar a riqueza conseguida. É bem possível que os feiticeiros fossem acusados de fazer o contrário, ou seja, fechar os caminhos, afastar os clientes do comércio ou impedir a produção de uma lavra mineral qualquer. De acordo com Souza, “a feitiçaria colonial mostrava-se estreitamente ligada às necessidades iminentes do dia-a-dia, buscando a resolução de problemas concretos”.³⁶⁶

Creio que importava menos a peça a ser doada ou dada como pagamento de um serviço ou mesmo como esmola. O importante deveria ser o valor agregado à peça. Um brinco tirado da própria orelha, por exemplo, deveria ser muito mais valioso para quem recebe, já que além do valor venal, vinha incorporado com um valor sentimental relativamente alto. Sobre o uso do brinco, adianto que foi um dos ornamentos mais encontrados nos

³⁶⁴ Ibidem, p. 85

³⁶⁵ IANTT, IL, Cad. Promotor, livro 318, fl, 247 em diante.

³⁶⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 16.

documentos investigados, servindo não só como adorno corporal feminino, mas também como peça de penhor.

Já o material preferido nas transações, seja em processo de penhora ou seja como pagamento de dívidas ou serviços, foi o ouro e as técnicas para a fabricação das peças de ornamentação masculina e feminina foram bastante variadas também em outras partes da Comarca. Alguns historiadores dão conta dos materiais e técnicas utilizadas em outras vilas e arraiais por meio dos ornamentos listados nos testamentos e inventários. Cláudia Cristina Mol, seguindo a metodologia das pesquisas de Paiva,³⁶⁷ fez o levantamento de algumas peças de joalheria que foram usadas em Vila Rica durante boa parte do século XVIII. Com o título de “*Para adornar e proteger: o uso de jóias pelas mulheres forras*”, ela nos revelou a quantidade e a qualidade das peças que adornavam o corpo das forras, criando tabelas para mostrar quais joias faziam parte do espólio das mulheres, quais eram os materiais utilizados e quanto se gastava para adornar.³⁶⁸ A preocupação em se proteger pode ser atestada pela quantidade de objetos como crucifixo, medalhas, feitiços de santo, breves, figas, bolas de âmbar, fios de coral entre outros ornamentos arrolados nos inventários e testamentos.

Ainda no quesito proteção, encontramos nos trabalhos de Paiva³⁶⁹ a preocupação manifestada por uma parcela da sociedade mineira com relação à magia. A presença de berloques que poderiam ter sido usados em pencas de balangandãs foi constatada pelo autor na Comarca do Rio das Velhas e na Comarca do Rio das Mortes. Os objetos destinavam-se à proteção dos portadores, como os da crioula Bárbara Gomes de Abreu e Lima, que comprou sua liberdade, a casa onde morava e prosperou nos negócios que administrava, já que:

[...] sua rede de amizades era também notável: além de ampla, espalhava-se por várias regiões das Gerais e pela Bahia. Ela tinha negócios distribuídos por toda essa área, embora nenhuma

³⁶⁷ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural* op. cit.

³⁶⁸ MÓL, Claudia Cristina. *Mulheres forras*:. p.120-146.

³⁶⁹ PAIVA, Eduardo França. *Por meu trabalho serviço e indústria*: p. 279-80. Anteriormente, Paiva apresentou sua dissertação com a temática de resistência à escravidão, mostrando exemplos de mobilidade social, conseqüentemente econômica. PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos*. Op. cit.

palavra tenha sido dedicada a explicá-los. Para cuidar desses interesses indicou doze homens de confiança [...].³⁷⁰

Bárbara Gomes de Abreu e Lima listou uma grande quantidade de pequenos objetos em ouro, espalhados, empenhados na mão de algumas pessoas. Alguns autores acreditam que esse tipo de objetos que a forra possuía tinham significados mágicos, de proteção, que traziam em si toda a carga cultural do grupo a qual pertencia a crioula,³⁷¹ produzidos ou não na Colônia.

Como alguns dos materiais empregados na confecção dos ornamentos em Sabará eram corais, âmbar e aljofares, pouco comuns no Brasil, foi criado, para tanto, um mercado exclusivo e uma rota de comércio bastante extensa, que chegava ao Oriente. Essas joias, assim como provavelmente o desenho delas, foram trazidos para o Brasil pelos comerciantes e pelos próprios ourives vindos dos centros produtores de joias, principalmente de Lisboa e Porto.³⁷²

Os comerciantes portugueses e os diretamente envolvidos com a joalheria criaram redes de clientes que envolviam Portugal e o continente africano, como nos mostra Paiva, ao tratar do comércio internacional que abastecia a Comarca do Rio das Velhas com aljôfares. “Navegadores e comerciantes portugueses e brasileiros tratavam de trazê-los da África, do Oriente Médio, da Índia e da China e os primeiros foram mesmo pioneiros desta empresa”.³⁷³

³⁷⁰ PAIVA, Eduardo França. Por meu trabalho serviço e indústria: p. 277.

³⁷¹ Os usos e significados aos objetos foram estudados por LODY, Raul. *Pencas de balangandãs da Bahia: um estudo etnográfico das jóias-amuletos*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1988. Ver também MACHADO, Paulo Affonso de Carvalho. *Ourivesaria baiana*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1973. SILVA, Simone Trindade Vicente da. *Referencialidade e representação: um resgate do modo de construção de sentido nas pencas de balangandãs a partir da coleção Museu Carlos Costa Pinto*. Dissertação (Mestrado em Belas Artes) Universidade Federal da Bahia. Escola de Belas Artes, 2005.

³⁷² Uma vasta quantidade de ourives, cravadores e lapidários foram mapeados nos trabalhos de Sousa. Eles possuíam lojas na cidade do Porto na segunda metade dos setecentos e no primeiro quartel da centúria seguinte. Ver em: SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A joalheria no Porto nos finais do século XVIII: aspectos socioartísticos*. Dissertação (Mestrado em História da arte). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto: 1996.

³⁷³ O texto de Paiva traz indicações de leitura sobre a intensidade do comércio realizado pelos portugueses com o Oriente e, também, como os comerciantes fixados na Bahia, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro mantiveram e aumentaram suas relações comerciais com as possessões portuguesas do Oceano Índico. PAIVA, Eduardo França. *Fortuna poder e objetos mágicos*. p.223.

Paiva destacou que esses comerciantes portugueses introduziram vários materiais para a joalheria, como os corais. Outros autores também destacam essa rede internacional, como Cláudia Mol. Segundo a autora, “o coral era apreciado pelos africanos desde o século XV, quando foi introduzido por comerciantes que o traziam do Oriente Médio”.³⁷⁴

Isso pode indicar que alguns comerciantes e ourives fizeram comércio com Veneza, utilizando como moeda coral, âmbar ou mesmo aljôfares. Algumas pistas sobre esse tipo de comércio pode-se ver nos relatos de Duarte Barbosa, sobre a viagem que fez pela África e à Índia, nos quais descreveu os vários tipos de corais existentes, além de registrar o valor pago por eles.³⁷⁵

Mas era Veneza a porta de entrada do ouro, da prata, da seda e das gemas orgânicas usadas como adornos no Ocidente, desde as cruzadas até início do século XVI. Naquele tempo, os produtos oferecidos na cidade, além dos adornos corporais, eram tapeçaria, plantas medicinais, perfume, incenso, pimenta, cristais, porcelanas e espadas com aço de Damasco, vinhos e uvas do Chipre e vários outros artigos que eram comercializados e entraram, desde o século X, na vida dos europeus.

Ainda na cidade do mar Adriático, os comerciantes portugueses do século XVI encontravam à sua disposição vários tipos de ornamentos que serviram de referência para a criação de peças em Lisboa, Porto, Aveiro e Coimbra, além do abastecimento de pedras preciosas que os joalheiros tanto precisavam, em face da escassez desse artigo em Portugal. Os novos materiais e as referências para o ofício de ourives ganharam o gosto da sociedade, sendo eles exportados para as demais partes do reino, chegando ao Brasil, finalmente, a partir do século XVI, pelas mãos dos ourives e dos reinóis, como ornamento e símbolo de riqueza, tudo em função das navegações promovidas por Portugal.

A importância dos descobrimentos portugueses é comentada pelo gemólogo Rui Galopim de Carvalho:

³⁷⁴ MOL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras*: p.138.

³⁷⁵ Ver Barbosa, Duarte 1518. - *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa* - Lisboa: Publicações Alfa, 1989, pp. 159 e 168.

A rota marítima do Oriente aberta por Vasco da Gama trouxe conseqüências marcantes na ourivesaria e joalheria européias, pelos materiais gemológicos de primeira escolha que começaram então a ficar disponíveis e mais acessíveis, como também pela procura do luxo associada às novas fortunas decorrentes das inúmeras oportunidades comerciais abertas pelos portugueses em toda a Europa.³⁷⁶

Depois da descoberta de novas terras, a dispersão portuguesa pelo mundo foi uma constante entre os séculos XVI e XIX. Por onde passaram, os portugueses deixaram testemunho de sua cultura material. Dessa passagem, resultaram, então, as técnicas híbridas ou mescladas, como a filigrana, cujos motivos dos entrelaçamentos assemelham-se aos arabescos,³⁷⁷ como também os trabalhos em coco e ouro, realizados em Diamantina, a partir do século XIX.³⁷⁸

³⁷⁶ CARVALHO, Rui Galopim. Algumas gemas de setecentos e suas proveniências. In *Oceanus*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Nº 43 (julho-setembro 2000), p. 37.

³⁷⁷ Há de se deixar claro que a técnica da filigrana já era utilizada pelos fenícios, e que foi, séculos após, apropriada pelos gregos e depois pelos romanos, chegando ao domínio dos muçulmanos pela identificação com o motivo estético que as peças eram confeccionadas. Vd. PEIXOTO, Rocha – As filigranas. In: PEIXOTO, Rocha – *Obras*. [S.l.]: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1967, vol. 1, pp. 262-312. Entre os autores que defendem a ideia de que a filigrana é uma incorporação de técnica dos cristãos ibéricos ver LODY, Raul. *Jóias de axé*: p.42; e também MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras*, p. 126.

³⁷⁸ Enquanto na China usavam joias feitas em fibras vegetais, em Diamantina difundiu-se a técnica de fabricação de joias utilizando o coco como material auxiliar na joalheria. Adornos corporais em ouro e coco foram comuns naquela região e comercializados entre as Comarcas mineiras.

Fig. 5 - Pendente com imagem de casamento místico de Santa Catarina.



Filigrana de ouro, marfim pintado e vidro. Século XVII.
Museu Nacional de Machado de Castro. Foto José Pessoa, © IMC/MC.

Muitos foram os ornamentos em filigrana encontrados nos inventários, como corações, cruzeiros, botões de ouro, e também a “joya de ouro de filigrana com suas pedras falsas”.³⁷⁹ Acredito que por ser uma técnica que exija muita paciência dos ourives, eleva o valor da peça, mesmo que com pouco uso de ouro ou prata, sendo assim, restrito a um pequeno grupo de usuários, exatamente aqueles que viam nessas peças não só o valor venal em si, mas percebiam o tratamento estético e o valor agregado.

³⁷⁹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (01) 03. Dona Jacinta Helena Barbosa. 1728.

Fig. 6 - Par de brincos utilizando a técnica de coco e ouro.



Coleção particular. Foto. Antonio Mattos.

Apesar da técnica de joalheria feita em coco e ouro ser genuína de Diamantina, não se pode negar que houve adaptação de materiais utilizados anteriormente em Macau. Na China, as fibras naturais faziam parte do repertório na ourivesaria e no Brasil, a assimilação deu-se pelo uso do coco, conhecido como da Bahia (*Cocus nucífera L.*), por ser maior em tamanho e possuir áreas mais planas em sua casca. Outro fruto utilizado em larga escala por maior espessura de casca foi o coco indaiá (*Attalea compta*).

Fig. 7 - Seleção do coco



Fig. 8 - Montagem de peça.



Coleção particular: Fotos Mara Guerra.

Parte da história da joalheria portuguesa vinculou-se à região africana do Golfo da Guiné. A partir daí os portugueses adquiriram não só escravos,

mas também ouro e marfim. A dinâmica mercantilista gerou uma rede de comércio com os Akans, possuidores do ouro de aluvião e hábeis comerciantes, que receberam os portugueses já no século XVI.³⁸⁰ Esses portugueses não só comercializaram com os “acanistas”, como também tiveram como fornecedores de ouro os Fetu e os Mandinga.³⁸¹

Essa experiência propiciou trânsitos e apropriações culturais e materiais, além de saberes que fizeram parte do repertório criativo dos ourives da metrópole e que, em seguida, foram disponibilizados para o restante do reino. Bons exemplos parecem ser os excessivos ornamentos de contas de ouro usados em torno dos pescoços das negras daquela região, que mais parte poderiam ser vistos nos rosários das devotas portuguesas no século XVIII e XIX, bem como alguns correntões,³⁸² na Bahia do século XIX.

As semelhanças entre as joias usadas pelas portuguesas e as que eram usadas por pretas, crioulas e mestiças, principalmente de Salvador, se dão pela técnica e pelas formas: eram contas ocas e bem trabalhadas, como as joias provenientes de Gana ou de Mali, regiões que possuíam oficinas de metalurgia, tanto para trabalhar ouro, quanto para a produção do bronze.³⁸³

O volume documental pesquisado até o momento aponta para algumas diferenças entre os ornamentos. Enquanto as pretas forras parecem ter preferido os corais, mulheres e homens brancos possuíam mais aljofares. Pretas, crioulas e mestiças parecem ter tido uma predileção por materiais e tamanhos variados. Exemplo disso são as pequenas peças listadas nos documentos, que parecem ter sido usadas como berloque de balangandãs, ao mesmo tempo em que possuíam laças, que em alguns casos alcançavam um palmo de tamanho, em Sabará.

Brincos em forma de argolas foram frequentemente registrados nos documentos. Geralmente essas argolas eram produzidas em canutilho, ou seja, um fino fio de ouro ou prata como se fosse um canudo, fechando-a ao se introduzir uma ponta na outra. Essas peças foram grafadas de forma

³⁸⁰ KONADU, Kwasi. *The Akan Diaspora in the Americas*. New York: Oxford University press, 2010, p. 58.

³⁸¹ GODOY, Solange de Sampaio. *Círculo das contas: jóias de crioulas baianas*. Salvador: Fundação Carlos Costa Pinto, 2006, p.36.

³⁸² Espécie de colar de contas, porém com certo exagero no diâmetro das mesmas.

³⁸³ GODOY, Solange de Sampaio. *Círculo das contas: jóias de crioulas baianas*. p. 83-4.

diferente, como “argolas de canotilho”, listadas no inventário do Alferes Antonio da Cruz Duarte ³⁸⁴ e no inventario de Crasto Porto, ³⁸⁵ entre outros.

Era comum o uso de argolas também na América pré-colombiana nos tornozelos, antebraços, pulsos e também nas orelhas, como podemos perceber pelas imagens dos retratistas espanhóis no Novo Mundo, expostos em Museus e Galerias. ³⁸⁶ Tanto servia para adorno corporal, quanto para aprisionamento. Outros tantos serviam como distinção social, variando de forma, peso e técnica.

Na África, por exemplo, os Akans usavam argolas ou aros em volta do pescoço, nos braços e nas orelhas, o que torna difícil classificar quanto à tipologia, o uso desse ornamento em Minas Gerais. De acordo com a documentação pesquisada, listam-se somente “argolas”, sem se especificar o diâmetro, podendo ter sido usadas em várias partes do corpo. Podemos aproximar nossa aferição utilizando como parâmetro o peso ou o valor que os avaliadores registraram nos inventários e testamentos. Assim, temos descritos no inventário de André Ferreira da Costa, ³⁸⁷ casado com Maria Gonçalves do Rosário, “um par de argolas de ouro” no valor de 6\$200 (seis mil e duzentos réis), equivalente a cinco oitavas de ouro, o par. Considerando o valor da oitava de ouro na época a 1\$200 (mil e duzentos réis), perfazendo um total de dezessete gramas e meia o par das referidas argolas. Um peso considerável para usar na orelha por muito tempo. ³⁸⁸ Mas a maioria das “argolas” e “argolinhas” descritas nos inventários tem um peso menor do que o declarado no documento de André Ferreira da Costa, apesar de muitas

³⁸⁴ IBRAM–Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (01) 04. Alferes Antonio da Cruz Duarte, 1722.

³⁸⁵ IBRAM-Museu do Ouro Sabará/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 19. Mathias de Crasto Porto. 1742.

³⁸⁶ No Museu da América em Madri, pode-se presenciar o uso de argolas de diferentes formas, em diferentes universos simbólicos utilizados por diferentes grupos sociais muitas vezes carregados com forte mestiçagem. Podemos encontrar exemplos também nas pinturas de Cristóbal de Villapando (1649 - 1714), António Rodriguez (1636 – 1691), Miguel Cabrera (1695 – 1768), Juan Rodriguez Juarez (1675_1728) e Juan Correa (1645 – 1717), todos especialistas em retratar o cotidiano no Novo Mundo.

³⁸⁷ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (03)28. André Ferreira da Costa, 1732.

³⁸⁸ A unidade monetária fundamental em Minas Gerais no período pesquisado era a oitava de ouro, equivalente a 3,586 gramas, que por sua vez, dividiam-se em 32 frações, conhecidos como “vinténs” de ouro. A título de comparação, foi listado uma espada com o punho de prata com bainha cujo peso era 4 oitavas, ou seja, metade do peso da referida argola. Alguns brincos foram avaliados entre 1\$200 a 10\$000, ou seja, alcançaram de peso entre uma oitava a oito oitavas, então se as argolas fossem vistas apenas como brincos, muitas orelhas se rasgariam com o peso da peça.

peças não terem indicados o peso nem o valor. Houve casos em que se juntavam todas as peças existentes e se avaliam o conjunto, como no inventário do Alferes Domingos Dias, morto em 1738:

quatro pares de botões [sendo] um grande e tres pequenos, hum par de argolas e um cordão, hum par de brincos, hum par de argola de ouro tudo de ouro que pesam uma quarta de ouro avaliada a oitava a mil e trezentos réis que junto importa a a coarenta e hum mil e seis centos réis – 41\$600.³⁸⁹

Finalmente algumas joias foram utilizadas como instrumento de cura, principalmente as gemas preciosas. A arte da cura, como sugere Carla Almeida, foi utilizada por práticas supersticiosas por grande parte da população, mesmo com uma grande quantidade de cirurgiões e boticários que exerciam formalmente seu trabalho nas Minas Gerais. A autora sustenta que a escolha as tais práticas não oficialmente permitidas foi uma opção, já que

sua população heterogênea, resultado de mestiçagens biológicas e culturais ao longo do tempo, acomodou praticas diversas oriundas de diferentes culturas que, continuamente, se encontravam, se complementavam, se reinventavam.³⁹⁰

Muitas joias, como as que carregam imagens e relíquias de santos e santas, foram incentivada pela Igreja Católica. Geralmente portavam proteção contra doenças, principalmente se fossem benzidas pelos padres. Como já mencionado, é considerável o número desses objetos que foram listados nos inventários e testamentos na antiga Vila de Sabará. Muitos desses objetos podiam ser portados não só pelo seu valor estético, mas pela crença de que afastavam enfermidades e promoviam curas, como os Olhos de Santa Luzia e o *Agnus-Dei*.³⁹¹

Outras joias que serviram como proteção foram as confeccionadas em coral, gema usada pelos que queriam se proteger de doenças e infortúnios, sob forma de amuletos ou talismãs, chegando a ser usado em receitas de

³⁸⁹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba gato. CSO-I (05) 51. Alferes Domingos Dias, 1738.

³⁹⁰ ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 157.

³⁹¹ O Agnus-Dei é uma reliquia de cera branca em forma de medalha, que de uma parte tem a figura de um cordeiro, símbolo de Cristo, e na outra parte tem a figura de algum outro santo de devoção. Era muito comum usar essa peça como pendente que tinha forma de um coração e se abria ao meio, deslizando uma parte do coração e dentro continha as figuras citadas. Ver: CORTEZ, J. *Lunario Perpetuo Pronostico Geral e Particular*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1912, p. 202.

cura.³⁹² Porém fica o alerta de que nem todos os que usaram coral podiam ser relacionados como proprietários em busca de proteção. O coral, ainda que com uma carga cultural que remete alguns proprietários ao mundo da cura, era uma matéria usada na produção de peças de adorno, com raridade e beleza, o que elevava o preço de algumas joias e a tornava, para alguns, mais atraente.

O âmbar também serviu como instrumento de cura, o que explicaria as bolas de âmbar descritas em inventários de brancas e não-brancas, nas Minas Gerais do século XVIII. Mesmo na América espanhola, esse material recebeu igual tratamento, ou seja, era visto detentor de poderes curativos. Acreditava-se, em Cuba, que usado com o coral, o âmbar podia se tornar um poderoso instrumento para tornar um homem fiel à sua mulher, como conta Cabrera.

Cinco corais em forma de cruz e um âmbar, pulverizados um a um. Vertem-se cinco gotas de mel cinco vezes, isto é, 25 gotas, dentro de uma cuia ou pomo aos pés de Oxum, e canta-se enquanto se vai ligando o axé do coral e do âmbar com o mel. Leva-se ao rio e ali pega-se uma folha de achibatá, extrai seu sumo e ordena à mulher ciumenta que lave com ele seus órgãos genitais.³⁹³

Mas o âmbar podia ser usado sozinho, em contato com o corpo. Nas Minas Gerais, a crença na gema orgânica era de que, segundo Almeida, “além de se fazer presente na terapia convencional como remédio para cura de infecções, icterícia, asma e todas as afecções da garganta, o âmbar possuía propriedades consideradas sagradas”.³⁹⁴

As pedras soltas também fizeram parte do universo da cura. Mas essa crença já estava presente desde a época de Caio Plínio Segundo, o velho, historiador romano morto em 79, que já escrevia sobre o poder curativo das pedras, recomendando o uso delas pelos enfermos. Cabrera, em seu livro, dá

³⁹² Para suspender a menstruação: sumo de tanchagem com pó de casca de ciba52; pó de ossos queimados, de pés de carneiros, ou de conchas marinhas, ou coral, ou pontas de veado, ou cascas de nozes queimadas, de dez a dose grãos vermelhos de peônia. Ver: ALMEIDA, Argus Vasconcelos de. *Saberes e práticas curativas no Lunário Perpétuo de Gerônimo Cortés (1555-1615) e sua influência no Nordeste brasileiro*. Olinda: UFRPE, 2912, p. 30.

³⁹³ CABRERA, Lydia Otán. *Iemanjá & Oxum: iniciações. Ialorixàs e Olorixàs*. Traduzido. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 295.

³⁹⁴ ALMEIDA, Carla B. Starling. Op. cit. p. 151.

algumas indicações do uso de algumas gemas como as que se encontram listadas nos inventários.³⁹⁵

QUADRO 9
Gemas e suas indicações no século XVIII

Gema	Indicação
Ametista	Cura de dores de cabeça, de gota e dor de dentes
Cristal Mineral	Contra diarréias, cólicas e artrite. Usado como sonífero e para aumentar leite das lactantes.
Diamante	Cura a loucura e transtornos biliares. É sudorífero nas febres e intoxicações. Usado no tratamento da lepra e acredita-se que é rejuvenescedor.
Esmeralda	Abre o apetite e restaura a visão. Cura a icterícia e outras enfermidades hepáticas. Usado contra a ansiedade e acreditava que era contraceptiva.
Jacinto	Ajuda nos partos, pelo seu poder tonificante para o coração. Usado contra convulsões e envenenamento.
Rubi	Cura enfermidades dos olhos e do sangue. Usado para curar inflamações e é calmante. Acreditava-se que em sua ação contra envenenamentos.
Topázio	Cura hemorragias e asma. Conserva os dentes e os ossos. Previne a calvície e é considerada digestiva e fertilizadora.

Fonte: IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. Gemas que foram listadas nos inventários e testamentos Setecentistas mineiros.

As propriedades curativas das pedras relacionadas no quadro acima são atribuídas não pela composição química, mas por uma relação de simpatia que a sociedade mineira acostumou a ter. As gemas, na pesquisa de Prieto, possui uma “corrente de fé nas virtudes mágicas das gemas” e que já havia se manifestado no antigo Egito e na Mesopotâmia.³⁹⁶ As pedras, em Sabará, continuaram a ser vistas, por alguns moradores, como tendo propriedades curativas e mágicas, e fazem parte das aspirações do homem, desde a antiguidade. Mas, o mesmo homem que aspira amor, poder, popularidade, reconhecimento, saúde entre outros, deixa transparecer seus medos, por isso necessita se proteger desses males, seja esse mal um mal social, com os inimigos políticos, os rivais, a pobreza, as doenças, ou os

³⁹⁵ CABRERA, Lydia. *Otan Iyebiyé: Las Piedras Preciosas*. Miami, Florida: Ediciones Universal, 1986, p. 83-103.

³⁹⁶ PRIETO, Maria Helena de Teves Costa Ureña. O significado dos lapidários antigos. Separata da Revista da Universidade de Coimbra. Vol. XXXVII, ano 1992, pág. 189-204.

perigos classificados com naturais, entre eles “tempestades e naufrágios, destruição das colheitas; esterilidade do gado; ataque de animais ferozes; mordeduras venenosas de répteis e escorpiões; doenças; morte.”³⁹⁷

Por tudo isso, nos inventários estão descritos, de forma farta, a relação de pedras, cravadas ou não nos brincos, anéis e colares, sugerindo que a joia pode ter sido usada como peça contra essas ameaças, além de outras como as sobrenaturais, os fantasmas, o mau-olhado e os malefícios das mais variadas ordens, já que estamos diante de uma sociedade que se fez, não só pelas aparências, mas também pelo temor ao desconhecido.

4.4 - Joias devocionais.

As joias, quando feitas e usadas com apelos religiosos, que denota obediência ou consagração por meio de voto, “que são as verdadeiras obrigações da verdadeira devoção do Cristão a Deus, & os Santos da Igreja”,³⁹⁸ são as classificadas como devocionais. As mais utilizadas pela sociedade mineira do século XVIII foram as medalhas, as verônicas, os crucifixos e os feitiços de santos, a maioria em ouro.

As joias listadas nos inventários da Comarca do Rio das Velhas no setecentos não foram descritas minuciosamente, no entanto algumas técnicas podem ser percebidas como “aberta no buril”, “anel de filigrana” ou “corações engranzados em ouro”, bem como arrolar formatos de pedras quando se descrevem joias “com suas pedras em cabuchão” ou “brincos de aljofre com olhos de mosquito”. A maioria descreve o material utilizado como “arrecadas em ouro” ou “botões de prata”, “cruz de diamante”, além dos corais, aljofares ou gemas das mais variadas formas e cores. Também podemos perceber em algumas peças quais foram a de uso cotidiano, já que muitas estão descritas “com seu uso” ou “quebrada”, e quais eram usadas como demonstração da fé.

As joias de caráter religioso encontraram na região das Minas Gerais um público diversificado, que utilizou dos ornamentos para manifestação de

³⁹⁷ Idem, *ibidem*. p. 196.

³⁹⁸ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Op. cit. volume 8, p. 27.

sua fé, apesar de alguns, nos momentos de dificuldade financeira, empenharam parte de seus bens.³⁹⁹ Minas Gerais também foi um local em que se destacou o investimento em igrejas, tanto na construção dos templos, quanto na decoração interna dos mesmos, o que explica, em parte, o uso de trabalhos de ouro e prata com esse apelo.

As jóias aqui chamadas de mágicas são as que, de alguma maneira, eram usadas como proteção aos males do homem ou da natureza. Como exemplos, citamos as gemas orgânicas, como o coral, os aljofares e o âmbar, que chamamos de amuletos, por se apresentarem em estado bruto. Então, a toda peça que possui alguns desses materiais agregados chamamos de mágica e se tiver sido feita por mãos humanas, receberá, nesse texto, o nome de talismã.⁴⁰⁰

Mas, como já foi citado, as joias não foram feitas somente para ataviar. Por isso, uma grande quantidade foi utilizada como pecúlio, dote ou reserva de valor, além de servirem para demonstração de fé. Na Sabará do século XVIII as mulheres demonstraram sua fé por meio dos ornamentos. Os ornamentos devocionais em posse das mulheres representaram 52% do total de todas as joias listadas nos inventários analisados.

Mas, se compararmos a posse desses ornamentos entre os homens brancos e os não-brancos, percebemos que os pretos, pardos e crioulos não se interessaram tanto pelas joias de apelo mágico e religioso ou não tiveram condições para adquiri-las. Somente 5% da população dessas “qualidades” investiram nesse ornamento.

³⁹⁹ Refere-se a uma cruz de diamante, empenhada ao padre Félix da Silveira, que aceitou também uma bola de âmbar da mesma pessoa. IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (03)35. Rosângela Moreira, 1733.

⁴⁰⁰ Segundo Bluteau, o talismã é um objeto consagrado, desde que feito com palavras e ritos particulares. O autor confessa que não tem muita notícia sobre o assunto e que “já anda nas práticas familiares dos crioulos deste Reyno”. Bluteau relaciona os principais motivos para os talismãs como a imagens de alguns signos celestes, ou de alguma constelação ou planeta, gravada em pedra ou em metal. Ele menciona a figura de um leão no ouro protege do mal do cálculo, e se com a figura do escorpião, cura as picadas do referido. Bluteau afirma que para que captar seguidores para o que ele considera uma ciência bastante fútil, os que fazem tais objetos inserem muitas imagens, que, “ou por milagre da onipotência divina, ou por arte diabólica produzirão maravilhosos efeitos”. BLUTEAU, Op. cit, vol. 8, p.28.

QUADRO 10

Relação das joias de devoção de caráter religioso e mágico nos inventários *post-mortem* na Vila de Sabará e seu termo, com seus respectivos possuidores.

Objeto	Posse
Figa	Alferes Antonio Duarte
Espírito Santo – pingente	Alferes Antonio Duarte
Verônica de São Bento	Capitão Jose dos Santos Silva
Cruz	Antonio da Rocha
Feitio de imagem N. Sra. Conceição	Catherina de Barros (preta forra)
Feitio do Espírito Santo	Catherina de Barros (preta forra)
Bracelete de coral	Catherina de Barros (preta forra)
Fios de Coral	Catherina de Barros (preta forra)
Cruz de ouro	Catherina de Barros (preta forra)
Verônica de São Bento	Catherina de Barros (preta forra)
Unha de onça encastoadada	Catherina de Barros (preta forra)
Figuinhas de ouro	Catherina de Barros (preta forra)
Olhos de Santa Luzia	Ana da Silva (crioula forra solteira)
Cruz de filigrana	Ana da Silva (crioula forra solteira)
Feitio de imagem N. Sra. Conceição com acorda	Ana da Silva (crioula forra solteira)
Corrente de São Bento	André Ferreira da Costa
Cruz de diamantes	Rosangela Moreira
Bola de âmbar	Rosangela Moreira (empenhada a um padre)
Crucifixo de ouro	Cel. Antonio de Sá Barbosa
Botão de camisa com o Espírito Santo esmaltado	Cel. Antonio de Sá Barbosa
Crucifixo com seu cordão	Capitão Antonio de Sá Barbosa
Crucifixo com uma cruz esmaltada	Capitão Antonio de Sá Barbosa
Argolinha de São Bento	Dona Jacinta Helena Barbosa
Cruz de Filigrana	Catherina Soares Pereira

Bracelete de coral	Catherina Soares Pereira
Figuinhas	Catherina Soares Pereira
Crucifixo com cordão	Manoel Dias Borges
Olhos de Santa Luzia	Maria Ribeira (crioula forra)
Cruz Resplendosa	Maria Correa das Neves
Crucifixo de ouro	Maria Correa das Neves
Cruz de Filigrana	Mathias de Crasto Porto
Cruz de diamantes	Mathias de Crasto Porto
Cruz de ouro de Chapa	Mathias de Crasto Porto
Senhora da Conceição (5 peças)	Mathias de Crasto Porto
São Brás	Mathias de Crasto Porto
Santo Cristo com cordão	Mathias de Crasto Porto
Verônica de São Bento	Mathias de Crasto Porto
Figa	Mathias de Crasto Porto
Meia lua (pendente)	Mathias de Crasto Porto
Verônica de São Bento	Capitão Manoel Lopes Machado
N. Sra. Conceição	Capitão Manoel Lopes Machado
Fios de corais machos	Capitão Manoel Lopes Machado
Cruz de diamante	Capitão Manoel Lopes Machado
N. Sra. Conceição	Custódio José de Almeida (preto forro)
Cruz de filigrana	Custódio José de Almeida (preto forro)
Unha de onça em ouro	Custódio José de Almeida (preto forro)
Cruz de diamante	Manoel de Souza de Oliveira
N. Sra. Conceição	Clara Josefa Lionarda
Fio de corais engransados	Clara Josefa Lionarda
Crucifixo de ouro	Margarida Alves (preta forra solteira)
Feitio de Conceição	Fernando Pereira Guimarães
Cruz de filigrana	Fernando Pereira Guimarães
Crucifixo de ouro	Domingas Pinto
Relicário de ouro	Maria Mansa da Conceição (Parda, solteira)
Corais engraçados/engrassados	Maria Mansa da Conceição (Parda, solteira)
Cruz de filigrana	Maria Angélica
Cruz de ouro	Manoel Martins

Cruz de ouro	Domingos Fernandes
Sra. da Conceição	Domingos Fernandes
N. Sra. Conceição	Maria Parreiras (preta forra)
Bolsa de São Bento	Grácia Rodrigues Bonfim (preta, forra, demente)
N. Sra. Conceição	Grácia Rodrigues Bonfim (preta, forra, demente)
Fios de corais (3 peças)	Grácia Rodrigues Bonfim (preta, forra, demente)
Imagem Senhor Crucificado	Dona Maria Pereira de Magalhães
Imagem de Santa Ana	Dona Maria Pereira de Magalhães
Corais miúdos	Rita Coelho Carneira
Cruz de Jerusalém	Rita Coelho Carneira
Cruz de ouro com diamantes	Páscoa Gomes dos Santos (Preta forra)
Crucifixo de ouro	Páscoa Gomes dos Santos (Preta forra)
Rosário de ouro	Francisca Norberta de Meneses
Cordão de ouro com crucifixo	Manoel Dias Borges
Crucifixo de ouro (3 peças)	Antonio de Sá Barbosa
Imagem de N. Sra. Conceição (2 peças)	Esperança Pereira do Lago (Parda)
Verônica de Santo Anastácio	Esperança Pereira do Lago (Parda)
Olhos de Santa Luzia	Esperança Pereira do Lago (Parda)
Corais em ouro (2 peças)	Esperança Pereira do Lago (Parda)
Imagem do menino Jesus	Esperança Pereira do Lago (Parda)
Verônica de N. Sra. Conceição e sua custódia	Esperança Pereira do Lago (Parda)
Anel olho de víbora	José Bernardes
Cruz de ouro	Dona Ignácia de Miranda
Bola de âmbar	Josefa Monteiro (preta forra)

Fonte: Inventários *post-mortem* – 1735-1815. IBRAM- Museu do Ouro/Casa Borba Gato

Outros talismãs descritos nos inventários foram as figas, as unhas e garras de animais encastoados em ouro ou prata e mesmo as contas enfiadas em ouro ou prata. Tais objetos, ainda pouco explorados pela historiografia brasileira, tiveram seu percurso mapeado por alguns pesquisadores, que abordaram o uso das joias pelo viés cultural.⁴⁰¹

⁴⁰¹ Dos pesquisadores que estudaram esses objetos citamos PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural*: op. cit, pp. 217-238; MACHADO, Paulo Affonso de Carvalho. *Ourivesaria baiana*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1973; LODY, Raul. *As penças de*

Pode ser que as pretas, crioulas e mestiças não tivessem como objetivo a preservação da cultura africana. Sabedoras de que as joias informavam muita coisa sobre o proprietário, elas se mostraram para a sociedade, não como guardiãs e sim como usuárias comuns. Apenas um caso de mulher branca empenhando joias foi encontrado nos documentos investigados. Todos os outros empenhos de ornamentos foram feitos pelas não-brancas.

QUADRO 11
Joias religiosas e mágicas em posse das mulheres negras

Descrição das joias
Bracelete de corais miúdos engrazados em prata
Bracelete de coral
Corais em ouro (2 peças)
Corais engraçados, engranzados, engrazados
Crucifixo de ouro
Cruz de filigrana
Cruz de ouro
Cruz de ouro com diamantes
Feitio de imagem N. Sra. Conceição com cordão
Feitio do Espírito Santo
Figuinhas de ouro
Fios de corais (3 peças)
Fios de Coral
Imagem de N. Sra. Conceição (2 peças)
Imagem do menino Jesus
Olhos de Santa Luzia
Pedras azuis engrazadas em ouro

balangandãs da Bahia: um estudo etnográfico das joias-amuletos. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1988; FACTUM, Ana B. S. *Joalheria escrava baiana: construção histórica do design de jóias brasileiras.* São Paulo: FAU-USP, 2005 (Arquitetura, Tese de doutorado); SILVA, Simone Trindade Vicente. *Referencialidade e representação: um resgate do modo de construção de sentido nas peças de balangandãs a partir da coleção Museu Carlos Costa Pinto.* Salvador: UFBA, 2005. Dissertação (mestrado Artes Visuais, Dissertação). Sobre os usos e as apropriações desses objetos, tendo com base as categorias com Cultura Popular e Cultura Erudita, ou mesmo sobre os processos de produção cultural, ver: CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações.* (trad. Port.) Lisboa: DIFEL, 1990; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.* (trad.) São Paulo: Companhia das letras, 1987.

Relicário de ouro
Unha de onça em ouro
Unha de onça encastoadada
Verônica de N. Sra. Conceição e sua custódia
Verônica de Santo Anastácio
Verônica de São Bento

Fonte: Inventários *post-mortem* – 1735-1815. IBRAM- Museu do Ouro/Casa Borba Gato

Não foram somente as mulheres negras que investiram em ornamentos de devoção religiosa e amuletos. Ao se comparar a posse desses ornamentos das mulheres de todas as “qualidades”, percebe-se que as mulheres brancas também investiram nessas peças.

QUADRO 12
Jóias religiosas e mágicas em posse das mulheres brancas

Peças	Proprietária
Cruz de diamante	D. Ignácia de Miranda
Cruz de diamante	Rosangela Moreira
Bola de âmbar	Rosangela Moreira
Argolinha de São Bento	D. Jacinta Helena Barbosa
Cruz de Filigrana	Catherina Soares Pereira
Bracelete de coral com figurinhas	Catherina Soares Pereira
Cruz resplendosa	Maria Correa das Neves
Crucifixo de ouro	Maria Correa das Neves
Brinco de aljofres pequenos	Inácia da Silva
Fio de contas de ouro	Inácia da Silva
Imagem de N. Sra da Conceição	Clara Josefa
Brincos de aljofres velhos	Clara Josefa
Fio de contas de ouro de pescoço	Clara Josefa
Fio de corais engrassados em ouro	Clara Josefa
Meada de aljofres	Clara Josefa
Cucifixo de ouro	Domingas Pinto
Cruz de ouro de filigrana	Maria Angélica
Cruz de Jerusalém	Rita Coelho Carneira
Rozário de ouro	Francisca Norberta de Meneses

Fonte: Inventários *post-mortem* – IBRAM- Museu do Ouro/Casa Borba Gato

Em relação às devoções, as mulheres pretas, crioulas e mestiças se prepararam mais que os homens dessas mesmas “qualidades”, investindo parte dos seus rendimentos nos ornamentos de caráter religioso. Os homens pretos, crioulos e mestiços preferiram investir em cordões, botões de ouro e em alguns brincos. Poucos foram os investimentos em objetos religiosos e mágicos. Devem ser destacados os crucifixos, as imagens de Nossa Senhora da Conceição e “hua unha de onça encrustrada em ouro”,⁴⁰² que pertenciam ao preto forro Custodio de Almeida Faria, casado com uma preta forra de nome Josefa de Souza.

Com relação às mulheres brancas, estas preferiram os anéis com diamantes em prata, enquanto as não-brancas investiram mais em anéis de ouro, sem detalhes. Outra variação que chamou a atenção foi o fato de que entre os bens das brancas não se acharam contas de ouro soltas. Isso apareceu apenas nos inventários das não-brancas, nos quais foram encontradas oitenta e seis contas de ouro dos mais variados modelos e tamanhos. Entretanto, em relação ao uso de fios de conta de ouro, as mulheres brancas os possuíam em maior quantidade.

As contas em ouro poderiam ser compradas ou vendidas separadamente. Quando postas em fio, formando um colar, não havia número certo de peças. Redondas ou ovais, as contas também podiam ser maciças ou ocas e se popularizaram entre os portugueses, segundo Solange Godoy, desde o contato com o povo Akan, em São Jorge da Mina, no século XV. Ainda segundo a mesma fonte, as contas foram largamente utilizadas pelas mulheres negras no Brasil, sobretudo na Bahia e também em Minas Gerais, como também na Martinica.⁴⁰³

As mulheres não-brancas parecem ter preferido as correntes de ouro. Já as brancas investiram em cordões. Se bem que parece se tratar do mesmo tipo de adorno, ou seja, uma peça em ouro ligada por elos. Porém, a corrente possui elos maiores e pode ser confeccionado sem muita técnica. Já o cordão apresenta-se mais delgado, tanto que na documentação alguns cordões descritos trazem o adjetivo “grosso” para dar a idéia de que é uma peça refinada, porém não tão delicada.

⁴⁰² IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 26. Custodio de Almeida Faria, 1746.

⁴⁰³ GODOY, Solange. *O círculo de contas*. Museu Carlos Costa Pinto, 2006.

QUADRO 13

Relação de joias em ouro e as respectivas possuidoras em Sabará do século XVIII.

Peça	Mulheres Brancas	Mulheres Pretas, Crioulas e Mestiças
Anel de ouro com diamante	1	0
Anel de prata com diamante	1	0
Anel de ouro	0	4
Anel de retrato	2	0
Argolas	3	3
Botões em ouro (pares)	12	19
Botões em prata (pares)	7	4
Brinco barriga de aranha	1	0
Brinco com aljófar	8	5
Brinco com pedra vermelha	0	1
Brinco de diamante	2	0
Brinco de ouro e diamante	0	2
Brincos de ouro	2	9
Brincos esmaltados	0	1
Broche	1	0
Caixilho de ouro	2	1
Contas de ouro	0	86
Coração	1	1
Coração Filigrana	0	1
Cordão	16	5
Corrente de braço	0	2
Corrente de ouro	0	3
Esgravatador	0	2
Fio de contas	3	1
Fivelas de ouro	1	0
Fivelas de prata	0	4
Joya	2	0
Laço e brinco (conjunto)	3	2
Laços	2	2
Memórias	15	10
Molho de Granada	1	0
Pedras azuis	0	1
Pente	2	0
Presilha de hábito	1	0
Rociclê de ouro	1	0
Ornamentos em coral - ⁴⁰⁴	8	11

Fonte: Inventários *post-mortem*: IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. 1735-1815

⁴⁰⁴ Devido a grande variedade de tipos de joias em que esse tipo de gema utilizada, optou-se por essa forma de demonstração, já que foram listados na documentação braceletes, anéis, fios, corais encarnados, corais em prata, corais em ouro, ramos de coral entre outros.

As crenças de que determinadas peças podem afastar perigos são antigas e provenientes dos mais variados locais. A proteção contra qualquer mal era invocada e parece que mesclada à religião foi usual na região das minas do ouro. Mas não só em Minas Gerais temos notícias dessas crenças. No Pará, um relato da visitação do Santo Ofício chama a atenção

Um índio, de nome Ancelmo, solteiro de acordo com os documentos, fugiu e se escondeu na casa do ourives Antonio da Silva. Ancelmo foi acusado de danificar o altar da igreja, quebrando a mesa para retirar parte da pedra, conhecida por “pedra de Ara” julgando que a mesma lhe daria proteção. O índio Ancelmo foi denunciado por outro índio de nome Cypriano que viu Ancelmo com dois pedaços da pedra de Ara nas mãos. Ancelmo teria dito ao outro índio que tinha as pedras “para ser Valente, Elhe não fazerem Mal facas Nem espadas nem paos”. Advertido que seria excomungado por furtar coisas da igreja, Ancelmo teria dito que “aquillo era pera remédio prezervativo, ter Mandinga e que a excumunhão lhe não fazia Mal”.⁴⁰⁵ Deu o índio mais valor à pedra (que provavelmente foi transformada em talismã pelo ourives Antonio da Silva) do que à possibilidade de ser excomungado.

Fora do Brasil, outros também buscavam proteção contra os males que não tinham controle. Utilizavam então amuletos e talismãs com esse propósito, como destaca Suzanne Blier sobre o povo “Bo”, na África, que se apegava a anéis contra picadas de serpentes. Ela afirma que:

[...] alguns anéis afastam as coisas ruins (nu gnan gnan). Alguns, não importa o que você fizer, ninguém vai lhe perguntar sobre isso. Outros se você pisar em uma cobra ela não vai picá-lo. Outros, ainda, se uma pessoa quiser envenená-lo, o anel irá alertá-lo sobre isso.⁴⁰⁶

Retornando à documentação cartorária produzida em Sabará do século XVIII, foi listado um item de ouro lavrado cujo nome nos remete à função de proteção citada anteriormente “dois anéis de ouro, um com olho de víbora e uma lamina peque/ (ilegível) em roda de ouro com suas pétalas [...]”.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978, p.215-216.

⁴⁰⁶ BLIER, Suzanne Preston. *African Vodun, art, psychology, and power*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1995. p. 387. Tradução livre do autor.

⁴⁰⁷ AEAM. Testamento de José Bernardes, fl. 4, pasta 0687, 01/01/1738.

Essa peça pertenceu a José Bernardes, nascido em Sabará, que registrou seu testamento em Mariana, em 1738. A importância desse anel reside no fato de conectar locais bem distantes, já que, além da crença do povo africano estudada por Blier, foi registrada uma manifestação dessa crença na proteção contra mordedura de cobras com essa pedra proveniente da ilha de Malta.

Corria o ano de 1719, quando o jesuíta Antonio Franco publicou o livro *“Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa”* onde narra o episódio referente ao olho de víbora. Escreveu que:

[...] dera o padre João de Brito a hum dos seus cristãos hum olho de víbora, dos que vem da Ilha de Malta e por meio dos quais pela intercessão de São Paulo livra Deos a muytos do veneno da mordedura peçonhenta . O cristão o engastou num anel, contando a hum seu tio gentio a virtude daquelle olho. Zombou do que se lhe dizia, e como a experiência não era difficultosa, levado de curiosidade, pedio emprestado o anel; [...] então lhe mostrou a outra mão com o olho [de víbora], que estava no anel, à vista do qual cahio alli morta a cobra, com assombro de mais de noventa pessoas entre Christãos, e gentios, que forao testemunhas deste prodígio. ⁴⁰⁸

Em um romance que recebeu autorização para ser impresso em 14 de outubro de 1748, intitulado *“Governo do Mundo em Seco, Palavras Embrulhadas em Papéis ou Escritório da Razão: exposto no progresso de hum dialogo, em que são interlocutores hum letrado, o seu escrevente, e os mais que se propozerem”*, o autor promove um dialogo em que a criada, apaixonada pelo escrevente, comenta sobre as propriedades mágicas da pedra que ficou conhecida como “olho de víbora”. A pedra em questão parece ser a ágata, pela semelhança com o globo ocular de um réptil, se lapidado em cabochão. ⁴⁰⁹ O dialogo transcorreu assim:

Criada - Tanto me sinto namorada de suas prendas, que para final do meu amor, aqui lhe dou a deste anel que tinha na mayor estimação, porque mo deu hum Clérigo meu conhecido, que por final ficou sem elle.

Escrevente – Não descubramos as faltas do nosso próximo: fallemos no que nos importa: e que pedra he esta, que tem no meyo?

Criada – Não he pedra; he um olho de víbora, que serve para muita cousa.

⁴⁰⁸ FRANCO, Antonio. *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa*. Coimbra: no Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1717. p. 769.

⁴⁰⁹ Cabochão ou Cabochon é a lapidação da gema na forma arredondada e sem faces.

Escrevente – E o para que mais servirá, daqui em diante será para testemunha de que v.m. me poz os olhos; e amos, que chega a dar o olho, ainda qye esteja huma víbora, não poderá dar olhado; pois este olho me preserva de todo o ar, que não seja o ar da sua graça. Mas, senhora, já que tenho mãos de harpia para pegar nestes mimos, desejará nesta ocasião ter unhas de grãbesta, para remunerar estas offertas; porque me dizem, que também tem huma virtude nunca vista para huns achaques, que nunca se entendem: porque nas mãos de v.m se suppriria esta falta; antes as unhas ahi subirão a se perolas, segundo as que estou vendo tem nelas enfiadas.⁴¹⁰

A ágata é uma das variedades do quartzo, com uma vasta gama de cores e formas e, em alguns casos, pode-se assemelhar-se a um globo ocular ou mesmo a uma pele de cobra.⁴¹¹ A maioria desse mineral ocorre como nódulos em rochas eruptivas, ou antigas lavas, onde preenchem as cavidades produzidas originalmente pela desagregação do vapor na massa derretida, e então preenchido, completamente ou parcialmente, pela matéria silicosa depositada em camadas regulares em cima das paredes.⁴¹² Esses minerais, quando cortados transversalmente, exibem uma sucessão de linhas paralelas, frequentemente de extrema tenuidade, dando uma aparência unida à seção e por isso tais pedras são conhecidas como ágata unida e ágata listrada.

Segundo Bluteau, A ágata é uma “pedra preciosa cuja cor de ordinário he vermelha, mas matizada com veas de varias cores, que parece se recreou a natureza em debuxar payses, bosques, montes e outras figuras”.⁴¹³ Bluteau completa que a pedra era usada como remédio para picadas de escorpiões e aranhas, e que por instinto natural, as águias buscam e a mete no ninho, para preservar aos filhos de todo o gênero de peçonha.

⁴¹⁰ SILVA, Silvestre Silvério da, 1748 - *Governo do Mundo em Seco, Palavras Embrulhadas em Papéis ou Escritório da Razão, exposto no progresso de um diálogo, em que são interlocutores um letrado, o seu escrevente e as mais pessoas que se propuserem*. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno. p. 74. Grifo meu.

⁴¹¹ Ágata (parecida a la piel de serpiente), é um mineral com a textura de uma pele de cobra de forma trigonal. E ainda Indicações: claridad, entendimiento, sosiega las emociones revolucionadas; para pensar de forma serena y reflexionar antes de actuar; buena para el cerebro, el metabolismo, la linfa, los fluxos corporales, reduce el estreñimiento y mitiga las alergias”. GIENGER, Michael. *Piedras curativas: 430 piedras de la A a la Z*. Madri: Editora Edaf, 2008. p. 16.

⁴¹² BRANCO, Pércio de Moraes. *Dicionário de Mineralogia e Gemologia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

⁴¹³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000 (CD-Rom).

Fig. 9. Exemplos de ágata, à direita, talhe em cabochão.



Fonte: <http://images.wikia.com/forgottenrealms/images/9/9d/Eye_Agate.jpg> Acesso em 15/09/2012.

Fig. 10. Jararaca-ilhoa (*Bothropoides insularis*), endêmica da Ilha de Queimada Grande, no Estado de São Paulo.



Instituto Butantan – São Paulo. Foto: Giuseppe Puorto.

Fig. 11. Anel em prata com ágata incrustada, proveniente do Irã.



Fonte: <http://mecollectibles.com/eyed-agate-silver-rings/1490-iran-natural-eye-agate-aqeeq-aqiq-silver-900-ring.html>. Acesso em 15/09/2012.

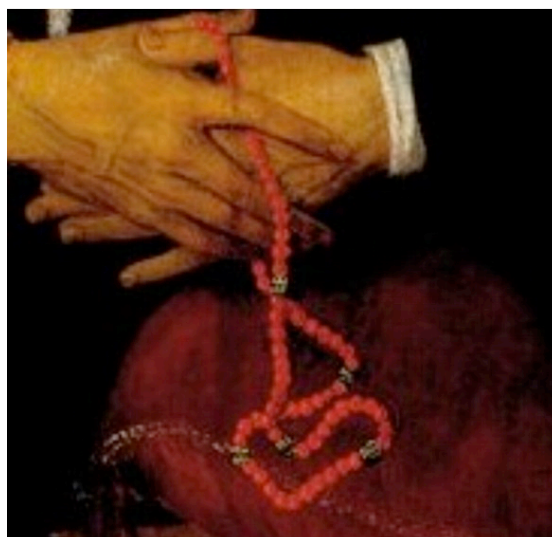
Além da conexão entre espaços, temos exemplos de materiais que conectam culturas diferentes, como é o caso já salientado do coral, que tanto serviu aos africanos, simbolizando laços familiares e de poder, quanto aos povos mediterrâneos, que o empregaram como objeto de proteção. No inventário do Padre Tomas de Moura, morto em 27/4/1785, está descrita uma quantidade considerável de livros relacionados ao exercício do sacerdócio e alguns de filosofia. Mas, o que mais chamou a atenção foi a existência de uma peça que, comumente, não era usada pelos clérigos. O primeiro item a ser listado no inventário do Padre foi ouro em pó e lavrado, num total de 26.785 oitavas de ouro.⁴¹⁴ E entre os bens listados nessa categoria existiam

⁴¹⁴ A referência utilizada para essa contabilidade era 1\$400 (mil e quatrocentos réis) a oitava, perfazendo um total de 37\$500 (trinta e sete mil e quinhentos réis).

“dois fios de corais engranzados avaliados a 3\$600” (três mil e seiscentos réis).⁴¹⁵

O padre Tomas, que se mostrou um homem letrado,⁴¹⁶ pode ter utilizado os fios de corais em busca de mais proteção, já que o coral, no século XVIII, no Brasil, foi usado na busca da longevidade, além de lhe ser atribuído algum poder profilático. Outra possibilidade, não excludente, era ser o objeto tomado como um rosário pelo padre, como o da pintura abaixo.

Fig. 12 e 13 - Retrato de senhora com rosário, século XVI (1550-1560) autor desconhecido.



Museu Nacional de Arte Antiga – Lisboa. Fotografia: João Pessoa, 1994. Copyright - © IMC / MC.

⁴¹⁵ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSOI-(59)446. Padre Tomás de Moura, 1785.

⁴¹⁶ Entre os livros, citamos um tomo Soares de penitência em folio, dois tomos Soares cursos Filosóficos em folio velhos, um tomo Nogueira Exposito Bulu Cruciato em folio, uma Prasódia de Bento Pereira, três tomos de Gratiano de Gregório Nono de Bonimos Oitavo em Folio, um tomo de comentário de Justiniano em folio, dois tomos de Pisinelle Mundus em folio, um tomo de Picinelle Lumino Reflexa em folio, um tomo de Amaro dos Anjos Sermões, 11 tomos de Cornélio Alaúde em folio, cinco tomos de Nova Floresta Bernardes, 15 tomos de Sermões do Padre Vieira, uma Bíblia Sacra, um tomo de Gradus Act Parnasum, in oitavo, um tomo Ritual Romano, um tomo Ofício de defunto, um tomo de Ordenandus Pugadores e Confessores in quarto, um livro espiritual intitulado Luz e Calor in quarto, um Brasilia Pontifitio in quarto grande, um tomo Exercício de Rodrigues Espiritual em folio, entre outros volumes, uma vez que a extensa a lista apresentou mais de 40 itens relacionados a literatura.

O coral do quadro acima é chamado *Coralium rubrum*, proveniente do mar mediterrâneo, e foi bastante utilizado no século XVI, principalmente pelo seu poder profilático contra venenos. Seja nos rosários e terços, seja em ramas, esse material deveria ser de uso restrito aos mais abastados, diferente das Minas Gerais de quase duzentos anos depois, onde o coral foi bastante acionado como peça de ornamento simples, como remédios e poderosos amuletos ou talismãs, além de ser um material que sugeria aproximações culturais com os africanos.

O âmbar também fez parte do universo das chamadas joias de proteção. E em alguns documentos essa gema orgânica foi listada na categoria de ouro lavrado. Entretanto, eram mais raros que os corais e os aljofares, com indica Paiva.⁴¹⁷

Acreditamos que algumas peças, por não terem semelhanças com as criadas para determinados grupos sociais, como militares, magistrados, religiosos, viúvas, esposas de altos funcionários, filhas e filhos de cidadãos mais abastados, entre outros, receberam nomes por semelhança com coisas do dia a dia ou da natureza. Neste caso, podem ser citados, por exemplo, brincos de meia lua, de folha de oliveira, de asas de morcego, de âncora, de bolota e cestinhas.

Na impossibilidade de indicar quem deu nome às peças, se usuários ou se os próprios ourives, destacamos somente que algumas pedras tornaram-se as preferidas para homenagear o cotidiano. Os quartzos foram, muitas vezes, descritos como olhos de gato, pedras acastanhadas e listradas e como olhos de tigre. Nessa ordem de idéias, houve pedras que, pela textura, cor, aparência, dureza entre outras qualidades, serviram de base para nomear determinadas jóias, como “brincos barriga de aranha” ou as lascas de diamantes conhecidas por “olhos de mosquito”.

⁴¹⁷ Os materiais relacionados como sendo de propriedades mágicas são, entre outros, o âmbar, o azeviche, o coral e os aljofres. Ver: PAIVA, Eduardo França. Sociabilidade, magia e relações de poder no universo cultural afro-brasileiro. *Anales de Desclasificación*, v. 1, p. 861-876, 2006. p. 868.

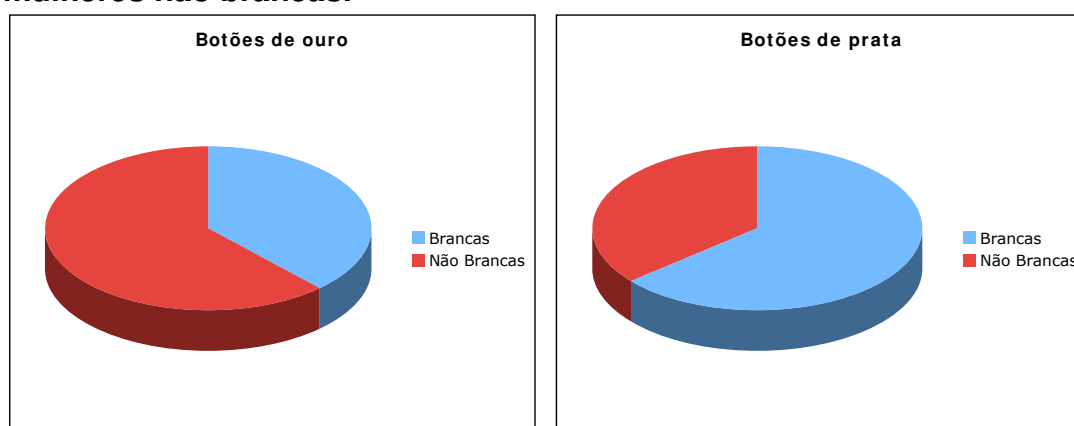
CAPÍTULO 5

Tipologia das joias: adornos usados na Comarca do Rio das Velhas

A leitura dos inventários nos mostra que os habitantes de Sabará, no século XVIII, possuíam mais botões do que qualquer outro ornamento, sendo mais utilizados pelos homens. Nos inventários analisados foi possível perceber que os homens possuíam 58% de todos os botões listados. No total foram cento e sessenta e um pares e os homens possuíam noventa pares de botões em ouro e somente três pares em prata.

Vários foram os usos para esses ornamentos. No universo feminino foi possível flagrá-los ora como brincos, ora como peças do vestuário. Porém, enquanto a mulher branca utilizou mais dos botões de prata, as pretas, crioulas e mestiças preferiram investir nos botões de ouro.

Gráfico 03. Posse de botões de ouro e prata pelas mulheres brancas e mulheres não brancas.



Fonte: Inventários *post-mortem*. IBRAM – Museu do Ouro/Casa Borba Gato.

O botão de ouro foi o ornamento mais penhorado em Sabará do século XVIII, então pode ser que as não-brancas tenham visto uma possibilidade de investimento nesse ornamento, visando empreendimentos futuros. Outra possibilidade desse investimento seria o de ao gosto da época, preferindo os de ouro, o que indica, também, as mobilidades financeiras que elas experimentaram.

Fig. 14 - Botão. Século XVIII (1750)



Dimensões: diâmetro de 3,5cm.

Botão de forma circular em metal branco, decorado com vinte e nove minas novas, dispostas concêntricamente em dois círculos, rodeando uma maior, central.

Foto: Luisa Oliveira, 2004. - Copyright: IMC/MC
Museu Nacional do Traje. Lisboa - Portugal

Em se tratando de botões como peça de vestuário, esses eram bastante utilizados, provavelmente em eventos festivos ou em ocasiões solenes, ao menos no até o século XVIII.⁴¹⁸

Vários botões foram listados nos inventários, quase sempre listados em pares, e em alguns documentos estão descritos como sendo de camisa, calções ou punhos. No inventário já citado de Mathias de Crasto Porto,⁴¹⁹

⁴¹⁸ Se considerarmos a tradição do Norte de Portugal, encontraremos peças pequenas que adornavam as orelhas das crianças e que recebiam o nome de “botões”. Essas peças tinham, muitas vezes, incisões de símbolos astrais com função protetora, e no caso de a criança morrer, eram vendidas para ajuda na compra da mortalha. Segundo a tradição, a menina, após o nascimento, tinha as orelhas furadas a fim de receber os pequenos brincos, geralmente ofertados pela madrinha ou pelos pais, quando aquela não tinha condições de o fazer. MOTA, Rosa Maria. *O uso do ouro nas festas da Senhora da Agonia. op.cit, 2008, p.196.*

⁴¹⁹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 19. Mathias de Crasto Porto. 1742.

encontramos a maior quantidade relacionada dessas peças. O referido capitão possuiu vinte e quatro pares, entre botões de ouro e de prata, e todos se encontravam penhorados com ele. No inventário estão listados trinta e quatro itens, sendo que 29% eram botões, como se pode observa no quadro abaixo.

Quadro 14
Quantidade de botões penhorados no inventário de Mathias do Crasto Porto

Quantidade de botões	Penhores de:
Um par de botão de filigrana	-
Quatro pares de botões pequenos de filigrana	-
Um botão de pitanga	-
Treze pares de botões de vários tamanhos	Simão Machado
Um par de botões grandes	Coronel Faustino Pereira da Silva
Um par de botões de bico	Coronel Faustino Pereira da Silva
Um par de botão pequeno e liso	Joana Monteiro
Um par de botão pequeno	Joana Monteiro
Um par de botão de ouro	Josefa de Meneses
Um par de botão de bico	Josefa de Meneses
Um par de botão de ouro	Antonio Teixeira de Lomba

Fonte: Inventários *post-mortem*. IBRAM – Museu do Ouro/Casa Borba Gato.

Quadro 15
Outras joias penhoradas que aparecem no inventário de Crasto Porto

Nome da peça	Quantidade
Cordão de ouro	8 pares
Senhora da Conceição	5 unidades
Argola	4 unidades
Memória	3 unidades
Brinco	2 unidades
Anel	1 unidade
Corrente	1 unidade
Cruz de chapa	1 unidade
Figa	1 unidade
Santo Cristo	1 unidade
São Bento	1 unidade
São Brás	1 unidade

Já o alferes Antonio da Cruz Duarte,⁴²⁰ cujo inventário foi aberto em 09 de junho de 1722, possuía a segunda maior quantidade de botões registrados nesse tipo de documento. De uma só vez, os louvados listaram

⁴²⁰ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (01) 04. Alferes Antonio da Cruz Duarte. 1722.

“vinte e um pares de botões lisos”. Não sabemos ao certo em qual parte do vestuário esses botões foram usados, como os que estão listados no inventário do Coronel Antônio de Sá Barbosa, casado, morador de Roça Grande:

[...] um par de botões de ouro de filigrana pequenos de camisa com um Espírito Santo esmaltado que tudo tem de peso uma oitava e três coartos avaliada cada oitava a mil e quatrocentos réis que emporta dois mil e seiscentos e vinte e cinco réis.⁴²¹

Outro inventário que esclarece uma das funções do botão foi o do preto forro Custodio de Almeida Faria. Casado com a preta forra Josefa de Souza da Cruz, esse homem teve seu inventário feito em 7 de junho de 1746. Nele consta, além de várias peças de ouro e prata, “outros pares de botões de punhos, com pezo de duas oitavas e meia a mil e quinhentos réis”.⁴²² Mas, a maioria não especificou o uso, sendo assim, não podemos aferir a quantidade desses botões que foram ligados ao vestuário ou ao adorno corporal.⁴²³

Recorrendo ao dicionário de Rafael Bluteau, ele escreveu que “Botam, [é uma] bolinha de metal ou paosinho esférico envolto em pano, ou em fios, o qual serve de ajuntar huma parte da vestidura com outra”.⁴²⁴ Outros autores, como Antonio de Moraes Silva⁴²⁵ e Luiz Maria da Silva Pinto⁴²⁶ explicam que o botão é uma peça do vestuário. Porém, na joalheria portuguesa, o botão é um brinco de pequena dimensão.⁴²⁷

Uma pista do uso do botão como ornamento de orelha, aparece no testamento de Manoel Domingues de Azevedo, português, natural da Freguesia de São João da Vila, Arcebispado de Braga, que registrou seu testamento em Sabará, em 1741. Nele, além de declarar que era solteiro e

⁴²¹ IBRAM. Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO (03)36. Coronel Antonio de Sá Barbosa. 1734.

⁴²² IBRAM. Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO (021) 28. Custodio de Almeida Faria. 1746.

⁴²³ Poucos foram os inventários que aparecem discriminados o uso dos botões, como “botão de ouro de camisa pequeno” ou “botões de punho”.

⁴²⁴ BLUTEAU, Rafael (1712-1721), *Vocabulario Portuguez, e Latino*, op. cit, p. 168.

⁴²⁵ SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813..

⁴²⁶ PINTO, Luiz Maria da Silva. . Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva 1832.

⁴²⁷ MOTA, Rosa Maria dos Santos. Glossário. Glossário. op. cit, 2011,. p. 48.

que tinha um filho com a escrava de nome Esperança, esclareceu que algumas joias de sua posse eram da mãe do seu filho. Ele declarou que

[...] dois botois ou brincos (ilegível) ou cruz, dois pares de botois de prata, tudo eh da dita preta Esperança que o agenciou de tudo [e] se lhe entregara [o conjunto] que eh seu e que não deve entrar em meu inventário [...] ⁴²⁸

Rosa Mota insiste que os botões são considerados somente como brincos de pequena dimensão, utilizados até hoje na região do Minho, como sendo os primeiros brincos usados pelas meninas, sequer cogitando outra possibilidade de uso. ⁴²⁹ Mas lembremos que na documentação pesquisada, o botão é uma peça de vestuário e foi usado não de forma corriqueira e sim em eventos públicos, onde pudessem ser vistos por uma grande quantidade de pessoas ao mesmo tempo. Mota não errou em caracterizar o botão como ornamento de orelha, porém tal ornamento foi considerado como brinco a partir do final do século XIX.

O segundo objeto mais presente entre os bens listados nos inventários setecentistas foram os brincos. Os mais usuais eram os de ouro, com aljofares ou diamantes, os brincos à rei, largamente utilizados no adorno das santas, as argolas, arrecadas e os botões. Dos brincos listados, encontramos 46% deles em inventários de homens.

Encontrar brincos nos inventários masculinos pode nos indicar que se encontravam penhorados com eles. Alguns inventariados, como Mathias de Crasto Porto, o Capitão Manoel Lopes Machado e o Tenente Custódio José de Almeida, possuíam, no rol, não só brincos, mas também laços, braceletes, broches em filigrana, todos, indubitavelmente, ornamentos corporais femininos. Uns aparecem listados como “ouro lavrado penhorado”, outros não estão descritos assim, o que nos leva a crer que não foram resgatados, passando, desse modo, a fazer parte do patrimônio de quem os recebeu como penhor.

No inventário de Custódio José de Almeida, encontramos “um par de brincos de prata com pedras vermelhas falsas, avaliado em \$900”

⁴²⁸ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-TEST. (04) 09. Manoel Domingos de Azevedo - 1741

⁴²⁹ MOTA, Rosa Maria. *Glossário*. Op. cit, 2011, p. 48.

(novecentos réis) e, “seis pares de brincos de cristal encastados, avaliados em 3\$300” (três mil e trezentos réis).⁴³⁰ Como era solteiro, essa condição podia indicar uma pessoa que via as joias como pecúlio e como um investimento seguro. Por outro lado, algumas dívidas podem ter sido pagas com tais ornamentos. Em se tratando de uma penhora, se o devedor não quitava a dívida, na forma da lei, a coisa penhorada era apropriada pelo credor.

Encontramos listados nos inventários mais de trinta modelos de brincos. Entre eles, destacamos os brincos de ouro, de diamante, de prata, de ouro com diamantes, brincos com pedras falsas, brincos de aljofares, brincos esmaltados e brincos especebeque. Além disso, percebemos a presença de outros modelos de brincos que enfeitavam as santas, como os brincos a rei que fazem parte do acervo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sabará.



Fig. 15 - Par de brincos, dividido em 3 partes, tendo um laço no meio e pingente na porção inferior, brincos Neoclássicos.

Par de brincos neoclássicos, também chamados de “Brincos a rei” em Prata dourada e crisoberilos do acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, datado do século XVIII. Alt. 9.5 x larg. 2,4 cm. Fotografia de Luisa Oliveira, 201. Copyright: © IMC / MC

⁴³⁰ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (08)89. Tenente Custódio José de Almeida, 1793.

Fig. 16- Imagem de Nossa Sra. da Conceição, portando brincos neoclássicos.



Fonte: Imagem digitalizada do postal da Igreja de Nossa Sra. da Conceição de Sabará – Minas Gerais.

O fato de o brinco ser a segunda peça de ourivesaria preferida na Comarca do Rio das Velhas, no século XVIII difere do que acontecia em outras regiões do reino. Em Portugal, mais precisamente no Minho, as mulheres andavam sempre com brincos. Era o primeiro ornamento que elas adquiriam e funcionava, também, como amuleto, como afirma Mota:

Os brincos, tal qual o sanselimão, a figa e o trevo funcionavam como um amuleto. Os ouvidos, mais que outras partes do corpo, precisavam de muita proteção, pois são orifícios que estão permanentemente abertos ao exterior e, portanto, muito vulneráveis à entrada de maus espíritos, ou à saída dos bons que no corpo eventualmente estivessem alojados.⁴³¹

⁴³¹ MOTA, Rosa Maria. *O uso do ouro nas festas da Senhora da Agonia*. Op. cit, p. 196.

Percebe-se que na Sabará do século XVIII esse ornamento foi importante, pois podemos flagrar na documentação uma vasta informação sobre quais brincos eram de uso cotidiano, já que foram listados “brincos quebrados” ou “brincos com seu uso” ou, até mesmo, “um brinco”.

É bem provável que o brinco foi para alguns moradores de Sabará mais que um adorno. Em alguns casos pode ter sido usados como talismã e para outras pessoas o brinco foi usado como reserva de valor, sendo empenhados ou vendidos em épocas de aperto financeiro.

Avançando um pouco no tempo, o Brasil do século XIX, mais precisamente no Rio de Janeiro, o viajante Thomas Ewbank, um protestante norte-americano que visitou a cidade, se encantou com a quantidade de ornamentos que as mulheres desfilavam nas ruas. Diante disso, ele escreveu: “pode haver uma sugestão filosófica no brinco”.⁴³² Não estava enganado, já que mencionou esta sugestão filosófica ao visitar a Rua dos Ourives e lá, flagrou uma vasta gama de amuletos, das mais variadas formas e materiais.⁴³³

Analisando a quantidade dos brincos disponíveis nos inventários, percebe-se que as pessoas que se utilizaram do expediente do penhor ou da venda direta, fizeram-no de maneira diferenciada das mulheres do Minho. As mulheres daquela região utilizavam os brincos como principais ornamentos corporais. De acordo com Mota, “a primeira peça a integrar o espólio de uma mulher eram os brincos”.⁴³⁴ Desde criança, os brincos faziam parte do universo feminino, a ponto de, mesmo sendo obrigada a se separar deles, principalmente quando eram usados como, para conseguir saldar uma dívida, ela entregava apenas um brinco, devido ao peso social que esse ornamento possuía. Assim,

[...] toda aquela que em público tivesse as suas orelhas despidas seria apelidada de mulher fanada. Quando a mulher se via obrigada a empenhar uma jóia e tendo que ser o brinco por não haver peça de maior valor, ou por não possuir outra, começava por empenhar só um, e tapava com o lenço a orelha nua ou

⁴³² Ewbank, Thomas. op. cit, 1976. P., 105.

⁴³³ Paiva atrelou o uso do brinco como se fosse um amuleto, ao menos na visão do viajante Thomas Ewbank. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural*. Op. cit, 2006,. p, 218.

⁴³⁴ MOTA, Rosa Maria. *O uso do ouro nas festas da Senhora da Agonia*. Op.cit, p.195.

inventava pretextos de doença numa orelha para justificar o facto de trazer só uma peça.⁴³⁵

Nos documentos, pode-se perceber que os brincos em Sabará, no século XVIII, não foram as primeiras peças escolhidas para penhora, talvez devido ao apreço a essa peça; os botões foram mais penhorados. Encontrei apenas dois brincos descritos com este fim.

Um brinco esmaltado de azul com um pendente de cristal, outro dito do mesmo esmalte com seu pendente do mesmo ouro, umas argolinhas com uma figa por pendente, outra argolinha com uma meia lua, duas figuinhas por pendente do mesmo ouro que tudo tem de peso seis oitavas e doze vinténs, penhores do ajudante Manoel Gonçalves Cruz, avaliados cada oitava a mil e duzentos réis emporta a dinheiro 7\$650.⁴³⁶

Porém, os brincos podem ter sido usados como pecúlio para alguns que, em tempos difíceis, desfaziam-se deles. Essa hipótese explicaria o fato de um comerciante, assassinado em 1793, possuir entre seus bens pessoais, a maior quantidade de brincos listadas de uma só vez em inventários. Possuía o rico comerciante vinte e dois pares de brincos, sendo, como já mencionado anteriormente, “onze pares de brincos especebeque”.⁴³⁷

Dessa maneira pode-se suspeitar, então, que as orelhas eram as partes do corpo que as mulheres mais adornavam e o brinco fazia parte do dote ou da reserva de valor na sociedade setecentista, além de “acompanhar todos os ritos de passagem na vida de uma mulher.”⁴³⁸ Na Comarca do Rio das Velhas preferiram-se os brincos de ouro, sendo listados 33% de objetos deste tipo. Os com aljofares, preferência das mulheres brancas, eram 26% do total e os que tinham diamantes também eram frequentemente usados para se ataviar as orelhas femininas. Do total, 57% dos brincos estavam listados em inventários masculinos, o que pode significar que os homens, mesmo presenteando suas esposas, ficaram com a posse deles.

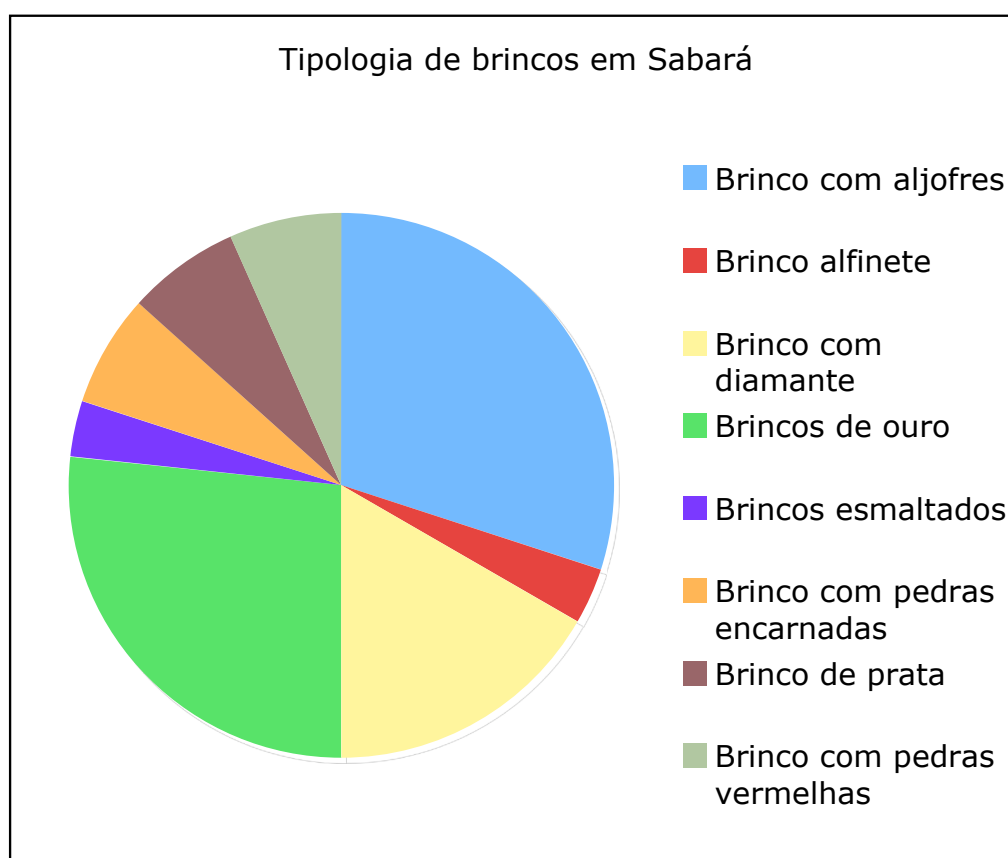
⁴³⁵ MOTA, Rosa Maria. *Glossário*. 2011, p. 48. Ver Também MOTA, Rosa Maria. *O uso do ouro nas festas da Senhora da Agonia* 2008, p. 196.

⁴³⁶ IBAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO (02)19. Mathias de Crasto Porto. 1742.

⁴³⁷ IBAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (08) 89. Tenente Custodio José de Almeida. 1793.

⁴³⁸ SILVA, Maria Eduarda Coquet Barbosa e. *O ouro das mulheres de S. Mamede de Este: valor social e simbólico das joias*. Dissertação (Mestrado) à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 1989. p. 114.

Gráfico 4. Tipos de brincos encontrados nos inventários da Comarca do Rio das Velhas: 1735-1815.



Fonte: IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. Inventários *post-mortem*. 1735-1815.

Deve ser esclarecido aqui que, brincos, em pares, referem-se sempre a ornamentos para as orelhas. Já o brinco, singular, pode ser um tipo de ornamento que se usa como se fosse um broche. Como os louvados não esclareceram qual o tipo de brinco estavam listando, vamos considerar que essa peça fosse de uso nas orelhas, a menos que os louvados fizessem a descrição do brinco de peito, broche ou joia, como definiu Bluteau.⁴³⁹

A terceira peça mais utilizada para o ornamento foi o cordão, que está listado em 34% dos inventários. Vale lembrar que em alguns desses documentos aparecem mais de um cordão. Novamente, no inventário de

⁴³⁹ BLUTEAU, Raphael. *Dicionário*. p, 193.

Mathias de Castro Porto estão listados oito pares de cordão em ouro, todos penhorados pelo Coronel Faustino Pereira da Silva.

Dona Jacinta Helena Barbosa, a quem já nos referimos por ser a única em cujo inventário aparece o termo “joya”, também foi possuidora de seis cordões de ouro, sendo cinco de “ouro grosso”, que variavam de quinze a sessenta e duas oitavas, e um de “ouro fino pesando trinta e cinco oitavas.”⁴⁴⁰

Ana da Silva, crioula forra e solteira, possuía, em seu inventário, seis cordões de ouro. Quatro deles aparecem listados separadamente e outros dois foram listados assim:

[...] huma cruz de filigrana com suas voltas de cordão com o peso de tudo de sete oitavas e três coartos de ouro emporta pela avaliação de mil e coatrocentos réis a oitava em dez mil oitocentos e cincoenta réis. Um feitio da imagem de Nossa Senhora da Conceição com sua volta de cordão que tem de peso nove oitavas e três coartos avaliada cada oitava a mil e coatrocentos réis emporta treze mil seiscentos e cincoenta réis.⁴⁴¹

Orelhas, pescoço e colo eram as partes preferidas para os adornos, juntamente com peças do vestuário, como camisas, punhos para os homens e algumas camisas para mulheres, nas quais usavam os botões. Já os ornamentos em ouro e prata para dedos, pulsos e braços são os que menos aparecem.

Os anéis foram apreciados na Comarca do Rio das Velhas, porém menos que os botões, os brincos e os cordões. A preferência foi pelo anel de ouro com pedras: diamantes, ametistas, crisólitas ou identificadas como “pedras vermelhas” ou “pedras falsas”. Como já mencionado, não era a peça preferida para penhor, mas era peça mais usada no universo masculino que no feminino.

Provavelmente, o anel não era um adorno tão apreciado em função da dificuldade que ele proporcionava no manuseio de qualquer coisa, ou seja, podia impedir algum trabalho mecânico. Como a maioria estava em posse dos homens, pode-se inferir que eram anéis que sugeriam algum tipo de distinção social; muitos deles tinham pedras cravadas ou eram bem

⁴⁴⁰ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (01)03. D. Jacinta Helena Barbosa. 1728.

⁴⁴¹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (25)5. Ana da Silva. 1731.

trabalhados com a técnica de filigrana. Poucos anéis de prata foram encontrados na documentação, evidenciando que esse material, nessas peças, não recebeu muita atenção dos habitantes de Sabará.

Fig. 17 - Anel em ouro, crisólita e topázio ao centro, peso: 10,0 gramas.



Fonte: IBRAM/Museu do Ouro- Sabará.⁴⁴²

Os anéis que se encontram no acervo do Museu do Ouro, em Sabará, sugerem que esse tipo de ornamento não era utilizado no cotidiano, em função do tamanho e do peso aferido. Outra pista que temos de que os anéis não eram muito utilizados reside no fato de que não houve nenhum inventário consultado em que fosse descrito que o anel estava “com seu uso”, “quebrado” ou faltando pedras, como muitas peças foram listadas: um “par de brincos, um deles quebrado que tem metade de ouro”, listado no inventário de Manoel Martins⁴⁴³ ou o “cordão de ouro com seu uso”, do morador do sítio Água Clara, freguesia de Curral Del Rei, o Sr. Domingues Fernandes, morto em 1773.⁴⁴⁴

⁴⁴² Não consta na ficha, procedência e nem data. O número de tomo do IPHAN 1972.12.41, pertencente ao acervo Museu do Ouro Sabará/Minas Gerais.

⁴⁴³ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (06) 54. Manoel Martins, 1771.

⁴⁴⁴ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (06) 65. Domingos Fernandes, 1773.

Fig. 18 - Anel oval, em ouro, com cercadura de crisólitas, tendo ao centro, pedra branca lapidada em cabuchon.⁴⁴⁵



Fonte: IBRAM/Museu do Ouro- Sabará.

Os anéis que temos com exemplos eram grandes e pesados. Mesmo os anéis vistos em museus portugueses, já que muitas peças usadas na Comarca do Rio das Velhas tinham como referência visual as usadas em Portugal, também aparentavam ser de tamanho e peça incompatível com funções que obrigavam o uso das mãos por muito tempo. Mas, poderia haver anéis mais leves, menos elaborados, sem muita pedraria, como o que possuía a parda Maria Mansa da Conceição, que foi avaliado em \$600 (seiscentos réis),⁴⁴⁶ devendo ter de peso menos de dois gramas de ouro. Mas as peças listadas nos documentos passam de seis gramas de ouro.

⁴⁴⁵ Sem mais informações na ficha catalográfica, apenas constando que “foi adquirido em 1950. Tombo nº 1948.12.29. IBRAM-Museu do Ouro- Sabará.

⁴⁴⁶ Apesar do montate de joias da parda Maria Mansa da conceição ser variado, entre eles corais, fivelas de prata, cordão de ouro, lacinho e um relicário com lacinho de ouro, ela possuía esse anel de ouro, e somente esse exemplo foi visto na documentação. IBRAM-Museu do Ouro-Casa Borba Gato. CPO-I (06) 03. Maria Mansa da Conceição, 1770.

As contas de ouro ou mesmo de prata também foram registradas nos inventários e testamentos produzidos em Sabará. A preferência por esse tipo de adorno era quase exclusivo de mulheres. Entre elas, parece que as negras investiram mais nesse objeto.

A quantidade significativa de contas pode ser vista como uma forma de pecúlio, já que muitas não se encontravam na forma de colares ou em fios, como se costuma perceber na descrição de viajantes e autores que pesquisaram os ornamentos do século XVIII. Rosa Maria Mota nos mostra que as contas foram importantes na região do Minho, ocupando o segundo lugar na preferência feminina: “O colar de contas – uma das peças mais emblemáticas deste conjunto de jóias – era o segundo ouro que se comprava”.⁴⁴⁷

O mesmo, entretanto, não acontecia na Comarca do Rio das Velhas do século XVIII, já que poucos foram os inventários que listam as contas agregadas a fios ou em colares. Muitas dessas contas estavam soltas, como as da parda Esperança Pereira do Lago, que possuía “quarenta e nove contas de ouro” soltas, já tendo, segundo os louvados, “umas contas de ouro maciço” avaliadas em 6\$300 (seis mil e trezentos réis).⁴⁴⁸

Apesar da maioria das contas se apresentarem soltas, sejam elas em ouro ou em prata, havia muitas contas enfiadas, e as mulheres foram as que mais guardaram esses pequenos objetos. As contas, que poderiam ser compradas uma a uma eram facilmente encontradas em outras partes da colônia, como em Salvador,⁴⁴⁹ onde desde o século XVII, negras, crioulas e mestiças utilizaram-nas de tamanhos variados, com duas e, às vezes, três voltas no pescoço, já que não há número fixo de contas para a composição de cada colar.

Outras peças em ouro encontradas nos inventários setecentistas foram os crucifixos, as imagens de santos, as argolas,⁴⁵⁰ braceletes, além de memórias, rosários em ouro e em prata, verônicas de São Bento, cruces

⁴⁴⁷ MOTA, Rosa Maria. *O uso do ouro nas festas da Senhora da Agonia*. 2008, p.197.

⁴⁴⁸ IBRAM/Museu do Ouro – Casa Boba Gato. CSO-I (69) 525. Esperança Pereira do Lago. 1793.

⁴⁴⁹ GODOY, Solange de Sampaio. *Círculo de contas*. Op.cit, 2006.

⁴⁵⁰ Foi separada as argolas da categoria de brinco, pois alguns usuários portavam tais adornos no nariz e nos tornozelos, conforme costumes entre os africanos e mesmo ocorrendo entre alguns povos pré-colombianos.

peitorais, sem esquecer-se das peças produzidas em coral, aljofares e em âmbar. Dessa lista, algumas não eram apenas de ornamentos, mas também símbolos de proteção, como as imagens, joias que denotam devoções, que evocam proteção espiritual e que, às vezes, foram listadas como “feitio de imagem”. Esses objetos devocionais de variados tamanhos eram, geralmente, feitos em forma de pingentes para serem pendurados no cordão que envolvia o pescoço ou mesmo em pulseiras.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição foi a preferida entre os que possuíam esses objetos, afinal, era a padroeira da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará. Dos inventários lidos, verificamos que em 12% deles, a imagem apareceu listada. A falta de detalhes sobre o tamanho nos leva a crer que eram pequenas. Tal pista nos é dada na descrição que as peças recebiam, como está no inventário da preta forra Maria Parreiras, no qual aparece a descrição de “uma imagem da Conceição de ouro com dois cordões grossos de ouro que tem de peso vinte oitavas”,⁴⁵¹ ou mesmo de “um feitio de Conceição de ouro com uma volta de trancelim”, descrito no inventário de Fernando Pereira Guimarães.⁴⁵²

Outras imagens de santos e santas também foram comuns nas Minas Gerais, como São Bento, Santa Luzia, Nossa Senhora das Dores, São Brás, Nossa Senhora do Rosário, além dos vários crucifixos, cruzes e verônicas. As joias com motivos religiosos se mesclam com amuletos e talismãs, como já citado, demonstrando mais uma vez a variedade tipológica e, mais que isso, o trânsito cultural, tão marcado não só na Comarca do Rio das Velhas, mas também nas Américas portuguesa e espanhola.

Há de se destacar, aqui, que as peças encontradas nos inventários podiam ser também uma forma de entesouramento ou com a finalidade de demonstrar o poder de compra, o que explica o uso de expressões do tipo “com pouco uso”. Às vezes, os ornamentos eram comprados por estarem ligados de alguma forma à tradição e à ancestralidade, como nos casos dos descendentes de africanos ou dos senhores e senhoras que tinham algum vínculo cultural com a Metrópole.

⁴⁵¹ IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (07) 68 Maria Parreiras. 1733.

⁴⁵² IBRAM - Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (05) 52 Fernando P. Guimarães. 1763.

Houve certa timidez da descrição das joias na documentação pesquisada, diferentemente da riqueza de detalhes sobre as que circulavam em alguns centros produtores de ourivesaria como Guimarães, Porto e Lisboa. Os louvados as descreveram mais detalhadamente aí.

O inventário das peças de ouro do bispo do Porto, D. Frei Antonio de Sousa, demonstra a riqueza de detalhes de cada peça. Ele foi prelado da diocese portunense entre 1757 e 1766 e nele aparece a descrição de

[...] hum anel de ouro goarnecido com dezasseis deamantes brilhantes em sircullo e hum grande no meyo e todos cravados em prata que peza e Valle conforme a certidão do ensayador e contraste ou ouro ao diente junta duzentos e quarenta mil reis.⁴⁵³

O documento do referido bispo contém, ainda, 4 anéis, três cruzes, uma taça com trabalhos de ourivesaria e pedraria “púcaro” assim descrita:

[...] hum pucaró de unicorné goarnecido de felagrana de ouro e atras do mesmo ouro brilhante com rubins em toda a volta da mesma goarnição que peza e Valle conforme a mesma certidão vinte e oito mil e oitocentos reiz.⁴⁵⁴

Mas não quer dizer que, em todos os inventários podem ser encontrados descrições como essas e nem mesmo esse documento garante uma perfeita visibilidade. De acordo com Sousa, que fez um levantamento das peças de joalheria que constam no inventário de Paulo Luís de Melo Pereira e Sampaio, feito em Guimarães, foi encontrada a seguinte descrição: “Huma goia antiga de finagrana” e na linha de baixo, “Huma goia de diamantes”.⁴⁵⁵

Os inventários mineiros, às vezes, trazem descrições desconcertantes, como as do rico comerciante em Sabará, Manoel Dias Borges que possuía um “anel de filigrana com suas pedras falsas”⁴⁵⁶, que não se pode aferir de que tipo, cor ou tamanho de pedra utilizada ou “dois pares de gromixas e

⁴⁵³ A.D.P. Mitra, Caixa 1812, nº 75, f. 3-4v., in: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos. *A joalheria no Porto ao tempo dos Almada*. Editor: Centro de investigação em Ciências e Tecnologias das Artes/Universidade Católica Portuguesa. Porto, Portugal, 2008. p.205.

⁴⁵⁴ A.D.P. Mitra, Caixa 1812, nº 75, f. 4v, in: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos. 199, p.206.

⁴⁵⁵ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A joalheria em Portugal: 1750-1825*. Op. cit, 1999, p.237.

⁴⁵⁶ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (01) 09. Manoel Dias Borges, 1734.

canotilhos de prata” descritas no inventario de Mathias de Crasto Porto.⁴⁵⁷ Isso quando os louvados não descrevem as peças, limitando a escrever apenas os pesos ou os valores, como as “cento e setenta e duas oitavas de ouro lavrado em várias peças” de João Mendes da Cunha.⁴⁵⁸ Os avaliadores, nesse inventário, não deram detalhes das peças em ouro, mas detalharam a nação de cada escravo, se eram casados, se possuíram filhos, quais eram sadios e quais estavam doentes entre outras. Mas esse tipo de informação, de juntar todo o ouro lavrado e não discriminar cada peça não foi tão usual. Podiam não ser tão detalhados a ponto de se poder aferir o gosto de determinada época ou a mudança nas técnicas, mas sempre que possível informavam algumas propriedades importantes nas joias, como quantidade e qualidade de pedras usadas na lapidação ou mesmo algumas técnicas, como a filigrana, o martelado ou o cinzelado.

Com a descoberta do metal e das gemas mineiras houve uma mudança significativa na feitura, no porte e no comércio das joias. Como já citado, o Brasil contribuiu, inicialmente, com a “festa da cor”⁴⁵⁹ de algumas gemas, de valores mais baixos e mais coloridas, que foram utilizadas pelos hábeis ourives e cravadores, mas que não melhorou muito a relação entre os louvados e as gemas, sendo que muitos ornamentos corporais foram listados não com o nome das pedras e sim com a cor delas. A lapidação também sofreu alterações profundas com a entrada das pedras que antes vinham da Índia e do Sudeste asiático.⁴⁶⁰

Após a chegada dos 514 quilos de ouro em Lisboa, em 1699, houve uma intensificação na prospecção do mineral no interior da América portuguesa e, mais tarde, após 1725, foi a vez dos diamantes começarem a chegar em Portugal. “A quantidade de gemas foi tal que na década seguinte,

⁴⁵⁷ IBRAM-Museu do Ouro Sabará/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 19. Mathias de Crasto Porto. 1742.

⁴⁵⁸ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (05) 53. João Mendes da Cunha, 1763.

⁴⁵⁹ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A joalheria em Portugal: 1750-1825*.

⁴⁶⁰ O panorama geológico europeu, no início do século XVIII era relativamente limitado e dominados por pedras de origem oriental, segundo informa Rui Galopim. O autor ainda deu ênfase de que as pedras que abasteciam o mercado português eram os diamantes da Índia e os rubis e safiras do sudeste asiático. Ver: CARVALHO, Rui Galopim. Gemas e outras pedrarias nas Alfaias Religiosas do século XVIII. in: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e. (coord.) *Actas do II Colóquio Português de Ourivesaria*. Porto: CITAR, 2008. p. 29-39.

o preço dos diamantes sofreu quebras significativas, o que levou a Coroa a tomar providências para salvaguardar os seus proventos.”⁴⁶¹

Essa contribuição das gemas no campo da joalheria fez com que as pedras transmitissem maior brilho. Em termos técnicos, a lapidação, antes da segunda metade do XVIII, baseava-se no talhe de 24 facetas. A nova lapidação passou para 58 facetas, permitindo que a luz entrasse pela coroa (parte superior da pedra), fosse refletida internamente na parte inferior (pavilhão), fazendo a pedra ficar mais luminosa e brilhante.

O topázio, encontrado na antiga Vila Rica, cuja cor variava do laranja ao vermelho, foi gema importante nas mesas dos ourives e lapidários portugueses.⁴⁶² Essas gemas receberam dos cravadores, o apelido de “rubis brasileiros”⁴⁶³ e ganharam forte apreço da joalheria portuguesa. O diamante, entretanto, foi a pedra com maior impacto na joalheria europeia do século XVIII. Nos documentos pesquisados, pode-se destacar o gosto pelos diamantes de dimensões reduzidas, conhecido por “olhos de mosquito”. Também denominado “lasquinha”, essa gema foi a preferida para adornar brincos, cruzeiros peitorais e anéis, como o “anel de ouro com uma pedra falsa cor de jacinto com diamantes olhos de mosquito” ou os “brincos de ouro com seus aljôfares e diamantes olhos de mosquito”, ambos pertencentes ao demente Antônio Gonçalves Ferreira.⁴⁶⁴

As gemas que adornavam orelhas, pescoços e colos femininos em Lisboa e no Porto e demais centros produtores de peças para a joalheria saíam, na maioria das vezes, das jazidas de Minas Gerais. A grande utilização dessas pedras se deu a partir do final do século XVIII, quando houve uma maior facilidade em se obter lotes delas. A utilização dessas gemas, porém, mudou o desenho das peças, cujas pedras tiveram os talhes alterados, como já citado, assim como houve maior utilização de folhetas na

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 33. Ver também DRUMOND BRAGA, Isabel. A herança das Américas em Portugal. *Clube do Coleccionador dos CTT*, Lisboa: 2007

⁴⁶² Até a primeira metade do século XVIII, as pedras de cores avermelhadas eram as granadas laranjas, chamadas de “jacintos”, como alguns exemplares desta gema presentes nos inventários setecentistas.

⁴⁶³ CARVALHO, Rui Galopin de. Gemas e outras pedrarias nas alfaias religiosas de prata do séc. XVIII 2008, p.35.

⁴⁶⁴ IBRAM – Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (04) 47. Antônio Gonçalves Ferreira. 1758.

tentativa de reavivar ou modificar suas cores. Por esse último motivo, podemos interpretar que as “pedras falsas” que aparecem nos documentos ou mesmo a indicação da coloração das pedras somente podem ser frutos dessa técnica de folhetas.

O impacto cromático na joalheria portuguesa, em função das gemas coradas que foram descobertas no Brasil, perdurou por muitas décadas após as primeiras manifestações. A renovação nos adornos corporais ficaram por conta das ricas encomendas após a segunda metade do Setecentos, com peças que variavam de joias de toucado a peças de adorno de mãos ou de imponentes laços e elegantes brincos, como os que enfeitavam a princesa Dona Maria Francisca Benedita, que ao morrer, em 1829, teve as joias avaliadas em 50:781\$200 (cinquenta contos, setecentos e oitenta e um mil e duzentos réis).⁴⁶⁵

O Porto constituiu-se num importante centro produtor de peças de adornos corporais e grande parte dessa produção, deduz-se, pode ter vindo para o Brasil, um dos vários mercados que absorviam a produção. Mesmo sendo uma região com metais e pedras preciosas, a Colônia dependeu dos ourives de além-mar, como descrito em uma certidão produzida no Porto, de 15 de outubro de 1783. Foi um termo, em forma de acordo entre os ourives, que firmava:

[...] de hoje em diante para todo o sempre os juizes atoais e os que forem sosedendo para o tempo adiante não levrem couza alguma de paçar as sertidoes neçesarias para os despachos que se qui<ze>rem fazer para os Brazis aquelles que quizerem embarcarem fazendas de ouro e praya é diamantez e pedras persiozas e estas feitas pellos ditos ourives desta cidade e seu termos.⁴⁶⁶

Vários ourives portugueses já enviavam peças de joalheira para serem vendidas em território brasileiro. De acordo com Sousa, a maioria da carga foi destinada ao Rio de Janeiro e daí seguia viagem pelas mãos dos vendedores. Joias remetidas, por exemplo, pelo ourives de ouro João Alves

⁴⁶⁵ Sobre as joias da princesa, ver: LÁZARO, Alice. O Testamento da Princesa do Brasil D. Maria Benedita (1746-1829) Colecção Biografias. Publisher, Tribuna da História, 2008.

⁴⁶⁶ Sousa demonstra a grande quantidade de ourives, cravadores e lapidários que atuaram no Porto nos séculos XVIII e XIX. Atesta também uma quantidade de oficiais não só migraram para a colônia, como também enviaram várias peças na segunda metade de setecentos. Ver: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e A ourivesaria nas relações entre o Porto e o Brasil no século XVIII. Porto. Separata da Revista Museu, IV série, nº 14, 2005, p.45.

Vieira, foram consignadas a “Joze Caetano Ferreyra São Payo”, que as levou até a região das Minas Gerais, entregando-as ao alferes Manoel Lourenço de Barros.⁴⁶⁷

Outras cargas de joias foram remetidas por Inácio Pereira Raposo, entre 1770 e 1771. De acordo com Sousa, essas remessas, em número de quatro, indicavam a relevância deste mercado de joias no Brasil, principalmente de peças “identitárias de um estatuto social, cuja complexa teia comportamental se catapultou em Setecentos, consumiam adornos preciosos oriundos de manufactura reino!”.⁴⁶⁸

O comércio de ornamentos entre Portugal e Brasil rendeu muito aos ourives lusitanos e contribuiu para o desenvolvimento da ourivesaria brasileira, pois as peças que aqui chegaram, serviam de repertório criativo para os ourives, cravadores e outros profissionais do ofício da ourivesaria, com se pode ver no quadro reproduzido abaixo, a partir dos estudos de Sousa.⁴⁶⁹

Quadro 17
Carregamento de joias para o Brasil, enviadas por João Alves Vieira (1768).

Quantidade	Descrição
20	Laços de ouro cravado de diamantes
01	Laço de ouro cravado de diamantes de cruz
04	Pares de brincos de ouro com diamantes
01	Caixa com laço e brincos de diamantes em prata
02	Adereços de laços de brincos #de diamantes em prata
02	Adereços de laço e brincos de diamantes em prata, com meios encarnados
01	Adereço de flores encarnadas e os meios com topázios
02	Pares de estrelas encarnadas e os meios roxos

⁴⁶⁷ *Idem*, p. 46.

⁴⁶⁸ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. Exuberância e cromatismo: Portugal e Brasil na Joalheria de Setecentos. In PANIAGUA PÉREZ, Jesús; SALAZAR SIMARRO, Nuria; GÁMEZ, Moisés – El sueño de El Dorado: estudios sobre la plata ibero-americana siglos XVI-XIX. León; México: Universidad de León, Área de Publicaciones; Instituto de Humanismo e Tradición Clásica; Instituto Nacional de Antropología y Historia, 2012, pp. 429-450.

⁴⁶⁹ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A ourivesaria nas relações entre o Porto e o Brasil no século XVIII*. p. 50-51.

01	Par de estrelas encarnadas
10 (em um embrulho)	Relicários de prata
36 (em um embrulho)	Relicários de prata
18 (em um embrulho)	Anéis encarnados
200 (em um embrulho)	Pares de pedra de britoes (sic)
100 (em um embrulho)	Pares de Pedras de folha
40 (em um embrulho)	Jóias de botões de pulso
01 *	Anel de ametista encarnada e dois diamantes nos lados em ouro
01	Anel de ametista roxa
01	Anel com círculo de diamantes e pedra roxa no meio
01	Anel com círculo de diamantes e pedra encarnada no meio
01	Anel de ouro e diamantes
01	Anel de topázio encarnado e diamantes
01	Anel de coração diamantes e ruis
02	Anéis de amor-perfeito
10	Anéis de topázio
01	Anel de topázio em ouro
03	Anéis de pedra encarnada no meio
01	Anel de ametista roxa e diamantes
02	Anéis de ouro circulado e pedra verde no meio

* Todos os anéis listados a partir de então encontravam-se em uma caixa.

Já os trabalhos em prata voltaram-se, na maioria das vezes, para adornos residenciais, utensílios de mesa ou outros objetos, tais como espadas, esporas, caixas para tabaco, paliteiros, tamboladeiras,⁴⁷⁰ e salvas. Muitos adornos em prata foram listados, mas o ouro foi, sem dúvida, o metal mais utilizado não só para o adorno, quanto para o penhor, como já citado. Os objetos em prata listados nos inventários e testamentos chegam próximo a 10%. Então, 90% das peças listadas nos documentos foram feitos em ouro.

⁴⁷⁰ TAMBOLADEIRA, do espanhol TEMBLADERA, parece um instrumento de medidas, que tanto servia para vinho, azeite, farinha, remédios entre outros. Ver BRANCANTE, Maria Helena. 1999, p. 87.

Quadro 18
Quantidade de peças em prata nos inventários.

Peça	Quantidade
Adaga com punho	1
Anel	2
Bengala da Índia	3
Botões (pares)	17
Botões (unidade)	71
Bracelete de coral	3
Brinco	7
Cabo de Chibata	1
Caixilho	1
Chapas	6
Coco	3
Colher	212
Contas	15
Copo	2
Cruz de Jerusalém	1
Cuia	1
Espada compunho	7
Espadim	8
Espora (pares)	5
Faca	31
Fios de corais	4
Fivela pescocinho	1
Fivelas	23
Florete	4
Frigideira	1
Garfo	108
Memória	1
Relógio de algibeira	4
Salva	5
Tamboladeira	1
Tinteiro	1
Boceta	2

Fonte: Inventários Museu do Ouro/Casa Borba Gato. 1722-1815

Há de se destacar que o uso de prata para as peças de mesa era quase exclusivo da parcela branca da população, pois a prata era socialmente mais distintiva, porque se usava, não só em jóias, e adereços pessoais mas numa multiplicidade de objetos para a mesa e outros fins, com forte cunho de representação exterior.⁴⁷¹ Com raras exceções a população não-branca

⁴⁷¹ Monteiro, Nuno Gonçalo, Cardim, Pedro (Eds.). (2013). Centralidade da Periferia (Dossiê). [Special Issue]. *história, histórias: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*. Vol. 1 (1). p. 16.

possuía entre seus bens, colheres, garfos ou facas de prata. O maior conjunto de instrumentos em prata usados para a alimentação foi encontrado no inventário de Mathias do Crasto Porto,⁴⁷² com vinte e seis colheres, trinta e dois garfos e vinte facas. No inventário de Dona Ignácia de Mirananda, casada com Manoel Borges está descrito: “dúzia e meia de colheres e dúzia e meia de garfos que tem tudo de peso de duzentos e sessenta e quatro oitavas de prata”,⁴⁷³ avaliadas em 26\$400 (vinte e seis mil e quatrocentos réis).

Mesmo assim, algumas mulheres não-brancas possuíram peças de cozinha com esse material, como Andreza de Oliveira. No inventário datado de 1726, estão listados “quatro colheres e três garfos de prata que tem de peso setenta e oito oitavas de prata avaliadas em sete oitavas”.⁴⁷⁴ Andreza de Oliveira não tinha outras peças de prata ou ouro. Não possuía nenhum adorno corporal.

Dentre os utensílios de cozinha em prata, a preferência ficou com a colher, com duzentas e doze peças listadas nos inventários analisados. Os garfos somaram entre os inventários lidos cento e oito unidades. O garfo é mais frágil que a colher, haja vista o formato, já que apresenta dois ou três dentes, sendo mais fácil de entortar ou mesmo quebrar, como no inventário de João de Brito Roris. Aí percebemos que o conjunto não resistiu ao tempo, já que foram listados “sete colheres de prata e dois garfos da dita com bastante uso [...]”.⁴⁷⁵

É necessário esclarecer que a composição da mesa com garfo, faca e colher não era usual no século XVIII. Por isso percebemos a maior quantidade de colher e uma tímida ocorrência de facas. Apenas trinta e uma peças foram listadas com a seguinte expressão “facas de mesa”. Ainda com relação ao uso da prata como utensílio doméstico, nos inventários encontramos listadas as bandejas ou “salvas”, como era chamada, e as tamboladeiras ou tambuladeiras, além das caldeirinhas, que eram usadas para guardar a água benta pelo padre, mas que podia ser um vaso que servia

⁴⁷² IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO-I (02) 19. Mathias do Crasto Porto. 1742

⁴⁷³ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (02) 20. Dona Ignácia de Miranda. 1730

⁴⁷⁴ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO-I (01) 07. Andreza de Oliveira. 1726.

⁴⁷⁵ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO (01) 15. Capitão João de Brito Roris. 1729.

para avaliar ou beber o vinho. A joalheria de prata, apesar de bem reduzida em relação à do ouro, também foi utilizada. Entretanto, era restrita aos anéis, brincos, braceletes, relógios de algibeira e botões. Além desses itens, as fivelas foram muito apreciadas, sendo listadas vinte e três unidades dessa peça.

Quanto aos utensílios de mesa, esses já se eram utilizados por algumas famílias em Minas Gerais desde a primeira metade do século XVIII. Colheres, garfos, facas e copos já ocupavam a mesa do Alferes Antonio da Cruz Duarte, cujo inventário foi feito em 9 de junho de 1722. Outros utensílios domésticos foram listados antes da década de 40 do século XVIII, o que derruba o mito de que esses talheres foram introduzidos em Portugal pelo Marques de Pombal que trouxe da Inglaterra, recolhendo esse artefato da corte de St. James e por volta de 1745.⁴⁷⁶ Boa parte da produção de objetos prata no Brasil do século XVIII estava concentrada na Bahia, no Rio de Janeiro, Recife e em São Paulo.⁴⁷⁷ Em Portugal os centros produtores de objetos argênteos eram Lisboa, Porto, Braga e Guimarães. Em Minas Gerais, não se contabilizou ourives de prata, podendo assim constatar pelo acervo dos museus em Minas Gerais, que a prataria, seja civil ou eclesiástica, ostenta as marcas dos ourives de prata de outras regiões, principalmente dos centros portugueses. Também a documentação é omissa com relação à essa atividade.

Não é de se estranhar a falta desse oficial mecânico em terras mineiras, pois, mesmo sendo regulado por legislação específica desde 1460, não foi localizado nos arquivos consultados os registros das marcas dos ourives, contrastes e ensaiadores. A falta do registro dificulta o estudo e a identificação das mesmas.

⁴⁷⁶ O professor A. da Rocha Brito escreveu em 1946, um artigo sobre o uso do garfo, ao estudar os azulejos de Lisboa. Nesse artigo dá o crédito ao Marques de Pombal pela introdução do gosto pelo garfo, colher e faca na sociedade lisboeta. Ver: A. Da Rocha Brito. A apologia do garfo em azulejos lisboetas, 1946. Apud. BRANCANTE, Maria Helena. Os ourives na história de São Paulo. Op. cit, p.21-23.

⁴⁷⁷ Para o ofício de prata no Rio de Janeiro, ver: FRANCHESI, Humberto M. O ofício de prata no Brasil: Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1988. Para a prata em São Paulo, ver: BRANCANTE, Maria Helena. *Os ourives na história de São Paulo*. São Paulo: Árvores da Terra, 1999.

Considerações finais.

Nessa trajetória do uso das joias na Vila de Nossa Senhora da Conceição de Sabará durante boa parte do século XVIII e princípios do século XIX, percebemos que, ao contrário do que destaca a historiografia referente à joalheria produzida e usada na Bahia, não houve, na região das minas do ouro, uma joalheria dedicada às pretas, crioulas e mestiças. A sociedade mineira foi acostumada a ver ornamentos nos vários estamentos sociais, inclusive as joias que as mulheres desfilavam na corte, foram flagradas também em Sabará, nos corpos de muitas mulheres não-brancas.

A massa documental analisada apontou para uma sociedade que se valeu das joias não só para o atavio, mas que também usou as peças de joalheria como pecúlio, como pagamento de dívidas contraídas por empréstimo e, principalmente, que usou algumas joias para dirimir seus anseios, afastar maus olhados e ficar mais próxima da salvação divina. São pelas joias também que entendo o universo cultural da Comarca do Rio das Velhas, onde os acordos, pagamentos de dívidas, manifestações religiosas, crenças, relações política, trânsito e mobilidade sociais, práticas e representações, tudo isso acontecia tendo também os ornamentos corporais como fio condutor.

Houve aquelas que usaram as joias para demarcar sua posição social e econômica ou mesmo como símbolo de conquista, principalmente em se tratando das libertas, que possuíam entre seus bens escravos, imóveis, trastes de casa e produtos interditados por leis inoperantes, como saias de seda e adornos com pérolas e ouro. Vários foram os exemplos dessa subversão, incluindo nesse rol a atuação de ourives negro nas Minas Gerais do século XVIII. E mesmo não podendo comprovar a clientela desse referido ourives, ele certamente produziu joias para mulheres e homens de todas as “qualidades” que viveram naquela região.

As escolhas das joias foram determinadas coletivamente, respeitando um gosto momentâneo, o que fez com que as mais utilizadas naquela sociedade representassem, de tempos em tempos, alguma necessidade. As pessoas fizeram variados usos das joias, como o atavio ou como objetos de

proteção. Além disso, algumas joias foram usadas como símbolo de poder, principalmente quando associadas ao uso de ornamentos corporais pelos governantes e poderosos na África Ocidental, como o coral.

Materiais, como o coral, o aljofre e o âmbar, foram trazidos para o Novo Mundo não só pelas mãos dos comerciantes portugueses, mas também pelas mãos dos escravos, que transportaram crenças ancestrais e as perpetuaram nas Minas Gerais. Esses materiais receberam em cada contexto espaço-temporal outras associações, outros significados, formatos e usos, mas, ainda assim, não deixaram de guardar antigas definições. Então, mulheres que possuíram e usaram em público as joias com esses materiais, de alguma forma, podiam estar guardando, mesmo que involuntariamente, tradições antigas que atribuíam a eles elementos de proteção ou poder de cura.⁴⁷⁸

As mulheres brancas se adornavam também com ornamentos que foram feitos com esses materiais, que, muitas vezes, foram considerados mágicos. Por outro lado, as mulheres não-brancas também investiram no tipo de joias que eram usadas pelas elites brancas, como arrecadas, broches, alfinetes de cabeça, laças e outros ornamentos feitos com técnicas mais refinadas, como a filigrana.

Na Comarca do Rio das Velhas, durante o século XVIII, acompanharam-se as mudanças no vestir e no ornar que ocorriam na Europa e no Brasil. Quando as riquezas aumentaram, os produtos que abasteciam a região mineradora se diversificaram e o lucro aferido nas transações começou a fazer a diferença. Se antes a maior parte dos investimentos era direcionada à aquisição de escravos, de equipamentos de trabalho e à moradia, com a diversificação econômica e a quantidade de pessoas de várias “qualidades” e “condições” chegando, a situação sofreu mudanças. O estatuto das aparências ganhou importância, aliado ao da consideração social, que, havia tempo, ocorrera na sociedade européia, forçando, inclusive, medidas para conter o luxo exagerado, como as Leis Suntuárias.

Mas, além do perfil europeu, deve-se ressaltar que as mulheres e os homens livres que moraram nas Minas Gerais do século XVIII não ficaram

⁴⁷⁸ ALMEIDA, Carla B. Starling de. *Medicina mestiça*. Op. cit, p. 150. Ver também PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural*. Op. cit.

imunes a outras influências, como, por exemplo, o gosto de escravas e libertas com relação aos adornos. Por isso muitos fios de coral e colares de contas estavam entre as posses de muitos homens e mulheres brancos. Como não perceber a diversidade de peças de propriedade de Catherina de Barros, preta forra, que possuía tanto peças de coral quanto joias usadas pelas mulheres brancas na corte portuguesa, além de duas saias de seda preta?⁴⁷⁹ Como não se sentir instigado diante do inventário de Esperança Pereira do Lago, parda, casada, que mesmo preferindo investir em peças religiosas, como verônicas e imagens do Menino Jesus e de Nossa Senhora da Conceição, ainda assim exibia fios de corais, brincos de aljofares e contas de ouro?⁴⁸⁰

As joias que invocavam proteção também faziam parte dos bens de várias mulheres livres e de muitos homens ricos da Comarca do Rio das Velhas, já mencionados ao longo do texto. Foi o caso de Jacinta da Rocha de Crasto,⁴⁸¹ casada e possuidora de cinquenta e quatro aljofares e de Clara Josefa,⁴⁸² branca, casada, que possuía um fio de corais engranzados em ouro com uma dúzia de corais.

A sociedade mineira do século XVIII foi palco de forte intercâmbio cultural, já que a população branca também influenciou o gosto por ornamentos de parcela dos escravos, dos libertos e dos não-brancos nascidos livres. Nos inventários podemos flagrar um investimento maior das forras em joias de qualidade técnica extravagantes, além dos muitos e variados objetos de cunho religioso. As forras mesclavam suas posses entre religião e magia, às vezes fundindo ambas em uma só peça, como os olhos de Santa Luzia, que pretensamente protegiam o usuário contra o mal olhado, como o coral.

A transversalidade foi a característica marcante da sociedade mineira no trato com a joalheria. As adaptações foram igualmente praticadas, como padres portando corais ou anéis com propriedades mágicas, capitães com figas e outros berloques que sugeriam proteção, pretas, crioulas ou mestiças

⁴⁷⁹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO – I (01) 05. Catherina de Barros. 1731.

⁴⁸⁰ IBRAM-Museu do Ouro – Casa Boba Gato. CSO-I (69) 525. Esperança Pereira do Lago. 1793.

⁴⁸¹ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO – I (05) 50. Jacinta da Rocha de Crasto. 1738

⁴⁸² IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CPO – I (03) 35. Clara Josefa Lionarda. 1752.

possuindo arrecadas, laças e outras peças filigranadas, ao mesmo tempo em que possuíam a maior quantidade de corral encontrada entre inventariados e testadores investigados.

O trânsito de objetos, culturas, saberes e pessoas fez de Minas Gerais uma rota que deve ser pesquisada ainda mais. Não só joias, mas a enorme gama de produtos provenientes de outras partes do mundo passaram pelos caminhos, trilhas e picadas mineiras.

Esta região foi responsável por uma certa democratização do uso e do gosto das joias. A maioria dos ourives ou joalheiros que atuavam em Minas Gerais era composta por portugueses, que não discriminavam ou escolhiam clientes. E a possibilidade de usar joias diversas, com técnicas mais ou menos apurada, ajudou a fazer das Minas Gerais uma das regiões mais diversificadas da Colônia, mesmo com as pressões sofridas pelos ourives por parte dos administradores.

A proibição do ofício de ourives em Minas Gerais não surtiu o resultado esperado pelos governantes. Os descaminhos do ouro aconteciam à revelia da lei. Foram várias as determinações legais que tentaram inibir a prática do contrabando e as autoridades julgaram que a ausência de ourives impediria o descaminho do ouro e da pedraria, o que não ocorreu. Aliás, outros artífices e oficiais estavam aptos para o trato com o ouro. Os joalheiros, que não aparecem na documentação pesquisada, talvez tenham atuado em terras mineiras. Outros que trabalharam o metal eram os ferreiros e os latoeiros, sendo que o ponto de fusão do latão é próximo ao do ouro e a fundição dos metais e a manuseabilidade não se diferem um do outro.

Mesmo com a proibição do Alvará de 20 de outubro de 1621, pelo qual “nenhum mulato, negro ou índio, mesmo liberto, podia exercer o cargo de ourives”, sabemos que a necessidade da vida colonial levava os ourives a terem em suas oficinas escravos ou foros para os trabalhos mais banais e o fazer dos artífices era reparado de perto pelos aprendizes ou pelos escravos. Então, a possibilidade de um desses aprendizes ou de um desses escravos

aprenderem o ofício era grande, como no já citado caso do oficial de ourives Manoel Macedo Guimarães e de seu escravo Domingos Angola.⁴⁸³

As joias abrem inúmeros caminhos de estudos sobre o mundo colonial. Elas estiveram associadas a formas de sociabilidade e a estratégias de distinção social, tanto pelo seu uso quanto pela divulgação do gosto por elas. Grupos ou indivíduos atribuíram poder aos símbolos e escolheram algumas joias como símbolo de poder, como bem analisou Paiva.⁴⁸⁴ Este trabalho pretende ser um mais um esforço historiográfico no sentido de melhor conhecer essas histórias.

⁴⁸³ IBRAM-Museu do Ouro/Casa Borba Gato. CSO – I (05) 57. Manoel Macedo Guimarães. 1739

⁴⁸⁴ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural*. op. cit, p, 217.

REFERÊNCIAS

Acervos e fontes documentais

APM CMS – Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) Câmara Municipal de Sabará (Fundo Arquivístico)

APM SC – Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) Seção Colonial (Fundo Arquivístico)

IBRAM-Museu do Ouro/Casa Casa Borba Gato. Cartórios do Primeiro e Segundo Ofício. Sabará – Minas Gerais.

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Belo Horizonte).

Biblioteca da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG (Belo Horizonte)

Biblioteca da Casa Borba Gato – Sabará, MG.

Biblioteca Nacional de España.

Museu do Ouro – Sabará – Minas Gerais.

Museu Carlos Costa Pinto – Salvador – Bahia.

Museu de Artes e Ofícios – Belo Horizonte – Minas Gerais.

Museu Mineiro – Belo Horizonte – Minas Gerais.

Fundación Lázaro Galdiano – Madri.

Museo de América – Madri.

Museu Nacional de Arte Antiga – Lisboa.

Museu do Oriente – Lisboa.

Palácio Nacional da Ajuda – Lisboa.

Documentos transcritos e impressos

Rephertório geral ou índice alfabético das leis extravagantes do reino de Portugal, publicadas depois das ordenações, compreendendo também algumas anteriores, que se achão em observância: Ordenado por Manoel Fernandes Thomaz, desembargador actual da Relação e Casa do Porto. Coimbra: Na Real imprensa da Universidade, 1819. Tomo primeiro, A-J.

Ordenções Filipinas, Livro 4, titulo LXXXI. Para os inventários, as determinações estão regidas também nas mesmas Ordenações, no Livro I, titulo LXXXVIII.

Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recompiladas por mandado D'El Rey D. Philippe. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomático, 1870.

REGIMENTO original do superintendente, guarda-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil. In: Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. v. 1, doc. 18.

RELAÇÃO das ordens sobre terras mineraes, que, por copia, foi enviada ao Conselho Geral da Província de Minas Geraes. Provisão das Águas, 24 de fevereiro de 1720. In: RAPM, ano I, out.- dez., 1896.

Termo da ereção da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará do Rio das Velhas, 17-7-1711, Códice nº. 6, 1709-1754, p. 23, Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte – MG.

ACTAS da Câmara Municipal de Vila Rica (1711-1715). In: *Annaes da Biblioteca Nacional (1927)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936.

ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica (1716-1721). Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano 25, v. 2, jul. 1937, p. 1-166, 1938.

LIVRO dos Regimentos dos officiaes mecânicos da cidade de Lixboa (1572). Publicado pelo Dr. Vergílio Correia. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

SEQUEIRA. Memoria q' Je. Mel. de Seqr^a. Presb^o Secular Professor Real da Filosofia Racal e Moral da V^a do Cuyabá [...]. apud HOLANDA. *Monções*. Rio de Janeiro: Livraria-editora da Casa do Estudante do Brasil, 1945. Coleção Estudos Brasileiros da CEB. p. 220-240.

Appendix das leys extravagantes, decretos e avisos, que se tem publicado do anno de 1747 até o anno de 1760 [...], Lisboa, Mosteiro de São Vicente de Fora, 1760.

O Regimento para o Ensayador do Officio dos ourives do ouro & dos ourives do dito officio, cada hum na parte que lhe tocar, na forma que no exordio deste Regimento vay declarado. Senado da Câmara, 4 de agosto de 1688.

Carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro, Juiz Vahia Monteiro, ao secretário de Estado, comunicando-lhe as grandes disputas ocorridas em São Paulo entre o governador da dita Capitania e o ouvidor geral, auxiliado este pelo tenente general Manuel Borges (Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1728. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1929, v 50, p. 100-102.

Provisão régia mandando observar infalivelmente as ordens anteriores que proibiam passassem às minas, quaisquer religiosos, nem para tirar esmolas, a fim de se evitar, além do grave escândalo, o descaminho do ouro dos quintos (Lisboa, 2/5/1725) Documentos interessantes. v. 50, p. 31-32.

Carta Régia de 27/12/1693. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1913. v. 18, p. 278.

Transcrição da segunda parte do códice 23. Seção Colonial: Registro de Alvarás, Cartas, Ordens Régias e Cartas do Governador ao Rei no período de 1721-173. In: Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Folhas 91-188v. Ed. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, MG. Vol. 31, ano 1980. p.192, 193.

Dicionários

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Crítico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo(sic), Rethorico, Rústico, Romano, Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Terapteutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, AUTORIZADO COM EXEMPLOS DOS MELHORES ESCRITORES PORTUGUEZES, E LATINOS; E OFFERECIDO A EL REY DE PORTUGUAL, D. JOÃO V, PELO PADRE D. RAPHAEL BLUTEAU CLERIGO REGULAR, DOUTOR NA SAGRADA Theologia, Prêgador da Raynha de Inglaterra, Henriqueta Maria de França, & Calificador no sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa.* Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESU Anno de 1712. Com todas as licenças necessarias. [<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>]

Pe. d. Raphael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. (Ed. fac-simile, CD-Rom, Rio de Janeiro, UERJ, s.d.).

CARDOSO, Jerónimo. *Hieronymi Cardosi Lamacensis Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem*. Ulissypone: ex officina Ioannis Aluari, 1562. [<http://purl.pt/index/geral/aut/PT/28302.html>]

HOUAISS, Antonio. *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832.

ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais – período Colonial*. Belo Horizonte. Autêntica, 2003.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA natural do Rio de Janeiro oferecido ao muito alto, e muito poderoso Principe Regente Nosso Senhor*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. [1ª edição em Lisboa, Oficina de Simão Ferreira, em 1789, 2v.] [<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>]

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado*. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Henrique Pais da Silva; CALADO, Margarida – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença, 2004

VAINFAS, Ronaldo. João Ramalho. In: VAINFAS, Ronaldo. (dir.) *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Textos religiosos.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução por Padre Francisco Zbick. Rio de Janeiro: Paunape, 1980.

HAYEK, Samir El. *O Alcorão*. Disponível em <http://www.culturabrasil.org/alcorao.htm>.

Livros, teses, dissertações artigos e capítulos de livros.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1988.

ABREU, João Capistrano de. Os primeiros descobridores de Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.6, p.365-377, p.375, 1901.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.54 a 96.

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de. *Saberes e práticas curativas no Lunário Perpétuo de Gerônimo Cortés (1555-1615) e sua influência no Nordeste brasileiro*. Olinda: UFRPE, 2012, p. 30.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, Fernando Moitinho de. *Marcas de pratos portuguesas e brasileiras*. [S.l.]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

ALVES, Adriana Dantas Reis. As mulheres por cima. O caso de Luzia Jeje. *Escravidão, família e mobilidade social. Bahia, c. 1780 – c. 1830*. Tese (Doutorado em História).Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2010.

ALVES, Marieta. *Mestres ourives de ouro e prata da Bahia*. Salvador: Museu do Estado da Bahia, 1962.

ALVES, Marieta – *Dicionário de artistas e artífices na Bahia*. Salvador Bahia: Universidade Federal da Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

ANASTASIA, Carla M. Junho. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas de ouro*. São Paulo: Editora Obelisco Ltda., 1964.

ARBETETA MIRA, Letizia. *La joyería española: de Felipe II a Afonso XIII*. Catálogo. Edición, Nerea S.A.. Ministério de Educación y Cultura. Madrid: 1998.

BARBOSA, Duarte. *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979.

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: s/ed. 1972.
- BARRETO, Luís Filipe. Em torno de Duarte Barbosa. Novos dados bibliográficos, In: *Broteria*, Lisboa, 111 (5) Novembro de 1980.
- BAUDRILLARD Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Ed. 70, 2007.
- BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BLIER, Suzanne Preston. *African Vodun, art, psychology, and power*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1995.
- BLIER, Suzzane Preston. *L'art royal african*. Paris: Flammarion, 1998.
- BOIXADÓS, Roxana; FARBERMAN, Judith. Clasificaciones mestizas. Una aproximación a la diversidad étnica y social en Los Llanos de la Rioja. Siglo XVIII. En J. Farberman y S. Ratto (coords.); *Historias mestizas en el Tucumán colonial y en las pampas (siglos XVII-XIX)*, págs. 79 – 114. Editorial Biblos, Buenos Aires, 2009.
- BONFIM, Luís Américo Silva. *O Signo Votivo Católico no Nordeste Oriental do Brasil: Mapeamento e Atualidade*. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Salvador: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal da Bahia, 2007.
- BOXER, Charles R. *A idade do ouro no Brasil: dores e crescimento de uma sociedade colonial*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BOXER, Charles. R. *Relações raciais no império colonial português 1415 - 1825*. Porto, Afrontamento, 1977.
- BRANCANTE, Maria Helena. *Os ourives na história de São Paulo*. São Paulo. Árvore da Terra, 1999. p. 55.
- BRANCO, Pércio de Moraes. *Dicionário de Mineralogia e Gemologia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- BRANDÃO, M. F., “O bom emigrante à casa torna”, in PEREIRA, M. H., e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*. Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 163-183.
- BRETTEL, C. B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam - consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, D. Quixote, 1991.
- BRUNO, E. S. Introdução: Apontamentos sobre a região. In: RIEDEL, D. (org.). *O ouro e a montanha*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1959. (Coleção Histórias e Paisagens do Brasil).

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo*. Anais do Museu Paulista. São Paulo: v. 17, n. 2, Dec. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200008&lng=en&nrm=iso>.

BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora de São Paulo, 1981.

BURY, Shierley *An introduction to sentimental jewellery*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1985.

CABRERA, Lydia. *Iemanjá & Oxum: iniciações, lalorixás e Olorixás*. (trad.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3 v., 1904/05.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Introdução ao Barroco Mineiro*, Editora Crisálida. Belo Horizonte, 2006.

CARRARA, Ângelo A. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*, Tese (Doutorado em História) UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

CARRARA, Ângelo A. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807*. Editora UFJF, s/d.

CARVALHO, Rui Galopim – Algumas gemas de setecentos e suas proveniências. In *Oceanos Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. Nº 43 (Julho-Setembro 2000).

CARVALHO, Rui Galopim de. Gemas e outras pedrarias nas alaias religiosas de prata do séc. XVIII. p. 33. In: SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *Actas do II Colóquio português de ourivesaria*. Edição CITAR, Porto. 2008.

CASABÓ, Juan. *Joyeria*. Buenos Aies: Alabastros, 2010.

CASTRO FARIA, Sheila de. *Sinhás pretas, damas mercadorias. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese (para concurso de professor titular).Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2004.

CERCEAU NETO, Rangel. *Um em casa do outro: concubinato, família e mestiçagem na comarca do Rio das Velhas (1720-1780)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre praticas e representações*. (trad. Port.) Lisboa: DIFEL, 1990.

CHAVES, Claudia Maria. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. 1ª ed. São Paulo, Annablume, 1999.

CHAVES, María Eugenia. *La estrategia de libertad de una esclava del siglo XVIII; las identidades de amo y esclavo en un Puerto colonial*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1999.

COBRA, Marcos. *Marketing e Moda* – São Paulo: Ed: Marcos cobra SENAC Ltda, 2008.

CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951. Manuscritos da Coleção de Angelis; v. 1.

COSTA, Iraci Del Nero da. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. In: *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1982, p. 1-30. (Estudos Econômicos FIPE-PIONEIRA).

COUTO, João; GONÇALVES, António M. *A ourivesaria em Portugal*. [S. l.]: Livros Horizonte, cop. 1960.

CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas de Capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1997.

CUNHA, Laura; MILZ Thomas. *Jóias de crioulas*. São Paulo: Editora Terceiro Nome. 2011.

DELAROSIÈRE, Marie-Françoise. *Perles d'Afrique*. Aix-en-Provence: Edisud, 1994.

DERBY, Orville. *As bandeiras paulistas, de 1601 a 1604*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, v.8, p.399-413, 1903.

DERBY, Orville. *O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, v.4, p.319-350, 1899.

DISNEY, A. R. *A Decadência do Império da Pimenta*. Lisboa: Edições 70, 1981.

ESCHWEGE, Wilhelm. Ludwig. von. Pluto Brasiliensis. [1833]. Tradução de Domício de Figueiredo Murta e de São Paulo, 1979, vols. I e II. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidad 1979.

ESTEVENS, Manuel Santos. *Augusto Ludevico Timne: Fabricante de folha para cravação de pedras preciosas*. Ourivesaria Portuguesa. Porto: Gremio dos Industriais de Ourivesaria do Norte. nº 1, 1948

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauero e da palmeira* – com apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. Tradução.

FACTUM, Ana B. S. *Joalheria escrava baiana: construção histórica do design de jóias brasileiras*. São Paulo: FAU-USP, 2005 (Arquitetura, Tese de doutorado).

FARELLI, Maria Helena. *Balangandãs e figas da Bahia: o poder mágico dos amuletos*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 1981.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna, família e cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998.

FERRÃO, J.E. Mendes. *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Historiografia das artes plásticas no Brasil. In: *Anais do XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto29.pdf>.

FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1974.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, C. S. *Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX)*, Portuguese Studies Review, Trent - Canadá, v. 10, n. 1, p. 58-84, 2002.

FRANCO, Antonio. *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa*. Coimbra: no Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1717.

FRANCESCHI, Humberto M. *O ofício da prata no Brasil: Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1988.

FREITAS, Maira de Oliveira. *Inventários post-mortem: retrato de uma sociedade. Estratégia patrimonial, propriedade senhorial, posses de escravos na Comarca do Rio das Velhas (1780/1806)*. Belo Horizonte, UFMG, 206. Dissertação de Mestrado.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro/Brasília: INL/MEC, 1980.

FURTADO (Celso), *Formação Econômica do Brasil*. 10a. ed., Editora Nacional, São Paulo: 1970.

FURTADO, Júnia F. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantina de 1771 e a vida do Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, Hucitec, São Paulo, 1999.

GÁMEZ, Moisés. *El sueño de El Dorado: estudios sobre la plata ibero-*

americana siglos XVI-XIX. León; México: Universidad de León, Área de Publicaciones; Instituto de Humanismo e Tradición Clásica; Instituto Nacional de Antropología y Historia, 2012, pp. 429-450.

GIENGER, Michael. *Piedras curativas: 430 piedras de la A a la Z*. Madrid: Editora EDAF, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. (trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODINHO, Isabel da Silveira, dir. *Tesouros Reais*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura; Instituto Português do Património Cultural; Palácio Nacional da Ajuda, 1991.

GODOY, Solange de Sampaio. *Círculo das contas: jóias de crioulas baianas*. Apresentação de Mercedes Rosa; versão para o inglês de H. Sabrina Gledhill. Salvador: Fundação Carlos Costa Pinto, 2006.

GOLA, Eliana. *A joia: história e design*. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

GOLA, Eliana. *A Jóia: Uma Pesquisa Histórica*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002. (Dissertação de Mestrado).

GORGULHO, Talítha Maria Brandão. *Aos órfãos que ficaram: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas (1750 – 1800)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2011. p. 25.

GRAHAN, Mary. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Trad. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

GRUZINSKI, Serge. *Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres "connected histories"*. Annales Histoire, Sciences Sociales, Paris, n. 1, p. 85-117, janvier/février 2001.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRUZINSKI. *Les Quatre Parties du Monde; histoire d'une mondialisation*. Paris: Éditions de La Martinière, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Magno. REIS, Liana M. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*. Revista do Departamento de História, UFMG, Belo Horizonte, nº 2, p. 7-36, 1986,

HEGEL G. W. F. *Estética*. Tradução por Alfredo Llanos. Buenos Aires: Ed. SigloVeinte, 1983.

HENSHILWOOD Christopher S. et al. Emergence of Modern Human Behavior: Middle Stone Age Engravings from South África. *Science* 295, 1278

,2002.

HOLANDA, metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização brasileira* (org.), 3ª ed., São Paulo: Difel, 1973.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Época Colonial. História geral da civilização brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo 1, vol. 1, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 7a. ed., José Olympio, Rio de Janeiro, 1973, il. Coleção Documentos Brasileiros, vol. 1.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte, UFMG. História, 2009.

JANUÁRIO, Erlaine Aparecida. Jóias como investimento e devoção. II encontro Memorial: *nossas letras na história da educação*. 2009. Disponível em : http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h8_4.pdf. 2009

JORGE, Ana Maria Guimarães. Primeiridade, Segundidade, Terceiridade: Categorias Universais Peirceanas. XXI Congresso da INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 1998. 10p. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/1998/gt08/GT0812.PDF

KLEIN, Richard. *As joias falam: uma tese romântica*. Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2001.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

LARA, Silvia H. Sob o signo da cor: trajes femininos e relações raciais nas cidades do Salvador e do Rio de Janeiro, ca.1750-1815. *Colonial Latin American Review*, 6, n.2, 1997, p. 205-224. Versão em português disponível em: <<http://www.unicamp.br/cecult/silvia1.rtf>>.

LARA, Silvia Hunold. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades de Rio de Janeiro e Salvador (século XVIII). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Brasil – colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003.

LÁZARO, Alice. *O Testamento da Princesa do Brasil D. Maria Benedita (1746-1829)*. Coleção Biografias. Publisher, Tribuna da História, 2008.

LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, nº17 pp.101-114, 1989.

LIBBY, Douglas Cole. À procura de alforrias e libertos na freguesia de São José dório das Mortes (1750-1850) in: BOTELHO, Tarcisio R. & LEEUWEN, Marco H. D. van (orgs). *Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais: Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Veredas & cenários, 2009.

LIMA JUNIOR, Augusto. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1978.

LIMA JUNIOR, Augusto. *História dos diamantes nas Minas Gerais: século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945.

LISSANTI, Luis. *Negócios coloniais: uma correspondência do século XVIII*. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, v.4.

LODY, Raul. *Dicionário de arte sacra e técnicas afro-brasileiras*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LODY, Raul. *Jóias de Axé: Fios-de-contas e outros adornos do corpo - A joalheria afro-brasileira*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

LODY, Raul. *Pencas de balangandãs da Bahia; um estudo etnográfico das jóias-amuletos*. Rio de Janeiro: FUNARTE / Instituto Nacional do Folclore, 1988.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Editora da USP, 1980.

MACHADO, Paulo Affonso de Carvalho. *Ourivesaria baiana*. Guanabara, Rio de Janeiro: editora própria, 1973.

MACHADO, Simão Ferreira. *O Triunfo Eucarístico: exemplar da cristandade lusitana*. Lisboa: Companhia de Jesus, 1734.

MAFFEI, Lucy de Abreu; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. O ouro na capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 1966. t. XX.

MAGTAZ, Mariana. *Joalheria Brasileira: do descobrimento ao século XX*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Mariana Magtaz, 2008.

MARTINS, Monica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital: mestres, aprendizes e corporações de ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007;

MATTOS, Waldemar. *Registro das marcas dos ensaiadores de ouro e prata da cidade do Salvador, 1725-1845*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1952.

MATTOSO, José (org.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993.

MATTOSO, Kátia M.de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MENDONÇA, Anna Amelia de Queiroz C. *Jóias do Brasil Antigo*. 1ª edição. São Paulo: Arquimedes, 1968.

MENESES José Newton Coelho. *O continente rústico. Abastecimento nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes fabris e ofícios banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa (1750-1808)*. Tese (Doutorado em História) Niterói (RJ): Niterói: UFF, 2003.

MENESES, Jose Newton Coelho. *Mestres do reino, mecânicos do além-mar. A organização do trabalho mecânico em Lisboa e nas Minas Gerais portuguesas do setecentos*. In: PAIVA, Eduardo França. (org.) *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.

MOL, Claudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750 – 1800)*. Dissertação (Mestrado em História) Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro (Eds.). (2013). *Centralidade da Periferia (Dossiê)*. [Special Issue]. *história, histórias: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*. Vol. 1 (1).

MOTA, Rosa Maria dos Santos. *Glossário do uso do ouro em Portugal*. Porto: Universidade Católica Editora; CIONP; CITAR, 2011.

MOTA, Rosa Maria. *O uso do ouro nas festas da Senhora da Agonia, em Viana do Castelo*. In: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e. *Actas do II Colóquio Português de Ourivesaria*. Edição CITAR, Porto. 2008.

NUNES, Eliana. *Manuel Raymundo Querino: o primeiro historiador da arte baiana*. *Revista Ohun*, ano 3, n. 3, p. 237-261, set. 2007.

OLIVEIRA, Octávia Corrêa dos Santos. *Ourivesaria brasileira. Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, Vol. IX, 1948.

OREY, Leonor d', *Cinco séculos de joalheria: Museu Nacional de Arte Antiga*, Lisboa. London: Zwemmer, 1995.

PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla M. Junho Anastasia (orgs.). *O Trabalho Mestiço: Maneiras de Pensar e Formas de Viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

PAIVA, Eduardo França. Africanos na América portuguesa, trânsito entre mundos e práticas de anti-globalização. *V Coloquio Passeurs Culturels – Las cuatro partes del mundo; passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización em el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX*. Lima, Peru, 2002, (no prelo).

PAIVA, Eduardo França. Allah e o Novo Mundo: escravos e forros islamizados no universo colonial americano. In: PAIVA, Eduardo França Paiva, Org.; IVO, Isnara Pereira, Org.; MARTINS, Ilton César, Org. *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010. (Coleção Olhares).

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, E. F. & ANASTASIA, C. M. J. (orgs.) *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. 2 ed. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/ PPGH-UFMG, 2003, p. 187-207.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)* Tese para Concurso de Professor Titular em História do Brasil apresentada à UFMG, 2012.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo França. Histórias comparadas, histórias conectadas: escravidão e mestiçagem no mundo ibérico. In: PAIVA, Eduardo França IVO, Isnara Pereira. (Orgs.). *Escravidão, Mestiçagem e Histórias Comparadas*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2008.

PAIVA, Eduardo França. Mandioca, pimenta, aljôfares: trânsito cultural no império português. *Naturalia & mirabilia (siglos XV – XIX)*. pp.107-122. p. 107-108. In: STOLS, Eddy; THOMAS, Werner & VERBERCKMOES, Johan. <http://www.esclavages.cnrs.fr/IMG/pdf/LouvainTexto.pdf>.

PAIVA, Eduardo França. *Por meu trabalho, serviço e indústria: histórias de africanos, crioulos e mestiços na Colônia – Minas Gerais, 1716-1789*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 1999.

PAIVA, Eduardo França. Sociabilidade, magia e relações de poder no universo cultural afro-brasileiro. *Anales de Desclasificación*, v. 1, p. 861-876,

2006.

PAIVA, Eduardo França. Trânsito de culturas e circulação de objetos no mundo português. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Brasil- Portugal. Sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 99- 122.

PAIVA, Eduardo França. *Escavidão e Universo Cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PASSOS, Zoroastro Vianna. *Em torno da história de Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1940.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

PEIXOTO, António Augusto da Rocha, 1866-1909; *As filigranas/ António Augusto da Rocha Peixoto*; introdução Gonçalo de Vasconcelos e Sousa; trad. Alexandra Andersen Leitão - Porto: Universidade Católica Editora; CIONP; CITAR, 2011.

PEIXOTO, Rocha – As filigranas. In PEIXOTO, Rocha. *Obras*. [S.l.]: Câmara Municipal da Povoação de Varzim, 1967, vol. 1, pp. 262-312.

PRIETO, Maria Helena de Teves Costa Ureña. O significado dos lapidários antigos. Separata da Revista da Universidade de Coimbra. Vol. XXXVII, ano 1992, pág. 189-204.

PIMENTEL, António Filipe – Reflexos do ciclo do ouro e dos diamantes do Brasil na ourivesaria portuguesa. In *Relaciones artísticas entre la Península Ibérica y América - Actas del V Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte*. Valladolid: Universidad de Valladolid; Secretariado de Publicaciones, 1990, pp. 207-214.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto*, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

PRECIOSO, Daniel. *Legítimos vassallos: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803)*. Franca, São Paulo: Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. 2010.

PRECIOSO, Daniel. Grupos étnicos e sociabilidade confrarial: aspectos da luta social dos pardos na vila rica setecentista. Anais do II encontro nacional do GT História das religiões e das religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. ISSN 1983-2859. Disponível em http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/grupos_etnicos_e_sociabilidade_confrarial.pdf.

QUEIJA, Berta Ares & STELLE, Alessandro (orgs.). *Negros, mulatos zambaios; derroteros africanos en los mundos ibéricos*. Sevilha: Escuela de

Estúdios Hispano-Americanos/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª Ed. Revisada e ampliada. 1988.

RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004.

REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre Faisqueiras, Catas e Galerias: Explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2007.

RESENDE, Sancha Livia. *Um olhar sobre o fazer ourives em Belo Horizonte*. São Paulo: PUCSP, 2010 (Ciências Sociais, Dissertação de mestrado).

RIOS, Wilson de Oliveira. *A Lei e o Estilo. A inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial. 1690-1790*. Tese (doutorado em História) Niterói: UFF, 2000.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e inquisição em Minas Colonial: os familiares do Santo Ofício (1711 – 1808)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. 2007.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: FFLCH/USP 2002.

ROMEIRO, Adriana. A febre do ouro. *Revista Nossa História*, ano 3, nº. 36, out. de 2006.

ROSA, Mercedes – *A prata da casa: prataria luso-brasileira na coleção do Museu Carlos Costa Pinto*. Salvador: Fundação Museu Carlos Costa Pinto, 2009.

ROSAS JUNIOR, José. *Joias portuguesas: as laças de ouro*. Imprensa Moderna, Porto. 1942.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. São Paulo: *Revista de História*, vol. 55, nº 109, jan./mar. 1977.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América*. Lisboa: Difel, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial* (Trad. Maria Beatriz Medina). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUSSEL-WOOD, A.J. R. “Governantes e agentes”, in: Francisco Bethencourt Kirti Chaudhri, “A América portuguesa”, in Francisco Bethencourt e Kirti

Chaudhuri (orgs.), *História da expansão portuguesa. O Brasil na balança do Império (1697-1808)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Cegraf/ UFG, 1992.

SALVADOR, Jose Gonçalves. *Cristãos-novos, jesuítas e inquisição: aspectos de sua atuação nas capitanias do sul, 1530-1680*. São Paulo: Pioneira, 1969.

SAMPAIO, Theodoro. O tupi na geografia nacional. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº. 54, 1928.

SANTAELLA, Lúcia. *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal; aplicações na hipermídia*. São Paulo: Iluminuras/ FAPESP, 2001.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; BRACHT, F. Bem-vinda ardência: as pimentas americanas viraram um sucesso mundial ainda nos séculos XVI e XVII. *Revista de História*. (Rio de Janeiro), v. 1, p. 70-74, 2011.

SANTOS, Irina A. Jóias de afeto: usos e significados na sociedade fluminense na segunda metade do século XIX.. In: *III Encontro Nacional de Estudos do Consumo*, 2006, Rio de Janeiro. Tempos e espaços do consumo em uma perspectiva comparada, 2006.

SANTOS, Irina Aragão. Adornos pessoais: uma reflexão sobre as representações das relações sociais e o processo de design. In: *Anais do 6º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design*, São Paulo: FAAP, 2004.

SANTOS, Raphael Freitas. *Devo que pagarei: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas - 1713-1773*. Dissertação (Mestrado em História). UFMG, 2005.

SANTOS, Vanicléia Silva. *As bolsas de mandinga no espaço atlântico: século XVIII*. Tese de doutorado. PPG em História Social, FFLCH, USP. São Paulo, 2008.

SCARANO, Julita. Roupas de escravos e forros. *Revista Resgate*, nº 4. Campinas: CMU, 1992;

SCHIEBINGER, Londa. *Plants and Empire: colonial Bioprospecting in the Atlantic World*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

SCHUMANN, Walter. *Gemas do mundo*. 9ª edição ampliada e atualizada. Barueri, SP; Disal Editora, 2006.

SCOTT, A. S. V. A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspectiva microanalítica, *Revista História Unisinos*, Vol.11 Nº. 1 – São Leopoldo-RS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, janeiro/abril de 2007.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Velhos Portugueses ou Novos Brasileiros? Reflexões sobre a família luso-brasileira setecentista”, In *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba: CEDOPE/ CNPq/ Editora UFPR, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Vida privada e o quotidiano no Brasil na época de D. Maria I e de D. João VI*. Lisboa, Estampa, 1993. p. 135-156.

SILVA, Maria Eduarda Coquet Barbosa e. *O ouro das mulheres de S. Mamede de Este: valor social e simbólico das jóias*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Nova de Lisboa, 1989.

SILVA, Nuno Vassalo e. A joalheria feminina em Portugal na época dos descobrimentos. *Oceanos, mulheres no mar salgado*, Lisboa, número 21, 1995.

SILVA, Nuno Vassallo e. *Joalheria portuguesa*. Lisboa: Bertrand Editora, 1995.

SILVA, Nuno Vassallo e. As custódias-jóias de Setecentos. *Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses. 43 (Jul.-Set. 2000), pp. 78-92.

SILVA, Silvestre Silvério da, 1748 - *Governo do Mundo em Seco, Palavras Embrulhadas em Papéis ou Escritório da Razão, exposto no progresso de um diálogo, em que são interlocutores um letrado, o seu escrevente e as mais pessoas que se propuserem*. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno.

SILVA, Simone Trindade Vicente. *Referencialidade e representação: um resgate do modo de construção de sentido nas peças de balangandãs a partir da coleção Museu Carlos Costa Pinto*. Dissertação (Mestrado em Belas Artes) Salvador, UFBA, 2005.

SILVA, Simone Trindade Vicente. *A sedução das jóias: séculos XVIII e XIX: colecção particular São Paulo*. Salvador: FMCCP, 2005.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1977.

SIQUEIRA, Sonia Aparecida de; O Santo Ofício e o Mundo Atlântico. Ação inquisitorial na Madeira. In Vainfas, Ronaldo et al: *A Inquisição em xeque*. Rio de Janeiro: Uerj. 2000.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. A joalheria feminina e o seu significado social e económico em Portugal. Lisboa: *Círculo Dr. José de Figueiredo*, 2004. p. 17-33.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e 1970 - A ourivesaria nas relações entre o Porto e o Brasil no século XVIII. Lisboa: *Círculo Dr. José de Figueiredo*, 2005.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A Joalheria em Portugal: 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora. 1999.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A joalheria no Porto ao tempo dos Almada*. CITAR, Porto: 2008.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *Pratas e joias dos primeiros barões de Ancede*, O tripeiro. Porto: Associação Comercial do Porto. 7^a S., 23 (1), janeiro, 2004.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Ditames do Gosto Setecentista: o negociante de grosso trato, Nicolau Maria Raposo do Amaral, de Ponta Delgada, e as Artes Decorativas. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da investigação em Artes Decorativas* [I]. Porto: CITAR, 2010, pp. 15-44.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Legados humanos e devocionais: Artes Decorativas nos testamentos lisboetas da segunda metade de Setecentos. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da investigação em Artes Decorativas II*. Porto: UCE-Porto; CITAR, 2011, pp. 11-42.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Exuberância e cromatismo: Portugal e Brasil na Joalheria de Setecentos. In PANIAGUA PÉREZ, Jesús; SALAZAR SIMARRO, Nuria; GÁMEZ, Moisés – *El sueño de El Dorado: estudios sobre la plata ibero-americana siglos XVI-XIX*. León; México: Universidad de León, Área de Publicaciones; Instituto de Humanismo e Tradición Clásica; Instituto Nacional de Antropología y Historia, 2012, pp. 429-450.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – José Rosas Júnior (1885-1958) e a criação da joalheria portuguesa da primeira metade do século XX. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Actas do III Colóquio Português de Ourivesaria*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, 2012, pp. 37-58.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *Percursos da joalheria em Portugal: Séculos XVIII a XX*. Porto: CITAR, 2010.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *Livro de desenhos de jóias de José António Mourão (1792-1856), da Rua das Flores, no Porto*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, 2011.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *Álbum de desenhos de jóias portuguesas (ca. 1830-1930)*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, 2011.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. [me] Ministério da Educação. Disponível em: Domínio Público – Biblioteca digital desenvolvida em *software* livre.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. Os ex-votos mineiros. In: *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999, p.207-209.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

TEIXEIRA, Maria Bernadete Santos. *Os objetos intermediários da concepção na construção coletiva da identidade do produto de joalheria*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Belo Horizonte: UFMG, 2002.

TRINDADE, Raimundo, Cônego. Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 12 p. 109-149, 1955.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2v.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VASCONCELOS, José Leite. *Signum Salomonis, a figa, a barba em Portugal*. Lisboa. Publicações Dom Quixote, 1996.

VENANCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: ICHS/UFOP, 1998. p. 139-141.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.17, n.34, 1997.

VERDELHO, Telmo dos Santos. O dicionário de Moraes Silva e o início da lexicografia moderna", in *História da língua e história da gramática - actas do encontro*, Braga, Universidade do Minho / ILCH, 2003.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo, 2ª Ed., HUCITEC, 1990.

ANEXOS

Anexo 1 - Glossário do uso de joias na Comarca do Rio das Velhas do século XVIII.

ALJÔFAR. Também grafado “aljofre”, é uma pérola imperfeita (também dita pérola barroca, devido à sinuosidade a ao movimento dos seus contornos). “é tradução literal do árabe e deve ser interpretada por qualquer pedra preciosa que tem aplicação na indústria, na ourivesaria, ou de que se pode tirar lucro”.⁴⁸⁵

ÂMBAR - Resina vegetal fossilizada, de cor alaranjada. “Ambar amarelo dos portugueses ou caraba, ou sucino, é uma resina fóssil, dura, quebradiça, petrificada, produzida pelos pinheiros das regiões do Mar Báltico, meio opaca ou semitransparente, de uma cor que varia do amarelo pálido à do Jacinto. Seu nome em grego (electron) deu eletricidade, porque tem a propriedade de atrair a palha”.⁴⁸⁶



Âmbar. <http://www.kaliningrad.mid.ru/eng/media/index.html>

AMETISTA - Gema de tonalidade violeta ou roxo claro, sendo uma variante macrocristalina do quartzo. A variedade violeta de quartzo não era comum

⁴⁸⁵ NIMER, Miguel. *Influências orientais na língua portuguesa: os vocábulos árabes, arabizados, persas e turcos: etimologia, aplicações analíticas*. [S.l.]: EdUSP, 2005. p. 122.

⁴⁸⁶ Idem, p. 277.

até à descoberta de ocorrências em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. Como a qualidade ainda não era a desejada pelos joalheiros, por vezes, conduzia à utilização de subterfúgios para melhorar a aparência das pedras existentes, com aplicação de folhetas coloridas, normalmente vermelhas para produzir melhor efeito estético.

Meio-adereço com ametistas e crisoberilo (conhecido no século XVIII por Minas Novas). Antes da cravação da ametista, houve aplicação de uma folheta vermelha para modificar a cor original da pedra que era mais clara.⁴⁸⁷



ARRECADA - São ornamentos das orelhas, geralmente de forma redonda e cilíndrica. “As arrecadas são ornamentos de orelhas onde estão os sentidos”.⁴⁸⁸

BERILO – “Mineral essencialmente constituído por silicato de alumínio e

⁴⁸⁷ CARVALHO, Rui Galopim de. Gemas e outras pedrarias nas alfaias religiosas do século XVIII. in: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e. *Actas do II Colóquio português de ourivesaria*. Porto: Centro de investigação em ciências e tecnologias das artes da Universidade Católica Portuguesa. 2007.

⁴⁸⁸ BLUTEAU, Raphael *Vocabulário Portuguez e Latino, aulico, anatômico, architectonico, bellico, botânico....* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

berílio, que cristaliza no sistema hexagonal [...]”. Tem como variedades gemológicas a esmeralda (verde), a água-marinha (azul), o heliodoro (amarelo), a morganite (rosa) e a goshenite (incolor).⁴⁸⁹

BICHA – Um tipo de fio do colar de gramalheira cuja malha se assemelha a escamas. Por analogia com a pele de cobra.

BOCETA - antigamente *boeta*; cofrinho, arqueta ou caixinha para guardar dinheiro e preciosidades; vaso pequeno de qualquer matéria, grandeza e figura.

BORIL - ou BURIL Instrumento próprio para abrir ou riscar metal; as suas pontas podem variar conforme o desenho e o tipo de incisão a ser feita. Esse instrumento é usado em gravura, constituído por uma vareta de aço aguçada, com cabo de madeira, com o qual os gravadores em talhe doce traçam sobre uma placa de cobre talhe mais ou menos subtis e profundos. Na gravura a buril, o artista opera diretamente sobre o metal, mas em interposição do verniz e do ácido como na gravura a água- forte.⁴⁹⁰

BOTÕES – O Botão, Segundo Raphael Bluteau, é “bolinha de metal, ou paosinho esférico envolto em um panno, ou em fios, o qual serve de ajuntar huma parte da vestidura em outra”.

O botão é uma peça do vestuário masculino ou feminino, em forma de círculo chato, bola ou outra forma com orifícios ou pé furado por onde se costura a um artigo para prender duas partes. Usada algumas vezes como ornamento, é feito de dos mais variados materiais, como chifre, osso, metais comuns e preciosos, madeira, madrepérola, entre outros.

Também podem ser brincos de pequena dimensão. Na região do Minho, é a designação dada aos primeiros brincos usados pelas meninas.



Exemplos de botões para uso em orelhas. Oficina de Abílio Barbosa, Gondomar. Foto: Rosa Maria dos Santos Mota.

⁴⁸⁹ CARVALHO, Rui Galopim – *Pedras preciosas na arte e devoção. Tesouros gemológicos na Arquidiocese de Évora*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida, 2006. ISBN 972-8854-16-1, p. 52.

⁴⁹⁰ SILVA, Henrique Pais da; CALADO, Margarida – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p. 65



Século XVIII (1750). Diâmetro: 2,5 cm - Prata, minas novas. Foto: Luisa Oliveira, 2004 - Copyright: © IMC / MC. Museu Nacional do Traje

BRACELETE – pulseira de aro rígido e largo que se coloca sobre o braço e em alguns casos, no antebraço. Normalmente usado pelas mulheres, costuma ser guarnecidas de pedras ou de fios de pérolas. Muito comum nas Minas Gerais o uso de braceletes com coral, engranzados em ouro ou prata.

BREVE - nome dado a jóia de temática religiosa, composta por um recipiente oco, passível de ser aberto mediante a um espigão em forma de rosca. Seu nome pode estar relacionado aos breves apostólicos, sendo possível inserir neste ornamento, passagens bíblicas. O mesmo que Bentinho, um escapulário que contém uma oração.

“Mas não só de valor económico se vale uma peça. Os sentimentos podem estar igualmente plasmados nas jóias que se envergam, traduzidos pelos materiais usados e/ou pela iconografia nelas presentes. A simbologia religiosa através de várias tipologias: cruces, relicários, breves, medalhas, pendentos com iconografia religiosa, como Nossa Senhora da Conceição podem ser sinónimo de fé, devoção, religiosidade e superstição da pessoa que a enverga, nestes casos essencialmente usados pela mulher”.⁴⁹¹

BRINCO – Ornamento que se usa na orelha. Pode ser “brinco de peito”, como se fosse um broche ou joia. “Joya como rosa, ou broche. Brinco do peito, qualquer pedraria com que se orna o peito”.⁴⁹² Segundo Antonio Moraes Silva, brinco é uma joia de adorno, especialmente das orelhas.

⁴⁹¹ SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e. *A joalheria no Porto nos finais do século XVIII: aspectos socioartísticos*. Dissertação (Mestrado em História da Arte) Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1996, p. 19.

⁴⁹² BLUTEAU, Raphael.



Par de brincos em ouro e diamantes

Século XVIII

Dimensões: 5cm, x 2,8cm

Peso: 16,75 gr.

Autoria: Damião José Pereira, registrado em 1769 na Confraria de Santo Eloi, Porto.

Foto: Carlos Monteiro

Copyright IMC/MC.

CABUCHÃO – também grafada cabochão. Palavra que derivou do latim *caput*, significando cabeça, e na língua francesa originou a palavra *cabochon*. É um estilo de lapidação, das mais antigas conhecidas que consiste em preservar uma parte curva e polida na gema com base plana, côncava ou convexa, geralmente de contorno oval, ou em forma de pera ou mesmo redondo. A preferência por essa técnica reside nas pedras não transparentes, ou seja, opacas, como a hematita, ágata, turquesa ou as não tão opacas, como esmeraldas, rubis e turmalinas. Os lapidários escolhem também as pedras com algum efeito ótico como olho-de-gato e as que apresentam o fenômeno da adularescência, já que a superfície curva permite uma melhor visualização do efeito.

CADEADO – Brinco de argolas para uso nas orelhas sem pingente. Podia ser de ouro, prata, cravejado ou não. Nas Minas Gerais alguns cadeados

CADEIJA – Corrente de anéis ou elos de metal. Sem tamanho definido, a cadeija podia chegar a três metros, possibilitando das várias voltas em torno

do pescoço. No século XVIII, foi listada em inventário uma cadeia com dezesseis palmos.

CAIXILHO – caixa de tamanho reduzido, utilizado normalmente para guardar ouro em pó. Também diz respeito ao tipo de anel, brinco ou broche, que tem na base um espaço para guardar algo, como uma imagem de alguém ou de santo, ou mesmo para cravar pedra de formato cabochão.



Anel com base em caixilho para cravar pedras em formato cabochão.

Referência: <http://www.flocodevidro.com/Anel-com-base-Caixilho-para-Cabochons-de-14mm-em-Ouro-Velho>

CATANA - alfange: cutelo curvo pela cota e convexo pelo fio, curto; terçado: espada curva.

CINZEL – Instrumento em que um das extremidades é cortante, de espessura variável conforme a sua finalidade, geralmente usada para cinzelar.

CINZELAMENTO – técnica de relevo que utiliza o martelamento por intermédio de um cinzel, ou diretamente na superfície do metal.

COLAR – Fio com certo volume usado junto ao pescoço, com ou sem o uso de pedrarias. Muito usado pelas mulheres, realçando o decote.



Colar. Século XVIII. Ouro, diamantes e topázios. Foto: José Pessoa (2009). Copyright © IMC/MC. Museu Nacional de Soares dos Reis.

COLAR DE CONTAS – Ornamento feito de contas de ouro, prata ou outro material, sempre de formato seja esférico ou ovalado, normalmente usado no pescoço. Não há um diâmetro nem formato estipulado, podendo o usuário possuir quantas contas quiser e o tamanho que desejar. A variedade de contas, assim como o tamanho está patente nos inventários e testamentos, que, geralmente, listam esse adorno com sendo “ouro lavrado” ou “prata lavrada”. Era comum em Minas Gerais e na Bahia, o colar de contas eram feitos em coral, sendo assim o seu uso alterado, uma vez que as “contas, ramos e figuras de coral ou de azeviche, ao pescoço de crianças e em adereços de adultos, evitam encantos e conflitos”.⁴⁹³

CONTAS – Ornamentos redondos feitos em ouro, prata ou outros materiais como coral, sementes ou outros materiais orgânicos. As primeiras contas em ouro conhecidas eram maciças, “passando a ser ocas no 1º milênio a. C. Foram produzidas pelas civilizações grega, etrusca e fenícia”.⁴⁹⁴ Segundo Solange Godoy, os portugueses conheceram as contas de ouro desde seu contato com o povo Akan, em São Jorge da Mina.⁴⁹⁵

Existem vários tipos de contas, e nos inventários e testamentos em Minas Gerais do século XVIII, essas contas foram listadas como “contas de ouro”

⁴⁹³ CHAVES, Luís. *Do colar de contas ao colar de pérolas. Ourivesaria portuguesa*. Porto: Empresa de publicidade do Norte. 3º trimestre, 1950, p. 169.

⁴⁹⁴ MOTA, Rosa Maria dos Santos. *Glossário do uso do ouro no Norte de Portugal*. Porto: Universidade Católica Editora; CIONP; CITAR, 2011. p. 62.

⁴⁹⁵ GODOY, Solange de Sampaio. *Círculo das contas: jóias de crioulas baianas*. Apresentação de Mercedes Rosa; versão para o inglês de H. Sabrina Gledhill. Salvador: Fundação Carlos Costa Pinto, 2006.

ou “contas de prata”. Foram listadas nessa documentação tanto contas separadas como em “fios”.

CONTRASTE – Avaliador que examina o toque das peças dos ourives, e põe preço das pedras preciosas. As certidões dos contrastes fazem fé em juízo. Provisão de 17 de março de 1781. Também, marca oficial numa peça de ouro ou prata, garantindo o grau de pureza do metal, e por vezes informando sobre a data, o fabricante da peça e o título do metal.

CONTRASTE DO OURO - Personagem que avaliava as peças de ouro e de prata (deste último metal apenas quando relacionado com jóias e objetos afins), levando uma percentagem pela tarefa, e que variava conforme o valor do rol. “Existe uma grande confusão entre este termo e o de «Ensaizador» e estamos em crer que a própria documentação coeva é confusa, sobretudo no século XIX. Os ofícios de Contraste e o Ensaizador podem coincidir na mesma pessoa, como sucedeu com Manuel Fernandes Lopes”.⁴⁹⁶

CORAÇÃO – Ornamento em forma estilizada de coração, variando quanto o tamanho, material e a técnica. Seu uso está ligado ao culto do Sagrado Coração de Jesus e ao Sagrado Coração de Maria. Porém, outro uso desse ornamento pode ser o símbolo do amor entre o homem e a mulher, como citou Luis Chaves: “O coração da ourivesaria portuguesa contém um misto complicado de joia, que o é materialmente, de símbolo de amor e de amuleto fixativo do mesmo sentimento”.⁴⁹⁷

CORAL – Gema orgânica, um “exoesqueleto, geralmente carbonatado, segregado pelos indivíduos que vivem na mesma colónia, construindo lentamente o seu edifício, deixando canículos ao longo dos ‘ramos’ e pequenas aberturas para o exterior, onde colocam os seus tentáculos, na procura do alimento”.⁴⁹⁸ Além dos tons que variam do róseo ao vermelho escuro (coral macho) há corais de coloração branca, azul ou negra. O uso do coral na joalheria ganhou notoriedade a partir do século XVI, quando Lisboa tornou-se um polo aglutinador de preciosidades da Ásia, África e do Novo Mundo. Para a oficina dos ourives foram importados diamantes da Índia, aljofres, esmeraldas, rubis, safiras, pérolas, âmbar e coral. Generalizou-se o uso desse ornamento também em função das pinturas renascentistas onde a peça passou a fazer parte não dos retratos dos burgueses italianos, mas também nas pinturas religiosas.

⁴⁹⁶ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A joalheria no Porto nos finais do século XVIII: aspectos socioartísticos*. Dissertação (Mestrado em História da Arte) Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1996. p. 177.

⁴⁹⁷ CHAVES, Luís. Op cit. p.25.

⁴⁹⁸ CARVALHO, Rui Galopim – *Pedras preciosas na arte*. Op. cit, p. 76.



Detalhe de Madonna di Senigallia. Óleo s/tela, 61x53,5 cm.
Piero della Francesca 1474
Galleria Nazionale delle Marche. ⁴⁹⁹



Coral em estado bruto
foto: Luiz Ozanan

CORDÃO – Fio de ouro, feito de elos, cuja morfologia permite esconder o engaste mais facilmente. Tradicionalmente eram feitos à mão, criando um fio de ouro com a espessura desejada, cortando em elos, engatando um a um nos outros. É uma peça utilizada para ornamentação do colo feminino, e alguns homens utilizaram em relógios, também chamado de “corrente”. Por ser de grande valor monetário, era utilizado também para empenhar, em caso de necessidade. Pires Lima informa, sobre o uso de cordões pelas mulheres que, “mal chegavam à idade de conversar [namorar] botavam cordões”. ⁵⁰⁰

CORRENTE - “Consiste num fio composto por uma malha trabalhada em elos de fantasia ou em elos semelhantes aos da malha do cordão”. ⁵⁰¹

Corrente de relógio – Ornamento de uso masculino, usado para pendurar o relógio, que normalmente ficava no bolso do usuário. Além de sua função elementar, poderia ter sido usado como elemento de ostentação, significativo de riqueza e posição social. “Correspondia à exibição visual e icônica dos ornamentos em ouro usados pelas mulheres do campo”. ⁵⁰²

⁴⁹⁹ http://www.wga.hu/html_m/p/piero/3/11seniga.html

⁵⁰⁰ LIMA, A. C. Pires. *O ouro nas tradições populares: ourivesaria portuguesa*. Porto: Empresa de Publicidade do Norte, nº 10, 1950. p. 96

⁵⁰¹ MOTA, Rosa Maria dos Santos. *Glossário do uso do ouro no Norte de Portugal*. Op. cit. P.71

⁵⁰² Idem. p. 71



Relógio de bolso (com corrente).
Século XIX.
Ouro, esmalte, vidro.
Foto: José Pessoa, 1996.
Copyright - © IMC / MC.
Palácio Nacional da Ajuda.⁵⁰³

CRAVAÇÃO – Técnica para engastar pedras no metal. Os tipos variam em função da lapidação das gemas, que podem ter configuração oval, redonda, quadrada ou retangular. O ofício era exercido pelos chamados cravadores de pedraria, que podiam ser igualmente os ourives do ouro.

CRISOBERILO - Mineral de tom amarelado, apenas chamado pela documentação como crisólita, também conhecida pelos gregos como “pedra de ouro”

CRISTO – Crucifixo com a imagem de Jesus Cristo.

CRUCIFIXO – É a imagem de Jesus Cristo sendo crucificado. Usado em Minas Gerais durante o século XVIII em forma de pendente, conforme descrição em inventários e testamentos.

⁵⁰³<http://www.matrizpix.dgpc.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPESQ=2&NUMPAG=1®PAG=50&CRITERIO=corrente&IDFOTO=24058>. Acesso em 12/05/2012.

CRUZ - Figura constituída por dois braços cruzados e que na iconografia cristã representa o instrumento de suplício em que Jesus foi sacrificado. A cruz e o crucifixo são objetos sobre os quais a Igreja profere sua oração, pedido a Deus pelos usuários devotos. Segundo Mota, “não são amuletos, pois estes são objectos com efeitos mágicos e o seu símbolo representa uma representação concreta para designar uma realidade abstracta, a desejada proteção divina”.⁵⁰⁴ Na documentação encontram-se arroladas a Cruz de filigrana, a Cruz de chapa, a Cruz de diamantes e a Cruz de Jerusalém.



A cruz de Jerusalém, segundo a interpretação mais citada, tem em sua a cruz central a representação do Antigo Testamento, enquanto as cruzes complementares simbolizam o pleno cumprimento da lei de Moisés no Evangelho de Cristo.

Figura exposta no Museu do Ouro em Sabará cuja paca de identificação está escrito:

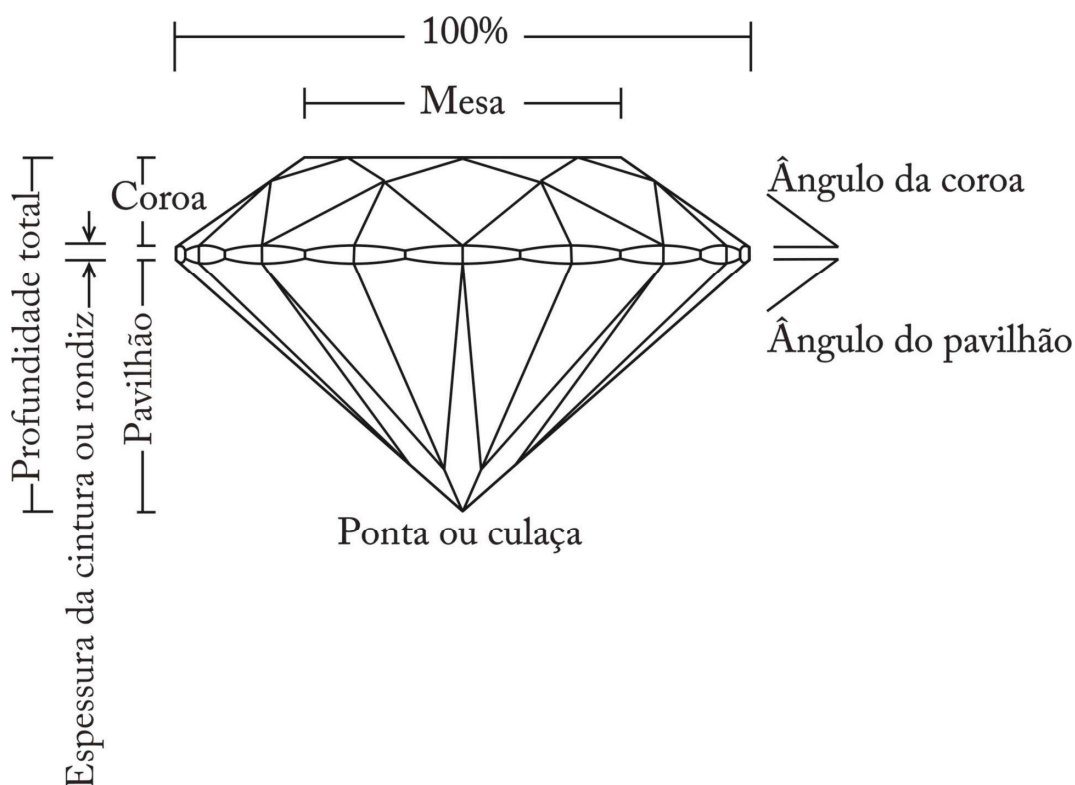
“A ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém descende da época das Cruzadas, quando Godofredo de Bouillon e seus cavaleiros protegiam o Santo Sepulcro, em Jerusalém. Em 1489, o Papa Inocência VIII suprimiu a ordem, fundindo-a com a Ordem de São João, porém anos depois o Papa Alexandre VI restaura a independência da ordem”.

Comenda da ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém: IBRAM/Museu do Ouro. Autorização 006/2013. Foto: Luiz Ozanan

⁵⁰⁴ MOTA, Rosa Maria dos Santos. *Glossário do uso do ouro no Norte de Portugal*. Op. cit. p. 72.

CUSTÓDIA - Aro circular de ouro ou de prata, guarnecido de raios, onde estão duas lâminas, também circulares, destinadas a guardar a hóstia para expô-la, no ostensório, à adoração dos fiéis.

DIAMANTE - Gema preciosa por excelência, formada de carbono puro, e cujo valor era muito maior, no século XVIII, em termos genéricos, do que as outras gemas, mesmo do que as preciosas.



Diamante olhos de mosquito. Diamante de pequena dimensão. A documentação não especifica o tamanho nem o peso.

ENSAIADOR DO OURO - Ofício cujo fim era averiguar a legalidade dos metais nobres (ouro e prata), bem como aferir da genuinidade das gemas empregues nas jóias. Efetuava a aferição dessa qualidade através do toque, uma das formas de ensaio. O ofício era regulamentado pelo Regimento em 10 de março de 1693. Porém, desde a Idade Média os funcionários que produziam moedas, cujas armas reais eram marcadas nas mesmas, havia somente a figura do moedeiro que era responsável pela realização de todo o processo, desde a concepção da moeda até a cunhagem. Com o tempo, as divisões do trabalho proporcionaram o surgimento de especialistas e funcionários do processo de fundição: o mulari era o que fazia a prova da

moeda, o pecunia specuallori era o ensaiador.⁵⁰⁵ No Brasil, o corpo administrativo e técnico era bem mais simples que o modelo português. Eschwege registrou para as casas de fundição da Capitania de Minas Gerais apenas os seguintes funcionários: o juiz de fora da comarca que era o inspetor da casa de fundição, um tesoureiro, um escrivão da receita e da despesa, um conferente, um escrivão de fundição, um ensaiador, ajudante de ensaiador, primeiro e segundo fundidores, um meirinho, um escrevente, um fiscal, um terceiro fundidor e um mestre gravador.⁵⁰⁶

ESMALTE - Técnica em que se utiliza matéria vitrificada, mais ou menos opaca e diversamente colorida pela introdução de diversos sais ou óxidos metálicos, que se solidifica ao passar ao fogo e se torna impermeável. Além de ser técnica, os esmaltes eram usados para referenciar entes queridos, por retratos de familiares, geralmente maridos ou filhos, já que seu uso em Portugal era quase exclusivo às mulheres.⁵⁰⁷

ENGASTAR – também grafado ENCASTOAR pedraria. Fixar a gema em estrutura de prata ou de ouro. O mesmo que cravar.

ENGRANZAR – Enfiar contas em um fio ou cordão. Também pode ser o ato de ligar os elos de uma cadeia. Na documentação cartorária de Minas Gerais no século XVIII, o termo aparece, na maioria das vezes, referenciando fio de contas de coral, com poucas ocorrências a outro material, como “pedras azuis” por exemplo.

ESGRAVATADOR – Também grafado ESGARAVATADOR é um “instrumento pequeno de prata, ouro, marfim ou outra matéria, com que se limpão os dentes, as orelhas”.⁵⁰⁸

FIO DE CONTAS – São contas enfiadas em cordões ou fios finos. Convencionalmente as contas eram enfiadas na palha-da-costa em etapa posterior substituída pelo cordão feito de algodão.⁵⁰⁹ Os materiais das contas mais encontradas nos documentos do século XVIII na Comarca do Rio das Velhas foram o ouro e a prata e coral.

FIGA – Peça em forma de mão fechada com o polegar sobressaindo entre os

⁵⁰⁵ IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho*, p. 233

⁵⁰⁶ ESCHWEGE, Wilhelm. Ludwig. von. *Pluto Brasiliensis*. [1833]. Tradução de Domício de Figueiredo Murta e de São Paulo, 1979, vols. I e II. (1978). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, Volume 1. p. 147.

⁵⁰⁷ SILVA, Henrique Pais da Silva; CALADO, Margarida – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. p. 119

⁵⁰⁸ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino (...)*, p. 244

⁵⁰⁹ LODY, Raul. *Pencas de balangandãs da Bahia: um estudo etnográfico das joias-amuletos*. Rio de Janeiro: Funarte, Instituto Nacional do Folclore, 1988. p. 17-18

dedos indicador e médio. Segundo Bluteau, “Figa de azeviche, que de ordinário se põem nos hombros dos meninos, contra o quebranto”.

Foi usada contra “mau-olhado” e produzida em diversos materiais, como coral, madeira, ossos, azeviche e prata. Em Minas Gerais no século XVIII, a maior ocorrência deu-se pela figa em ouro, sendo maciças ou ocas. De acordo com Vasconcelos, “a figa, de começo, foi gesto silencioso, com plena significação física, o qual fazia desviar de pessoas, animais e cousas má-olhadura, que se tinha por causa dos graves danos”.⁵¹⁰

A figa era usada no pulso das mulheres e crianças ou mesmo como pendente em colares. Os homens “trazem-na na corrente do relógio”.⁵¹¹

FILIGRANA – “Obra delgada de fio torcido de prata, ou ouro”,⁵¹² a filigrana é um trabalho manual e ornamental feito de fios muito finos, geralmente de ouro mas a prata também pode ser usada, soldados de maneira a compor um desenho. “Não foi pelos árabes ou, como se afirmou com ligeireza e audacia, depois das nossas viagens à Índia, que em Portugal se fabricaram com fio de ouro os primeiros artefactos d’esta arte graciosa e fácil”.⁵¹³



Detalhe de um peça de joalheria em filigrana. Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa. Foto: Luiz Ozanan.

⁵¹⁰ VASCONCELOS, José Leite de. *Signum Salomonis; a figa; a barba em Portugal: Estudos de etnologia comparativa*. Lisboa: D. Quixote, 1996, pp. 204-221.

⁵¹¹ *Ibidem*, 173.

⁵¹² BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino, aulico, anatómico, architectonico, bellico, botânico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.. P. 122

⁵¹³ ROCHA PEIXOTO, A. A. *As filigranas Porto: Imprensa Portugueza*, 1908. Separata da revista Portugália: Materiais para o estudo do povo portuguez. Tomo II, fasc. 4, p. 7.

FIVELA – “Peça usual de apertar os sapatos, as ligas dos calções e pescocinho. Consta de arco, fuzilão, charneira e botão”.⁵¹⁴ Usado nas Minas Gerais do século XVIII como adorno por alguns moradores, já que as fivelas listadas na documentação eram de ouro ou prata. Algumas foram descritas como “fivelas de homem”, outras apenas descritas com o material que foram feitas. A maioria das fivelas em Minas Gerais eram de prata.

FOLHETA – Folha de metal colocada junto ao metal da peça e sob uma gema de coloração menos forte ou transparente, de modo a parecer uma outra gema ou acentuar a coloração da mesma. O Alvará de 25 de agosto de 1776 concede ao alemão “Augusto Ludevico Thimne” a faculdade de estabelecer, em Lisboa, ou no Porto, uma fábrica de folhetas para a cravação de diamantes e pedras preciosas e o privilégio exclusivo da sua comercialização.⁵¹⁵

GARGANTILHA – Qualquer tipo de colar rente ao pescoço. Segundo Bluteau, “he quando o fio, que cerca o pescoço, he composto de pedras preciosas, punhase antigamente de ombro a ombro”.⁵¹⁶

GEMA – Material gemológico formado na natureza, podendo ser orgânico (os de origens animal ou vegetal, entre eles, coral, pérola e âmbar) ou inorgânico (os minerais e as rochas) que se usa, pelas suas características intrínsecas como cor, brilho, raridade, entre outros, em adornos, corporais ou não. As mais usadas na joalheria colonial foram os diamantes, rubis, esmeraldas, crisoberilos (conhecidos por Minas Novas), granadas, ametistas, topázios, águas-marinhas e os cristais de rocha.

HÁBITO – Condecoração de várias Ordens Militares. Em Portugal, as ordens concedidas foram as de Cristo, de Santiago, da Soberana Ordem de Malta e de Avis. “Podia assumir Avaria funções, seja de laçar ao pescoço ou de pendurar na lapela”⁵¹⁷

JOIA – Bluteau refere-se a esse ornamento como sendo “um brinco redondo de prata ou de ouro, guarnecido de pedraria, que se traz no peito”. Ao mesmo tempo, Bluteau aponta que as joias de usos masculinos e femininos, como sendo as “ayrão, flores trêmulas, Mariposa, pregos, rociclêr, Barriera, plumas, triângulos, estrelas, luas, cupidos (...). As de orelhas, asa as arrecadas de várias castas, que tem laços, ou pingentes, cabaças amêndoas,

⁵¹⁴ SILVA, Antonio Morais. *Dicionário da lingua portugueza*. Volume 2. P. 37

⁵¹⁵ ESTEVENS, Manuel Santos. *Augusto Ludevico Timne: Fabricante de folha para cravação de pedras preciosas*. Ourivesaria Portuguesa. Porto: Gremio dos Industriais de Ourivesaria do Norte. n° 1, 1948, p. 24-32.

⁵¹⁶ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino (...)* vol. 4, p. 33.

⁵¹⁷ SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e. *A joalheria em Portugal: 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização editora, 1999, p.226.

peras, cadeados (...) as joyas de pescoço asa fios de perolas, gargantilhas (...). As de peito Asa broches, peitilhos, (...)”⁵¹⁸

LAÇA ou **LAÇO** - Adorno corporal feminino formada por duas partes, sendo a parte superior em forma de um laço estilizado, e Aço outras ornamentações que o completam, bem como uma parte inferior composta por um pendente, geralmente em forma losangular.

MEMÓRIA – No século XVIII era um anel para conservar-se a lembrança de alguma pessoa ou algum fato acontecido. “Pequeno pendente de vários formatos que se abre como um livro ou uma caixa onde se guardam fotografias ou pequenas recordações, como uma mecha de cabelo, uma oração, uma letra do nome ou um fragmento de vestiário”.⁵¹⁹

OURIVES DO OURO – “Artífice que realiza peças de joalheria ou outras afins, de reduzida dimensão com ou sem gemas”.⁵²⁰ É auxiliado por outros artífices como cravadores ou lapidários quando na feitura de joias. A diferença entre o ourives de ouro e o de prata reside, segundo Franceschi, no tamanho das peças que ambos faziam, já que os ourives de ouro faziam peças de pequenas dimensões, os ourives de prata “só executariam os de grande tamanho”.⁵²¹

OURIVES DA PRATA - Artífice que realiza peças em prata, tanto de tipologias civis como religiosas, podendo-se socorrer de outros materiais, mas desde que não interferisse com o rol de objetos passíveis de serem realizados pelos ourives de ouro. Segundo Bluteau, é o “Artífice que vende, & lavra peças de prata”.⁵²²

PULSEIRA – Joia ajustada no pulso. “Ornato dos pulsos dos braços, d’aljfres, granadas etc.”⁵²³

SALVA - Prato que se põe debaixo de uma taca, copo ou vaso. “peça de ouro, prata ou outra matéria sobre que se serve ao senhor, o vaso, em que há de beber”.⁵²⁴ É uma espécie de prato pequeno em que o copo fica por cima. Antes de o rei beber qualquer liquido, uma parte era derramada nesse pequeno prato, dessa maneira dizia-se que ato era chamado de “tomar a salva”, pois acreditava-se que o rei estava livre dos venenos.⁵²⁵

⁵¹⁸ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário (...)* p. 195.

⁵¹⁹ MOTA, Rosa Maria dos Santos. *Glossário do uso do ouro no Norte de Portugal*. Porto: CIONP/CITAR, 2012, p.90.

⁵²⁰ SOUSA, Gonçalves Vasconcelos e. *A joalheria em Portugal*. Op. cit. p. 228.

⁵²¹ FRANCHESI, Humberto M. *O ofício da prata no Brasil: Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1982, p. 25.

⁵²² BLUTEAU, Raphael. Op. cit. p. 147

⁵²³ SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. P. 526

⁵²⁴ *Ibidem*, p. 456

⁵²⁵ *Ibidem*, p. 456



Salva de prata. A autoria de João Anastácio Xavier/Lisboa – 1750-1770
Dimensões: 5cm x 30,3cm; pés 532,5gr - Foto: Luisa Oliveira. © IMC / MC
Museu Nacional de Arte Antiga - Lisboa

TRANCELIM – Trançado estreito de fios de seda, ou metal para prender bentinhos. Na América espanhola era um “adorno de sombrero en forma de cinta o cordón trenzado, a veces adornado con elementos metálicos e pedreria”.⁵²⁶

VERÔNICA – Medalha ou bocado de metal que o Papa benzeu e onde se acha gravada a figura de algum santo.

⁵²⁶ ARBETETA, Letizia. *La joyería española de Felipe II a Afonso XIII*. Op. Cit. p, 220

Anexo 2 – tipos de ornamentos corporais nos inventários e quantidade

TIPOLOGIA	QUANTIDADE
Anel de ouro	2
Anel de prata	1
Anel de prata com diamante	1
Anel de ouro com diamante	1
Anel de ouro com pedra	4
Anel de pedras falsas encostada em latão	1
Anel de filigrana com pedra falsa	1
Anel de laço	1
Argolas – umas	1
Argolas de ouro de canotilho – pares	3
Argolas de ouro – pares	5
Argola de ouro – unidade	1
Argola de ouro de canotilho – unidade	1
Botões de ouro – pares	22
Botões de prata – pares	10
Botão de bico grande – pares	4
Botão de bico maior – par	1
Botão de bico – pares	11
Botão de filigrana – pares	8
Botão de Pitanga pequenos de pedras com bicos – par	1
Botão pequeno e liso – par	1
Botão de ouro GRANDE – pares	5
Botão de ouro PEQUENO – pares	19
Brinco de ouro liso cabecinhas	2
Brinco de ouro e seus esmaltes	5
Brinco com suas pedras encarnadas – uns	2
Brinco com suas pedras encarnadas – pares	7
Brinco de prata com suas pedras falsas – uns	2
Brinco de prata com suas pedras falsas – pares	4
Brincos – uns	8
Brincos – pares	10
Brincos com aljofres – uns	9
Brincos com aljofres – pares	5
Brincos de aljofres e esmaltados – par	1
Brincos de aljofres com diamantes – par	1
Brinco Alfinetes	1
Brincos Diamantes – uns	5
Brincos e uns olhos de Santa Luzia	1

Anexo 3 - Gemas encontradas nos documentos, onde foram cravadas e a posse no universo masculino e feminino.

Pedra	Quantidade	Em que peça	Masculino	Feminino
Vermelha	2	Anel e Brinco	2	0
Azul	3	Salva e Anel	2	1
Verde	1	Coração	1	0
Falsas	10	Laço, broche, joya, 6 anéis, brincos, memória	8	2
Topázio	1	Anel	1	0
Cristal	2	Em dois brincos	2	0
Diamante	21	Brincos, cruz, anel de prata, anel de ouro, bracelete, laço	12	9
Pedra com de Robim ordinário	1	Anel	1	0
Crisólitas	20	Anel, broche	0	20
Com suas pedras	18	Anel de ouro, anel de prata, brinco prata, bracelete, laço	13	5

Anexo 4 – Relação das joias em coral e possuidores

Peça	Posse
Bracelete de corais machos em ouro – 12\$000	Catherina de Barros - Preta Forra
Bracelete de corais miudos engranzados em prata	Catherina de Barros - Preta Forra
Bracelete de corais miúdos engastados em prata	Catherina de Barros - Preta Forra
Bracelete de corais miúdos com uma figurinhas de prata	Catherina de Barros - Preta Forra
Dois fios de corais	Catherina de Barros - Preta Forra
Fio de coral, com 77 corais	Cap. Manoel Lopes Machado
Fio de corais	Clara Josefa
Uns corais engransados em ouro	Maria Mansa – parda
Dois fios de corais em prata	Gracia Rodrigues Bonfim – Forra demente
Um fio de coral em prata	Gracia Rodrigues Bonfim – Forra demente
Um fio de coral de prata	Gracia Rodrigues Bonfim – Forra demente
Dois braceletes de coral	Rita Coelho
Cinco braceletes de coral	Catharina Soares Pereira
Fio de Corais de ouro grande lavrado	Esperança Pereira do Lago – Parda
Coral grande de ouro lavrado	Esperança Pereira do Lago – Parda

Anexo 5 – Joias das pretas, crioulas e pardas.

Catherina de Barros – 1731 (preta forra)

Dois	Botões de ouro
Uma	Cruz com sua volta com cordão
Um	Esgravatador com um palmo
Dois PARES	Botões de ouro
Dois PARES	Argolas de ouro
Uns	Brinquinhos esmaltados
Uma	Verônica de São Bento
Um	Feitio de Imagem N.S.Conceição
Um	Feitio do Espírito Santo
Três	Memórias
Um	Coração de Filigrana
Seis PARES	Botões pequenos
Uma	Salva com uma pedra azul
Uma	Unha de onça encostada Au.
Um	Engaserinha sem nada
Um	Bracelete de corais Machos em ouro
Um	Bracelete de corais miudos engranzados em prata
Um	Bracelete de corais miúdos engastados em prata
Um	Bracelete de corais miúdos com uma figuinhas de prata
Um	Palito de ouro com sua corrente
Dois	Fios de corais
Duas	Memórias de ouro
Dois Pares	Botões de prata
Duas	Memorias de ouro que tem de peso um oitava e um quarto

Maria Mansa da Conceição – 1770 – Parda

Um	Cordão de ouro
Dois pares	Brincos
Um par	Botões de ouro
Umas	Pedras azuis engranzadas em ouro
Um	Lacinho com duas pedras encarnadas
Um	Relicário com seu lacinho de ouro
Uns	Corais engraçados em ouro
Um	Anel e uma figa de ouro
Um par	Fivelas de prata

Maria Parreiras – 1773 – Preta forra

Uma	Imagem da Conceição de ouro com dois cordões grossos
Um	Botão de ouro

Maria Ribeira – 1737 – Preta forra

Um par	Brinco e uns olhos de Santa Luzia
Três	Botões de PRATA

Custódio de Almeida Faria – 1746 – Preto forro

Uma	Imagem de N. Sra. Conceição
Um par	Botões de ouro
Um par	Botões de ouro lavrado
Duas	Memórias de filigrana
Uma	Cruz de filigrana
Um	Cordão de ouro
8 pares	Botões de punho
Uma	Unha de onça encrustrada em ouro
Um par	Brincos de aljofres esmaltados

Margarida Alves – 1760 – Preta forra

Um par	Brincos de aljofres pequenos e velhos
Um par	Crucifixo de ouro

Grácia Rodrigues Bonfim – 1775 – Forrademente

4 pares	Botões de ouro
Uma	Corrente de braço com uma boneca de São Bento e Nossa senhora da Conceição e seu esmalte
Cinco	Brincos de ouro com seus esmaltes
Dois	Fios de CORAIS miudinhos engaranzados em PRATA
Um	Fio de CORAIS grandes engaranzados em PRATA
Um	Fio de CORAL de PRATA

Maria Moreira – 1782 – Parda

Um	Laço e seus brincos com pedras encarnadas
Um par	Fivela de prata com seu uso

Ana da Silva – 1731 – Parda

Um Par	Botões grandes de bicos
Dois	Botões pequeninos do mesmo feitio (de bicos)
Uma	Cruz de filigrana com duas voltas de cordão
Um	Fio de contas de ouro pesando 9/8as
Um	Cordão de ouro pesando 9/8as
Uma	Memória de ouro com uma pedra falsa (2/8as)
Quatro	Memórias (memória e olhos a 6\$475)
Uns	Olhos de Santa Luzia
Uns	Brincos de Aljofar pequenos
Outros	Brincos de aljofar com seus esmaltes
Um	Feitio de Nossa Senhora com sua volta de cordão (9/8as)
Um	Cordão de ouro pesando 9/8as
Um	Cordão de ouro - 14/8as e meia
Um	Cordão de ouro - 5/8as e um quarto
Trinta e sete	Contas pequenas de ouro peso:3/8as e 3 quartos

Esperança Pereira do Lago – 1793 – Parda

Uma	Imagem de (-) com um trancelin de ouro -
Um	Caixilho de ouro liso com seu trancelim também de ouro
Hua	Corrente de braço de ouro com seu trancelim largo com sua verônica de Santo Anastácio e outra de Nossa Senhora da Conceição - 6 oitavas
Uma	Corente de ouro tranelim partido com sua Verônica

	de São Bento e outra de N. Sra. Conceição 3 oitavas
Um	Corais de ouro grande lavrado - 8 oitavas
Um	Coral grande de ouro lavrado - 5 oitavas
Dois	Olhos de Santa Luzia de ouro com seu esmalte branco
Dois pares	Brincos com seus aljofres
Um par	Brincos com pedras de aljofres
Um	Brinco quebrado com pedra vermelha
Um par	Botões de ouro pequeno
Uma	Imagem do menino Jesus de ouro
Uma	Verônica de ouro com a imagem de Nossa Senhora da Conceição e sua custódia
Um	Anel de ouro lizo
Umas	Contas de ouro maciço
Quatro	Cordões de ouro fino
Dois	Cordões de ouro fino
Dois	Fios, digo Mis__ (sic) e três contas de ouro pequenos E dois pares de botões de ouro
Quarenta e nove	Contas de ouro
Um par	Fivelas de prata
Uma	Boceta de prata

Anexo 6 – Pretas, pardas e crioulas que empenharam joias.

Nome	Peça	Valor	Empenhado para
Francisca Guimarães	Um laço com suas pedras	1\$500	Custódio José de Almeida
José Maia	Um par de fivelas de Prata de figa de Calção	\$564	Custódio José de Almeida
Maria	Um cordão de ouro – 15 oitavas	22\$500	Capitão Manoel Lopes Machado

Anexo 7 – quantidade e tipos de joias de posse de homens, de acordo com os inventários post-mortem – 1722 – 1815.

Umas	Argolas de ouro de canotilho
Quatro	Memória
Vinte e um pares	Botões
Um	Figa de ouro
Uns	Brincos com aljofres
Umas	Cordão de dez palmos
Um	Espírito Santo – pingente
Uma	Cadeija com 16 palmos
Um	Anel de ouro

Uma	Memória de ouro de três palmos
Uns	Brincos de diamantes
Um	Relógio de algibeira
Um	Rito prateado
Três pares	Botão de ouro
Uma	Verônica de São Bento ouro
Uns	Brincos de diamantes
Um	Relógio de algibeira
Um	Cordão de ouro
Uma	Cruz (no cordão)
Dois	Cordões de ouro
Um	Anel de ouro com sua pedra
Um par	Fivelas de prata
Quatro	Cordões de ouro
Um	Pente de ouro
Um	Laço de ouro de filigrana
Um	Broche de filigrana
Uns	Brincos de alfinetes
Um par	Argolas que pesam 5/8as
Uma	Corrente de São Bento
Duas	Memórias
Um	Cordão de ouro com crucifixo
Um	Cordão de ouro
Um par	botão grande
Três pares	Botões de ouro pequenos
Um	Anel de filigrana de ouro com uma pedra falsa
Um par	Brincos grandes
Dois pares	Brincos
Um	Crucifixo com seu cordão de um palmo e meio
Um par	Botões de ouro filigrana com Espírito Santo esmaltado
Um	Crucifixo de ouro
Um	Crucifixo com uma cruz esmaltada com seu cordão
Um par	Fivelas de ouro de sapatos
Um par	Chapas de ouro
Oito pares	Botões de ouro de camisas pequenos
Um	Palito de ouro
Um par	Relógio de algibeira de PRATA
Um	Anel de ouro com uma pedra azul
Um par	Botões de ouro quebrados
Quatro pares	Botões - um grande e três pequenos
Um par	Argolas e um cordão
Um par	Brincos
Uma	Argola de ouro
Três pares	Argolas com suas bixas e canotilho
um par	Botão de filigrana
outro	Botão de PITANGA pequenos de pedras com bicos
Quatro pares	Botões pequenos de filigrana
uma	Memória
Um	Cordão de ouro grosso

Treze pares	Botões de vários tamanhos
Uma	Memória de braçadeira de filigrana
Uma	Senhora da Conceição
Um par	Botões grandes
Um	São Brás
Uma	Memória
Oito pares	Cordões grossos
Um par	Botões grandes de bico
Um par	Botão pequeno e liso
uma	Senhora da Conceição
Um	Santo Cristo com seu cordão
Um	Cordão com a Sra. Conceição
Uma	Cruz de filigrana
Uma	Argola de ouro de canotilho com sua pinha
Uma	Imagem de N. Sra. Conceição
Um par	Botões de ouro
Outro par	Botão de bico
Uma	Memória de filigrana
Uma	Corrente com seu transelim
Uma	Verônica de São Bento
uma	Senhora da Conceição
Uma	Cruz de chapa
Um	Anel de laço
Um	Brinco esmaltado de azul comum pendente de cristal
Um	Brinco esmaltado de azul comum pendente de ouro
Um	Argolinhas com uma figa por pendente
Outra	argolinha com uma meia-lua
Duas	Figuinhas por pendente de ouro
Um	Breve da marca liso de ouro com seu cordão
Um	Cordão de ouro de peso de 42 oitavas mais quartos
Um	Cordão de ouro de peso de 15 oitavas
Um	Cordão de ouro com peso de 17 oitavas e meia
Dois pares	Botões de ouro grandes
Dois pares	Botões de ouro lavrados
Cinco pares	Botões de ouro de várias castas
Uma	Corrente de ouro de braço c/ dois cordões de trancelim
Uns	Cadeados de ouro grandes com 33 aljôfres
Uns	Cadeados esmaltados de preto e de ouro e 34 aljôfres
Dois pares	Brincos esmaltados de azul e verde
Um par	Fivelas de homem
Um par	Fivelas de ouro
Duas	Memórias de ouro
Um	Fio de coral macho com 77 corais engrasados em ouro
uma	Cruz de diamantes com 77 lasquinhas de diamantes rosas
uma	Imagem de N. Sra. Conceição
Um par	Botões de ouro
Um par	Botões de ouro lavrado
Duas	Memórias de filigrana
Uma	Cruz de filigrana
Um	Cordão de ouro
Oito pares	Botões de punho

Uma	Unha de onça encrustrada em ouro
Um par	Brincos de aljofres esmaltados
Um	Cordão fino de ouro
Uma	Cruz de diamantes com 12 lasquinhas
Um	Brasão da Marca (ilegível) com seu trancelim de ouro
Uma	Chapa de ouro de pescoço de ouro
Cinco	Palitos de ouro
Três pares	Botões de ouro
Um	Anel de diamantes
Uns	Brincos de ouro com seus aljofres e diamantes olhos de mosquito
Um	Anel de ouro com sua pedra cor de robim ordinário com dois diamantes
Um	Anel de ouro com uma pedra falsa cor de jacinto com diamantes olhos de mosquito
Dois pares	Chapinha de prata
Um	Anel de prata
Um	Espadim de prata
Uma	Salva de prata
Uma	Fivela de liga de prata
Uma	Fivela de prata já usada
Uma	Fivela de prata já quebrada
Um	Cordão de ouro fino
Um	Feitio de Conceição com uma volta de trancelim
Dois pares	Botões de filigrana
Um	Bracelete com cinco pingentes e suas pedras de diamantes
Uma	Cruz de filigrana
Um par	Brincos de aljofres com uma lasquinha de diamante
Um	Anel de topázio alambreado com dois diamantes
Um	Espadim de prata com seu uso
Um	Anel de ouro
Um	Cordão de ouro com crucifixo
Um	Cordão de ouro
Um	Anel de filigrana e suas pedras falsas
Um par	Brincos grandes
Dois pares	Brinco
Um par	Fivelas de prata de calção
Três pares	Brincos de prata
Um	Caixilho de ouro com seu cordão
Um	Cordão com seu laço de ouro
Um par	Fivelas de prata para sapato
Um par	Esporas de prata
Um	Relógio de algibeira
Um par	Botões de punho de prata

Anexo 8 - Produção do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Toneladas)

Anos	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Total
1700-10	2,7	-	-	2,7
1711-20	5,9	-	-	5,9

1721-29	6,6	-	0,73	7,3
1730-39	8,2	1,4	0,9	10,5
1740-49	9,0	1,4	0,9	10,5
1750-59	7,6	4,3	1	12,9
1760-69	6,4	2,3	0,5	9,2
1770-79	5,3	1,8	0,5	7,6
1780,89	3,8	0,9	0,4	5,1
1790-99	3,0	0,7	0,4	4,1
Total Geral	58,5	12,8	5,33	76,63

Fonte: PINTO, Virgilio Noya. O ouro brasileiro e o comércio Anglo-Portugues, São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

Anexo 9 - Relação das joias citadas nos inventários e testamentos.

Adaga com punho de prata
Aneis de pedras falsas encostadas em latão
Anel de filigrana de ouro com uma pedra falsa
Anel de laço
Anel de ouro
Anel de ouro com sua pedra
Anel de ouro com sua pedra cor de robim ordinário com dois diamantes
Anel de ouro com uma pedra azul
Anel de ouro com uma pedra falsa cor de jacinto com dois diamantes
Anel de ouro que tem três pedrinhas de diamante
Anel de prata
Anel de prata com nove casquinhas de diamante
Anel de topázio alambreado com dois diamantes
Anel e uma figa de ouro
Anel olho de víbora
Argola de ouro
Argola de ouro de canotilho com sua pinha
Argolas com suas bixas e canotilho
Argolas de ouro
Argolas de ouro de canotilho
Argolas e um cordão
Argolinha com uma meia-lua
Argolinha velha de São Bento
Argolinhas com uma figa por pendente
Bola de âmbar
Botão de bico
Botão de bico grande
Botão de bico maior
Botão de filigrana
Botão de ouro
Botão de pitanga pequenos de pedras com bicos
Botão grande

Botão pequeno e liso
Botões
Botões - um grande e três pequenos
Botões de bico
Botões de camisa de ouro
Botões de filigrana
Botões de ouro
Botões de ouro de camisas pequenos
Botões de ouro de várias castas
Botões de ouro filigrana com Espírito Santo esmaltado
Botões de ouro grandes
Botões de ouro lavrado
Botões de ouro liso
Botões de ouro pequenos
Botões de ouro pequeno de vários feitios
Botões de ouro pequenos
Botões de ouro quebrados
Botões de prata
Botões de punho
Botões de vários tamanhos
Botões grandes
Botões grandes de bicos
Botões pequeninos de bicos
Botões pequenos
Botões pequenos de filigrana
Bracelete com cinco pingentes e suas pedras de diamantes
Bracelete de corais Machos em ouro
Bracelete de corais miúdos com uma figuinhas de prata
Bracelete de corais miúdos engastados em prata
Braceletes de corais miúdos
Braceletes de coral com seis correntes e figuinhas
Breve da marca liso de ouro com seu cordão
Brinco
Brinco de ouro com pedras
Brinco e uns olhos de Santa Luzia
Brinco esmaltado de azul comum pendente de crystal
Brinco esmaltado de azul comum pendente de ouro
Brincos com aljofres
Brincos com seus olhos de mosquito
Brincos com suas pedras de diamantes
Brincos de alfinetes
Brincos de aljofar com seus esmaltes
Brincos de Aljofar pequenos
Brincos de aljofres
Brincos de aljôfres com uma lasquinha de diamante
Brincos de aljofres esmaltados
Brincos de aljofres velhos
Brincos de barriga de aranha

Brincos de Diamante
Brincos de ouro
Brincos de ouro com seus aljôfres e diamantes olhos de mosquito
Brincos de ouro com seus esmaltes
Brincos de ouro e 34 aljofres
Brincos de ouro liso cabecinhas
Brincos de pedra de Cristal encastados
Brincos de prata
Brincos de prata com pedras vermelhas falsas
Brincos e cinco aljofres
Brincos esmaltados de azul e verde
Brincos especebeque
Brincos grandes
Brincos grandes de aljofres
Brincos lisos cabecinhas
Brincos novos
Brinquinhos de ouro esmaltado com seus aljofres
Brinquinhos esmaltados
Brinquinhos pequenos de ouro com aljofres
Broche com suas pedras falsas
Broche de filigrana
Cadeados de ouro grandes com 33 aljôfres
Cadeados esmaltados de preto e de ouro e 34 aljofres
Cadeira com 16 palmos
Caixa de prata
Caixilho e corrente de ouro
Caixilho e dois fios de contas de prata
Catana com punho de prata
Chapas de ouro
Chapinha de prata
Contas de fio de prata novas
Contas pequenas de ouro
Coração com uma pedra verde
Coração de Filigrana
Coração de ouro
Corais engraçados em ouro
Cordânzinho de ouro
Cordão
Cordão com a Senhora Conceição
Cordão de dez palmos
Cordão de ouro
Cordão de ouro com crucifixo
Cordão de ouro com peso de 17 oitavas e meia
Cordão de ouro fino
Cordão de ouro grosso
Cordão fino de ouro
Cordões grossos
Corrente com seu transelim

Corrente de braço com uma boneca de São Bento e
Corrente de ouro de braço c/ dois cordões de trancelim
Corrente de São Bento
Crucifixo com uma cruz esmaltada com seu cordão
Crucifixo de ouro
Crucifixo de ouro cm seu cordão
Cruz com sua volta com cordão
Cruz de chapa
Cruz de diamante
Cruz de diamantes com 12 lasquinhas
Cruz de diamantes com 77 lasquinhas de diamantes rosas
Cruz de filigrana
Cruz de ouro finagrana
Cruz de filigrana com duas voltas de cordão
Cruz de Jerusalem engastada em prata
Cruz de ouro
Cruz de ouro de filigrana
Cruz resplendorosas de ouro
Engaserinha sem nada
Esgravatador com um palmo
Espada com punho de prata
Espadim de prata
Espadim de prata com seu uso
Espírito Santo – pingente
Feitio de Imagem Nossa Senhora Conceição
Feitio de Nossa Senhora com sua volta de cordão
Feitio do Espírito Santo
Figa de ouro
Figuinhas por pendente de ouro
Fio de contas de ouro
Fio de contas de ouro de pescoço
Fio de corais engrasados em ouro com uma dúzia de corais
Fio de orais grandes engaranzados em prata
Fio de coral macho com 77 corais engrasados em ouro
Fios de corais
Fios de corais miudinhos engaranzados em prata
Fivela de liga de prata
Fivela de pescocinho de prata
Fivela de prata já usada
Fivelas de homem
Fivelas de ouro
Fivelas de ouro de sapatos
Fivelas de prata
Fivelas de prata de figa de calção
Granadas com suas contas de ouro e uma dita lisa
Imagem da Nossa Senhora da Conceição de ouro com dois cordões grossos
Imagem de Nossa Senhora da Conceição
Jogo de fivela de ouro

Joya de ouro de filigrana com suas pedras falsas
Lassinho com duas pedras encarnadas
Lassinho de coração com brincos de ouro
Lasso com suas pedras
Lasso de ouro
Lasso de ouro de filigrana
Lasso de ouro e brincos irmãos com suas pedras de diamantes miúdos
Lasso de ouro liso
Lasso e seus brincos com pedras encarnadas
Lasso, brinco de ouros com suas pedras
Lassos de ouro com seus corações
Meada de aljofres miúdos
Memória
Memória de braçadeira de filigrana
Memória de filigrana
Memória de ouro com uma pedra falsa (2/8as)
Memória de ouro de três palmos
Memórias de ouro
Nossa senhora da Conceição e seu esmalte
Olhos de Santa Luzia
Palito de ouro
Palito de ouro com sua corrente
Pares de botões de prata
Pedras azuis engranzadas em ouro
Pente
Pente de ouro
Presilha de hábito de ouro
Relicário com seu lacinho de ouro
Relógio de algibeira
Relógio de algibeira de prata
Rociclê e uns brancos
Salva com uma pedra azul
Salva de prata Lisa
Santo Cristo com seu cordão
São Brás
Senhora da Conceição
Senhora da Conceição de ouro maciço
Unha de onça encostada em ouro
Vara de Cordão de ouro
Verônica de São Bento

Anexo 10. Carta de Domingos da Silva Bueno, guarda-mor das Minas Gerais, para D. Pedro II, dando conta dos descaminhos que costumam ter os reais quintos. Pede uma lei que seja inviolavelmente executada pelos ministros, a fim de proibir as escravas ousado de ouro e seda.

Senhor.

Supposto que tenho acabado a occupação de Guarda Mor destas Minas, em a qual servi a Vossa Magestade com aquella fidelidade, que a grandeza de V. Magestade merece / visto ser servido ouvir a minha deprecação, pera hir tratar dos remédios da saúde / meu por isso deyxarey de mostrar nesta despedida, que o mesmo zello existe em mim, e contiunara athe cabar a vida, porque esta estimo muyto menos, do que o argumento da rela fazenda de V. Magestade, e por essa razão me pareceo que faltava com a minha obrigação de leal vassalo em não dar conta a V. Magestade dos descaminhos, que costumão ter os seus reais quintos pera se desviar pellos meynos mais convenientes, que V. Magestade for servido.

Primeiramente os mosteiros de religiosos, cauzão a V. Magestade muyto concideravel perda, por serem muytos os que assistem nestas Minas com o subtrefugio de adquirir para a comunidade, ou em para suas obrigacoins pobres, e trazem licenca dos seus prelados por poucos tempos, mas gastão annos. Estes negócios comprando e vendendo os mais modestos por tersera via, outros escandalozamente, e costumão levar arrobas de ouro, e não consta quintarem mais de huãs poucas de oitavas, e muytos seculares costumao por via delles passarem o seu ouro em pó;

Só no Ribeyrão de Nossa Senhora do Carmo, estão neste anno nove religiosos de São Bento do Rio de Janrº, e no mesmo em distancia de meya legoa quatro de Nossa Senhora do Carmo, os quais supposto vivem com modestia, não são de utilidade ao propor não exercerem suas ordens, senão de minerarem e plantarem mantimentos pera venderem; hum deles da província de Portugal de habito retinto, por nome Fr. Manoel da Cruz, ha quatro annos, que assiste nestas Minas tão influído no negocio, que esta nesta carestia de mantimentos atravessando os, para os vender com muyto avanço, e hindo a tratar com hum Simão Perera pera lhe comprar a sua fazenda com mantimentos, lhe prometeo quatro arrobas, e como senão ajustassem, comprou por duas todo o negocio, e mantimentos de dous Irmãos religiosos da Trindade, filhos de Hum Sofrê, que morreo no governo de Sancto Thomé, e estas duas arrobas forão logo juizadas; os dous Irmãos Fr. Francisco, e Fr. Hieronimo fazem o mesmo, porque hum assiste nas Minas e outro anda na Carrera do Rio , pera as Minas conduzindo carregacoins, e no particular das ordens, nenhú trata de exercellas, salvo com conveniencia de esteresse, Como tambem dão perda aso Contratadores de V. Magestade, porque não pagão os dízimos dos mantimentos, que colhem, nem das rossas, que compra no Campo em

verde, pegando se nos privilegios que logrão em povoando com suas propriedades.

Hum religioso chamado Fr. Cyrillo do convento do Carmo do Rio de Janr°. Se recolhe agora a feitura desta com duas arrobas / segundo dizem/. So hum chamado Fr. Ignacio da ordem de São Paulo, da Província de Portugal grangeou o que levaria administrando almas, com grande fervor, e zello, e contínuos sermoins.

Tambem a muyta cantidade de mercadores do Rio , Bahya, e mas partes / que excedem no numero aos mineros / estes trazem importantes carregacoins, e levaro muyto ouro sem quintar a quarta parte, e para Bahya se diverte muyto, por se pagar a catorze e a quinze tostoins.

Tambem as mesmas officinas dos reais quintos, são as que dezencaaminhão, por que entrão a serem officiais homens muytos pobres, e em poucos ficão com mais cabedais, não constando terem outro negocio / e se todos os Ministros, que viessem pera estas remotas terras, tivessem o zello de Arthur de Sá e Meneses sem duvida que fora v. Magestade de mais bem servido / mas todos tratão de suas conveniências, e se considerão muytos distantes.

Outro caminho ha muyto danozo a real fazenda de V. Magestade, e ao bem dos moradores da Capitania de São Paulo, e he o muyto ouro, e sedas que trazem em sy as escravas, servas, índias, e molheres dammas com as mais da gente bayxa, e he com tanta superfluidade, e fausto, que excedem as suas senhoras, e fazem emulação, por cuja cauza se empenhao os homens distribuindo o com que poderão cazar suas filhas, a troco de não parecerem inferiores no publico suas famílias, e os Bastardos Mamalucos, que são da decendencia de Índios/ e officiais são os que se portão com tal pompa, que não passão sem trombetas, e o culto divino com tão pouco argumento, e quazi posto em esquecimento, por cauza de não tratarem mais que de galear. Esta queyxa he geral dos que vem de São Paulo, e eu prostrado aos pés de V. Magestade rogo humildemente ponha os olhos, em nos, mandando huã Ley, que inviolavelmente executem os Ministros para que as escravas não ponhão em sy ouro, nem seda.

Neste particular como em todos mandarã V. Magestade, o que mais convier a seu real serviço.

Deos guarde a V. Magestade como seus vassallos dezejamos e havemos mister. Minas Gerais vinte de agosto de mil, e sete centos e quatro annos.

(assinatura) Domingos da Sylva Bueno.

Arquivo Histórico Ultramarino.

Caixa 1, documento: 7; código: 247.

(A.H.C. Minas Gerais, papeis avulsos, 1794)